

a menina quebrada

e outras colunas de **ELIANE BRUM**





DADOS DE COPYRIGHT

Sobre a obra:

A presente obra é disponibilizada pela equipe [Le Livros](#) e seus diversos parceiros, com o objetivo de oferecer conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos acadêmicos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura.

É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo

Sobre nós:

O [Le Livros](#) e seus parceiros disponibilizam conteúdo de domínio público e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: [LeLivros.org](#) ou em qualquer um dos sites parceiros apresentados [neste link](#).

"Quando o mundo estiver unido na busca do conhecimento, e não mais lutando por dinheiro e poder, então nossa sociedade poderá enfim evoluir a um novo nível."



a menina quebrada

e outras colunas de **ELIANE BRUM**



PORTO ALEGRE • 2013

© Eliane Brum, 2013

Capa

Humberto Nunes / Lume Ideias

Imagem da capa

Detalhe de 3x *Marina A.* (2008), de Marina Polidoro

Preparação

Tito Montenegro

Revisão

Fernanda Lisbôa

Giovana Villanova Maciel

Todos os direitos desta edição reservados a

ARQUIPÉLAGO EDITORIAL LTDA.

Avenida Getúlio Vargas, 901/1604

CEP 90150-003

Porto Alegre — RS

Telefone 51 3012-6975

www.arquipelagoeeditorial.com.br

Cada texto é uma carta — e toda carta só se realiza se encontrar seu destinatário.

Às mulheres e aos homens que me leem — e que ao fazê-lo continuam escrevendo essa narrativa inscrita no tempo, a partir da singularidade do seu olhar.

A todos que compartilham e multiplicam minhas palavras na internet, fazendo com que eu possa alcançar outros mundos e virar multidão.

“Alguns, achando bárbaro o espetáculo, prefeririam (os delicados) morrer.”

Carlos Drummond de Andrade

“Sou um sujeito cheio de recantos,

Os desvãos me constam.

Tem hora leio avencas.

Tem hora, Proust.

Ouçõ aves e beethovens.

Gosto de Bola-Sete e Charles Chaplin.

O dia vai morrer aberto em mim.”

Manoel de Barros

Apresentação - Um percurso de des(identidades)

Escrevo porque a vida me dói, porque não seria capaz de viver sem transformar dor em palavra escrita. Mas não é só dor o que vejo no mundo. É também delicadeza, uma abissal delicadeza, e é com ela que alimento a minha fome. Desde pequena sou uma olhadeira e uma escutadeira, raramente uma faladeira, e vou engolindo as novidades com os olhos e com os ouvidos, sempre ávida por mais. Foi isso o que fez de mim repórter, que é muito mais do que uma profissão, é um ser/estar no mundo. Mas talvez só nesta coluna de opinião, que agora vira livro, eu tenha compreendido o quanto a minha curiosidade é gulosa.

Gosto de circular por vários mundos — e especialmente pelas bordas. As concretas, literais — e as subjetivas. A pergunta sobre que tipo de reportagem eu faço sempre me deixou — e continua me deixando — aflita (por favor, não me perguntem isso!). Eu escrevo sobre gente, mas quem não escreve sobre gente? Volta e meia alguém diz que faço “matérias humanas”. Mas seria possível alguém fazer “matérias inumanas”? A certa altura, achei que tinha encontrado uma maneira de me dizer, respondendo que atuava na área dos direitos humanos. Mas também não acho que seja exatamente isso.

A carne da minha reportagem são os “desacontecimentos”, palavra que dá conta de uma escolha: escrevo sobre a extraordinária vida comum, sobre o cotidiano dos homens e das mulheres que tecem os dias e também o país, mas nem sempre são contados na história. Sobre aquilo que se repete e, por equívoco ou por miopia, é interpretado como banal. Ao empreender essa narrativa, busco subverter o foco, embaralhando os conceitos de centro e de periferia. Sou uma repórter de desacontecimentos.

E que colunista sou eu? Nessa pergunta há uma demanda por identidade. Neste livro — e só percebi isso agora, ao fazer a seleção das colunas que entrariam — eu faço justamente um percurso de identidade. É uma linha invisível, não proclamada, que o leitor pode perceber ou não, se interessar ou não. Comecei a escrever uma coluna de opinião no site da revista *Época* em 2009, quando ainda trabalhava como repórter especial, e o diretor de redação, Helio Gurovitz, pediu a todos nós uma contribuição na internet. Resistente a princípio, é preciso admitir, aos poucos comecei a pensar que poderia ser uma chance para me aventurar em algo que nunca tinha tentado, uma forma de me expressar que representasse um desafio. Afinal, se queremos desacomodar o leitor — e eu quero —, é preciso primeiro nos desacomodarmos. E assim começou minha coluna a cada segunda-feira, desde o início marcada pelo fato de que sou uma repórter escrevendo uma coluna de opinião.

Em março de 2010, eu deixei a revista, mas mantive a coluna na internet. Eu deixava o emprego para descobrir o que significava viver no meu tempo, como conto em alguns momentos deste livro. E também para criar novas vozes para mim. O que parecia um desejo por ampliar as identidades possíveis acabou por se mostrar um percurso de desidentidades. De fato, e só percebi bem mais tarde, eu estava me desinventando, para poder manter o que é essencial e irreduzível para mim, a reportagem, e ao mesmo

tempo eliminar as fronteiras — não só na minha expressão externa no mundo, mas também internamente. Nesse sentido, a coluna de segunda-feira ganhou uma importância muito maior do que eu poderia supor a princípio. Em grande parte porque ela me permitiu atravessar para o mundo fluido e sem fronteiras da internet. Meu corpo com limites cada vez mais indefinidos se encontrou no não corpo que é a rede.

Talvez como colunista, eu seja então uma das desidentidades. É frequente eu ser abordada por leitores perplexos: “Nunca sei o que vou encontrar na sua coluna de segunda!”. É exatamente isso. Eu escrevo sobre a vida misturada, para além dos escaninhos das editorias, e com mais de um estilo, porque cada história pede um ritmo diverso e palavras próprias. E acho que nunca me misturei tanto quanto ao escrever essa coluna, na qual pude incluir minha paixão por literatura e por cinema e também meu gosto por política. Se as divisões arbitrárias de cultura, comportamento, economia, política etc — ou variações similares — servem para organizar a publicação, qualquer jornalista sabe que uma boa reportagem ou um bom ensaio ou uma boa coluna é misturada, porque a vida não se deixa compartimentar. Ao contrário, ela escapa das definições, escapa até das palavras.

Minha coluna de segunda é imprevisível primeiro para mim.

O leitor, porém, não sabe o que vai encontrar, mas sabe. Meu pacto com quem me lê parte de algumas regras pessoais, e estas eu não transgribo: 1) tenho de estar tomada pelo assunto, porque essa é a primeira verdade que ofereço; 2) preciso acreditar ter algo a dizer que ainda não foi dito por outros articulistas, ou pelo menos não da forma como eu gostaria de dizer, evitando tomar o tempo das pessoas com um texto que elas poderiam ler em outro lugar; 3) tenho de ter estudado muito antes de escrever, porque o olhar e a ideia são apenas pontos de partida para a investigação que vai permitir a construção de um texto consistente, ainda que algumas vezes essa investigação seja uma trajetória acidentada pelos meus interiores ou memórias. A cada segunda-feira busco honrar a enorme confiança expressa no ato de alguém dedicar tempo da sua vida para ler o que escrevi. Se alcanço ou não, só os leitores podem dizer.

Quando comecei minha aventura de repórter, em 1988, a internet não existia nem como sonho. A conquista que se desenhava era passar do telex para o fax (uma apoteose!), da máquina de escrever para o computador (ainda acho que minha maior epifania nem foi o computador, mas a máquina de escrever elétrica que apagava). Imaginávamos um futuro com outras maravilhas, mesmo que fossem as engenhocas dos Jetsons, família futurista de desenho animado que inspirou a infância da minha geração. Para mim, a utopia eram páginas que fossem se desdobrando, de forma que cada uma valesse por dez, porque eu sofria com os limites impostos pelo papel. Sempre escrevi, como me diziam, “demais”. E leitor, era a máxima nas redações, “não gosta de texto longo”. Qual é a pesquisa que prova isso?, eu retrucava, com espírito reporteiro. Não havia pesquisa, mas essa crença tinha peso de dogma.

A internet mudou o mundo — e também o meu mundo. Realizou aspirações que eu tinha e outras que nem sabia ter. Eu não precisava mais de páginas-livro. Os textos agora podem ter o tamanho que exigirem. E descobrir o seu tamanho é parte do desafio de escrever. Apareceram então os arautos de sempre, defendendo que a internet foi feita para textos curtos e notícias instantâneas. Só se fôssemos doidos de perder essa chance. Na internet cabem todos os formatos, mas, para jornalistas e para leitores, talvez a maior conquista seja a ampliação da possibilidade de escrever — e de ler — textos de profundidade, analíticos, que respeitam a complexidade dos temas. E, assim, ficar menos dependente da disputa por espaço e por páginas, que, se é importante quando traduz um debate movido pela relevância, é também uma afirmação de poder e de hegemonia de uma visão de mundo sobre outras.

O leitor não gosta de textos longos? Não é o que a audiência tem mostrado. E agora há como provar. Me parece que na internet o leitor abandona o lugar de entidade quase metafísica, para encarnar em comentários, compartilhamentos e cliques. Tornando-se, ele mesmo, também um escritor, na medida em que o texto continua a ser escrito a partir de suas observações, no acréscimo de nuances e argumentos. A leitura evolui para um debate — o que antes era vertical se horizontaliza. Acredito que uma parte significativa dos leitores não avalia ou decide sua leitura pelo tamanho do texto, mas pelo tamanho do respeito pelo seu tempo e pela sua inteligência. Por aquilo que o texto faz ecoar nele — mesmo quando o incomoda. Jamais subestimo o leitor: o que ofereço a ele são minhas melhores palavras e minha busca por verdades desacomodadas. Ofereço principalmente as minhas dúvidas, porque são as dúvidas que nos levam a lugares novos, as certezas nos cimentam.

A internet escancarou as portas para novos leitores, que não tinham acesso a jornais e revistas impressos, mas passaram a ler textos jornalísticos no computador. E começaram a escrever suas experiências, mesmo com todas as dificuldades resultantes da conhecida indigência do ensino brasileiro. Há um processo em curso de educação informal e mútua do qual me sinto privilegiada por participar através desta coluna que agora vira livro. Em 2012, me emocionei profundamente com um leitor que deixou Pernambuco para me ouvir num evento em Curitiba, numa viagem de bate-volta. Quando perguntei a ele por que tamanho empenho, revirando-me por dentro para descobrir como retribuir um gesto com tal grandeza, ele me disse: “Vim porque comecei a ler com a tua coluna”. Para mim, não há reconhecimento maior do que esse — e é nesses pequenos grandes testemunhos que me agarro quando o mundo ao meu redor se torna mais hostil ou quando duvido de que vale a pena seguir escrevendo.

É bastante interessante que este livro seja publicado primeiro em papel, levando para o concreto minhas palavras que antes navegavam apenas no mundo impalpável da internet. Foi penoso escolher os textos que entrariam e sinto remorsos por aqueles que ficaram para trás, como se fossem pessoas com sentimentos e idiossincrasias — e sofressem (!!!). Eu e o editor Tito Montenegro, a quem devo a iniciativa desta obra, estabelecemos como primeiro critério deixar as entrevistas de fora, porque só elas dariam um livro à parte. Como tenho a ambição de aproveitar as vantagens da internet para resgatar as grandes entrevistas, nas quais o entrevistado tem espaço suficiente para desenvolver o pensamento, algumas delas chegam a 50 páginas. Os textos aqui reunidos foram publicados no site entre junho de 2009 e janeiro de 2013. A organização obedece à ordem de publicação, para respeitar o percurso. Apenas uma exceção: “Escrivaninha Xerife” subverte a linearidade e abre este livro, porque marca o momento em que a coluna ganha uma outra dimensão e sentido na minha vida.

* * *

Minha aspiração — na coluna de segunda-feira e neste livro — é ser capaz de arrancar você do lugar, para que possa ver o mundo de outros ângulos. Para isso, preciso antes arrancar a mim mesma do lugar a cada semana. Não escrevo para apaziguar, nem a mim nem a você. Para mim só faz sentido escrever se for para desacomodar, perturbar, inquietar. Não pela polêmica fácil, pelo truque, mas pela busca honesta por compreender a época em que vivemos. Sem esquecer nem por um segundo que escrevo imersa neste tempo histórico e que as verdades são criaturas fugidias, que se escondem às vezes nas vírgulas do cotidiano. Escrevo porque acredito no poder da narrativa da vida em transformar a própria vida. E acredito mais ainda no poder de transtorná-la.

Espero que este livro o transtorne um pouco — ou, pelo menos, adicione alguns incômodos e dúvidas ao seu dia. É pelos incômodos e pelas dúvidas que nos tornamos capazes de viver várias vidas numa só.

Eliane Brum

São Paulo, 30 de maio de 2013

Escrivaninha Xerife

Não sabia que se chamava Xerife a escrivaninha dos meus sonhos. Descobri agora. Essa escrivaninha de madeira é cheia de gavetinhas e escaninhos de vários tamanhos e tem uma tampa. Quando você para de trabalhar, você fecha e ninguém sabe o que se esconde lá dentro. Não tenho a menor ideia de onde eu possa ter visto uma dessas na minha cidade, lá no interior do Rio Grande do Sul. O fato é que eu sempre achei que essa era a única escrivaninha que um escritor poderia ter. Por causa das gavetinhas e, especialmente, por causa da tampa.

Explico. Você está lá, escrevendo, todo escancarado e, de repente, você fecha. E até chaveia. Seus anjos e principalmente seus demônios ficam lá dentro, sem risco de se dependurarem no lustre, esconderem-se em algum lugar onde você não os ache ou mesmo assombrar o resto da família.

Tive várias escrivaninhas ao longo da vida, de fórmica à penúltima, toda modernosa, feita com madeira de demolição. Agora comprei a última, a minha própria Xerife. Por que só agora? Porque só agora a mereci.

Decidi que vou me “enforcar nas cordas da liberdade”. Para isso, precisava me reinventar com tudo aquilo que já era meu. Para marcar esse ato, queria transformar algo da matéria volátil dos sonhos em existência concreta. A escrivaninha dos devaneios da minha infância materializou-se, com tudo de incontrolável que existe quando nos arriscamos a desentocar os sonhos — com uma vara que é sempre meio curta — e os expomos aos percalços do real.

Foi um ato de profundo simbolismo para mim, que adoro rituais de passagem. Um dia antes da compra, deixei a redação da revista *Época*, depois de dez anos. Poderia continuar ali por mais 20 (se continuassem me querendo, claro), mas achei que estava na hora de criar uma nova vida pra mim. Deixei Porto Alegre e a redação do jornal *Zero Hora*, onde trabalhei por 11 anos, em janeiro de 2000, para ir para São Paulo e para a *Época*. Não porque estava desconfortável lá, mas porque estava confortável demais. Me perguntavam então por que eu deixaria tanto para ir para uma cidade demasiado grande, demasiado tudo. Eu respondia: estou indo porque não quero saber como serão os meus dias daqui a cinco, dez anos. E fui.

Nessa última década fiz reportagens que transformaram a minha vida (e, espero, algumas outras), perambulei por Amazônias desconcertantes (elas são várias e sempre escapam), viajei pelas muitas periferias de São Paulo e de outras cidades (não há dois bicos iguais) e testemunhei pequenos grandes milagres de gente. Hoje, sou povoada pelos homens e mulheres extraordinários que escutei como repórter. E agora tudo o que vivi dará sentido ao que virá.

Entre 2008 e 2010, trabalhei com a questão da morte na reportagem. Não a morte violenta, que em geral é o tema da imprensa, mas a morte que a maioria de nós terá, por doença e por velhice. E que, por ser a morte da maioria, é silenciada. Encarar o rosto da morte era desatar o nó que ainda me impedia de viver uma vida mais viva. Desde pequena, eu tenho essa característica. Quando tenho medo de alguma

coisa, vou lá e faço. Quase perdi algumas partes do corpo por causa disso. E certamente perdi algumas porções invisíveis de mim.

Ao fazer a principal reportagem dessa série, quando acompanhei uma pessoa com câncer nos últimos 115 dias de sua vida, perdi um naco da minha alma de supetão. Levou bastante tempo para o sangue estancar. Mas um dos meus muitos apelidos é “Tixa”, de “lagartixa”. Há quem faça fantasias sobre a origem dele. É bem menos picante. Passei a vida deixando a cauda em sustos pelas esquinas de mundo. Sempre acabo me regenerando, ainda que leve tempo. Todos somos lagartixas em alguma medida, eu apenas abuso um pouco dessa vantagem evolutiva.

Minhas incursões no universo da morte me deram maior clareza sobre a natureza da vida. Algumas pessoas comentavam que eu devia ter algum problema para ser tão mórbida. Bobagem. Morbidez é outra coisa. Não se fala da morte por causa da morte, mas por causa da vida. Lidar bem com a certeza que todos temos de morrer um dia é fundamental para viver melhor. E para alcançar a matéria fugaz dos nossos dias.

A vida rugiu com mais força dentro de mim depois de experimentar também os limites da reportagem. Fiz uns cálculos e descobri que preciso me apressar se quiser conhecer o mundo inteiro — e eu quero. E também para escrever o tanto que sonho. Como já disse mais de uma vez, escrever não é o que faço, é o que sou. E estava na hora de comprar minha escrivadinha Xerife e mudar de cenário.

Tenho todos os medos em mim, menos o medo de ter medo. Prefiro fazer as coisas do meu jeito e cometer meus próprios erros. Tanto quanto os acertos, os erros também devem nos pertencer. Temos uma vida só, mas, dentro dessa, podemos viver muitas. E eu quero todas as minhas.

Vou continuar fazendo reportagem. Apenas de um outro jeito, num outro tempo. Sou repórter até os confins de mim — e um pouco além. Se conseguir escrever ficção, como também sonho, só será possível pelo tanto de vida real e pessoas de carne, osso e cicatrizes, muitas cicatrizes, que conheci nessas mais de duas décadas de reportagem. Só o real é absurdo. A ficção é sempre possível.

Essa vida que começa hoje vem sendo construída há muito, mas só no final de 2009 descobri que a hora era agora. Não sei como foi. Nem se houve um momento exato. Lembro-me de dois pequenos episódios apenas. Num deles, eu corria para algum lugar com o João quando ele interrompeu meu passo marcial e disse: “Olha”. Eu olhei e nada vi. Até que, com a ajuda dele, localizei uma flor minúscula no meio do concreto. Nós nos acorramos e ficamos olhando o tanto de detalhes que ela tinha. Como era especial e linda e única. O João costuma se esquecer das importâncias para passar intermináveis minutos vendo a forma de uma flor ou de uma nuvem ou de uma fatia de bolo de chocolate. Somos tudo o que somos. Mas as pessoas que amamos exacerbam algumas partes de nós, para o bem e para o mal. E o João tem esse efeito sobre mim, de me tornar melhor do que sou. Por um momento eu quase fui *blasé* e disse algo como: “Essa flor no concreto é um clichê”. (Como seria um clichê essa imagem neste texto.) Então lembrei que não sou *blasé*. E percebi que corria tanto para fazer as tantas coisas paralelas que tinha inventado, que estava esquecendo daquilo que sempre deu sentido à minha reportagem, à minha vida: estava me esquecendo de olhar de verdade, olhar para ver.

O outro episódio aconteceu no último verão. Eu estava com os meus pais na casa de praia que eles alugam a cada janeiro. E fiquei olhando pra eles. Me dava enorme prazer ver os dois se mexendo. Observar o jeito que cada um funcionava com relação a si mesmo e naquele casamento tão amoroso. (Eles andam de mãos dadas depois de 56 anos de casados, e o pai dá flores pra mãe no aniversário de

“conhecimento”). Num certo momento, fiquei olhando para o cabelo da mãe, o cabelo do pai, o jeito que o vento batia neles. E descobri que não podia mais continuar numa vida em que eu não tivesse tempo para olhar o cabelo deles se mexendo com o vento.

Quando voltei pra São Paulo, soube que tinha chegado a hora de ir embora. Não da cidade, mas de um certo jeito de estar no mundo. E agora lá vou eu. Não sei bem pra onde, mas sei que é pra mais perto de mim.

Comecei então a procurar minha escrivaninha. Entrei no Mercado Livre, o site da internet que vende tudo, e coloquei na busca: “escrivaninha antiga”. E aí veio de todo jeito e de toda época, com pés palitos, forma de bambolê, e também a minha, que descobri que se chama Xerife. Havia vários exemplares, mas gostei particularmente de duas. Uma era do Rio de Janeiro, o frete seria caro. A outra morava em São Paulo. Apostei nesta. O dono me deixou dar uma olhada nela antes de comprar. E lá fui eu com o João num galpão da Barra Funda.

Era uma escrivaninha viva. Olhei pra ela, ela olhou pra mim, e eu soube que era a “minha”. Como na história do Harry Potter, em que é a varinha mágica que escolhe o bruxo — e só há uma varinha, única e singular, para cada bruxo —, a minha escrivaninha era assim, minha. Nasceu antes de mim e pertenceu a outros donos porque precisava me esperar.

Examinamos ela inteira. E descobrimos que tinha mais cicatrizes do que nos prometeram. E alguns hóspedes indesejados. Numa das gavetinhas, havia um ninho de cupins. Nas costas, ela tinha sido quebrada em algum episódio de violência ou mau humor. Mas eu nunca fui uma boa negociante. As coisas práticas não têm muito efeito sobre mim. A escrivaninha também me receberia com mais rugas e feridas fechadas e abertas do que talvez esperasse. Nenhuma de nós nasceu ontem. Ambas queríamos — e precisávamos — nascer de novo.

Aceitei as cicatrizes da minha escrivaninha como parte da história de sua vida antes de mim. E fechei o negócio. Ela queria ir embora pra casa comigo já, eu senti isso. Mas eu ainda precisava fazer o depósito e acertar o frete. Enquanto isso, o vendedor providenciaria um exterminador de cupins. Ao contar para a Maíra, minha filha, sobre a escrivaninha, eu dizia, toda empolgada: “Ela tem cupins, mas também tem uma alma dentro dela!”. Com seu senso de humor peculiar, Maíra aconselhou: “Se tem alma, não leva pra casa!”.

O problema é que eu tenho um fraco por almas. Venho de uma família de mulheres que falam com os fantasmas que vagam pela casa com a maior sem-cerimônia. Dava até pena do meu tio-avô, um homenzinho pequeno que passou a vida inventando objetos mirabolantes e deu a si mesmo um nome de passarinho. Quando ele arrastava os chinelos pelo assoalho, era despachado pela sua viúva: “Vai-te embora, Graúna, já disse que não te quero aqui!”. Para ele, a morte não mudou nada. A mulher continuava mandando em seu melancólico espectro.

Hoje é o primeiro dia da minha nova vida. Tenho que fazer um rearranjo completo na minha cabeça programada em mais de duas décadas de vida de funcionária. Não sigo mais uma lógica de segunda a sexta. Posso escrever às 6h da manhã de domingo, como faço agora. E ir ao cinema no meio da tarde de segunda-feira, como pretendo. Minha semana não terá mais finais e começos. Posso ficar acordada à noite e dormir de dia. Posso almoçar à meia-noite e tomar café ao meio-dia. Posso apenas ouvir a chuva batendo no telhado (ainda que meu telhado seja o apartamento do vizinho). Posso permanecer olhando para o teto por horas (eu gosto muito de olhar pro teto).

O tempo é meu. Essa é a grande mudança. Vou perder dinheiro, segurança, carteira assinada, benefícios, férias remuneradas, décimo-terceiro. Em troca, retomo a posse do meu tempo. Me preparei para viver com pouco. Criei minha filha, comprei apartamento, não tenho dívidas. Só tenho agora que manter o meu corpinho. E ele é bem barato. Três pratos de feijão o deixam todo faceiro.

Mantenho essa coluna exatamente aqui onde está. Ela faz parte do meu projeto de liberdade. Queria muito continuar, não sabia se queriam que eu continuasse. Quiseram. Sou grata por isso. Então, toda segunda-feira estarei aqui, como sempre, logo de manhã, para pensarmos juntos sobre essa confusão que é a vida do mundo e também a nossa.

Agora, vou abrir minha escrivadinha Xerife. Vamos ver o que conseguimos fazer juntas...

1º de março de 2010

Elas não são gays

Quando conhecem alguém, Michele Kamers e Carla Cumiotto fazem questão de se apresentar sem deixar nada por dizer: “Somos casadas, fizemos inseminação artificial em São Paulo e temos dois filhos”. Elas se preocupam em deixar tudo claro por acreditarem que são as dúvidas e sombras que alimentam maledicências e preconceitos. E, como formaram uma família diferente do padrão convencional, querem que seu casal de filhos cresça numa sociedade preparada para recebê-los. Conheci essas mulheres dias atrás, quando as procurei com a proposta de contar sua história. O resultado desse encontro é a reportagem “A primeira nova família brasileira”.¹

Michele e Carla conquistaram na Justiça o direito de registrar seus gêmeos, de dois anos, no nome de ambas. Até agora só tinham o sobrenome de Carla, a mãe biológica. Mas Michele não aceitava a ideia de ter de entrar com um pedido de adoção. Ela desejou esses filhos, acompanhou o processo de inseminação, via banco de espermatozoides, esteve ao lado de Carla durante toda a gestação e no parto por cesariana, cria junto com Carla os dois filhos na casa que ambas compraram. “Eu não poderia adotar meus próprios filhos”, diz. “Eles nasceram do meu desejo, tanto quanto do de Carla.”

É a primeira vez que a Justiça brasileira reconhece um vínculo exclusivamente afetivo, simbólico, como parental. Não há nenhum traço biológico ligando os gêmeos a Michele. Mas ninguém que conhece a família, assim como o juiz Cairo Roberto Rodrigues Madruga, da 8ª Vara de Família de Porto Alegre, tem qualquer dúvida sobre o fato de eles serem tão filhos de Michele quanto são de Carla. A surpresa é que uma das maiores vitórias na área dos direitos dos LGBTTTTS é de um casal de mulheres que afirma não ser homossexual — não por preconceito, mas porque acreditam que a questão é mais complexa do que parece. A sigla, cada vez maior porque há sempre uma nova diferenciação a incluir, significa Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros e Simpatizantes.

Quando Carla e Michele disseram-me que não se identificavam como homossexuais, meu primeiro sentimento foi de estranhamento. Até então eu me considerava heterossexual — uma definição que identifica pessoas que costumam viver suas histórias de amor com o sexo oposto, mas que raramente é usada porque ninguém precisa ficar afirmando algo que é considerado convencional — e, principalmente, que é aceito. E homossexual era todo aquele que vivia relações afetivas e sexuais com o mesmo sexo. Simples assim.

Pelos amigos gays e por algumas reportagens que gostaria de ter feito, sempre soube que os arranjos eram muito mais complexos e interessantes do que isso. E que, ao reduzir a diferença a uma palavra ou mais palavras, fechadas em seu significado, perde-se de vista um universo pleno de nuances. E nós, ditos heterossexuais, também somos reduzidos a algo que parece muito óbvio — e que de fato não é, ou pelo menos espera-se que não seja. Mas, ao entrevistar o casal em sua casa, em Blumenau (SC), seus argumentos me levaram a uma série de questões novas.

Carla e Michele são psicanalistas, professoras universitárias, que pensam bem e têm um ótimo senso de humor. Formam um casal mais tradicional do que a maioria dos casais heterossexuais que eu conheço. Cada uma delas tem uma papel bem definido na relação: Michele ocupa a posição masculina e Carla a feminina — entendendo tanto o feminino quanto o masculino nas definições tradicionais inscritas na cultura. Carla sempre namorou homens — masculinos — e Michele é a primeira mulher de sua vida. “Não posso me identificar como homossexual porque sou atraída pela posição oposta”, diz Carla. “Gosto de homens e mulheres masculinos. Jamais beijaria uma mulher ou um homem feminino.” Na rua, Carla segue olhando para homens e, em geral, observa uma mulher quando se interessa por seus sapatos, bolsas ou roupas.

Michele namorou gente de ambos os sexos durante a adolescência, mas acabou fixando-se em mulheres femininas na vida adulta. Quando viu Carla, sua professora no curso de Psicologia, encantou-se pelo vestido justo, de um ombro só, e pelas unhas vermelhas. Ela mesma está bem longe do que seria o estereótipo de uma mulher masculina. Michele é bonita, veste-se com estilo, inclusive usando vestidos justos nas festas, usa brincos, colares e maquiagem, tem luzes no cabelo pelos ombros. Mas, por um sentimento intangível, qualquer um que se aproxima dela sabe que ela é masculina, mas não no sentido de se parecer a um homem, mas masculina como só uma mulher pode ser.

Para ciúmes de Carla, que se descobriu com a novidade de um marido circulando predominantemente entre mulheres, Michele mesmo sem querer desperta paixões entre garotas homo ou heterossexuais. Mas também não consegue ver-se como homossexual. “Hoje existem diversos modos de ser mulher, inclusive ser mulher e ter uma posição masculina. Do mesmo modo que é possível ser um homem na posição feminina. Não é preciso cortar o pênis para ter um lugar social. Muita gente, ao mudar de sexo, está resolvendo na anatomia uma questão psíquica, uma questão de reconhecer-se no corpo que se tem”, diz. “Acho que uma mulher precisa ser muito mulher no sentido de não ter medo de ser confundida com um homem. Me vejo como uma mulher masculina que gosta de mulheres femininas.”

Carla e Michele não frequentam guetos gays, como bares, restaurantes e danceterias. A maioria de seus amigos poderia ser identificada como heterossexual. “Todo o gueto — e não apenas o homossexual — visa excluir a diferença. Seja ele ideológico, religioso, racial ou sexual”, diz Michele. “E nós acreditamos que é o confronto com as diferenças que nos faz avançar, que nos apresenta novas possibilidades de existir, que nos permite a invenção de uma vida melhor. Nas ocasiões em que tentaram eliminar as diferenças, determinar que só existia uma forma de viver, foi muito triste, como no nazismo e no fascismo.”

Como a questão de ser ou não homossexual tangenciou as cinco horas de entrevista, Carla e Michele ainda me enviaram um e-mail, com o objetivo de clarear sua posição. É Carla que escreve primeiro: “Não nos reconhecemos como homossexual justamente por que, ao se apresentar como ‘homossexual’, nos parece que o sujeito reduz e condensa o conjunto de traços identificatórios que o define a apenas um: ‘o homossexual’. Ou seja, como se a partir desse momento deixasse de ter nome próprio, de ser filho, de ter uma profissão, de ter uma identidade de homem ou mulher. Somos mulheres e entendemos que, na vida, se é homem ou mulher. Para depois, a partir das determinações discursivas da época em que se vive, das marcas infantis e dos ‘bons encontros’ na vida, cada um vai se referenciando a partir do masculino ou do feminino enquanto posição psíquica. E isso vai determinar seu jeito de amar, de namorar, de fazer laço etc. Por exemplo: No primeiro dia em que ficamos, quando fui tocar o corpo da

Michele, me surpreendi que não tinha um pênis. Isso é só para te inspirar e te dar um exemplo de que o quanto o conhecimento da anatomia e da realidade é menos determinante que a dimensão do simbólico enquanto representação. Isso é para brincar um pouco do quanto existem mil e um ordenadores e arranjos possíveis no campo da sexualidade e, principalmente, uma infinidade de arranjos possíveis para um casal”.

O texto continua, desta vez escrito por Michele: “Gostaríamos de deixar uma interrogação: o que é apresentar alguém como homossexual, na medida em que nunca vimos alguém se apresentar como heterossexual? Ou ainda, como poderíamos aceitar essa representação se a ideia do homossexual faz alusão à atração pelo mesmo sexo, se o encontro entre mim e Carla diz justamente da atração pela diferença de posição? Ou seria o estereótipo ‘homossexual’ uma forma de anular a reflexão e de manter a ilusão de que não temos ‘nada’ comum para fazer laço?”.

Considerarei as questões colocadas por elas tão interessantes que quis trazê-las para esta coluna. Tudo o que nos provoca a pensar sempre nos faz avançar. Concordar ou discordar não é o mais importante. Acho que as pessoas dão valor demais ao “concordo” ou “discordo” — e assim perdem ótimas oportunidades de aprimorar sua reflexão porque se sentem ameaçadas quando algo abala suas convicções. Provocações intelectuais valem a pena porque nos fazem refletir para além do que pensávamos antes — e tornam possível chegar a questões que também superam as iniciais. Valem a pena porque nos fazem duvidar de nossas certezas. E esse é um excelente exercício para nos tornarmos pessoas melhores, que pensam mais e melhor e conjugam a tolerância. Se o método servir para alguém, sempre que algo me parece muito novo ou mesmo absurdo, eu faço um exercício que começa por um silencioso, mas nem por isso menos sonoro: “Será?”.

É necessário ressaltar que a denominação homossexual e seus derivativos foram usados por muito tempo para discriminar. Até pouco tempo a “homossexualidade” era considerada uma patologia, um desvio. E há quem ainda defenda essa teoria. Por outro lado, com imensa coragem e obstinação, o movimento gay conseguiu transformar uma definição que era pejorativa em ação afirmativa, fundamental para a conquista de direitos. Foi preciso afirmar a diferença para conquistar o direito de existir. Fechar-se em guetos se impôs como um espaço de proteção diante de uma sociedade preconceituosa — e uma estratégia para encaminhar as questões legais com maior poder de pressão. Hoje, o próprio desdobramento da sigla LGBTTTTS, que não para de aumentar em função de novas definições, mostra um caminho de abertura. O trinômio GLS (gay, lésbicas e simpatizantes) não abarca mais todas as diferenças. E possivelmente teremos uma sociedade melhor quando as diferenças não precisarem mais ser explicitadas numa sigla.

É por esse caminho que me parecem ir Carla e Michele. Elas não ocultam nenhum elemento de sua condição. Pelo contrário, apresentam-se com uma transparência pouco vista, mesmo em militantes da causa. É preciso observar ainda que elas não circulam por guetos, mas na universidade, na escola dos filhos, nos restaurantes da cidade, no clube, nos próprios consultórios. E não em São Paulo, uma cidade que pelo tamanho permite a vivência de todos os arranjos — mas em Blumenau, uma cidade de porte médio, conservadora, com população predominantemente de origem alemã.

Ao escutar a argumentação de Carla e Michele, fiz várias indagações sobre a minha vida e analisei meus arranjos amorosos em retrospectiva. Provavelmente eu nunca lidaria bem com um parceiro com uma posição masculina tão determinada. Percebo que tenho muito forte em mim as duas posições — e as

alterno nos jogos amorosos e sexuais. Homens muito masculinos ou femininos demais acabam por me desinteressar. Sou atraída por gente que mistura, me fascina pelas nuances.

Gosto, numa história de amor, da liberdade de ser uma coisa e outra — e ambas. E, embora já tenha me sentido atraída por mulheres — femininas e masculinas —, nunca aconteceu. O que não significa que não acontecerá. E me exponho aqui em reciprocidade à exposição dessas duas mulheres, que entenderam que tinham a responsabilidade ética de se mostrar, para que outros brasileiros pudessem refletir sobre uma questão tão importante. Não acho que meu jeito é melhor que o de ninguém — nem que o de Michele e Carla sejam melhores ou piores que todos os outros possíveis. Acredito apenas, por tudo que vi, ouvi e senti, que elas formam um casal interessante e criaram uma família bonita.

Saí dessa experiência de reportagem com apenas uma convicção pessoal. Não sou heterossexual. Não porque pretenda começar a namorar mulheres, mas porque cheguei à conclusão de que essa definição diz muito pouco sobre a complexidade do que somos. Também não sou bissexual. Está na hora de criar nomes mais fluidos, acho eu. Se alguém me perguntar se sou homo ou hétero ou bi, vou dizer: “Sou uma mulher às vezes masculina, às vezes feminina, que gosta de homens às vezes femininos, às vezes masculinos, e que algumas vezes se sente atraída por mulheres às vezes femininas, às vezes masculinas”. É mais complicado, sem dúvida. Mas também é mais estimulante.

1º de junho de 2009

¹ A reportagem foi publicada em 30 de maio de 2009 e pode ser lida no site da revista *Época*.

Vida de clichê

O jornalista Humberto Werneck lançou seu *O pai dos burros — Dicionário de lugares-comuns e frases feitas* (Arquipélago Editorial). Dono de um dos grandes textos da imprensa brasileira, ele passou quase 40 anos colecionando os clichês que sujam as páginas de jornais, revistas, livros. Aquelas palavras que, de tanto ouvi-las, são as primeiras a aparecer na nossa cabeça, na ponta dos nossos dedos. É automático. Chegam antes do pensamento. De certo modo, são as palavras que nos libertam para não pensar. Foram ditas muitas vezes antes, não causarão nenhuma reação inesperada. Não provocarão nada, nem de bom, nem de ruim. Tanto faz dizer que “a vida imita a arte” ou que “o futebol é uma caixinha de surpresas”. É um dizer que nada muda, é um imenso nada.

Por que então os clichês são tão populares? Porque são seguros, é o que disseram gente brilhante como H.L. Mencken e Hannah Arendt. Ao repetir uma ideia velha, o que foi dito e redito por tantos antes de nós, nada sai do nosso controle. Também nada acontece. Uma nova ideia é sempre um risco, não sabemos aonde ela vai nos levar. E, na falta de ousadia, o que nos sobra é medo.

Li todas as 208 páginas, os 4.640 clichês, para conhecer as palavras das quais deveria fugir. Desde então, adquiri um incômodo que não sai de mim. Ao colecionar lugares-comuns, Werneck espera nos instigar a pensar antes de sair escrevendo — ou falando. Se o jogo de palavras vier muito fácil, é porque já foi dito tantas vezes que abriu um escaninho no nosso cérebro. Basta apertar uma tecla invisível e sai de lá pronto. Não custa nada, nem mesmo um esforço mínimo. “O tempo é o senhor da razão”, “a esperança é a última que morre”, “nunca antes na história deste país”... Os clichês estão sempre sendo produzidos, até mesmo como estratégia de marketing.

Há os clichês coletivos, que estão no dicionário do Werneck, e acredito que cada um de nós tem um repertório próprio. Expressões que repetimos nos nossos textos, nos nossos discursos, na nossa autodefesa permanente — não apenas diante de outros, mas também no banco dos réus do nosso tribunal pessoal. Ideias que já testamos e sabemos que tipo de reação provocam, um repertório confiável de velhos truques.

Criamos nosso próprio mundo de palavras e de pensamentos. Na busca de um lugar seguro, não copiamos apenas os outros, mas a nós mesmos, infinitas vezes. Se é fácil rir das frases feitas a que a maioria se agarra para não mergulhar no desconhecido, também é fácil observar que muitos dos que riem não ousam ir além dos comportamentos clichês em sua própria vida.

Foi seguindo o fio dessa meada (olha o clichê aí!) que fui me tornando incomodada e um pouco melancólica. Tento policiar-me para escrever sem usar fórmulas, ainda que minhas. Forçar-me a buscar jeitos novos, ser uma parte diferente de mim em cada texto. Nem sempre consigo. Mas tento me obrigar a tentar. Depois de tantos anos escrevendo na imprensa, é fácil ser uma cópia de mim mesma.

Sei disso e tento manter-me inquieta. Quando vou me tornando um tatu-bola, enrodilhada em mim mesma, sou também eu que me cutuco com um pedaço de pau para sair da toca. Conforto é bom, mas é

também uma não ação. Sei que apenas chegando cada vez mais perto de mim mesma é que posso alcançar a possibilidade de ser outra. E de fazer do velho em mim algo novo.

Numa entrevista a Clarice Lispector, o psicanalista Hélio Pellegrino disse algo que me cutucou com delicadeza, mas bem fundo. Sempre que leio uma entrevista ou um texto dele, fico pensando como alguém pode dizer algo tão elaborado com tanta simplicidade, numa resposta oral a uma pergunta que não esperava. E com tanta generosidade para aquele que o escuta. Suas palavras não machucam porque não foram pensadas para ferir. Com a ponta dos dedos, elas acariciam. Foram pronunciadas para dar uma chance ao interlocutor, leitor. São como uma mão que alcança — e não um pé que esmaga. Vivemos num mundo em que as pessoas se sentem mais seguras quando se tornam pés que esmagam. A mão que alcança exige mais coragem, porque alcançar é sempre um risco — e esmagar tem um final previsível.

O Hélio disse, lá pelas tantas: “Escrever e criar constituem, para mim, uma experiência radical de nascimento. A gente, no fundo, tem medo de nascer, pois nascer é saber-se vivo — e, como tal, exposto à morte”. Lembrei da frase e fui reler essa entrevista por causa dos clichês. Pareceu-me, então, que o esforço do Werneck ganhou um sentido mais amplo. Ele tenta, com seu pequeno dicionário, seu “burrinho”, como ele diz, nos chamar a atenção para as inúmeras possibilidades de nascimentos que perdemos quando repetimos um lugar-comum em vez de uma combinação de palavras que só nós podemos fazer.

Não porque somos melhores que os outros, mas porque a singularidade do nosso olhar é só nossa. Como diz o poeta, “se eu morrer, morre comigo um certo modo de ver”. Ou, na frase genial do menino de oito anos que li na seção “Quem diria” da *Revista da Folha*: “Pai, tô em extinção. Só tem um Guilherme Ribeiro Kierpel no mundo”. Ele descobria ali, depois de uma aula de ciências, a singularidade do que era. Um dia pode descobrir que, para alcançá-la em sua integridade, precisará de muita coragem. Terá de resistir ao conforto de uma vida de lugar-comum.

Clichês são letra morta. Palavras que nasceram luminosas e morreram pela repetição, já que a morte de uma palavra é o seu esvaziamento de sentido. Agarrar-se aos lugares-comuns para não ousar arriscar-se ao novo é matar a possibilidade antes de ela existir. É matar-se um pouco a cada dia ao matar nossa expressão no mundo. De homens, nos reduzimos a papagaios. Como naquelas reuniões de empresa em que as pessoas se digladiam numa guerra de jargões corporativos que nada dizem delas, mas fingem dizer. Acreditam que assim mantêm o emprego, seu diminuto lugar no mundo. Se os clichês forem pronunciados em inglês, mais seguras se sentem.

O mundo das frases feitas serve também para barrar o novo. Quem não conhece o manual — e é preciso um certo tempo para descobrir que os jargões só são cascas de palavras e não palavras — é colocado do lado de fora da linguagem. Exilado, não ameaça ninguém — nem o funcionamento do todo — com as palavras mais subversivas e ameaçadoras para este mundo: as próprias.

Quando nos expressamos por palavras, temos sempre a possibilidade de nascer. E se renunciamos ao nascimento, ao trocar a possibilidade do novo pelos chavões, aceitamos a morte antes de viver? Fiquei pensando nisso. Parece-me que os lugares-comuns vão muito além das palavras. A gente pode transformar nossa vida inteira num clichê. Não basta apenas pensar antes de escrever, na tentativa de criar algo nosso. É preciso pensar para viver algo nosso — antes de repetir a vida de outros.

Do mesmo modo que é mais fácil botar no mundo o primeiro chavão que nos vem à cabeça, também é mais fácil — e mais aceito — viver segundo os clichês da nossa família, sociedade, época. Penso que a

maioria de nós vai vivendo e repetindo velhas vidas que aparentemente já deram certo e não incomodam ninguém. O que seria o clichê de uma vida de classe média de um brasileiro de hoje?

Vou arriscar. Estudar num colégio privado desde a creche. Começar a falar inglês ainda bebê. Alguma coisa tipo balé ou artes marciais ou aulas de circo. Em algum momento do ensino médio ir para a Disney com a turma ou até fazer um intercâmbio para melhorar o inglês. Ingressar na universidade. Antes ou depois da faculdade morar um tempo em Londres. Em algum momento tocar saxofone ou algum outro instrumento que lembra bares boêmios, com atmosfera *noir*, de uma vida que leu nos livros e/ou viu nos filmes. Produzir alguma coisa de cinema de documentário e/ou criar um blog onde finalmente pode expressar seu verdadeiro eu. Rebelar-se um pouco e enfim trabalhar, reclamar do trabalho e fazer umas baladas com os colegas de trabalho e os velhos amigos da faculdade. Descobrir que ser adulto é aceitar a vida como ela é. Casar, comprar apartamento, ter um ou dois filhos, entender de vinhos e fazer viagens de férias bacanas para a Europa, Estados Unidos ou países exóticos da Ásia e mais recentemente também da África. Não sei bem como continua.

Não é ruim ou errado, não se trata disso. Pode até ser muito rico, se for vivido como algo próprio, segundo a singularidade de quem vive, não segundo a ditadura do clichê do que deve ser uma vida de uma pessoa de classe média do início do terceiro milênio. Parece-me, porém, que não pensamos muito antes de vivermos uma vida lugar-comum. Não pensamos nada quando acordamos pela manhã e seguimos até a noite uma rotina instituída, mas por quem? Ah, sim, por nós.

Não pensamos nem mesmo que nada impede que façamos tudo diferente. Apesar da pilha de empecilhos-clichês que temos na ponta da língua para ocultar nosso medo de arriscar, se formos pensar com a necessária honestidade, a vida está mesmo mais perto do que longe das nossas mãos.

Podemos viver um lugar-comum, que nos carrega para a zona de conforto e não ofende nem a família, nem o patrão, nem o Estado. E podemos tentar viver a nossa vida, a vida que só nós podemos viver. A vida que nos transforma desde sempre, como descobriu o menino de oito anos, em alguém em extinção.

E com isso não falo de uma vida povoada de aventuras grandiosas, mas das pequenas aventuras que podem ser vividas até mesmo no sofá da sala, sem acompanhamento de violinos, sem testemunhas, sem reconhecimento público. A vida que só nós podemos viver, aquela que busca a singularidade do que é nosso, é aquela que passamos a vida buscando.

É também a vida sujeita ao erro, ao imprevisto, ao descontrole. De novo, a entrevista de Hélio Pellegrino a Clarice Lispector. Ela, ainda bem, não tenta arrancar nada de ninguém. Apenas pergunta, suavemente: “Hélio, é bom viver, não é?”. Ele responde, um vento avançando pelas nossas crenças: “Viver, essa difícil alegria. Viver é jogo, é risco. Quem joga pode ganhar ou perder. O começo da sabedoria consiste em aceitarmos que perder também faz parte do jogo. Quando isso acontece, ganhamos algo extremamente precioso: ganhamos nossa possibilidade de ganhar. Se sei perder, sei ganhar. Se não sei perder, não ganho nada, e terei sempre as mãos vazias. Quem não sabe perder acumula ferrugem nos olhos e se torna cego — cego de rancor. Quando a gente chega a aceitar, com verdadeira e profunda humildade, as regras do jogo existencial, viver se torna mais do que bom — se torna fascinante. Viver bem é consumir-se, é queimar os carvões do tempo que nos constitui. Somos feitos de tempo, e isso significa: somos passagem, somos movimento sem trégua, finitude. A cota de eternidade que nos cabe está encravada no tempo. É preciso garimpá-la, com incessante coragem, para que o gosto do seu ouro possa fulgir em nosso lábio. Se assim acontece, somos alegres e bons, e a nossa vida tem sentido”.

A vida que se vive para longe dos clichês não tem garantias. Tem vida. Tudo o que a vida que se vive para longe dos clichês nos oferece é isso, vida apenas.

Quando eu tinha 13 anos, de repente percebi que a vida que me esperava era um interminável lugar-comum. Terminar o colégio, fazer faculdade etc etc. A revelação teve um enorme impacto sobre mim. Me fechei no quarto, passei um tempo sem falar com minhas amigas, com ninguém. A falta de sentido do sentido da minha vida me esmagava. Decidi então que deixaria o colégio. Pararia tudo. Não pela convicção de que não deveria estudar, mas porque eu precisava fazer algo para interromper o fluxo inexorável rumo a uma vida feita de uma sucessão de frases feitas.

Parar tudo era um ato desesperado. E de uma lucidez assustadora para alguém de 13 anos. Anunciei a decisão aos meus pais. E disse que iria a Campinas falar com o meu irmão sobre o que sentia. Sempre fui enormemente ligada a esse irmão, que foi quem me ensinou a escrever — graças a isso escrevo como canhota, embora seja destra. Na época, ele estudava Física na Unicamp.

Peguei um ônibus em Ijuí, na minha primeira viagem sozinha, e desembarquei em São Paulo. O Zé estava lá, me esperando — e disfarçando bastante bem a enorme encrenca que representava o advento da irmã caçula em sua rotina de estudante pobre. Embarcamos num ônibus para Campinas e eu vivi a sua vida por uns dias. Ele morava numa garagem de carro, nos fundos de uma casa. Em vez do carro, tinha ele. O chão era de terra, sua cama, que passou a ser a minha cama, era um colchão em cima de uns tijolos, suas poucas roupas eram guardadas num caixote de madeira, o único móvel era uma escrivaninha onde ele estudava das 5h de uma madrugada até à 1h da seguinte, com interrupção para as aulas que ele achava que valiam a pena e para eventuais reuniões de política estudantil. A mesma rotina que ele havia iniciado com apenas 15 anos. Naquele tempo, sem saber por onde começar, começou lendo enciclopédias. Mas esta é uma outra história.

Na primeira madrugada que passei na sua garagem-casa, acordei e o vi ali, debruçado sobre os livros, os pés na terra, tudo muito pobre e muito frio. Além do almoço no restaurante universitário, sua dieta se limitava a bananas, pão e leite. Meu coração se apertou de amor pela grandeza daquele pouco mais que um menino, solitário diante do parapeito do mundo. Descobri ali, assistindo àquela cena enquanto fingia dormir, que o Zé estava obcecado em se tornar não apenas o melhor físico que podia ser, mas o melhor homem que podia ser. Estava em busca da vida que só ele poderia criar para si mesmo.

Voltei para casa. E muito aconteceu desde então. Semanas atrás, quando escrevi uma coluna sobre nosso afastamento das estrelas², o Zé me mandou um e-mail sobre sua “visão cosmológica”. Escreveu na linguagem informal de um irmão escrevendo um e-mail para a irmã: “Somos um acidente evolutivo, ou melhor, apenas um dos inúmeros (sub)produtos. A consciência não tem nada de especial (a não ser para nós, é claro). Nossa posição temporal e geográfica no universo é totalmente irrelevante. A contrapartida é que somos capazes de perceber nossa existência (acredito que, em outros níveis, outros animais complexos também conseguem). A partir daí, o mundo, tal qual percebemos, é TUDO o que temos (e teremos!). Portanto, estamos no centro do NOSSO universo. E isso coincide com as nossas adaptações evolutivas. Assim, nossa cosmologia é encontrar um ponto de contato entre essas duas realidades: a externa, de total irrelevância, e a interna, onde somos centrais (tanto que nosso universo desaparece com a nossa morte). Por isso a religião (que resolve esse problema) é — a meu ver — uma evolução natural da nossa cultura, consequência natural da nossa evolução biológica (esse é o pensamento, mais ou menos, entre outros, do Daniel Dennett, em *Breaking the spell*). Somos *believers* (crentes). O que eu acho mais

interessante no ponto de vista agnóstico (ou ateu) é que, diante dessas percepções, sabemos que somos tudo o que temos (como indivíduo ou como espécie) e, portanto, temos a liberdade e a responsabilidade de definirmos o que queremos ser (como indivíduo e como espécie). A construção do nosso mundo e para onde vamos é nossa responsabilidade. Acho que não pode haver maior riqueza em uma vida do que essa liberdade”.

Era um convite para tomarmos um vinho e falarmos sobre a vida. Como conversamos lá atrás, comendo banana com leite. Agora, nós dois podemos pagar por um vinho que não dê dor de cabeça no dia seguinte. E temos um tapete para pisar. Mas nossa inquietação segue latejando, às vezes doendo muito — e nos carregando para vários lugares. Sempre em busca. E sempre usando qualquer pretexto para buscar: uma palavra, um livro, um filme, uma pessoa, uma traição, um esquecimento, uma solidão. Qualquer pedaço de madeira em que possamos nos agarrar para não sermos afogados pelo oceano de comportamentos clichês, para que nossa ânsia de vida nos leve sempre a viver. Com todas as dores, as fomes, as perdas e também os ganhos que fazem parte de uma vida não escrita. Nenhum de nós quer ser reduzido a um personagem de si mesmo, ainda que seja um bom personagem.

Foi até aqui que o dicionário de clichês do Humberto Werneck me levou. Não sei se faz sentido para mais alguém além de mim, mas no fundo sempre escrevemos para nós mesmos. Para, como disse Hélio Pellegrino, poder nascer. E descobrir-se vivo, radicalmente vivo.

24 de agosto de 2009

² Acoluna “O céu nos espera” foi publicada no site da revista *Época* em 3 de agosto de 2009 e pode ser lida na internet.

O doping dos pobres

Parte da minha família é da zona rural e lá está até hoje. Na roda de conversas, chimarrão girando de mão em mão, os tios com um cigarro de palha pendurado no canto da boca, ficava encasquetada com um comentário recorrente. Toda prosa começava com o preço da soja ou do trigo, evoluía para a fúria da geada do inverno daquele ano, quicava por quanto fulano e beltrano estavam plantando e, por fim, chegava ao ponto que me interessava.

Eu era um toco de gente, mas sentada num banquinho ao pé dos adultos e do fogão a lenha, não havia nada que me arrancasse dali. Depois desses assuntos chatérrimos, que eu suportava com brios de filósofo estoico, finalmente minhas tias começavam a atualizar meus pais sobre as fofocas locais. Invariavelmente havia alguém que tinha descarrilado. Vinha então a voz meio sussurrada, em tom de sentença: “Fulana sofre dos nervos”.

Pronto, estava tudo explicado. Menos para mim. Eu não entendia o que eram os tais dos nervos. Só sabia que eles eram os culpados por alterar a ordem daquele pequeno mundo rural. Depois de “atacadas dos nervos”, pessoas até então trabalhadeiras, de repente, não achavam mais que acordar às 4h da madrugada para tirar leite de vaca e plantar soja era a vida que tinham pedido a Deus. Mulheres sensatas largavam as panelas e os filhos ao vento e recusavam-se a juntar o marido bêbado no bolicho do povoado. Rebelavam-se. Por culpa dos nervos.

Eu criava ouvidos de Dumbo — não para voar, mas para ficar plantada bem ali, ouvindo até o zum-zum das varejeiras tentando alcançar as bolachas de confeito branco, paridas na cozinha das tias para as visitas do domingo. Só raramente alguém notava meus olhos de bolinha de gude e fazia sinal para mudar de assunto. Naquelas noites, eu nem dormia. Parte por causa dos borrachudos que tinham esfolado a minha pele. Parte por causa do mistério dos ataques de nervos. Será que eu também tenho nervos?, matutava. De manhã, perguntava a um e outro, mas ninguém dava uma explicação convincente. Nervos eram nervos e pronto. E não eram assunto de criança.

Cresci, apalpei outras geografias, mas revisito aquele mundo rural sempre que possível. Nas minhas recentes passagens por lá, descobri que os nervos desapareceram. Não há mais nervos em parte alguma. Agora há depressivos e vítimas de pânico. E, em vez de ataques de nervos, as pessoas têm crises de ansiedade. Antes, o contra-ataque se dava por um arsenal de chás e ervas de nomes estranhos. Mesmo na cidade, não tinha nada que o finado Chico não tratasse com alguma bebida de cor estranha. Minha teoria pessoal é que não existiam vírus, bactéria ou até mesmo nervos capazes de suportar o cheiro daqueles troços. Mas o velho Chico morreu, não sei dizer se antes ou depois dos nervos. E agora tudo é tratado com comprimidos de cores variadas.

Quando comecei minha aventura de repórter, no final dos anos 80, ainda encontrava referência aos nervos por onde andasse, fosse em zonas rurais de norte a sul, fosse na periferia das grandes cidades. Com o tempo, especialmente a partir de meados dos anos 90, as mesmas queixas começavam a ser

embaladas em termos médicos. Nos últimos anos, tenho ficado embasbacada ao entrevistar gente analfabeta que fala em depressão como se fosse o nome de alguém da família. A terminologia psiquiátrica invadiu a linguagem em todas as classes sociais e regiões — e se inscreveu na cultura.

Há algum tempo penso nos muitos significados dessa mudança. Significa que as pessoas estão sendo mais bem tratadas e tendo acesso a medicamentos? Talvez. Mas não me parece que seja isso. Ou pelo menos apenas isso. Estou preocupada com o que tenho testemunhado pelas periferias do Brasil. Antes, quando batia na casa das pessoas mais humildes, os pais de família me apresentavam sua carteira de trabalho. Isso sempre me devastou, porque revelava a violência silenciosa que vitimava os mais pobres. Com o gesto, eles queriam provar que eram trabalhadores, gente de bem — e não vagabundos ou bandidos porque eram pobres. Eu tentava explicar que não era autoridade nem tinha direito algum de ver seus documentos. Mas o homem diante de mim, estendendo a carteira de trabalho, carregava na alma séculos de humilhação. Então, eu examinava e elogiava seu documento.

Hoje, quase não acontece mais. De uns tempos para cá, o que muita gente tem me mostrado são, adivinhem: seus medicamentos. Com um sentido diverso. Acreditam que, por ser jornalista, tenho um conhecimento que eles não têm, sou capaz de esclarecer suas dúvidas. Estou lá, sentada no único sofá ou na melhor cadeira da casa, quando acontece. Depois da prosa inicial, que no meu caso leva umas duas horas, já estamos todos bem à vontade. Então o pai ou a mãe ou a avó fazem sinal para a menina mais nova. E lá vem a criança carregando uma lata da cozinha. Deposita entre as minhas mãos, como uma hóstia. Olho e já sei o que vou encontrar: cartelas de comprimidos até a boca.

Querem saber se faz bem mesmo. Se posso explicar como devem tomar. Se acho que o guri que só apronta na escola deveria tomar também. Me arrepio. Examino o conteúdo. Procuo as bulas. Boa parte são antidepressivos e tranquilizantes. Pergunto quem toma e por que toma. O avô porque não dorme, a mãe e a avó porque estão deprimidas, o pai porque é nervoso e o filho porque é “muito agitado”. Com variações, claro. Mas em geral as deprimidas são as mulheres. Lembro que eram elas também as que mais sofriam dos nervos. Não que os homens não sofram, mas sinto que resistem mais antes de assumir publicamente que são “deprimidos”. Em geral eles não dormem ou são “nervosos”. Muitas vezes, os pais bebem álcool, os filhos são usuários de drogas.

Com delicadeza, explico que não sou médica, que precisam procurar o posto de saúde. Respondem que a próxima consulta é só daqui a três meses. Descubro então que trocam de medicamentos. Quando acham que o seu não está resolvendo, tentam o do outro. Consciente da minha ignorância, afirmo apenas o que posso afirmar: não tomem o medicamento que é do outro nem deem para as crianças. Semanas atrás uma mulher me perguntou se podia dar um tranquilizante para a sua sobrinha, de nove anos, que estava muito agitada. Eu disse que de jeito nenhum, “é muito forte”. Minutos depois, veio me contar com um sorriso. Tinha encontrado uma solução: “Dei só a metade”.

A medicalização da dor de existir não é nenhuma novidade. Antidepressivos e tranquilizantes estão disseminados em todas as classes sociais. Para boa parte das pessoas, tomar uma pílula para conseguir “aguentar a pressão” é tão trivial quanto tomar um cafezinho. Mas penso que, se você é de classe média, tem mais acesso à informação, à terapia, a um tratamento mais competente. Tem mais acesso à escuta da sua dor.

É importante fazer a ressalva. Não sou contra antidepressivos e tranquilizantes. Nem tenho autoridade para ser. Acho que medicamentos têm sua hora e seu lugar. Mas não é preciso ser médico para saber que,

em geral, seu uso deve ser temporário, monitorado e acompanhado por outros recursos. Como psicoterapia e análise, em muitos casos. Devem ser usados com muita parcimônia, critério e acompanhamento. E não como se fossem pílulas de açúcar que podem ser tomadas por todos a qualquer sinal de dor psíquica.

O que tenho visto é um doping social. Combate-se a cocaína, o crack, até o cigarro, ótimo. Mas e as drogas médicas que estão pelos barracos e pelos palácios? São menos drogas porque dadas por um doutor?

Minha percepção é de quem anda bastante por aí. Por ser repórter, tenho o privilégio de entrar por várias portas, escutar a narrativa de muitas e diferentes vidas. Para escrever esse texto conversei com psiquiatras, psicólogos e psicanalistas que trabalham na rede pública de saúde. Queria ir além do meu testemunho. Seus relatos são mais assustadores que o meu.

“Basta chorar”, afirma uma psiquiatra muito conceituada. “Há poucos psiquiatras na rede pública, em qualquer parte do país. Em geral, as pessoas vão ao médico por algum outro motivo. Então choram. E o médico, seja qual for a sua especialidade, receita um antidepressivo ou um tranquilizante. Meses depois a pessoa volta. E continua chorando. Aí ganha um mais forte. Ou ganha dois. E ela continua chorando. Mas tudo o que ouve é que é doente e tudo o que lhe dão são remédios. Só que ela continua chorando.”

As pessoas estão sendo viciadas em ansiolíticos nos postos de saúde, afirma uma psicóloga. “São levadas a acreditar que o remédio pode acabar com a sua dor, uma dor que tem causas muito concretas. Não resolve, claro. Um exemplo. Uma mulher tinha dois empregos, um de dia, outro de noite. O que ganhava não dava para pagar as contas. Os ônibus que pegava para chegar até esses empregos eram lotados. Ela vivia num barraco. Aí procurou o posto de saúde e lhe trataram com antidepressivos. Não adiantou. Deram-lhe outro medicamento. Nada. Um dia, sem nenhuma esperança ou recurso, ela tentou suicídio”, conta. “A questão é que não há promoção de saúde, porque isso implicaria se preocupar com projeto de vida, com perspectiva de vida, com melhoria das condições de vida. O que há é medicalização da vida.”

Nossa época é marcada por uma espécie de sedativo social, afirma um psiquiatra. “A gente vê um monte de gente sofrendo. E sofrendo muito. Mas o atendimento funciona assim: está chorando?, toma um antidepressivo; não dorme?, pega um benzodiazepínico. É uma supermedicalização sem critério. As pessoas estão tomando remédios como se fossem bolinhos”, diz. “O médico não tem tempo de escutar, dá um remédio para que parem de chorar ou de reclamar, e as pessoas vivem a fantasia de que são atendidas. Não funciona, claro. Elas continuam sofrendo. Então voltam e o procedimento se repete. E assim vai diminuindo a pressão social.”

Vale a pena parar e refletir. Nossa época está produzindo gerações de anestesiados? A medicalização da dor psíquica é um fenômeno relativamente recente. Pelo menos nessa proporção, com essa enorme variedade de drogas disponíveis e muito mais sendo produzido em escala industrial e vendido em licitações para a rede pública em suas variadas instâncias. Cada comprimido de Diazepam (benzodiazepínico), por exemplo, custa menos de um centavo para a rede pública. Bem mais barato, digamos, que uma sessão de psicoterapia.

Se pensarmos que a medicação da população com antidepressivos e tranquilizantes se acentuou a partir dos anos 90, que tipo de sociedade teremos daqui, digamos, a uma ou duas décadas? O que acontece com as pessoas quando têm a sua dor de existir abafada, mascarada, calada a golpes de pílulas? Não sei. Mas

acredito que são perguntas que devemos nos fazer. Nós todos, não apenas os governantes ou os profissionais da saúde. Estamos vivendo uma mudança cultural das mais profundas. E não me parece que estamos suficientemente atentos a suas causas, significados e implicações. Que tipo de mundo e de gente estamos criando quando a resposta para toda dor é uma pílula?

De novo, não sou contra o uso responsável de medicamentos. E me sinto bastante satisfeita por viver numa época em que é possível curar — ou pelo menos controlar — muitas doenças graças ao avanço da ciência. Mas não é disso que se trata. O que tenho testemunhado não é tratamento — mas doping. E do pior tipo, o legalizado, aquele que é travestido como promoção de saúde e promovido pelo Estado, sob a pressão da indústria farmacêutica. E, atenção: cada vez mais cedo. Em todas as classes sociais, as crianças começam a ser medicadas nos primeiros anos de vida, bastando para isso não ter um comportamento na escola considerado “normal”.

Na passagem do tempo, descobri que também eu tinha os tais dos nervos. Desde criança, convivo com as muitas dores de existir. Como quase todo mundo. Às vezes “a vida dói como uma afta”. Mas talvez raramente seja caso de antidepressivo. Assim como nossas palpitações de ansiedade nem sempre são patologias ou as noites de insônia são doença. Sentimos tristeza, melancolia, angústia, medo. Vivemos lutos, tanto pela perda de quem amamos quanto pela perda de amantes, assim como pelas pequenas perdas de cada dia.

A dor é parte da vida. O fascinante na espécie humana é que conseguimos transformar dor em criação. Elaboramos nossas muitas dores criando poesia, pintura, escultura, música, vestidos, bordados, artesanato, culinária, cinema, móveis, teatro, ciência, histórias. Cada um à sua maneira muito particular. Se em vez de elaborar a dor e transformá-la em expressão, tomamos comprimidos que conseguem apenas nos embotar por um tempo, o que estamos fazendo com nós mesmos e com o nosso mundo?

Se você pega seis ônibus lotados por dia, trabalha 15 horas, é humilhado pelo seu chefe, mora num barraco e não tem dinheiro para pagar as contas, você tem depressão porque não encontra mais forças para suportar esse cotidiano ou tem um transtorno mental porque não consegue dormir? Não. Não é preciso ser médico para saber que ninguém pode estar bem em condições de vida como essas. Seria preocupante se estivesse. A alternativa não é se entupir de tarjas-pretas, mas criar um jeito de lutar por uma existência mais digna, pressionar o poder público, formar uma associação comunitária para exigir seus direitos, construir um projeto de vida com aquilo que é possível e brigar por aquilo que precisa se tornar possível.

Ser protagonista e ser parte da transformação é ter saúde. Não há nada mais aniquilador do que o sentimento de impotência. E, quando a questão é esta, tomar remédios como se sua dor não fosse legítima, não tivesse causas reais que precisam ser escutadas e mudadas, é acentuar o abismo da impotência. É o contrário de saúde. Por isso, fico muito preocupada quando entro nas casas e os moradores me mostram suas pílulas em latas de comida.

Tenho o privilégio de acompanhar o movimento literário das periferias do Brasil. Em especial, o sarau da Cooperifa, na zona sul de São Paulo. Das mais diversas regiões da Grande São Paulo, toda noite de quarta-feira, centenas de pessoas, a maioria delas pobres, alcançam o bar do Zé Batidão para ouvir e fazer poesia. Sérgio Vaz, o criador da Cooperifa, pode passar horas contando sobre gente que chegou lá aniquilada, com a espinha dobrada, a vida por um triz. E, ao ser escutada, sentir-se parte, transformou-se. Gostaria que alguém fizesse uma pesquisa de saúde mental entre grupos que pertencem a saraus de

poesia, rodas de samba, posses de hip-hop, oficinas de arte, associações comunitárias e a população que não pertence a nada, nem a si mesma.

Penso que o conceito de saúde — e de saúde mental — não existe se não abarcar projeto de vida.

O primeiro texto que escrevi, aos nove anos, foi inspirado pela abissal melancolia de um domingo de manhã em que eu estava sozinha enquanto todos em casa dormiam. Era escrever ou a melancolia me engolir. Aos 11 anos, eu já tinha um livro de poesias. Todas elas elaboravam momentos diversos da minha dor de existir. Para mim, a escrita foi a maneira que encontrei de elaborar a minha angústia, “os meus nervos”. Acabei fazendo disso um projeto de vida.

Já vivi muitos momentos duros, inúmeros traumas. Posso afirmar, sem exagero, que fui vítima da maioria dos artigos do Código Penal, com exceção de assassinato. Me descobri algumas vezes dançando à beira do precipício. E por duas vezes na minha vida precisei de medicamentos. Tive a sorte de encontrar profissionais competentes, humanistas, que acreditavam no que faziam, no que eram. O uso de medicamentos foi pontual, parcimonioso, controlado e com tempo para acabar. Sempre acompanhado por sessões de psicanálise. Superei cada um deles não me anestesiando, mas elaborando a dor. E criando furiosamente.

Tudo o que vivi uso para escrever. E tudo o que vivi me ensinou a escutar. Quando entro na casa das pessoas como repórter e elas me mostram seus medicamentos, o que esperam de mim é que as escute. E é o que talvez eu faça de melhor. Fico horas em suas casas, apenas ouvindo. Escutando de verdade. A narrativa da vida é um reconhecimento da vida. A escuta da dor é um reconhecimento da dor. Se alguém que sofre procura um médico e, em vez de escutá-lo, o profissional o entope de comprimidos, o que aconteceu ali não é promoção de saúde, é promoção de doença. E o médico que se sujeita a isso pode estar tão doente quando aquele que o procura. O sistema de saúde não pode funcionar como um reproduutor de impotências. Uma linha de produção de impotências, que em vez de apertar parafusos, coloca bolinhas na boca. Como sabemos por pesquisas, é significativo o número de médicos que não apenas dopa, mas também se dopa.

Promover saúde é promover vida. E a vida começa pela escuta da vida. É o que faço como contadora de histórias reais. Mas quando as pessoas me mostram uma lata de comprimidos, que todos tomam, da criança mais nova ao avô, não é de mim que elas precisam. Para não me sentir impotente, escrevo este texto. Na esperança de que alguém me escute.

31 de agosto de 2009

A grande aventura

Acabo de chegar do cinema. Fui sozinha assistir *Up — Altas aventuras*³, a nova animação da Pixar. É aquele filme em que um velhinho sai voando em sua casa suspensa por balões, quando vêm buscá-lo para levá-lo para um asilo. Ele voa com toda a sua vida junto. Vai para o futuro, rumo a um sonho do passado. Quer justificar a sua vida — talvez mais que a sua, a da mulher que ama. Conheceram-se quando eram duas crianças que sonhavam viver grandes aventuras, explorar o mundo. Agora viúvo, cheio de dores, apoiado em sua bengala, Carl Fredricksen (esse é o nome dele) voa em busca da terra das cachoeiras gigantes de sua infância, naquela que parece a mais arrojada de todas as expedições de uma vida que vale a pena. Descobre então que não há aventura maior — e mais arriscada — que a vida compartilhada com quem se ama.

Não, eu não contei o fim do filme. Só a vida de todos nós. Uma fábula que, de tão banal que é, nem sempre alcançamos. Nos últimos anos, por diferentes motivos, acompanhei o fim da vida de muitas pessoas. Bem perto do fim, o que elas queriam saber é se a vida delas havia sido uma vida plena. O que precisavam ter certeza é que sua existência tinha valido a pena. Percebi que só morriam em paz aqueles que se reconciliavam com a vida vivida. Com todas as suas perdas, desistências e covardias. Com os limites todos, sendo o maior deles a morte logo ali adiante. Os que não conseguiam olhar para sua própria vida com generosidade, morriam agitados, convulsos. Nessa hora, não havia morfina que aplacasse sua dor.

Não há vida que não tenha sua cota de desistências, perdas e covardias. Seja a de um astro de Hollywood, que ganha milhões por filme, seja a do mendigo, que carrega a casa nas costas, seja a de qualquer um de nós. Nossas semelhanças são avassaladoras. *Up*, essa animação tão adulta, nos dá a chance de uma reconciliação. Não precisamos, como Carl Fredricksen, chegar perto dos 80 anos para descobrir que os pequenos morros que escalamos com nossas pernas nem sempre em forma e nossos pulmões ofegantes foram pelo menos tão altos quanto o Everest. Quanto mais cedo nos reconciliarmos com nossa aventura pessoal, mais cedo estaremos livres para nos lançarmos em descobertas outras.

Há uma frase de Russell, o menino que acompanha Fredricksen nesta aventura, que pode nos ajudar a olharmos para a nossa vida, nem sempre no topo, com a generosidade necessária. Quando já estão em meio à natureza selvagem, a externa e a de si mesmos, o garoto lembra que costumava observar as cores dos carros que passavam com seu pai. E diz a Fredricksen: “Eu sei que é chato, mas são as coisas chatas as que eu mais me lembro”.

É um exercício que vale a pena empreender. Do que você se lembra, o que guardou por todos esses anos? Ouso apostar que, como Russell, você também guarda na sua caixa de joias da memória as “coisas mais chatas”, as supostamente banais. Eu fiz esse exercício. Lembrei-me de uma cena, repetida em muitos domingos da minha infância, que pode ser considerada ultrajantemente prosaica.

Quase todo domingo, meus pais nos botavam no fusca verde-milico (depois substituído por uma Brasília verde-limão). Partíamos felizes para um programa que eu adorava. Chamava-se “ver as casas bonitas”. Eu ficava no meio, por ser a caçula, espremida entre meus dois irmãos. Embora atrapalhasse um pouco a vista, eu gostava porque me sentia quentinha. E então percorríamos o mesmo roteiro que já sabíamos de cor. Invariavelmente fazíamos os mesmos comentários. E cada um de nós tinha a “sua” casa, aquela que considerava “a MAIS bonita de todas”.

Em geral, quem tinha “casas bonitas” em Ijuí eram os médicos, os dentistas e os empresários que haviam se dado bem no tal do “milagre” econômico da ditadura militar. Como se pode imaginar, a cidade não era exatamente um polo de expansão imobiliário. Demorava para aparecer algo novo no nosso roteiro. Quando acontecia, nós acompanhávamos com rigorosa atenção cada passo da construção do que nos parecia uma mansão. Se o arquiteto tivesse nos ouvido, algumas imperfeições teriam sido corrigidas a tempo. Quando finalmente alguma casa era concluída, para mim era uma final de Copa do Mundo com placar de 5x0 contra a Argentina.

Meu pai dava uma paradinha discreta, para não chamar a atenção dos donos. A gente olhava e se assombrava. Junto com isso vinha uma sociologia caseira. Cada casa motivava uma avaliação de como fulano tinha ganhado tanto dinheiro de repente. Ou, ao contrário, algum pequeno drama que havia obrigado sicrano a interromper uma construção que nos prometia grandes momentos.

A vistoria das casas bonitas acontecia no finalzinho da tarde de domingo e acabava junto com a luz do sol. Depois, voltávamos para a nossa casa bem menos bonita, mas iluminada por dentro. Não havia nenhuma inveja nesse olhar. A gente só gostava de ver coisas bonitas. E eu de tentar imaginar o que acontecia lá dentro, como viviam as pessoas bonitas das casas bonitas.

Foi disso que eu lembrei, acordada pela frase de Russell. Era tão estúpido e, ao mesmo tempo, tão sensacional. Voltei então ao presente. Há algum tempo, não muito, descobri que a maior aventura de todas é amar alguém que escolhemos — e que nos escolhe. O amor é sempre território não desbravado. Entregar-se a ele com toda a verdade de que somos capazes é um enorme risco. Porque damos ao outro um grande poder, o poder de nos refletir.

Aprendi que vale a pena amar aquelas pessoas que, quando nos vimos nos olhos delas, temos vontade de ser alguém melhor do que somos. Elas veem não apenas aquilo que realmente somos, mas aquilo que podemos ser. Tudo aquilo de bom e de generoso que podemos ser. Não significa que não enxergam nossas imperfeições e mesquinharias, mas que veem além delas. Então, do lado de cá do espelho, ficamos desejando nos tornar o que vemos refletido lá.

O homem que eu amo tem esses olhos que me veem boa e bela. E quando ele olha nos meus olhos também se vê bom e belo. A cada ano que passamos juntos, tempos em que a vida nos exigiu muito, cada um de nós chega mais perto do que vê de si no olhar do outro. E isso não tem nada a ver com sermos outros, mas com a capacidade que só o amor generoso tem de nos tornar mais radicalmente o que somos.

Muita gente se pergunta se está com a pessoa certa. Não entendo bem o conceito de “pessoa certa”. Em geral, acho que essa pergunta já diz que algo está errado. Mas, se existe um jeito de saber, eu acho que é esse. Quem diz me amar faz de mim alguém não diferente do que sou, mas melhor? Eu faço de quem amo alguém não diferente do que é, mas melhor? Pelo olhar do outro me torno mais o que sou? E vice-versa?

Observo muito as pessoas e suas relações amorosas. Vejo que vão se tornando muito parecidas com aquilo que o outro da relação diz que ela ou ele é. Quando esse olhar não é amoroso, não é generoso, é

uma tragédia. Já sabemos disso muito antes da vida adulta, pelo que se tornam as crianças que são realmente amadas, amadas o suficiente para que os pais gastem tempo lhes dando também limites. Mas não só. Amadas o suficiente para serem enxergadas e escutadas e acariciadas. E o que se tornam aquelas que foram aniquiladas pelo olhar dos pais.

Quando crescemos, alguns de nós, que receberam na infância um olhar pouco generoso ou mesmo ausente, reincidentem ao buscar um companheiro ou companheira para a vida que repete esse olhar aniquilador. Atribuem para si a missão fadada ao fracasso de mudar o outro. Alterar esse olhar, transformar o outro e o olhar do outro para redimir toda uma vida. E, tentativa após tentativa, encontrando sempre esse mesmo olhar mesquinho, acaba acreditando que é ela ou ele que não vale a pena. É bem triste. Em geral, esses casais passam a vida massacrando um ao outro, já que duas pessoas só ficam juntas se algo nelas se encaixa. Mesmo que seja uma tremenda neurose. É preciso que um dos dois consiga quebrar esse espelho ruim e partir para algo que faça bem a si mesmo.

Dias atrás aterrissei nas minhas mãos um livro da desenhista Carla Caffé, lançado há pouco. Chama-se *Av. Paulista* (Cosac Naify). Fui virando as páginas e me encantando de tal maneira que já presenteei pessoas queridas com ele. O que encanta tanto? Carla é uma mulher que senta pelas calçadas da cidade e desenha prédios, praças, túneis, monumentos. Mas o que torna o livro deslumbrante é que Carla desenha a cidade com o olhar de quem ama. A Paulista de Carla é aquela que pode vir a ser. É a Paulista, mas a Paulista depois de se descobrir amada.

Veja o que Carla diz em depoimento no fim do livro: “Gostaria que os meus desenhos transmitissem a mesma generosidade que Saul Steinberg dedicou a Nova York. No cinema de Woody Allen há muito disso. Em Hannah e suas irmãs, duas moças dentro de um carro disputam a atenção de um arquiteto. No caminho, ele vai mostrando os prédios mais bonitos da cidade. É uma maneira de o cineasta educar o olhar das pessoas. Através de seus filmes descobrimos uma cidade fascinante e ainda inexplorada. Passado algum tempo, todos começam a desejar que ela se preserve ou se transforme naquilo. Isso humaniza as pessoas (...) Eu queria fazer uma cidade bonita, um metrô bonito, os prédios bonitos, a rua Augusta bonita. Acho que a gente tem que desenhar mais a nossa cidade. Com amor”.

Descobri recentemente que as casas bonitas de Ijuí não eram tão bonitas assim. Eram até bem sem graça. Mas elas se tornavam bonitas porque meus olhos eram amorosos, meus olhos as viam bonitas. Apertados dentro de um fusca, nós éramos uma família amorosa, olhando para o mundo com olhos generosos. Esse olhar me carregou pela vida afora.

Ao sair do cinema depois de assistir à *Up — Altas Aventuras*, passei no supermercado apenas para comprar, para o homem que me enxerga com os olhos do amor, todas as coisas boas que ele gosta de comer. Ele passou o final de semana trabalhando. Eu sabia que não podia ligar, porque ele estava submerso no caos da gravação de um programa de TV. Mas eu tinha de dar um jeito de alcançá-lo. Mande então um torpedo dizendo “te amo”. Banal assim. Clichê e piegas. Mas foi a única coisa que me ocorreu para agradecer a ele pela grande aventura que compartilhamos juntos.

Quando ele voltou para casa, nosso apartamento saiu voando. E nem tinha balões.

7 de setembro de 2009

Qual é a sua história?

Me sinto como Cheherazade, a moça esperta das mil e uma noites. Não porque sou esperta, mas porque de algum modo sempre soube que contar histórias me salvava de perder não a cabeça, como era o caso de Cheherazade, mas de perder a mim mesma. Quando era muito pequena e ainda não sabia ler, imaginava histórias para escapar do medo do escuro. Contava para mim mesma na minha cama de bebê crescendo. Quando entrei na escola, imaginava enredos que me carregavam para além das crueldades infantis que me aterrorizavam tanto ou mais que os monstros noturnos. Quando cresci virei jornalista e passei a contar histórias reais para poder viver. Sempre soube que contar histórias me salvava da versão adulta do medo do escuro. Agora, que sou gente grande, contar histórias ordena o caos da vida, me dá sentido e identidade.

Ao tornar-me uma narradora de vidas aprendi que toda vida é uma invenção própria. Não que ela não seja feita de fatos, de dados concretos, de eventos incontrolláveis. O que é absolutamente uma criação própria é a forma como cada um olha para a sua vida.

De fato, há uma só existência. Mas são várias as possibilidades de narrativas dessa mesma existência. Um mesmo episódio, vivido por você e por sua mãe, será contado de maneira às vezes totalmente diversa por você e por ela. E ninguém estará mentindo. Da mesma forma, o mesmo fato vivido por você poderá ser narrado de formas opostas por você mesmo, em momentos diferentes da sua vida. E você estará sendo verdadeiro em ambas as ocasiões.

Isso não significa distorcer o que acontece ou aconteceu. Apenas que há muitas possibilidades de olhar para o que acontece ou aconteceu. Há muitas verdades possíveis. E é a escolha de como olhar para os eventos (ou a falta deles) de sua vida que vai determinar a própria vida. Ou seja: ao escolher como olhar para sua vida você escolhe quem você é.

Quando olho para trás, para os 43 anos transcorridos da minha vida, posso vê-la como um filme de terror. Durante muito tempo era assim que eu via a sequência de episódios que me constituía. E vivia envenenada por isso. Aos poucos, eu mesma fui enjoando dessa narrativa. Cansei do papel de mulher atormentada que havia sido destroçada pelos moinhos de Cartola. Resumindo: eu me via como uma heroína de romance clássico. Comecei a perceber que era heroína de folhetim de banca de revista. E não gostei muito da queda de hierarquia na literatura mundial.

Hoje, olho para a mesmíssima sequência encadeada de episódios como uma vida com alguns pesadelos e tropeços, mas com muita diversão e intensidade também. Uma vida misturada, com um pouco de tudo, como são as vidas, e que me trouxe até aqui e ainda me levará a muitos lugares. E até olho para aquela personagem grandiloquente como a abertura de uma sinfonia de Beethoven com ternura.

O que aconteceu? Descobri que o poder de contar minha história está em mim. É meu. Sou eu que decido quais são os pontos culminantes, os ápices da minha existência, ao olhar para o passado e escolher o que vai dar sentido ao presente e somar no futuro. Da mesma forma que um roteirista de

cinema sabe que é preciso mesclar silêncios, drama, diálogos inteligentes, conversas banais, respiro cômico e também esquecimentos. E são os cortes no momento da edição que vão garantir o ritmo do filme.

Hoje não tenho a menor paciência com gente de 40 anos — ou mesmo de 20 ou 30 — que continua culpando a mãe, o pai ou as agruras da infância por tudo o que pensa que deveria ter conquistado e não conquistou. Ou gente que culpa o chefe ou a suposta falta de oportunidades por tudo o que deveria ser profissionalmente e não é. Como se sua história fosse medíocre por culpa do mundo, e quem a vive não tem nada a ver com isso. Só estava passando quando virou personagem de um conto do vigário.

Gente assim gasta a vida repetindo a mesma ladainha, contando a mesma história para si mesmo — e para os outros. É um disco quebrado. Como a vida vai mudar se o dono da história só enxerga um enredo possível? Ao observar esse tipo de personagem percebi que, na verdade, ele não quer mudar. Só diz que quer — e afirma não conseguir por fatos externos à sua vontade.

A história é chata, dá sono no meio, mas é segura. Gente assim morre de medo do desconhecido. Prefere uma existência de vítima do mundo ao risco de enxergar-se de outro modo. Mas há um momento em que é preciso responsabilizar-se pela vida, por contar a própria história. Ou ficar para sempre refém de versões alheias.

Quem me ensinou que a vida pode ser reinventada a qualquer momento foram as pessoas que, nas últimas duas décadas, me contaram suas histórias. Quando escrevia uma coluna semanal chamada “A vida que ninguém vê”⁴, conheci um homem que ilustra como ninguém essa ideia. Vanderlei era o seu nome. E ele era aquele tipo de gente que costumamos reduzir a personagem folclórico.

Muito pobre e um tanto estropiado, todo ano ele aparecia na Expointer, a maior feira agropecuária do Rio Grande do Sul, com um cabo de vassoura. Dizia que o cabo de vassoura era seu cavalo de raça. Passava pela inspeção veterinária, cumpria os trâmites burocráticos. E lá ficava cavalgando pelos campos da exposição. Os “normais” da feira achavam muita graça, tanta que até alimentavam-no e deixavam que dormisse por ali. Vanderlei era “o louquinho da Expointer”.

Um dia, emparelhei meu cavalo com o dele. Perguntei: “Vanderlei, você é louco?”. E começamos a conversar. A certa altura ele disse: “Você acha que eu não sei que meu cavalo é um cabo de vassoura? Mas pensa, raciocina (e batia a mão fechada na cabeça). Eu nunca vou ter um cavalo de verdade. Você não acha melhor eu acreditar que o cabo de vassoura é um cavalo?”. Só me restou o silêncio. Se ele era louco, eu era o quê?

Vanderlei desejava tanto um cavalo que deu patas, crinas, carne, ossos e sangue a um cabo de vassoura. Reinventou sua vida da maneira que lhe foi possível. Com a infinita liberdade conquistada, para Vanderlei tanto fazia se era um cavalo ou um cabo de vassoura. Tornara-se capaz de entregar-se ao galope desenfreado de um pampa imaginário. Afinal, quem diz o que é um cavalo ou o que é um cabo de vassoura?

Vanderlei é um exemplo radical de reinvenção da vida. Nem todos, porém, são capazes de enxergar com a larga liberdade de Vanderlei. Nem todos viveram todas as suas faltas. O que podemos é escolher se vamos olhar com generosidade para a nossa vida — e para a vida do outro — ou se vamos gastá-la inteira nos lamuriando de nossa pouca sorte.

Qualquer um pode escolher como olhar para si mesmo. Todo homem e toda mulher contêm em si pelo menos dois espelhos: um deles o reflete como silhueta sem rosto definido, manchada na multidão,

destituída de importância; o outro o revela único, singular, um evento histórico irrepetível. É o mesmo homem ou mulher que pode olhar apenas para o chão e se identificar com a meleca que cola nos seus sapatos ou olhar para cima e se reconhecer na matéria das estrelas.

Ambas as identificações são fatos comprovados pela ciência. Basta escolher em que espelho cada um prefere se reconhecer. Parece-me no mínimo curioso que uma parte considerável das pessoas escolhe se identificar com a meleca. E viver de acordo.

De certo modo, temos todos a escolha de ser Cheherazade, a moça esperta das mil e uma noites, que decidiu contar histórias para manter a narrativa da sua própria. Ou podemos ser todas as moças não muito espertas que perderam a cabeça antes dela porque deixaram que o sultão decidisse o fim da sua história.

26 de outubro de 2009

⁴ As melhores crônicas semanais sobre a extraordinária vida comum se transformaram no livro *A vida que ninguém vê* (Arquipélago Editorial), ganhador do Prêmio Jabuti de Melhor Livro de Reportagem (2007).

O depressivo na contramão

Em seu último livro, *O tempo e o cão — A atualidade das depressões* (Boitempo), a psicanalista Maria Rita Kehl nos provoca com uma hipótese sobre a qual vale a pena pensar: a depressão, que vem se tornando uma epidemia mundial desde os anos 70, pode ser a versão contemporânea do mal-estar na civilização. Ela teria algo a dizer sobre a forma como estamos vivendo e sobre os valores da nossa época. Para além da patologia, a depressão pode ser vista também como um sintoma social.

O que nossa época nos exige? Euforia, confiança, velocidade. Temos de ser proativos. O que ela nos promete? Se soubermos traçar nossas metas e construir nossa estratégia, atingiremos o sucesso. Se produzirmos e consumirmos, alcançaremos a felicidade. Ser feliz deixou de ser uma possibilidade esporádica para se tornar uma obrigação permanente. Para nós, seres dessa época, nada menos que o gozo pleno. Fora disso, só o fracasso. E o fracasso, este é sempre pessoal. Se não alcançamos o que nos prometeram no final do arco-íris, é porque cometemos algum erro no caminho. E fracassar, como sabemos, passou a ser não um fato inerente à vida, mas uma vergonha.

O depressivo, nesse contexto, é a voz dissonante. É o cara na contramão atrapalhando o tráfego, como na letra de Chico Buarque. Como diz Maria Rita, é aquele “que desafina o coro dos contentes”. Ela afirma, logo no início do livro: “Analisar as depressões como uma das expressões do sintoma social contemporâneo significa supor que os depressivos constituam, em seu silêncio e em seu recolhimento, um grupo tão ruidoso quanto foram as histéricas no século 19. A depressão é a expressão do mal-estar que faz água e ameaça afundar a nau dos bem-adaptados ao século da velocidade, da euforia *prêt-à-porter*, da saúde, do exibicionismo e, como já se tornou chavão, do consumo desenfreado”.

Nesse sentido, a mera existência do depressivo aponta, nas palavras da psicanalista, a má notícia que ninguém quer saber. Se basta ser proativo, bem-sucedido e saudável, por que tantos e cada vez mais, como mostram as estatísticas, são classificados como depressivos?

“A depressão”, diz Maria Rita, “é sintoma social porque desfaz, lenta e silenciosamente, a teia de sentidos e de crenças que sustenta e ordena a vida social dessa primeira década do século 21. Por isso mesmo, os depressivos, além de se sentirem na contramão do seu tempo, veem sua solidão agravar-se em função do desprestígio social da sua tristeza”.

Cada época cria seus proscritos. Na época da euforia e da velocidade, nada mais desafinado do que um depressivo. Se, em vez de hoje, o depressivo, então chamado de melancólico, vivesse no romantismo do final do século 18, “estaria tão adequado à cultura e aos valores de sua época quanto um perverso hospedado no castelo do marquês de Sade”.

Hoje, porém, os depressivos parecem ser não só os portadores de uma má notícia, mas de uma doença contagiosa. Quem quer ter por perto alguém que sofre num mundo cuja existência só se justifica pelo sucesso e pela felicidade plena? Num mundo em que todos têm de estar “de bem com a vida” para merecer companhia?

O depressivo não apenas sofre, mas silencia num mundo em que as pessoas preenchem todos os espaços com sua voz. E não apenas silencia, mas em vez de preencher seu tempo com dezenas de tarefas, uma agenda cheia, se amontoa no sofá da sala e nada quer fazer. Não só é lento, como chega a ser imóvel. Sua mera existência nega todos os valores propagandeados dia após dia ao redor de nós — e também pelo nosso próprio discurso afirmativo e de autoconvencimento.

Ao existir, o depressivo faz uma resistência política passiva ao *establishment*. Obviamente, ele não é um ativista nem tem consciência disso e preferiria não sofrer tanto. O que Maria Rita nos propõe é enxergar a depressão para além dos aspectos clínicos. Enxergar também como sintoma da sociedade em que vivemos. Como a psicanalista competente que é, o que ela nos propõe é escutar. Nesse caso, escutar o que a depressão tem a nos dizer quando escutada como sintoma social, como expressão de um mal-estar no mundo.

Os medicamentos podem fazer diferença nas depressões graves num primeiro momento, para arrancar da apatia e possibilitar uma elaboração dessa dor que permita lidar com a vida de uma forma menos paralisante. Inclusive para romper com o imobilismo e buscar uma escuta pela psicoterapia ou pela psicanálise. Mas acreditar que a medicação resolve tudo é calar a dor de quem a vive. E, no âmbito social, é ignorar o que ela diz sobre o que há de torto em nosso mundo.

Afirmar que a indústria farmacêutica resolve tudo é tentar silenciar o impossível de ser silenciado, como prova a escalada das estatísticas da depressão. Na esfera social, significa dizer que é uma ótima vida correr desde que acorda até a hora de dormir, sem ter um minuto sequer para elaborar o que de bom e de ruim viveu naquele dia. Como o coelho da Alice, sempre com pressa, com pressa, com pressa... Sem tempo para viver a experiência. Ou, como diz Maria Rita, vivendo no tempo do outro.

Acreditar que a epidemia mundial de depressão pode ser erradicada com pílulas é afirmar que no nosso mundo nada falta. E um pouco mais grave que isso: é acreditar não apenas que é possível atingir uma vida em que nada falte, como atingi-la é uma mera questão de adaptação, proatividade e saúde.

Na esfera do indivíduo, tratar a depressão apenas com medicamentos é tornar ilegítima a dor de quem dói. É dizer ao depressivo que o que ele sente não merece ser escutado porque é produto apenas de uma disfunção bioquímica. É reforçar a crença de que o depressivo não tem nada a dizer sequer sobre ele mesmo. É cristalizar o estigma. Sem contar que tentar calar os sintomas da depressão à custa de remédios leva ao embotamento da experiência, ao esvaziamento da subjetividade. O que se sente é silenciado — e não elaborado. E, ainda que alguém achasse que vale a pena se anestesiá-la da condição humana, o efeito do remédio, como bem sabemos, é temporário.

Para alguns, encontrar médicos que resolvem tudo apenas com pílulas vai ao encontro de suas próprias crenças — e de sua necessidade de proteção. É mais fácil acreditarem ser vítimas de uma doença, uma disfunção que está fora deles, a pensar que é um pouco mais complexo e mais difícil de lidar do que isso. É mais fácil do que aceitar que cada um, como sujeito psíquico, está implicado nesse mal-estar. Eu tomo remédio e não preciso pensar que algo me incomoda. Eu engulo uma pílula e não preciso lidar com a inadequação que me faz sofrer.

É possível compreender que, para quem já está na contramão do mundo e é visto muitas vezes como um estorvo, ajuda não ter ainda mais essa “culpa”. Tranquiliza pensar que aquela dor que está sempre ali foi causada por uma disfunção involuntária dos neurotransmissores. E que pode ser resolvida com um comprimido.

O problema é que a realidade mostra que não é tão simples assim. Quem já fez tratamento com antidepressivos sabe que “curar” uma depressão não é o mesmo que tratar de uma micose ou mesmo de uma pneumonia. Não basta tomar remédio: é preciso expressar a dor, é necessário elaborar o sofrimento e, em geral, mudar a vida ou a forma de olhar para a vida e para si mesmo.

Ao conversar com minha filha sobre esse tema, ela fez um comentário que cabe nesse contexto. “É curioso como os filmes de ficção científica sempre usaram aquela imagem terrorífica de seres humanos levando uma injeção na nuca e se tornando embotados. Isso era assustador e nos assustava”, disse. “Agora, o que assustava passou a ser a vontade das pessoas. Elas querem tomar uma pílula, ou uma injeção na nuca, e ficar embotadas.”

Maria Rita sugere que vale a pena para todos — e não apenas para os depressivos — pensar o que a depressão está nos dizendo sobre nosso mundo. É isso ou continuar assistindo, impotentes, ao crescimento da epidemia, que atinge não apenas adultos, mas adolescentes e crianças, cada vez mais cedo. É preciso prestar atenção nesse mal-estar no mundo, escutá-lo, de verdade e com verdade, sem cair nos contos de fadas contemporâneos que transformam todos os monstros em déficits bioquímicos. Ao contrário de todas as profecias, a indústria farmacêutica não vai nos salvar de uma vida sem vida.

O livro de Maria Rita Kehl é complexo e vai muito além dessas minhas primeiras interpretações. Uma das questões mais instigantes é a relação entre a depressão e o tempo. O depressivo seria também aquele que se recusa a se inserir no tempo do outro. O nome do livro — *O tempo e o cão* — vem da experiência pessoal da psicanalista, ao atropelar um cachorro na estrada. Ela viu o cachorro, mas a velocidade em que estava a impedia de parar ou desviar completamente dele. Conseguiu apenas não matá-lo. Logo, o animal, cambaleando rumo ao acostamento, ficou para trás no espelho retrovisor.

É isso o que acontece com as nossas experiências na velocidade ditada pela nossa época. Diz Maria Rita: “Mal nos damos conta dela, a banal velocidade da vida, até que algum mau encontro venha revelar a sua face mortífera. Mortífera não apenas contra a vida do corpo, em casos extremos, mas também contra a delicadeza inegociável da vida psíquica. (...) Seu esquecimento (do cão) se somaria ao apagamento de milhares de outras percepções instantâneas às quais nos limitamos a reagir rapidamente para, em seguida, com igual rapidez, esquecê-las. (...) Do mau encontro que poderia ter acabado com a vida daquele cão, resultou uma ligeira mancha escura no meu para-choque. (...) O acidente da estrada me fez refletir a respeito da relação entre as depressões e a experiência do tempo, que na contemporaneidade praticamente se resume à experiência da velocidade”.

Penso que talvez sejamos, também, o próprio cachorro. Sempre cambaleando num mundo que nos atropela, num mundo cheio de atropeladores que têm tanto medo quanto nós. Somos esse vira-lata cambaleando e às vezes caindo, com tanto medo que terminem de nos atropelar, que às vezes morremos antes de medo que do atropelamento.

Será que essa é a única narrativa possível para a nossa vida? Como atropelador ou como cachorro atropelado ou quase atropelado ou com medo de ser atropelado?

Por coincidência, estava zapeando na TV, quando encontrei a psicanalista no *Café Filosófico* da TV Cultura. Lá, ela fez algumas considerações muito interessantes. Anotei duas delas para acrescentar a esta coluna. “Nos dizem que ‘tempo é dinheiro’. Ora, tempo não é dinheiro. Dizer que tempo é dinheiro é uma violência”, afirmou Maria Rita (citando o professor Antonio Candido). “Tempo é o tecido de nossas vidas.” E um pouco mais adiante: “Em qualquer sociedade, o poder se instaura por alguma forma de

controle do tempo”.

Quem quiser ler o livro de Maria Rita Kehl precisa saber que é um livro difícil. Não se lê fácil como uma daquelas obras de autoajuda. Exige tempo, parada, reflexão. Para quem é leigo, é preciso ler e reler alguns trechos, voltar. Talvez até pular algumas partes que, depois de ler e voltar e reler, ainda assim não alcançamos. Mas vale todo o esforço.

Aprendi algo sobre isso, recentemente, ao ouvir Benjamin Moser, autor de *Clarice*, (Cosac Naify), uma excelente biografia de Clarice Lispector. Ele contou que os livros que mais gosta da escritora são os mais difíceis, aqueles que teve de ler para escrever a biografia, e não os primeiros que leu e compreendeu de imediato. Disse algo mais ou menos assim: “Os escritores têm de nos alcançar, mas nós também temos de alcançar os escritores”.

Acho que é isso. Vale a pena essa busca para alcançar alguns escritores e suas vozes a princípio obscuras. Alcançar alguém é sempre uma experiência rica — e intransferível. O livro de Maria Rita Kehl, assim como os livros mais estranhos de Clarice Lispector, vale porque ao final desse esforço há uma voz original, dissonante de todas as mesmices que ouvimos — e eventualmente repetimos.

Para mim, que acordo todos os dias — e especialmente na segunda-feira — pensando em como não sentir mal-estar num mundo tão brutal, que exige uma velocidade que me rouba a vida, fez todo o sentido. Só consigo viver porque a cada dia minha questão crucial não é me adaptar a um tempo que não é o meu. Mas encontrar formas de me recusar a viver segundo valores que para mim não fazem sentido, me recusar a viver no tempo do outro. É essa busca — e essa insubordinação — que me mantém em pé, ainda que às vezes cambaleando, como o cachorro atropelado por Maria Rita. E até caindo.

30 de novembro de 2009

Lula, o filho do Barretão

“Não quero que publiquem que eu sou santo. Não sou. Estou cansado que me carreguem no colo, que puxem meu saco. Não encontro textos sérios: ou inventam mentiras para me esculhambar, ou exageram em coisas que não existiram para me transformar num super-homem. Não sou nem uma coisa nem outra. Gostaria que você fizesse um texto ‘científico’ sobre mim, contando as coisas como elas são.”

Esta fala é de Luiz Inácio Lula da Silva e foi transcrita na introdução de sua biografia — *Lula: o filho do Brasil* (Perseu Abramo) —, escrita pela jornalista e historiadora Denise Paraná. No surrado sofá vermelho do pequeno apartamento de Denise, então uma estudante vivendo com o dinheiro da bolsa de doutorado em História, na Universidade de São Paulo (USP), Lula contou a extraordinária história de sua vida em encontros que totalizaram cerca de cem horas de entrevistas, entre os anos de 1992 e 1994. Ao contá-la, pronunciou cerca de duas centenas de palavrões, presentes na edição de 1996 da obra e limados da edição da Fundação Perseu Abramo, publicada no final de 2002 — ano da primeira eleição presidencial vencida por Lula, depois de três derrotas.

A biografia, elaborada com os critérios da história oral e apresentada na forma de entrevistas com Lula e seus irmãos, é espetacular. Ao contar a história de Lula de 1945 a 1980, do nascimento no sertão pernambucano à liderança das greves no ABC paulista, Denise Paraná compreendeu que a riqueza do homem era sua complexidade. Foi respeitosa com todas as contradições do retirante sertanejo, operário e líder sindical que se tornaria o presidente mais popular da história recente do Brasil. Como o próprio Lula pediu, ao aceitar contar sua vida, o retrato traçado no livro é fascinante, mas decididamente não é nem o de um herói, muito menos de um santo.

Quando li a biografia, para cobrir a campanha presidencial de 2002, às vezes ri muito com Lula, às vezes chorei, em outras achei-o mau-caráter, em alguns parágrafos deu até raiva. Ao final da leitura consegui me aproximar das muitas verdades de Lula, um homem complexo e contraditório como são todos os homens. Ou, como diz Denise, na primeira frase da introdução da obra: “Este é um livro sobre um homem controvertido”.

Ao assistir a *Lula: o filho do Brasil*⁵, o filme, fui surpreendida por um outro Lula. Este me deu sono. Baseado na biografia de Denise Paraná, o filme usou fatos relatados no livro, retocou alguns momentos menos edificantes, mas perdeu o melhor da história: a humanidade do personagem. O Lula do filme é plano, unidimensional. Faz tudo certo, sem tropeçar em nenhum conflito, nem mesmo um bem pequeno, em sua trajetória linear. Ao final, ficamos pensando (eu, pelo menos) que aquele cara da tela nunca chegaria a presidente da República. Não chegaria nem a liderar uma greve do ABC. O Lula do filme é raso como o açude seco em que o menino Lula bebia água com o gado.

A história de Lula e de sua família é uma grande história. Contém nela o DNA do Brasil. O pai, Aristides, migrou para São Paulo com a amante menor de idade, deixando no sertão a mãe grávida de

Lula e outros seis filhos. Numa visita, ainda fez uma oitava filha antes de levar um dos meninos, Jaime, com ele para Santos. Dona Lindu vendeu tudo e foi para São Paulo atrás do marido, porque este filho enganou o pai, analfabeto, e escreveu uma carta muito diferente da ditada por Aristides, uma em que o pai tinha saudades da mãe. Em Santos, ela teve gêmeos e perdeu os bebês sem nenhuma assistência. Muito mais tarde, quando Lula estava preso, dona Lindu morreu de câncer.

As irmãs de Lula trabalharam como domésticas, um irmão teve doença de Chagas, outro foi torturado pela ditadura militar. A primeira mulher de Lula morreu no sétimo mês de gestação, junto com a criança, possivelmente por negligência médica. Quando foi velada, o chão da casa em que viviam cedeu sob o peso do caixão.

O filme conta muitas dessas histórias, mas é uma narrativa sem densidade ou nuances. Não parece uma vida, mas fatos encadeados.

O Lula real era um menino tão tímido que não conseguia vender laranjas na infância por falta de coragem para anunciar o produto. O do filme é um vendedor com sacadas publicitárias. No filme, o casamento com Maria de Lourdes, a primeira mulher, é um conto de fadas proletário, com direito a perseguição no varal de roupas. Na vida, o casal voltou antes da lua de mel porque Lourdes só chorava. No filme, Lula contou ao taxista, com voz embargada, que tinha perdido mulher e filho. E o taxista retribuiu a confiança, dizendo que também tinha enterrado um filho, e mostrou a foto da viúva, Marisa, e do neto. Na vida, Lula estava saindo da casa da namorada, Miriam Cordeiro, e, ao ouvir o taxista, pensou: “Qualquer dia vou comer a nora desse velho”. O viúvo Lula do filme só chorava. O da vida chorava, mas depois quis “namorar todo dia e, de preferência, com pessoas diferentes”.

Quando Marisa apareceu no sindicato dos metalúrgicos para “pegar o carimbo”, necessário para liberar o dinheiro da pensão do marido assassinado, Lula não a reconheceu da foto mostrada pelo taxista, como é contado no filme. Lula foi chamado para atendê-la porque havia deixado ordens de ser avisado quando aparecesse “uma viuvinha nova”, como conta a própria Marisa no livro. Lula mentiu para Marisa que a lei tinha mudado e a obrigou a voltar várias vezes ao sindicato. Depois a chantageou para que lhe desse seu telefone.

Entre um personagem contraditório e outro com comportamento previsível, mas elevado, a escolha foi eliminar as nuances e ficar com um Lula sem ambivalências. Mais do que um herói ou um santo, o Lula do filme é um sujeito inosso.

Por que uma grande história, um grande personagem e um grande orçamento — R\$ 16 milhões, um dos mais altos da trajetória do cinema brasileiro — se transformaram num filme medíocre?

Só tenho hipóteses. O momento escolhido — com o personagem principal na presidência da República e às vésperas de uma eleição presidencial — pode ter feito mal à obra. O momento pode ter beneficiado a captação de recursos, já que dá gosto acompanhar na tela a lista de empresas sensibilizadas para a necessidade de investir no cinema nacional. Mas pode também ter produzido uma série de autocensuras. Como já foi dito pelos realizadores do filme, havia uma preocupação de não apresentar cenas que pudessem ser consideradas piegas ou excessivamente dramáticas, embora verídicas, como a em que o pai de Lula se recusa a lhe dar picolé porque diz que ele não sabe chupar sorvete. A mesma preocupação pode ter ocorrido ao preferir não mostrar um Lula mulherengo e às vezes de caráter duvidoso, um Lula mais malandro do que bom moço.

Há no filme alguns momentos heroicos, que nunca ocorreram na vida real, como quando o menino Lula

se posta na frente da mãe para impedir que o pai, Aristides, batesse nela, dizendo: “Homem não bate em mulher”. Na vida real, contada pelo próprio Lula, é a mãe que não permite que o pai bata em Lula. Por conta disso, Aristides dá uma mangueirada na cabeça de dona Lindu. Há episódios em que a índole do personagem foi aprimorada, como quando Lula passa mal ao assistir ao dono de uma fábrica, que havia atirado em um trabalhador durante uma greve, ser jogado do segundo andar e depois linchado. Na vida real, narrada pelo próprio Lula, ele diz: “Eu achava que o pessoal estava fazendo justiça”.

Quando a biografia foi editada na Coreia do Sul, a tradutora passou alguns apertos. Ela não sabia como traduzir a passagem em que Lula fala sobre um costume dos meninos do sertão do seu tempo: a iniciação sexual com animais. A jovem Sophia Cho, que além de terminar a tradução acertava os últimos preparativos de seu casamento, ficou ruborizada. “Ainda que tenhamos permitido a aparição da primeira cantora transexual na TV, senhorita Ja Ri Su, a Coreia continua muito fechada nesse aspecto”, explicou-me, quando a entrevistei, anos atrás. “Como traduzir isso para um país que pratica o confucionismo há quatro mil anos?” Sophia Cho e todos os sul-coreanos poderão assistir ao filme sem sobressaltos. A fita não ruborizaria nem o próprio Confúcio.

Luiz Carlos Barreto, o Barretão, já disse que fez o filme para ganhar dinheiro. Deve ter sido sincero. Mas, se o momento histórico é propício para “ganhar dinheiro”, pode ser difícil fazer um bom filme sobre um presidente da República que está no poder e iniciará 2010 como um recordista de popularidade. Será que existiriam empresários tão interessados em investir na cultura nacional se o filme mostrasse o jovem Lula anunciando que queria “comer” a futura primeira-dama do Brasil? O fato é que mesmo cineastas brilhantes poderiam derrapar na empreitada. E a cinebiografia do diretor, Fábio Barreto, infelizmente não o inclui nesta lista.

Já me disseram que a ideia não era fazer um filme para intelectuais e para críticos gostarem, mas para o povão. Bem, acho que o povo merece um filme bom. E filme bom necessariamente não implica inovações de linguagem ou voos intimistas. Só é preciso contar bem uma história. E nenhuma história é bem contada se o personagem principal não vive um único conflito em sua vida, se é contado apenas pelo que o enaltece, se é, portanto, inverossímil. É curiosa essa ideia de “filme para o povão”. Já a escutei como explicação para tudo — de programas de TV de baixo nível a filmes ruins. Subestimar a inteligência e a sensibilidade do povo brasileiro me parece não só falta de respeito, mas arrogância.

Compreendo, é claro, que o filme é “bom” para muita gente, em vários aspectos que nada têm a ver com cinema. Nesse sentido, o que vai acontecer a partir do lançamento poderá render um outro filme no futuro. Nunca antes na história deste país um presidente teve a chance de poder assistir a um filme sobre sua vida refeitado na poltrona do cinema do palácio do Alvorada. Na condição de observadores da história em movimento, vale a pena acompanharmos de perto o efeito dessa monumental obra de propaganda e construção de imagem. É, sem dúvida, um capítulo novo.

Como brasileira que gosta de cinema e de boas histórias, ao contrário de alguns críticos, eu gostaria de assistir a um filme sobre a vida do Lula. Não agora, mas num momento em que Lula não estivesse tentando fazer seu sucessor na presidência. Um bom filme, que não fizesse dele um super-homem, nem um santo, nem um cara sem sal. Espero que algum cineasta de talento encare essa empreitada daqui a uns anos.

Ao transformar Lula nesse cara que não faz nada errado, sequestra-se da história de todos nós um patrimônio fundamental da eleição de Lula para presidente do Brasil: a identificação que a maioria dos

brasileiros pobres tem com a trajetória de Lula. Todos nós, mortais, erramos, temos conflitos, somos contraditórios, falamos besteira, derrapamos em covardias, nos arrependemos de muita ou pouca coisa. A identificação de um número significativo de brasileiros com Lula, em parte, se dá por essa certeza de que Lula poderia estar sentado na mesa de bar com cada um, tomando uma, falando de futebol ou de mulher ou jogando truco. Mas também pela possibilidade que ele representa na vida de cada um de superar a pobreza num país tão desigual e se transformar em presidente com tudo o que é. Quando Lula se transforma num predestinado, caso do personagem do filme, esse rico patrimônio simbólico se perde.

Prefiro o Lula que disse à Denise Paraná, quando ela pergunta a ele se acredita ter algum tipo de “inteligência especial”: “Eu não me considero burro, tenho clareza de que não sou burro. Agora, que eu não tenho nada de especial, isso eu não tenho. Não tenho, não tenho nenhuma inteligência especial. Eu apenas sei utilizar a minha”.

O maior defeito do filme é não estar à altura da história. Nem à altura do homem. Lula, o filho de dona Lindu, é bem mais fascinante do que Lula, o filho do Barretão.

* * *

Me pergunto se hoje Lula repetiria o pedido feito à sua biógrafa, de contar uma história real, que não lhe puxasse o saco nem lhe sacaneasse, que não o transformasse em santo ou super-herói. Ousaria arriscar que não. Minha hipótese, infelizmente, é que, depois de sete anos no poder, Lula passou a acreditar que é um pouco dos dois, santo e super-herói. E gosta mais do que seria prudente de que todos lhe puxem o saco.

Como todo mundo, eu gosto de estar certa. Mas seria bem melhor para mim e para todos os brasileiros, especialmente para Lula, que eu esteja errada.

28 de dezembro de 2009

⁵ *Lula: o filho do Brasil* é dirigido por Fábio Barreto, com roteiro de Daniel Tandler, Denise Paraná e Fernando Bonassi e produção da LC Barreto (2009, Brasil).

O bebê alien

Uma mulher, qualquer mulher, passa boa parte da vida ouvindo — e às vezes repetindo — que uma mulher só se torna completa depois de ser mãe. A maternidade é linda e, até quando padecem, as mães estão no paraíso. Aquelas que não quiseram ou não puderam ser mães são olhadas com condescendência pelas mães do ano. Sempre com aquele olhar pleno — e superior — de mulher completa. Bem, sou mãe. E concordo que a maternidade seja uma experiência extraordinária. Nunca soube que era possível amar tanto alguém quanto amo minha filha. Mas não acho que todas as mulheres devam ter filhos, nem acho que são menos mulheres aquelas que escolhem não tê-los. Todas as experiências são insubstituíveis e únicas. E a maternidade é tão insubstituível como qualquer outra experiência intensa de vida. Passamos do tempo da imposição reprodutiva. Ser mãe é uma escolha.

Dito isso, queria abordar aqui algo sobre o qual pouca gente fala, já que a maternidade ainda é um dos últimos conceitos a resistir na esfera do sagrado. Se você for uma boa mulher, só pode ter belos sentimentos pelo bebê na sua barriga. E vai achar até as dores do parto algo do âmbito do sublime. Mas a realidade não é bem assim. Mesmo que muitas mulheres não ousem confessar por medo de serem apedrejadas.

Posso afirmar que achei a gravidez uma experiência assustadora. Por muitos anos, pensei que se devia ao fato de ter sido uma mãe adolescente: engravidei aos 15 anos. Nos últimos tempos, porém, muitas amigas na faixa dos 30 e poucos anos começaram a engravidar. E, nestas conversas, muito além da escolha dos nomes e da lista do chá de bebê, descobri que a gravidez era difícil para algumas delas. Mesmo desejando muito aquele filho ou filha, a gestação mexia com medos profundos.

As experiências humanas são contraditórias. Nunca sentimos uma coisa só. Amamos profundamente o homem ou a mulher ao nosso lado, mas desejamos o George Clooney ou o cara sensível que conhecemos na fila de autógrafos de um autor bacana. Adoramos nosso chefe quando ele se mostra acolhedor e sensível, mas gostaríamos de vê-lo ardendo no inferno quando é ríspido ou mesquinho. E assim por diante. Por que só a maternidade seria um caminho linear e sem conflitos?

É claro que cada história é uma história, cada mulher é uma mulher e cada gravidez é uma gravidez. Também imagino que devem existir mulheres que (quase) só têm alegrias na gestação. Mas acho que a maioria sente um pouco de tudo. E é importante ter espaço para falar desses sentimentos aparentemente contraditórios sem se sentir anormal ou má.

Em nome da profana missão de arrancar a maternidade das nuvens e devolvê-la ao chão esburacado da humanidade, vou dar a minha cara para bater ao falar de minha experiência pessoal. Ou, visto de outra forma, vou deslocar um pouco a maternidade da santidade da Virgem Maria — uma mãe tão vocacionada que conseguiu engravidar sem conhecer um homem — e transferi-la para o panteão das deusas da mitologia greco-romana — algumas delas capazes de devorar os próprios filhos se eles enchessem o saco.

Eu, por exemplo, até o fim da gravidez não sabia se dentro de mim havia um bebê ou um alien. Era uma adolescente daquelas bem magras. E o bebê foi crescendo dentro da minha barriga. Eu sabia que era um bebê, óbvio, toda a cidade sabia. E o fato de saber não eliminava o estranhamento de ter algo vivo crescendo no meu útero. Afinal, até ontem não havia nada ali. E, agora, minha pele espichava, estrias apareciam. Tudo no mais absoluto silêncio.

Um belo dia, eu fui ao consultório e o médico colocou um aparelho na minha barriga. Todo animado, amplificou o som do coração do bebê. Achei emocionante. Mas fiquei pensando: como assim? Tem outro coração batendo dentro de mim além do meu? É lindo, claro. Mas, com um pouco de boa vontade, dá para compreender que também é aterrorizante.

Mais um tempo e o bebê começou a se mexer dentro de mim. No início, era algo imperceptível. Eu achava que estava apenas passando mal do estômago. O bebê começou a chutar com mais força. Chamei toda a família porque sabia que era um grande momento. A partir desse dia, minha barriga virou uma parada de mão pública. Ela não era mais minha. Era dele, do ser dentro de mim, e de todas as pessoas que achavam aqueles chutes a coisa mais fofa do mundo. Virei uma mesa onde todos descansavam a mão e diziam: “ohhhhh”.

À noite, ficava pensando que aquele pequeno alien dentro de mim estava se alimentando de mim. Era impressionante. E também um terror. E ele continuava crescendo. E espichando a minha barriga até proporções inimagináveis. Onde estava escondida toda aquela pele?

Numa dessas noites, tive um *insight*. Aquele ser não mais tão pequeno teria de sair de mim. De uma maneira ou outra. Tirei meus neurônios de todos os projetos paralelos e, histérica, concentrei-os na tarefa principal: descobrir um jeito de o pequeno pimpolho sair de onde estava sem que fosse pelo parto ou por uma cirurgia. Nada. Nenhuma mínima pista.

A partir daquele momento, eu não queria mais que o bebê saísse de dentro de mim. Que ficasse ali pelo resto da vida. Eu já tinha me acostumado com aquelas calças largas. Poderia viver com elas por mais cem anos. E já tinha esquecido como era bom dormir de bruços. Mas o ultrassom não mentia. A coisinha agora era uma coisona. E crescendo. Dava até para saber se era menino ou menina. Mas eu não queria saber. Que fosse uma surpresa. Internamente, ainda não tinha sido abandonada pela ideia de que, no final das contas, era um alien que morava ali.

E então, lá estava eu, ao final de uma manhã de domingo, estudando para uma prova de química inorgânica do segundo ano do ensino médio, quando senti uma dor esquisita. Até hoje cumprimento a Maíra pelo oportuno da hora. Nunca mais precisei fazer aquela prova. As dores foram aumentando e não pararam mais. Até hoje não entendo aquela história dos intervalos que vão encurtando progressivamente. Para mim, foi uma contração atrás da outra, até às 11h43min do dia seguinte. Minha sensação era de que alguém enfiava a mão dentro de mim e abria meus ossos. E eu era obtusa demais para aprender a fazer respiração de cachorro. Não esbocei um gemido. Tinha decidido há muito tempo não dar o gosto de me ver sofrendo para ninguém. Só fechava os olhos quando a dor se tornava impossível.

Quando chegou a hora, o médico, que também era professor da faculdade de enfermagem, trouxe uma meia dúzia de alunos para assistir ao espetáculo do parto natural. Sem me perguntar, óbvio. Para quê? Eu era só uma paciente. Foi bastante tranquilizador estar com as pernas abertas, na missão — que ainda naquela hora me parecia impossível — de ajudar uma criança a sair de dentro das minhas entranhas, diante de uma plateia de estudantes universitários com alguns poucos anos mais do que eu. Em seguida, o

pediatra, que depois virou deputado, tropeçou no soro e quase levou meu braço junto.

Mesmo que o mundo exterior fosse inóspito, o pequeno alien nasceu. Era uma menina. Com uma cabeça em formato de ovo, toda vermelha, e ainda assim linda. Nesse momento, me senti uma deusa.

Depois, de novo bem humana, nós duas fomos para casa. Eu olhava para ela. Ela olhava para mim. E nós duas chorávamos. Era um bebê lindo, que eu começava a amar. Ao mesmo tempo, ainda era uma espécie de alien. Dentro do meu cérebro — e do meu coração — eu me perguntava: “Quem é esta?”. E depois: “O que eu faço agora?”.

Algo profundo de mim não entendia quem era aquele ser que até ontem estava dentro e de repente estava fora, cheio de exigências. Então, fomos nos conhecendo, nos amando, e aí começou uma outra história.

Parir outro ser é um ato de vida. Sempre ouvimos e acreditamos nisso. E é verdade. Mas também é um ato de morte. Quando damos à luz um filho, nunca mais seremos as mesmas. Ter espaço para pensar, falar e lidar com essa morte simbólica é importante para seguir a vida. E fazer dela algo que valha a pena.

8 de fevereiro de 2010

O perigo da história única

Desde muito cedo percebi que a trajetória de uma vida continha bem mais do que os conflitos visíveis. Em parte, me transformei numa contadora de histórias ao intuir que a forma como é contada uma vida pode significar a possibilidade desta vida. Assim como pode determinar sua morte. O mundo é um palco onde se digladiam as versões — e o poder é usado para impor a história única como se fosse toda a verdade. Não só entre os países, mas na vida social e também dentro de casa. Compreender o poder da narrativa é o primeiro passo para construir uma vida que vale a pena. É também a chave para alcançar a complexidade — ou as várias versões — da vida do outro.

Na semana passada, duas experiências me fizeram voltar a refletir sobre o poder das histórias, um tema recorrente nesta coluna e no meu trabalho. A primeira foi o filme *Preciosa*⁶. A outra foi a palestra de uma escritora nigeriana chamada Chimamanda Adichie⁷.

Em *Preciosa*, a personagem é uma negra gorda e enorme, abusada sexualmente pelo pai e de várias outras maneiras pela mãe, que frequenta há anos a escola sem que ninguém perceba que não sabe ler. *Preciosa*, este também é o nome enormemente simbólico da personagem, é um nada para muitos — e também para si mesma. Um nada difícil de olhar. Ela mesma, quando se olha no espelho, não se reconhece.

Desde que assisti ao filme, na sexta-feira de Carnaval, o recomendo com veemência aos meus amigos. Mas, assim como as pessoas ao redor de *Preciosa*, no filme, tinham dificuldade de olhar para ela, alguns amigos têm resistência a ir ao cinema “assistir àquela desgraceira”. Ou acompanhar uma personagem que contém em seu corpo todas as características relacionadas aos perdedores. Alguns amigos viram o *trailer* e decidiram fugir de *Preciosa*.

É uma pena. E é o que tenho tentado mostrar a eles — e agora a vocês. Não ver *Preciosa* é não permitir que ela seja vista de outra maneira. E perder uma oportunidade rara de descobrir que a vida — não apenas a dela, mas também a nossa — pode ser decodificada de uma forma mais generosa, se nos reconhecermos em olhos dispostos a enxergar além dos estereótipos. Nesse sentido, ao decidir assistir a esse filme — tão diferente do que se costuma produzir em Hollywood — o espectador está se tornando parte da transformação de *Preciosa*. E isso é genial como proposta cinematográfica.

Na capa do livro de Sapphire, uma professora do Harlem em cuja obra se baseou o filme, há uma frase perfeita: “Você testemunha o nascimento de uma alma”. É exatamente isso. O filme é o caminho de *Preciosa* a partir do momento em que se vê refletida nos olhos da professora que a ensina a ler. Olhos dispostos a enxergar uma alma onde a maioria só via banha, violência e miséria.

Ao percorrermos com ela esse percurso, vivemos momentos muito duros. Mas é também imensamente redentor. No momento em que *Preciosa* descobre que há outras versões possíveis para a sua vida — e que ela mesma pode construir narrativas melhores —, o mundo que é ela se amplia. E com essa

experiência, também o mundo que somos nós é ampliado. Ao sair do cinema, percebi que estava maior.

Preciosa nos evoca o perigo da história única. Até não encontrar um olhar acolhedor onde se reconhecer, ela só se reconhecia no não olhar de sua mãe. A escola que frequentara até então continuava olhando para ela sem ver, o que a manteve analfabeta por anos. Só quando encontrou uma narrativa alternativa para si mesma, Preciosa teve alguma chance de ter não só uma vida, mas também uma alma.

Este é também o tema da palestra de Chimamanda Adichie. Essa escritora de 32 anos pertencia a uma espécie de classe média da Nigéria, filha de um professor universitário e de uma secretária. Em sua palestra no TED (Ideas Worth Spreading), ela conta uma história feita de embates narrativos para mostrar como a história única aniquila a vida.

Linda e bem-humorada, Chimamanda mostra como a redução das histórias fez mal a sua maneira de olhar a vida de outros em seu próprio país. E fez mal à forma como outros olharam para a sua vida quando se mudou para os Estados Unidos — e sua colega de quarto só conseguia enxergá-la a partir dos estereótipos ligados a um “país” chamado África. Nessa narrativa, Chimamanda percorre as várias crenças sobre a África — e não deixa de mostrar como ela mesma embarcou na tentação das versões hegemônicas, como quando fez uma viagem ao México e descobriu, ao andar pelas ruas de Guadalajara no primeiro dia, que tinha chegado até ali acreditando que imigrante era tudo o que um mexicano era.

É pela intuição do enorme poder de transformação das histórias contadas que Chimamanda se transforma numa escritora. E também Preciosa. A professora faz mais do que ensiná-la a ler. Todos os dias, Preciosa precisa escrever um diário. Ao contar sua vida, literalmente nas páginas do caderno, ela descobre que é mais do que lhe haviam contado até então. Mais complexa e multidimensional.

Ao escrever sobre sua vida com papel e caneta, Preciosa descobre que pode reescrever sua vida na concretude das ruas. E é o que faz. Agora, ela pode se reconhecer nos olhos de outros. Ela gosta da imagem que vê. E nós, na poltrona do cinema, incomodados no início com toda a coleção de estereótipos que ela representa, também gostamos do que passamos a enxergar.

Numa reportagem⁸ que fiz em 2007, sobre a primeira geração de escritores das periferias do Brasil, especialmente de São Paulo, mostro os dados de uma pesquisa de Regina Dalcastagnè, professora da Universidade de Brasília (UnB). Ao analisar os romances brasileiros, entre 1990 e 2004, ela revela que 94% dos autores e 84% dos protagonistas são brancos — e apenas 24% dos personagens são pobres. Ou seja, a história contada pela nossa literatura mostra um mundo de gente branca e de classe média.

É ruim? Não exatamente. É limitado. Não há nenhum problema em escrever e ler livros com protagonistas brancos e de classe média. Brancos de classe média fazem parte da sociedade brasileira. E era só o que nos faltava ter de fazer uma literatura politicamente correta. O problema não é o que existe, mas o que não existe, o que não está lá. O perigoso é não existirem livros com outras cores e realidades, com diferentes autores e personagens.

A grande novidade também no Brasil, que é a razão da reportagem citada, é que hoje vem se ampliando também a pluralidade das vozes na literatura. Com a entrada de novos protagonistas no cenário das letras, nós, leitores, temos acesso a novas maneiras de ver o mundo e de estar no mundo. E a diversidade sempre faz bem para a vida, tanto a subjetiva quanto a concreta.

Chimamanda conta como fazia mal a ela não fazer parte da literatura, como personagem, já que os livros disponíveis na Nigéria de sua infância eram os escritos pelos colonizadores britânicos. Os personagens dos livros que lia gastavam boa parte dos dias falando sobre o tempo: “Será que vai fazer

sol amanhã?”. Fazia todo o sentido para um britânico, mas era estranhíssimo para uma menina nigeriana, na medida em que não era apenas um dos mundos ao qual tinha acesso através dos livros, mas toda a literatura disponível.

Ao mesmo tempo, quando ela se torna escritora, é cobrada por seus romances não serem suficientemente “africanos”. Como se ela só pudesse existir como narradora de uma determinada maneira, como se só pudesse contar uma única história. Como se um escritor do Capão Redondo, na periferia de São Paulo, por exemplo, só pudesse escrever sobre a violência e só pudesse escrever usando gírias. A arte é o território da liberdade. E da reinvenção. Nela, podemos qualquer coisa. Até sermos nós mesmos.

Quando Preciosa, no filme, escapa de sua vida impossível para divagações em que é glamourosa, desejada e talentosa, descobrimos por que ela ainda está viva. É pela fantasia que ela mantém a salvo a melhor parte de si mesma. A parte incorruptível de si mesma. Como faz a maioria de nós, mesmo sem ter uma realidade tão perversa como Preciosa.

Lembro que só suportei minha inadequação, na infância, porque ficava inventando enredos na minha cabeça, nos quais tinha papel de protagonista. Quando era obrigada a interagir com as crianças da minha idade, só suportava ouvir aquelas conversas, em que não encontrava pontos de conexão, porque podia escapar pela fantasia. Me sentia um ET no mundo real, mas era uma heroína em meu próprio mundo. Ter a possibilidade de “me contar” em minha literatura íntima, assim como para Preciosa, em outras proporções, me assegurou a sanidade. Até hoje, quando a vida fica muito doída e nem consigo entender o que falam ao meu redor, mergulho em narrativas inventadas — e nem por isso menos verdadeiras.

O perigo da história única, mais fácil de analisar na geopolítica do mundo, começa dentro de casa, na família. Como no caso de Preciosa. Quando nascemos, é o olhar da mãe o primeiro a nos constituir. Só nos reconhecemos como um ser para além da mãe a partir desse primeiro olhar fundador. Na infância, é no primeiro mundo privado que habitamos, o de dentro da casa, que iniciamos nosso embate com as histórias únicas. Quando os pais determinam que este filho é inteligente, aquele é preguiçoso e um terceiro é malvado, o mais provável é que aqueles filhos assim rotulados cumpram a profecia dos pais. Por isso, é comum ouvirmos: “Fulano desde pequeno já era assim...”. Claro, como poderia ser diferente?

A versão dos pais sobre nós é a primeira versão narrativa da vida de cada um. E ela nos marca para sempre. Para o bem — e para o mal. Seja pela displicência, seja pela opressão. Quando é para o mal, se torna uma prisão. Não somos o que podemos vir a ser, mas um estereótipo fechado, vendido como a única verdade sobre nós mesmos. Este é o olhar que nos transforma em pedra. Afinal, as ovelhas negras de cada família são ou tornaram-se?

Se não encontramos alguém que rompa as grades desse olhar na escola, nosso primeiro mundo público, temos poucas chances na vida. Se, ao contrário de ampliar as versões narrativas, o professor cimentar ainda mais os rótulos familiares ou criar outros tão perniciosos quanto — com sentenças como “este é inteligente”, “aquele é burro”, “o outro é violento”, “aquele não tem jeito”, “este é um caso perdido” —, as chances minguam.

A história única na família e na escola é o ato mais covarde cometido por pais e professores que não sabem o que fazem — ou sabem, mas não conseguem ou não querem fazer diferente. Educar é ampliar as possibilidades narrativas da vida de cada um — e da vida dos outros.

De certo modo, crescer é tornar-se capaz de quebrar a sucessão de histórias únicas sobre a nossa

existência. Foi o que aconteceu com Preciosa, a partir do olhar libertador da professora.

Se você estiver atolado na vida porque lhe fizeram acreditar em uma única versão, reaja. Não acredite. Exercite a dúvida sobre si mesmo — e sobre o outro. Será que é assim mesmo? Será que isso é tudo o que sou? Será que é só isso que posso ser? Tornar-se adulto é ter a coragem de se contar como alguém múltiplo e contraditório, um habitante do território das possibilidades.

No filme, Preciosa diz uma frase maravilhosa, num dia especialmente tenebroso. Algo assim: “Que bom que Deus ou não sei quem inventou os novos dias”. É isso. Há sempre um novo dia para todos nós. Um em que podemos nos reinventar.

22 de fevereiro de 2010

⁶ *Preciosa* é dirigido por Lee Daniels (2009, EUA).

⁷ Chimamanda Adichie, escritora nigeriana, é autora de *Meio sol amarelo* e *Hibisco roxo*, entre outros, publicados no Brasil pela Companhia das Letras. Sua palestra no TED — “O perigo da história única” — está disponível na internet, com legendas em português.

⁸ A reportagem “Os novos antropófagos”, publicada em 18 de setembro de 2007, aborda o movimento de literatura marginal ou periférica e conta a história de alguns de seus escritores. O texto pode ser lido no site da revista *Época*.

“Porca gorda”

Assisti à *Gorda*, peça teatral em cartaz no Teatro Procópio Ferreira, em São Paulo. Ri muito. Em certo momento, meu riso ficou triste. Eu estava triste. Não pela gorda da peça, mas por me reconhecer no preconceito contra ela. No final, chorei.

Este é o enredo. Helena e Tony se conhecem num restaurante. Ela é gorda. Não gordinha. Gorda mesmo. Helena é vivida com muita competência pela atriz Fabiana Karla, de *Zorra Total* (TV Globo). Segundo a sinopse oficial, a personagem está 30 quilos acima do peso. Se compararmos com uma das modelos da moda, deve estar uns 50. Tony (o ótimo Michel Bercovitch) gosta dela. Ela é inteligente, divertida, sensual. Bonita. Helena gosta dele. Os dois se apaixonam. Mas como um cara jovem, bem-sucedido, MAGRO e disputado pelas mulheres MAGRAS pode escolher uma gorda, amar uma gorda, ser feliz com uma gorda?

A reação social diante da versão de amor impossível da nossa época é protagonizada por Caco (Mouhamed Harfouch), amigo e colega de trabalho de Tony, e por Joana (Flávia Rubim), sua ex gostosa, cujo maior temor da vida é engordar. São eles que representam, no enredo e no palco, pessoas como nós — sempre menos magras do que gostariam, magras o suficiente para não serem chamadas de gordas na rua.

O texto do americano Neil Labute é inteligente, rápido, fatal. Rimos muito. Primeiro, com ela. Helena é uma mulher bem-humorada. Como muitos gordos, defende-se fazendo piadas sobre seu tamanho. A velha regra: adiante-se, ria de si mesmo, antes que os outros o façam com a crueldade habitual. Se perder o *timing*, não acuse o golpe — ou nunca mais o deixarão em paz.

Aos poucos, começamos a rir muito dela (e não mais “com” ela), pelas piadas de Caco, ao descobrir que o amigo está namorando uma “porca gorda”. *Fat pig* é o nome original da peça. Mas gostamos de Helena, testemunhamos o apaixonamento dos dois, sabemos que eles são felizes juntos. E passamos a nos sentir mal de rir, ainda que continuemos rindo. Não queremos ser como Caco — muito menos como Joana. Mas somos tão parecidos!

Nós — o senso comum sentado na plateia — somos o mais próximo de um vilão que essa peça produz. O texto e os atores são competentes o suficiente para fazer com que a gente prefira não vencer. Torcemos para que Helena e Tony consigam ficar juntos, apesar de nós. Torcemos para que eles consigam vencer nosso preconceito e nos tornar melhores do que somos. Não sei se torceríamos assim num episódio da vida real. E esta é a questão que a peça também nos deixa.

O final é brilhante.

Acho que vale a pena pensar sobre as questões que essa peça provoca. Começando por: qual é o nosso problema com os gordos?

Sobre a transformação do padrão de beleza, das rechonchudas musas da Renascença às modelos esqueléticas e/ou musculosas de hoje, já se escreveu bastante. A pergunta que me desperta maior interesse

não se refere — apenas — ao fato de acharmos as gordas feias, de relacionarmos gordura com feiúra. A questão que mais me intriga é: por que muitos acham as gordas (e os gordos) repugnantes? Se você não disse ou pensou, já ouviu alguém dizer: “Olha que gorda nojenta!”.

Horrível. Mas tão comum que nos obriga a ir em frente.

Com todas as diferenças que, para nossa sorte, garantem a diversidade do mundo, somos impelidos a ser politicamente corretos. Fazer piadas com aquelas que foram as vítimas de sempre, até não muito tempo atrás, como negros, gays, deficientes etc., pega mal hoje em dia. Temos de ser politicamente corretos ou corremos o risco de ser processados — ou mesmo de acabar na cadeia. Por que o privilégio de não ser ridicularizado não foi estendido aos gordos? Sobre os gordos podem ser ditas as coisas mais cruéis. E ainda se manter do lado certo da força.

O que diz o senso comum sobre os gordos? Primeiro, que são feios. Em geral, o máximo de elogio que um gordo consegue arrancar é: “Que pena, tem um rosto tão bonito...”. Dizem que são preguiçosos. Se fizessem exercícios — e como ousar não se exercitar neste mundo? —, perderiam aquela pança. Afirma-se também que são sem-vergonhas. Se tivessem vergonha na cara, respeito próprio, fechariam a boca e seriam magros. E, então, poderiam pertencer ao clube dos magros felizes (ahn?!).

Portanto, segundo o senso comum, além de feios e preguiçosos, gordos também teriam falhas de caráter. E, como tudo, para as mulheres acima do peso é ainda pior. Neste mundo em que se compram peitos, bocas e bundas no crediário, soa imperdoável não arrancar a gordura a faca. Já ouvi muitas vezes frases como estas, referindo-se a alguém com mais quilos do que o “permitido”: por que não faz logo uma cirurgia de redução de estômago? Seguida por uma cirurgia reparadora e uma lipoescultura? Simples assim.

Sobre o estado psíquico dos gordos, a percepção é confusa. Por um lado, persiste a ideia de que todo gordo é engraçado. É um pândego. Como bobo da corte ou comediante, ele pode ser aceito. Nós mesmos só conhecíamos Fabiana Karla como atriz do *Zorra Total*. Ninguém imaginou que, ainda que fazendo o papel de “gorda”, ela pudesse ter outros recursos que não a graça. Que os gordos mostrem nuances que não virem piada nos surpreende. Que eles possam nos fazer pensar sobre outras dimensões da vida é inesperado. Que tenham questões existenciais que não girem em torno de uma balança é estarrecedor.

Por outro lado, o senso comum também diz que, se é gordo, só pode ser infeliz. A maioria de nós acredita e repete isso. Fulano come demais, é infeliz. Fulano não consegue fechar a boca, é infeliz. Fulano compensa a infelicidade comendo. Ora, desde quando magreza se tornou sinônimo de felicidade? Você, magro ou magra, é loucamente feliz? Está rolando de rir vida afora? Ops, magros não rolam.

O mais disfarçado dos preconceitos vem embalado pelo discurso da saúde. É verdade que a obesidade está crescendo no Brasil. E é verdade que isso é sério. E é legítimo e relevante pensar e discutir o fenômeno com responsabilidade.

Mas será que não há um exagero nisso? Ou pelo menos do uso preconceituoso que se faz de uma questão tão séria? Hoje, quando olham para um gordo, além de feio, preguiçoso e sem-vergonha, muitos enxergam também um doente. Gordura virou sinônimo de doença. E nossa sociedade, que morre de medo de morrer, foge da doença. E das pessoas doentes. Os gordos parecem ser os leprosos de nosso tempo. E esta seria minha primeira hipótese para a repugnância que as pessoas gordas parecem evocar.

Não se trata de afirmar que a gordura não está relacionada a doenças — ou que a obesidade não seja uma doença. A Organização Mundial da Saúde afirma que é, quem sou eu para discordar. Só tento

mostrar que é preciso tomar cuidado para não cometermos as mesmas crueldades que nossos antepassados consumaram ao exorcizar epiléticos, isolar leprosos. Todas essas práticas sempre foram realizadas “em nome do bem”. Guardadas as proporções e o momento histórico, nossa sociedade pode estar transformando os gordos, com os instrumentos desta época, nos culpados pela nossa impotência diante da doença e da morte.

Hoje a vida tornou-se uma patologia. Difunde-se que muito do que sentimos não deveríamos sentir. O ideal seria só sentir felicidade num corpo magro, musculoso e eterno. Para cada sentimento e estado que extrapole esses limites impossíveis, há uma patologia e uma pilha de remédios e procedimentos cirúrgicos para “curá-la”. Acredito que vale a pena ter um pouco de cautela, enfiar alguns pontos de interrogação na cabeça, antes de sairmos rotulando todos os gordos como doentes. E, pior, com uma doença que dependeria só de boa vontade individual para ser curada.

Eu sou mais ou menos magra. Longe, bem longe do peso de uma modelo, mas ninguém me chamaria de gorda na rua. A maior parte da minha família é magra. E todos nós temos doenças. Eu tenho quatro hérnias de disco. Meu pai, mesmo com um metabolismo fenomenal e índices de colesterol e triglicérides perfeitos, tem problemas cardíacos desde jovem. Meu irmão do meio não tem um grama de gordura a mais no corpo, come alimentos saudáveis e se exercita com método: a cada semana corre quatro dias, faz musculação e natação em outros dois. Ainda assim, é um pré-diabético.

Parece-me lógico que o envelhecimento traga doenças. A vida nos gasta. Nosso corpo também tem prazo de validade. Pela biologia, estamos prontos para morrer assim que alcançamos a idade reprodutiva, transmitimos nossos genes e criamos nossa prole. Conseguimos, à custa da Ciência (e ainda bem que conseguimos!) espichar nosso tempo de vida e até com qualidade crescente. Mas, infelizmente, não vamos nos livrar das doenças. Nem de morrer. É duro olhar para os limites. Mas não fazê-lo pode ser pior.

Os gordos podem ser vítimas de nosso medo de morrer. Pagam um preço alto pela nossa dificuldade de lidar com a desordem inerente à existência humana. Tornamos suas vidas insuportáveis — inclusive as lojas bacanas, que se recusam a oferecer números maiores que 42 — porque eles apontam em seus excessos aquilo que nos falta a todos: controle sobre a vida. Esta é uma hipótese apenas. Acredito que existam muitas outras.

Acho importante tentar compreender por que insistimos em jogar os gordos na fogueira contemporânea. Por todas as razões que dizem respeito à vida de todos — e principalmente para não infligirmos sofrimento ao outro que nos ameaça com sua diferença. Só sei o óbvio: tanto medo, capaz de causar repugnância, revela mais sobre os magros do que sobre os gordos.

Talvez, num dia próximo, não seja preciso escrever em termos de “nós” — e “eles”. A vida é diversa. Sempre houve os magros, os gordos, os altos, os baixos, os de olhos azuis, os de pele escura. Essa riqueza é um patrimônio humano que fez muito bem à espécie. Ser capaz de reter gordura, aliás, garantiu nossa sobrevivência por milênios. Quando os gordos lutam para ser magros, estão brigando contra a biologia. Algo nada fácil de fazer. Muito menos de vencer.

Se engordamos — por herança genética ou outras razões —, não há um só caminho a seguir, uma única estrada para a luz. Pelo menos acredito que não. Emagrecer não é a única alternativa — seja para atender ao padrão de beleza vigente ou para responder ao modelo de saúde atual. A vida é um pouco mais complexa do que isso. E há muitas maneiras de medir sua qualidade — assim como o significado de uma

existência plena varia de uma pessoa para outra, tanto quanto sua disposição genética para esta ou aquela doença.

Se um dia eu engordar muito e tiver problemas de saúde por causa do peso, possivelmente vou optar por continuar comendo minha feijoada semanal. Porque comer o que gosto é uma dimensão essencial da vida para mim — importante o suficiente para não abrir mão dela. Para outra pessoa, privar-se de seus pratos preferidos pode valer a pena em nome de uma vida mais longa ou de vestir um tamanho 38. Cada um tem suas prioridades. É bom lembrarmos que o pensamento dominante atual sobre a saúde não é apenas um produto do avanço da medicina, mas um produto da cultura. E do mercado.

A “gorda” da peça teatral não quer ser magra. Depois de um percurso sofrido na adolescência, ela gosta do que é. E nós, na plateia, também gostamos. Em determinado momento, percebemos que, se ela reduzir o estômago e fizer uma superdieta, algo essencial dela se perderá. Não é apenas uma questão de arrancar gordura do corpo. O que está em jogo é bem mais do que isso.

Gorda nos dá a oportunidade de enxergar mais do que um acúmulo de células adiposas em outro ser humano. Ao olhar para Helena, a personagem de Fabiana Karla, nos deparamos também com o tamanho *extra large* de nosso preconceito. Mesmo quando embalado em nossas melhores intenções.

22 de março de 2010

Pedófilo é gente?

Li muitas reportagens e artigos sobre pedofilia desde que estourou o mais recente escândalo da Igreja Católica. O tema é difícil para mim. Decidi escrever sobre ele apenas porque me parece que um aspecto foi esquecido — ou quase. O sofrimento. Pedófilos não são monstros, como a maioria de nós preferiria. São gente. E muitos deles — não todos — sofrem pelos atos que cometeram. E prefeririam não ser o que são.

A polêmica aumentou de tom depois de o jornal americano *New York Times* denunciar que o Papa Bento XVI teria encoberto os crimes do padre Lawrence Murphy, nos Estados Unidos, quando ainda era cardeal. O padre, hoje morto, é acusado de abusar de 200 meninos surdos. O suposto envolvimento do papa na ocultação da violência é negado com veemência pelo Vaticano. As denúncias de pedofilia cometidas pelo clero católico continuam, nos Estados Unidos e em diferentes países da Europa. Em algumas delas, Bento XVI tem sido acusado de encobrir os casos ou demorar a tomar providências em períodos anteriores ao papado.

Interessa-me aqui falar menos da Igreja Católica e do papa — e mais de nosso olhar sobre a pedofilia e o abuso sexual. Nunca faz bem para a compreensão de problemas complexos dividir o mundo entre bons e maus, bandidos e mocinhos, monstros e homens. A vida fica supostamente mais simples, mas é uma simplicidade falsa, já que nada se resolve se não encaramos a humanidade daquele que nos provoca horror.

O abuso sexual cometido contra crianças nos horroriza. E acredito que nos horroriza por várias razões, algumas delas óbvias. Mas também porque a maior parte dos abusos é infligida dentro de casa, por familiares. Os abusadores mais frequentes são pais, padrastos, tios, primos, irmãos. Algumas vezes mulheres: mães, madrastas, tias, primas, irmãs. A maior parte dos abusos é incesto — uma palavra muito mais carregada de sentidos e de complexidade do que talvez possamos suportar.

As estatísticas mostram que as mulheres abusariam bem menos que os homens, mas há dúvidas sobre isso. Como afirma uma psicanalista com quem conversei: “Às mães e às mulheres, em geral, são permitidas algumas liberdades com os filhos, enteados, sobrinhos. Alguns comportamentos parecem mais naturais às mulheres que aos homens. Me parece que o abuso cometido por mulheres é ainda mais mascarado. No presídio feminino onde eu trabalho, há uma ala para abusadoras. E ela está cheia”.

O fato é que o abuso sexual está sempre muito mais perto do que gostaríamos. E, quando paramos para pensar com honestidade, em geral conhecemos alguém próximo que foi abusado ou abusou. E muitas vezes nós também silenciemos.

Em 1997, percorri o Rio Grande do Sul para fazer uma grande reportagem sobre abuso sexual infantil. Eu não queria entrevistar apenas as vítimas, queria escutar também os abusadores. Alguns na cadeia, outros seguindo a vida nas ruas. Nunca me recuperei dessa reportagem. Por causa dos horrores que ouvi — e vi. Mas principalmente por causa da quantidade e da intensidade da dor. Eu esperava o sofrimento

das vítimas. Nada me preparou para o sofrimento dos “monstros”. Não de todos, é preciso dizer. Há aqueles que não têm conflitos — e, portanto, não sofrem. Mesmo estes, continuam humanos.

Encontrei abusadores despedaçados pelo que tinham feito — e pelo que tinham vontade de continuar fazendo. Fora a cadeia, não havia nada para impedi-los de seguir abusando. E alguns deles queriam ser impedidos. A prisão impede de abusar, mas sem ajuda e tratamento, é muito difícil não reincidir quando saem dela. Se a estrutura de assistência às vítimas de abuso sexual é precária, para abusadores ela é quase nula.

É bem difícil olhar com compaixão para um homem ou mulher que usou de sua autoridade e poder para abusar sexualmente de uma criança. E gozou exatamente deste poder total sobre a vítima, inteiramente submetida ao seu desejo. Mas acho que precisamos tentar. Lembro-me de ter ficado em conflito com meus sentimentos. Porque, nos casos em que foi possível, eu escutava a dor de ambos — da vítima e de quem a violou. Em alguns casos, ambos sofriam de forma atroz. Não se trata de relativizar a responsabilidade de quem abusa. Estou apenas apontando que pode existir sofrimento nesse percurso — e não apenas bestialidade, ainda que a bestialidade seja sempre humana.

Dois abusadores me marcaram mais. Um deles era uma mulher — o único caso feminino que encontrei — que havia feito sexo com o filho de 14 anos. O menino estava destroçado. Ele me disse: “Eu queria parar a minha mãe, mas ficava com dó de dar um tapa nela. Nunca vou perdoar meu pai por me deixar sozinho com ela. Eu só quero morrer”. A própria mãe me contou que o filho fugia, que um dia o arrancou de debaixo da cama, onde havia se escondido dela. No caso do garoto, o sofrimento era ainda mais avassalador porque não havia como negar que ele sentiu desejo — ou não teria tido ereção.

O desejo da vítima não é algo tão raro em casos de abuso. Mas é muito difícil para as vítimas lidar com ele sem se sentirem culpadas ou responsáveis. O abusador manipula esse sentimento: “Você chora, mas você está gostando”. Quando eu perguntava a essa mãe por que tinha infligido o incesto ao filho, ela repetia: “Eu fiz para salvá-lo”. De quê? Nem a mãe nem o filho sabiam dizer. Nem tinham qualquer assistência para ajudá-los a construir tanto esta resposta quanto uma outra trajetória.

O outro abusador que nunca pude esquecer foi um adolescente de 15 anos. Ele havia molestado sua meia-irmã de três anos. “Eu não queria machucar”, ele repetia. E talvez não quisesse mesmo. Não sei. Enquanto entrevistava o adolescente, familiares o chamavam de monstro. Seus pais só concordavam em um fato: preferiam que ele estivesse morto. Poucas vezes vi alguém tão só no mundo. Se era mesmo um monstro — era um bem desamparado.

É difícil ter compaixão, eu sei. Mas há algo na história desses dois que pode nos ajudar a ampliar nosso olhar. A mulher que violou o filho havia sido estuprada pelo próprio pai, aos sete anos. E, depois da violência, foi retirada de casa e passou a vida trabalhando como doméstica na casa de estranhos. O adolescente que abusou da meia-irmã fora violado aos dois anos. No caso dele, o mesmo pai que o chamava de monstro havia abusado dele quando era pouco mais que um bebê. E nunca foi responsabilizado por isso. Este pai era um pedófilo que teve de deixar a vizinhança porque dava balas a garotinhas para masturbá-lo. Quando o pai saiu de casa, a mãe culpou o filho e o enviou para a casa da avó.

Os dois abusadores que acabamos de odiar, portanto, teriam nossa compaixão se voltássemos alguns anos no tempo. Se voltássemos à época em que eram crianças chorando depois de terem sido arrebatadas pelos respectivos pais. A monstra seria uma garotinha estuprada e, depois, jogada na casa

de estranhos para trilhar uma vida de trabalho doméstico infantil. O monstro seria um bebê violado também pelo pai e depois punido pela violência sofrida ao ser separado da mãe.

Quando nos dispusemos a enxergar além da primeira camada de obviedade, os sentimentos fáceis desaparecem. E começam os conflitos. Acredito que são os conflitos que nos levam além.

Os pesquisadores do tema discordam sobre a relevância da repetição no quadro do abuso sexual. Alguns dizem que é um traço frequente; outros, que nem tanto. Nos casos que investiguei, como repórter, foi marcante. Não significa que todas as crianças abusadas, ao crescer, serão abusadoras se não tiverem ajuda. Cada pessoa vai elaborar a violência que sofreu — diferente para cada uma em seu significado e suas circunstâncias — de maneira única.

É possível afirmar que, na história de uma parcela dos abusadores, há histórico de abuso sexual na infância. Um dos pesquisadores que me ajudava na reportagem cuidava de um caso que fora confirmado em pelo menos quatro gerações: o bisavô, o avô, o pai e agora o filho, todos tinham sido violados e violaram sua respectiva prole. Neste caso, sempre meninos. A esperança do psicólogo era conseguir quebrar esta linhagem de repetição com responsabilização e tratamento.

Outro traço comum e igualmente terrível é a trajetória das mães das meninas violadas. Parte delas também sofreu abuso na infância. Sem nunca ter recebido ajuda, ao eleger um companheiro, escolhe inconscientemente um abusador. E, claro, não consegue proteger suas filhas. Estas mães são responsáveis pelo que acontece em suas casas. Não há dúvida sobre isso. Mas são más? Também elas são monstruosas e merecem nosso escárnio?

Lembro de duas mulheres — mãe e filha. Quando as entrevistei, a mãe tinha 37 anos. Havia sido violada pelo pai aos nove anos. Era uma mulher simples, muito tímida. Ela contou: “Quando eu tinha 12 anos, senti uma coisa mexendo na minha barriga. Achei que era lombriga. Mas era um bebê do meu pai”. Mais tarde, ela se casou. Teve esta filha. E, quando a menina completou nove anos, o pai abusou dela. Quando as encontrei, a garota também tinha uma filha do próprio pai. Viviam todos na mesma casa. Já tinham pedido ajuda ao conselho tutelar e à polícia, mas até aquele momento nenhuma das instituições parecia saber o que fazer com elas.

Nada é fácil neste tema. O que parece claro é que só há chance para todos se houver uma quebra do silêncio que costuma cercar esses crimes, especialmente quando acontece entre as quatro paredes da casa — ou entre os muros da Igreja Católica e de outras instituições. Em casos de violência contra crianças, os adultos precisam responder pelos seus atos — ou por ter encoberto a violência de terceiros. Mas é preciso mais do que interromper e punir: é necessário amparar e ajudar vítimas e algozes a elaborar os atos que sofreram ou os que cometeram, com tratamento e de todas as maneiras possíveis. Ou tudo poderá se repetir, num ciclo interminável de sofrimento.

Para quem estiver disposto a olhar para a face do abusador e nela reconhecer um homem — e não um monstro —, recomendo um filme excepcional. Com uma interpretação magistral de Kevin Bacon, *O lenhador*⁹ é um filme delicado e corajoso. Seu mérito é não reduzir a vida a uma batalha entre monstros e homens. Ao acompanharmos a trajetória do protagonista, compreendemos que o pior monstro é o homem que o habita. A ele e a todos nós, de diversas maneiras.

O papa e sua igreja — sempre mais humanos e terrenos do que os fiéis e eles mesmos gostariam — vivem um momento delicado. Penso que, para além das obrigações legais e éticas de qualquer cidadão, o que faltou aos representantes do clero que sabiam o que acontecia e nada fizeram foi um dos pilares do

cristianismo: compaixão. Pelas vítimas. E também pelo pedófilo. Acredito que o padre Lawrence Murphy e todos os seus colegas que cometeram o mesmo crime mereciam a compaixão de serem impedidos, também pela sua igreja, de continuar violando crianças.

5 de abril de 2010

[9](#) *O lenhador* é dirigido por Nicole Kassell (2004, EUA).

A mãe órfã

Minha última reportagem sobre o morrer se chama “O filho possível”¹⁰. Eu e o fotógrafo Marcelo Min contamos a história — e as histórias — de uma UTI neonatal que também cuida dos pais. A Divisão de Neonatologia do Centro de Atenção Integral à Saúde da Mulher (Caism), da Universidade de Campinas (Unicamp), é talvez o único berçário do Brasil que pratica os cuidados paliativos. Como toda unidade neonatal, trabalha com algo ao mesmo tempo terrível e delicado: a morte de quem acabou de nascer. O fim abrupto de uma vida que existia no imenso desejo dos pais — e que não teve tempo de se realizar.

Na maioria das unidades neonatais do país, como na maioria dos hospitais gerais, os profissionais acreditam que seu trabalho termina quando não há como curar um paciente. Na neonatologia do Caism, a equipe de saúde acredita que cuidar da saúde é bem mais do que curar. Muitas vezes não dá para curar. Mas sempre dá para cuidar. E cuidar também salva.

Salva a vida breve do bebê que se vai, ao empreender todos os esforços para que não sinta dor, ao suspender qualquer tratamento invasivo e desnecessário, ao permitir que fique no colo da mãe, do pai, da avó. E salva a vida dos que ficam, ao compreender a dimensão dessa perda para cada família. Ao cuidar com delicadeza dessa morte — e do luto.

Essa prática de saúde acaba de entrar, oficialmente, na agenda da medicina brasileira. O novo Código de Ética Médica inclui os cuidados paliativos entre as normas que devem ser seguidas pelos médicos no exercício da profissão. É o início de um caminho de retorno a uma medicina que enxerga uma pessoa — e não uma doença. Capaz de reconhecer limites e suspender procedimentos invasivos quando, em vez de benefício, eles só causarem dor ou roubarem a consciência dos pacientes. Os profissionais perdem onipotência — e ganham humanidade.

Os cuidados paliativos surgiram na Inglaterra nos anos 60. No Brasil, é um movimento cada vez mais forte, levado adiante por um punhado de médicos, psicólogos e enfermeiros idealistas, mas ainda distante do cotidiano da maioria dos hospitais. As equipes que trabalham nessa perspectiva cuidam, em geral, de pacientes adultos com câncer e outras doenças com escassas chances de cura.

Em unidades neonatais, é uma raridade. Se é difícil enfrentar a morte no fim da vida, o fim da vida logo no início é dor condenada ao silêncio. A forma que a sociedade encontra para mascarar seu horror é minimizar a importância dessa perda, dizendo às mães variações de frases como estas: “Não se preocupe, logo você vai ter outro filho” ou “Ainda bem que não deu tempo de se apegar, assim você supera rápido”.

O que poucos parecem compreender é que a vida do bebê, para os pais, não começou no seu nascimento. Iniciou muito antes, quando aquele casal sonhou com um filho, concebeu sua existência. E nele depositou suas melhores esperanças e desejos de continuidade. É uma vida muito mais longa do que horas, dias, semanas, meses. Antes de um bebê existir como indivíduo, para os pais ele já é. E é da forma

mais cara para os humanos — como desejo. Quando tudo isso é arrebatado por uma morte precoce, se a família não é bem cuidada, ela se arrebatada inteira.

Para fazer a reportagem, acompanhei famílias nesse processo da doença e da perda. Escutei também mães e pais depois de alguns anos dessa tragédia pessoal. Queria compreender esse momento para poder dar aos leitores a dimensão da importância de cuidar bem do luto. E entender a diferença que a prática dos cuidados paliativos pode fazer nesse fim precoce da vida. O que significa para uma família sepultar um bebê e como uma equipe de saúde pode ajudá-la a seguir adiante.

Na reportagem, contei a história de outros. Aqui, conto a minha. Acredito que nós, repórteres, que pedimos aos outros a generosidade de compartilhar suas histórias mais íntimas e dolorosas com o mundo, temos de ter a grandeza de nos expor em nossa própria humanidade doída. É o exercício que faço algumas vezes nesta coluna.

Algumas pessoas acham que me exponho demais. Eu sempre pedi aos outros que se expusessem demais. Não saberia como continuar fazendo esse pedido se não fosse capaz de retribuir a generosidade. Antes de bater na porta de alguém, faço o exercício de me colocar no lugar daquela pessoa. Só bato na porta concreta se concluir que seria capaz de abri-la, caso estivesse no lado de dentro. Não peço a ninguém algo que eu mesma não possa dar. É como fui riscando meus limites na profissão.

Sou filha de uma família profundamente marcada pelo luto de uma morte precoce. Minha irmã, a terceira filha dos meus pais, depois de dois meninos, morreu aos cinco meses. Sobre esse momento, minha mãe sempre diz: “Eu chamei o pai para vê-la brincando no banho, à tarde. Ela batia as mãozinhas na água pela primeira vez. À noite ela estava com febre e com manchas pelo corpo. No outro dia, estava morta”.

Acho que hoje, prestes a completar 75 anos, minha mãe ainda não compreende como é possível perder uma filha assim. Ainda mantém no rosto aquela expressão confusa, de alguém que, de repente, teve uma parte de si roubada com uma violência desproporcional. No velório, ela se surpreendia olhando no relógio para ver se não estava na hora da mamadeira. Só então se dava conta de que era seu bebê que estava no caixão.

Minha irmã esteve neste mundo, de fato, por cinco meses — mas sua morte vive com minha mãe e com todos nós há quase cinco décadas. Eu fui a quarta e última filha. Não conheci minha irmã. Para mim, porém, ela sempre pareceu mais viva do que qualquer outra pessoa. Penso, com tudo o que sei hoje, que essa presença tão forte foi causada por um luto insepulto. Minha irmã morreu de meningite meningocócica. Mas o diagnóstico só chegou dez anos depois de sua morte. Até então, os médicos não entendiam o que a havia matado. De repente, tão rápido.

Minha mãe passou anos se perguntando o que havia feito de errado. Hoje, ao conversar com mães que perderam seus bebês, percebo que elas também se perguntaram. E se culpavam. Só superaram porque tiveram a sorte de encontrar profissionais conscientes de seu lugar nesse luto. Uma das missões mais importantes de uma boa equipe de saúde é exatamente dar acesso a todos os exames e a toda possibilidade de investigação, para que não paire nenhuma dúvida sobre o diagnóstico. Esclarecer a causa da morte com o maior número de informações qualificadas é fundamental para que a perda possa ser superada. E que culpas infundadas não se instalem como pedras pelo resto da vida.

Em Ijuí, no início dos anos 60, os médicos não tinham nenhuma ideia do que havia acontecido com minha irmã. E a cidade pequena, como a literatura conta tão bem, pode ser o mais cruel dos mundos

diante da fragilidade do outro. Logo circularam pela cidade as mais variadas versões sobre o que tinha matado minha irmã. Em uma delas, minha mãe havia deixado leite estragado na mamadeira. Como se não bastasse toda a dor e as perguntas sem respostas, minha mãe era apontada como culpada por alguns. Permaneceu mais de um ano fechada em dor.

Quando o diagnóstico finalmente chegou, já era tarde para preencher o buraco que se abriu dentro dela. E nós, que sobrevivemos, estávamos acostumados demais a conviver com uma filha para sempre perfeita que, infelizmente, nunca teve a chance de errar. A dor dos irmãos daquele que morre ainda é um capítulo nebuloso na história do luto. Ainda hoje, eles são esquecidos na hora de cuidar da família. Nasci com a missão impossível de apagar a dor da minha mãe, de todos. Logo eu, tão imperfeita. Passei boa parte da vida culpada por fracassar e sobreviver.

Acho que só agora, depois dessa reportagem, alcanço minha mãe. Ela foi massacrada demais para ter a chance de sepultar minha irmã. Da forma que lhe foi possível, empreendeu seus melhores esforços para mantê-la viva. O que aconteceu com nossa família ainda acontece muito nos dias de hoje, nas pequenas e nas grandes cidades. Acontece sempre que a dimensão dessa perda não é compreendida ou tratada. Sempre que uma equipe de saúde se equivoca — e pensa que seu trabalho acaba quando o bebê morre, apesar de todos os esforços de cura.

Numa visão mais ampla e profunda da saúde, a função de uma equipe é ajudar essa família a sepultar — também simbolicamente — o seu bebê. É importante que essa vida seja não esquecida, mas lembrada como uma história que, apesar de curta, teve bons e maus momentos, como todas as vidas. Lembrada em fotos e recordações, como parte da trajetória daquela família. Uma trajetória que segue.

Para isso, é necessário abarcar a dimensão dessa perda. Passei parte da minha vida sem entender como alguém que só tinha vivido cinco meses, que morreu antes de falar uma única palavra, pudesse ser tão importante. Quando, depois de adulta, testemunhei amigas que perderam seus bebês, ainda na gravidez, também não entendia por que sofriam tanto. Afinal, aquela criança nem tinha existido.

Só agora apalpo o tamanho da minha ignorância. A vida de um bebê começa sempre muito antes, na cabeça de cada pai, de cada mãe. E inicia por suas mais caras esperanças. Quando termina, é óbvio que só pode ser avassalador. Se esses pais, essa família, não forem cuidados, perdem partes essenciais de si mesmos — partes sem as quais não conseguem viver por inteiro.

Sempre acreditei que meu pai havia sofrido menos que minha mãe por essa morte. Ele raramente falava no assunto. Minha irmã não parecia tão presente em sua vida, o que me dava enorme alívio. Há dois anos, resolvi registrar a história dos meus pais. Eles me contam a vida, eu gravo. Tenho feito descobertas extraordinárias nesse processo. Uma delas foi a dor do meu pai.

Ele me contou, rosto contraído e voz embargada, que o maior sofrimento de sua vida foi a morte da minha irmã. Fiquei paralisada. Aquele homem, que ficara órfão de pai e mãe antes dos 15 anos, que havia perdido quatro irmãos ainda na infância, me dizia que a maior dor de sua vida foi perder seu bebê.

Só então comecei a compreender. Ao fazer a reportagem sobre os bebês perdidos de outros pais, testemunhei o lugar ambíguo dos homens na morte de um recém-nascido. Há um reconhecimento social de que, por ter gerado, a mulher é, se não a única, a maior sofredora. Muitas vezes seu sofrimento é tão avassalador que não deixa espaço para a dor do homem, do pai daquele bebê.

O homem, que foi educado para suportar o sofrimento em silêncio, para proteger a mulher, para ser o provedor e o esteio — e ainda hoje esses papéis são mais cimentados do que parece —, aceita um lugar

menor no luto. O descompasso entre a realidade interna e a externa, a falta de espaço para elaborar o que lhe rói por dentro, costuma gerar confusão e conflitos. E às vezes até o fim do casamento.

Acho que meu pai, à sua maneira, deu um lugar para essa morte, para o seu luto. Ele tem uma caixinha de madeira, com chave, bem antiga, onde mantém a salvo pequenas preciosidades de uma vida inteira. Dia desses descobri que lá dentro, junto com as medalhas do colégio, ele guarda a participação de falecimento da minha irmã. Impecavelmente recortada e até hoje em perfeito estado, como tudo que é dele. Minha irmã é lembrança, parte de sua travessia.

Ao terminar esse texto, enviei-o aos meus pais, para que me autorizassem a contar uma história que também é minha — mas é deles. Algumas horas depois, meu pai me ligou. Profundamente comovido, ele queria me contar um pouco mais. Para que eu pudesse alcançar. “Na noite após o enterro houve um temporal terrível em Ijuí, com raios e trovões”, ele disse. “Nós queríamos protegê-la e não podíamos. Ela estava lá, sozinha, e não éramos capazes de cuidar dela.” À beira dos 80 anos, meu pai ainda sofre com sua impotência diante da morte da filha. Seu bebê enterrado, debaixo da tempestade.

Conto tudo isso aqui porque acredito que, se minha família tivesse tido a chance de ser bem cuidada na sua perda e no seu luto, teríamos sido poupados de muita dor e desencontros. Ao fazer a reportagem, não pude deixar de pensar como nossa vida teria sido diferente se, num rasgo do tempo e do espaço, tivéssemos encontrado a pediatra Jussara Lima e Souza, da neonatologia do Caism, e a equipe dos cuidados paliativos.

Destinos são alterados para melhor quando uma equipe de hospital compreende que saúde é algo bem mais amplo do que tentar curar alguém de vírus, bactérias, tumores e doenças variadas. Infelizmente, a medicina nunca vai conseguir curar tudo. Médicos honestos sabem que se cura muito pouco ainda. Homens e mulheres, a cada ano, vão continuar perdendo bebês. Se, depois de todas as tentativas, não houver como salvá-los, é preciso compreender que, pelo menos, é possível salvar aquela família. Cuidando dela.

Conto esta história na esperança de que, agora e no futuro, homens e mulheres possam ter a chance de serem compreendidos na enormidade da sua perda e fazer um luto que torne possível seguir adiante. Transformar a dor em algo que possa viver é parte da elaboração da perda. De certo modo, é o que tento fazer aqui. Escrevo para transformar. E sou transformada pelo que escrevo. Pego meu luto por tantos desencontros e o transformo em história contada, na esperança de dar a contribuição que me é possível para o início de uma mudança no nosso olhar sobre a morte. E sobre a vida.

12 de abril de 2010

¹⁰ Eliane Brum trabalhou com o tema da morte de 2008 a 2010, quando era repórter especial da revista *Época*, em São Paulo. Na primeira reportagem, acompanhou os últimos 115 dias da vida de uma mulher com um câncer incurável, assim como a rotina de uma enfermagem de cuidados paliativos. O trabalho está publicado em seu livro *O olho da rua — Uma repórter em busca da literatura da vida real* (Globo). A reportagem “O filho possível” é a última desta série e pode ser lida no site da revista.

Dois andares abaixo do meu¹¹

Eu nunca tinha ouvido falar dela. Vivo nesse edifício de 70 apartamentos há alguns anos. A maioria dos moradores só encontro na reunião de condomínio. Há o velho que toma sol pela manhã e que me cumprimenta sorridente porque lá em casa a gente se dá tchau na janela quando alguém sai. Ele acha curiosíssimo e acompanha o ritual enternecido. Há as mulheres que passeiam com os cachorros, e as que fiscalizam o crescimento das roseiras do jardim. Existe a vizinha que sempre tenta me vender produtos de beleza. E o Pedrão, um aumentativo irônico para um cachorro tão pequeno, tão desmilinguido e cego pela idade, que sobe e desce o elevador comigo, protegendo com olhos erráticos um dono que é quase um gigante. Há o vizinho de passo marcial que não cumprimenta ninguém. E ela, que morava lá havia uma eternidade, mas a quem eu nunca vira.

Numa tarde vêm o chaveiro, os bombeiros e a polícia. Arrombam a porta do apartamento. E somos todos lançados para dentro de uma paisagem muito semelhante à nossa, mas que era dela. As histórias de sua vida me alcançam aos farrapos. Aos 82 anos, ela vivia só. Tinha sido médica, com consultório no centro de São Paulo. Era uma mulher independente, que veio do interior para vencer na cidade grande, quando as mulheres de sua geração apenas recolhiam os passos até a casa do marido. Viajou o mundo, falava várias línguas, expressas nos livros espalhados pela casa. Não sei de seus amores, ninguém ali sabe. De repente, ela se descobriu só. Não queria morrer, só não sabia como seguir vivendo. Resistiu viva — morrendo.

Há dois anos ela estacionou sua Brasília vermelha, meticulosamente limpa e bem conservada, numa vaga tamanho G. E nunca mais a tirou de lá. Poderia ter sido um sinal, mas um sinal só se torna um sinal se for decodificado. Este gerou apenas uma multa do condomínio. O carro deveria estar numa vaga M. Talvez P. Há pouco mais de um ano, ela deixou de pagar a conta do condomínio. O acúmulo da dívida virou um processo judicial e uma primeira audiência a qual ela não compareceu. Outra pista não decifrada.

A vizinha do lado percebeu que ela não mais saía de casa. Insistiu com o síndico, com o zelador, algo estava errado. Ela nem atendia mais a porta, e um cheiro novo se impregnava no corredor. Mas a lei não escrita da cidade grande determina não perturbar a privacidade de ninguém. Cada um é uma ilha — ou um apartamento. Proprietário-indivíduo de seu número de metros quadrados aéreos no mundo. Os funcionários do condomínio devem avisar pelo interfone quando vão entregar uma correspondência que precisa ser assinada, porque, do contrário, muitos moradores sequer abrem a porta. E ela era conhecida como “a doutora”, o título um abismo que ela e tantos se esforçam para cavar. Ninguém ousou perguntar se algo diferente, algo pior, estava acontecendo com ela.

Naquela tarde, a conhecida de uma associação onde ela trabalhava como voluntária veio procurá-la,

preocupada com seu sumiço. Ela então conseguiu se arrastar e sussurrar que não tinha forças para abrir a porta. Quando a porta caiu, e os fossos foram transpostos, descobriu-se que havia dois meses ela vivia no escuro, à luz de velas primeiro, nada depois. A energia elétrica tinha sido cortada por falta de pagamento. Ela já não podia andar. E há semanas quase não comia. A doutora estava morrendo de fome em meio a centenas de pessoas na cidade de milhões. Em sua própria sujeira.

Num prédio de classe média de São Paulo, ela estava mais isolada do que qualquer ribeirinho dos confins da Amazônia. Não queria que descobrissem que havia perdido o controle da sua vida. E quando quis pedir ajuda, já não teve forças. Imagino quanto desespero sentia para conseguir romper as amarras de toda uma existência, se arrastar até a porta e admitir que não era mais capaz de abrir. Foi levada ao hospital, onde agora briga para viver.

Ela morava dois andares abaixo do meu. Quando eu soube, fiquei rememorando os últimos meses. Enquanto eu trabalhava, cozinava, bebia vinho, tomava chimarrão, gargalhava, assistia a filmes, me emocionava com livros, me indignava com acontecimentos, conversava, namorava, sonhava, fazia planos, escrevia esta coluna e às vezes chorava, dois andares abaixo do meu, num espaço igual ao meu, uma mulher de 82 anos morria de fome nas trevas, em abissal solidão.

Enquanto eu ria, ela morria. Enquanto eu comia, ela morria. Enquanto eu sonhava, ela morria. No escuro, ela morria no escuro enquanto eu abanava da janela, o velho sorria ao sol, uma vizinha tentava me vender um novo creme antirrugas e Pedrão rosnava cegamente no elevador sob o olhar terno de seu gigante.

Não consegui dormir por algumas noites, porque me via arremessada ao outro lado da rua, tentando adivinhar os enredos que se passavam atrás das cortinas daqueles outros 69 apartamentos. Que vidas são aquelas, que dores se escondem, quais são os dramas que sou impotente para estancar? Anos atrás, antes de eu morar no prédio, um homem se lançou pela janela e morreu estatelado na laje. Como tantos o tempo todo. Um soluço apavorante na rotina e depois o esquecimento. Como agora, nesse morrer sem sangue e sem alarde.

Numa fissura do tempo, algo que não pode mais ser oculto se revela — revelando também o nosso medo. Portas são derrubadas, cortinas rasgadas por um corpo que se lança para o nada, para nós. E, talvez pior, por um corpo que se esconde até ser exposto pelo cheiro da decomposição ainda antes da morte, corroendo os muros de nossa privacidade protegida com tanto empenho. Como a dela.

Depois, precisamos esquecer para seguir vivendo. Mas não consigo esquecer. O que aconteceu com ela está acordado dentro de mim como um bicho. Dentro de nós também há um condomínio onde portas se fecham, chaves se perdem e o suicida que nos habita se lança no vazio enquanto outros em nós se decompõem em vida pela morte dos dias que não acontecem. Mergulho, então, além dos dois que nos separavam, vários andares em mim. E lembro-me de Mário Sá-Carneiro, escritor português: “Perdi-me dentro de mim porque eu era labirinto. E hoje, quando me sinto, é com saudades de mim”.

Acredito que todos no prédio restaram em choque, cada um à sua maneira. Porque ninguém percebeu a tempestade logo ali. Porque tudo se passou enquanto no avesso de cada janela tentávamos viver. Mas também — e talvez principalmente por isso — porque a tragédia se desenrolou no mesmo cenário onde tecemos o enredo de nossos dias.

O apartamento dela é igual ao nosso. Essa semelhança de condições e de arquitetura, de portas e de janelas, nos provoca um incômodo difícil de dissipar. Poderíamos ser nós a morrer de fome no escuro.

Mesmo com uma história diversa, lá no fundo cada um de nós sabe que a solidão nos espreita. Que não estamos tão protegidos como gostaríamos. Seria mais fácil afastar nosso horror se fosse um assassinato, uma morte por ciúme, uma violência cometida por um psicopata. Isso está sempre mais longe. Mas não. A doutora morria logo ali, de solidão. E isso está bem perto.

Ela não viveu uma vida à toa. Ou uma vida egoísta. Ela apenas viveu mais tempo do que a maioria de seus amigos, que deve ter sepultado um a um. Mais tempo que os pacientes que tantas vezes salvou, e então o consultório ficou vazio. Ela tinha bens que poderia ter vendido quando ficou restrita a uma renda que não lhe permitia manter o padrão. Mas não tinha mais saúde para fazer o que era preciso. Com o tempo, não conseguia mais nem caminhar até o banco para buscar o dinheiro da aposentadoria ou pagar a conta de luz ou qualquer outra. Lentamente, os fios de sua vida foram lhe escapando das mãos. E, no fim, quando percebeu que precisava romper o pudor cimentado nela e pedir ajuda, já não era capaz de andar pela casa para abrir a porta da rua e escancarar sua miséria. A doutora não queria morrer, só não tinha forças para viver nesse mundo.

Por um tempo fiquei acordada pelas madrugadas, dormindo nas auroras, aterrorizada com as vidas desconhecidas abaixo e acima de mim. Com os socorros que eu não sabia que precisava prestar, com o monstro de olhos abertos em mim. Devagar, comecei a pensar nas minhas escolhas. E agora tento aprender a amar melhor, para além das paredes de meus metros quadrados de mundo, mais iguais às dela do que eu e todos gostaríamos.

21 de junho de 2010

¹¹ Essa história aqui contada é um dos acontecimentos reais que inspiraram Eliane Brum em sua primeira obra de ficção, o romance *Uma Duas* (LeYa).

Desconhece-te a ti mesmo!

Uma amiga iniciou uma nova aventura psicanalítica. Depois de anos, ela encerrou uma análise que lhe permitiu desatar muitos nós e iniciou uma jornada no divã de outro psicanalista. Não foi uma troca de profissionais. Apenas o reconhecimento de que uma boa história havia se encerrado e o desejo de começar outra. O novo psicanalista perguntou a ela: “O que você espera desta análise?”. Minha amiga respondeu: “Eu quero me desconhecer”.

Achei uma excelente resposta. Ou uma ótima pergunta sobre si mesma. Na mesma semana, conversando com outro amigo, de uma área bem diferente, ele me contava que não consegue mais se sentir estimulado pelo que durante as primeiras décadas da sua vida profissional lhe deu grande prazer e reconhecimento. Está mais interessado nos meandros de um novo esporte que começou a praticar do que nos temas que sempre o interessaram. Só que toda a sua vida adulta e sua estabilidade financeira foram construídas sobre aquilo que hoje não lhe dá mais tesão. Ou, seria mais exato dizer, não lhe dá mais tesão fazer do jeito que fazia antes e que deu certo no passado, mas que hoje não faz mais sentido para ele.

A mesma questão tem aparecido em conversas com outros amigos. Por alguma razão — e não exatamente a faixa etária, porque a primeira amiga tem 30 e poucos e o segundo mais de 50 —, estou cercada de pessoas que vivem um momento de vazio. Eu incluída. Quem me acompanha sabe que, em março de 2010, deixei meu emprego na revista *Época*, mantendo apenas esta coluna, e comecei uma vida sem carteira assinada nem estabilidade e com dinheiro apenas para o básico. Naquele momento, quando escrevi sobre a minha escolha, eu dizia que meu desejo era me reinventar. Hoje, passados quase cinco meses dessa mudança, descubro que, para me reinventar, é preciso antes me desconhecer.

Foi uma surpresa para mim — como, por outros caminhos, está sendo para meus amigos tão diferentes do início deste texto. Hoje, não basta saber quem eu sou. É preciso também saber quem eu não sou. Para, então, saber quem eu posso ser. Vou tentar explicar melhor. Para nos estabelecermos na vida adulta precisamos construir um personagem. Não com a total liberdade com que muitos sonham e alguns se iludem que têm, mas com algum grau de livre arbítrio. Embora variem as nuances do que as pessoas pensam sobre cada um de nós, há algo que é geral, que emana desse personagem que criamos. E, aqui, quando me refiro à personagem, não há nenhuma relação com falsidade ou simulação. É tão verdadeiro quanto qualquer coisa pode ser verdadeira.

Na medida em que esse personagem se torna convincente, no sentido de ser bem-sucedido na sua relação com as várias esferas sociais, ele nos dá possibilidades e também nos tira possibilidades. Ele nos dá estabilidade, segurança, certezas, reconhecimento. Mas ele contém em si uma armadilha. Do tipo: “Bom, então é isso o que eu sou e esta é a minha vida, daqui em diante é só navegar”. Esse tipo de conclusão pode se tornar uma prisão se você achar que esse personagem é tudo o que você é. Ou que tudo o que havia para ser decidido na sua vida já está dado. Neste caso, a natureza fluida que nos habita vira cimento. E a busca, que é a matéria que move nossa existência, termina.

O que descubro — e que tem se mostrado um caminho bem mais difícil do que eu imaginava que seria — é a necessidade de se manter, pelo menos em parte, estrangeiro à própria vida. Manter algo de si no vazio, uma parte de nós capaz de olhar para o todo como terra desconhecida, aberta para o espanto de nós em nós. Ou seja: é preciso ser capaz de olhar para nós mesmos com estranhamento para que possamos enxergar possibilidades que um olhar viciado tornaria invisíveis. Este é o processo de se desconhecer como uma forma mais profunda de se conhecer. Para novamente se desconhecer e assim por diante. Exige muita coragem. Porque dá um medo danado.

Ao mudar minha vida para me reapropriar do meu tempo, um dos meus planos era me dar ao luxo de ficar olhando para o teto, por exemplo, sem fazer nada que pudesse ser considerado útil ou produtivo. Queria ser um pouco perdulária com o meu tempo num sentido novo. Em vez disso, tratei de ocupar todas as minhas horas com tarefas minhas, mas tarefas. Em vez de acordar às 6h30, como fazia quando tinha emprego e salário, passei a acordar às 4h30. Eu tinha tanto medo do vazio que resolvi preenchê-lo todo, a ponto de quase não dormir. Descobri que precisava abrir mão da covardia de não querer ter tempo para tudo o que não sei o que é. Demorei meses, me angustiei bastante, mas consegui me lambuzar de uma liberdade nova.

Descobri também que deveria fechar algumas portas — e não mais abri-las. Passei boa parte dos últimos anos abrindo portas e experimentando o que havia do outro lado. Isso me levou a experiências ricas e me ajudou a construir o momento em que pude começar a fechar portas. Descobri então que tão importante quanto abrir é ter a coragem de fechar. E fechar é muito mais difícil. Quando quase tudo está em aberto, é preciso ser muito seletivo com relação às portas. O que eu quero, o que eu não quero. O que é importante, o que não é importante. O que é bom para mim, o que não é. As pessoas com quem vale a pena compartilhar projetos, sonhos, as que não quero manter perto de mim. O que me leva a algum lugar novo ou a alguma forma nova de ver o mesmo lugar, o que me traz de volta ao mesmo ponto.

Recebi convites de todos os tipos, alguns bem inusitados. Para ganhar muito mais dinheiro do que jamais ganhei, para não ganhar nada, para fazer o que nunca fiz, para fazer o que sempre fiz. Tive de parar e pensar que, naquele momento, eu tinha de recusar tudo, porque ainda que algumas propostas fossem quase irrecusáveis, eu precisava ficar no vazio e me desconhecer, para ser capaz de fazer escolhas mais verdadeiras. Eu precisava me desintoxicar de mim para poder ser mais eu mesma.

Descobri ainda que é preciso resistir também às certezas que as pessoas têm sobre nós. Há gente de todo o tipo. E alguns ficam muito desorientados se a gente muda, se qualquer coisa ao redor deles muda. Querem desesperadamente que voltemos a ser um clichê seguro. Quando você abre mão do seu clichê, o clichê que mora em alguns começa a coçar. Desinteressei-me de alguns amigos que queriam porque queriam que eu dissesse que sentia falta da vida que tinha, muito parecida com a deles. Percebi que torciam menos secretamente do que gostariam para que meu projeto desse errado, para então continuar vivendo em paz com certezas sobre as quais, ao que parece, têm muitas dúvidas. Do mesmo modo que guardei apenas um olhar de Mona Lisa para aqueles que adoram teorias conspiratórias e queriam saber “de verdade” o que tinha acontecido, porque lidam melhor com fofocas velhas do que com fatos novos. Fechar portas é também virar as costas para quem exige que sejamos sempre os mesmos, para sua própria comodidade.

Mais difícil do que resistir à necessidade de certezas de quem está ao nosso redor, é resistir à nossa própria necessidade de certezas — abrir mão de nossos clichês pessoais. Me descobri agarrada a todos

os meus como um daqueles naufragos de histórias em quadrinhos boiando sobre destroços em mar aberto. Nos primeiros tempos, ficava muito desorientada com uma pergunta recorrente que me faziam: “Mas você deixou de ser repórter?”. Não! Eu não deixei de ser repórter, gosto cada vez mais de ser repórter. Mas ser repórter não é tudo o que eu sou. Boa parte das pessoas entende muito bem quando você “não dá certo” no que faz e tenta ser ou fazer outras coisas. Mas acha inadmissível que você “dê certo” e também tente ser ou fazer outras coisas. Não negando a sua história, pelo contrário. Mas a usando para criar outros eus possíveis.

Descobrir as outras possibilidades do que sou é, neste momento, minha maior tarefa. Para chegar a isso preciso me perder de mim, me desconhecer. Neste sentido, hoje minha reportagem mais difícil é a busca destes outros personagens que moram no universo sem limites definidos do que sou. E que são tão verdadeiros quanto a repórter que sou. E que me tornarão melhor repórter do que pude ser antes de construir a chance de viver a verdade dessa busca.

Um momento da vida que é apenas um momento, que também deve ser superado para que outros possam vir, já que não me interessa sair de um escaninho para cair em outro. Nada impede que amanhã eu descubra que ter um emprego e um formato de vida mais estável é o melhor para mim — ou que não, eu continue achando mais divertido viver com mais autonomia e menos dinheiro. Ou que invente um jeito novo que serve para mim, mas pode não servir para mais ninguém. O contrato que assinei comigo mesma é o de seguir coerente com a necessidade de me buscar.

Quando minha amiga repetiu para mim o que disse ao analista — “Estou aqui porque quero me desconhecer” —, ela me ajudou a compreender melhor o meu momento. E eu pude dizer a meu outro amigo que ele precisa ter a coragem de se manter sem saber quem é por um tempo, para poder então descobrir o que quer fazer com seu desejo.

Conto essa experiência aqui porque acredito que outras pessoas possam estar vivendo algo parecido, por caminhos e circunstâncias próprias — e acho importante refletirmos juntos. Manter parte de nós no vazio provoca muita angústia, mas, se tivermos a coragem de aguentar um pouco, nos leva a lugares desconhecidos e excitantes de nós mesmos. Não é nem que as perguntas mudem, mas é o jeito de fazê-las que precisa ser novo para que possamos alcançar respostas mais estimulantes. Tenho para mim que as grandes perguntas de todos nós são sempre as mesmas, o que muda é como buscamos as respostas.

Acho que se desconhecer é sacudir o cimento que há em nós, colocado por nossas mãos e também pelas mãos ávidas de outros. E isso vale para tudo, até para coisas muito triviais. Como aquelas frases: “Fulano não come peixe” ou “Sicrano detesta sair de casa”. Se o fulano acredita que, porque não comia peixe aos dez anos, não vai comer aos 30, nunca vai saber o gosto de um tambaqui. Assim como nenhuma pequena ou grande aventura acontecerá ao sicrano, já que não se arrisca além da porta da rua, esmagado que está, no sofá da sala, pelo dogma que criou para si e que outros ajudaram a cimentar. Porque é só o começo. Destes pequenos dogmas se passa para outras verdades absolutas que dizem respeito a todas as áreas da vida. “Fulano é assim”, portanto fulano é imutável e, portanto, fulano está morto, mas não sabe.

Meu conselho é fugir de frases do gênero: “Eu sou um tipo de pessoa que...” ou “Deixa eu te contar que tipo de pessoa eu sou...”. Suspeito que quem diz essas coisas não sabe nem o caminho de casa. Acho que as buscas mais interessantes começam com frases como: “Não sei mais quem eu sou” ou “Não tenho ideia de quem eu sou”. Ótimo, podemos dizer que começamos a nos conhecer. Claro que só para nos perdermos logo adiante. Afinal, para que mais serve a vida?

A boneca inflável de cada um

Lars mora na garagem da casa de seu irmão mais velho. Tem 27 anos, mas não gosta de sair, nem mesmo para tomar café com a família, apesar dos esforços quase acrobáticos de sua cunhada. Só sai para ir ao trabalho e à igreja. Mas um dia ele aparece na casa do irmão e avisa que vai trazer Bianca, sua namorada, para o jantar. Explica que, como ela é meio brasileira, meio dinamarquesa, não fala inglês. Bianca não caminha e precisa de uma cadeira de rodas, já que a sua foi roubada. Lars pergunta ainda se ela pode se hospedar na casa deles porque, como ambos são religiosos e solteiros, não acham certo ficar sob o mesmo teto. O irmão e a cunhada, que se preocupam com a solidão de Lars, ficam exultantes. Muito animados, arrumam o quarto de hóspedes e preparam o jantar. Em seguida, Lars aparece com a namorada. E eles descobrem que Bianca é uma boneca daquelas feitas sob encomenda para sexo.

Este é o enredo de um filme¹² que pega a alma da gente pelo pescoço e bota ela no colo para um diálogo de delicadezas. Dirigido com sutileza pelo estreante Craig Gillespie e marcado por atuações excepcionais, foi quase ignorado pelo Oscar 2007 (apenas uma indicação para melhor roteiro original), passou meio batido pelos cinemas brasileiros, aonde chegou com muito atraso, e agora pode ser encontrado em qualquer locadora. Acaba também de estreiar na TV a cabo nos canais telecine. Como o título em português é muito, mas muito ruim (*A garota ideal*), a gente passa por ele nas locadoras ou na programação e pensa que é mais um daqueles filmes descartáveis meio abobados. Eu mesma passei por ele dezenas de vezes na prateleira da locadora sem uma segunda olhada. Só aluguei porque foi muito bem recomendado. Então assisti — e fiquei com vontade de ser rica para distribuí-lo pelas ruas como presente de utilidade pública. Como não sou, escrevo.

A grande história do filme é como a família, a médica e a comunidade da cidadezinha lidam com a suposta maluquice de Lars naquele inverno. Depois do jantar de apresentação, a cunhada sugere que Bianca possa estar estressada com tudo o que viveu nos últimos tempos. Deveriam levá-la a uma médica conhecida, que também é psicóloga, para um *check-up*. Depois de examinar Bianca com o estetoscópio e auscultar a situação com os olhos e os ouvidos, esta médica diz que não lhe parece que Lars tenha uma doença mental que o leve a uma internação. Do jeito dele, Lars leva a sua vida, trabalha e não machuca ninguém. Para a médica, Bianca chegou por algum bom motivo. Lars criou Bianca para ajudá-lo a resolver um conflito. Quando o conflito for solucionado, Bianca poderá partir.

Neste caso, continua a médica, o melhor a fazer é acolher Bianca. “Mas ela é uma fantasia”, diz o irmão. “Não”, diz a médica, “ela é real”. Está bem ali, na sala de espera do consultório. Para Lars ela é real — e este é o título traduzido do inglês (*Lars e a garota real*). “Mas vão rir dele”, retruca o irmão. A médica dá uma olhadinha e afirma: “E de vocês também”. Na manhã seguinte, o irmão não se contém e diz para Lars que Bianca “é só uma coisa de plástico”. Lars dá um sorrisinho, cochicha com Bianca e

explica: “Bianca diz que Deus a criou assim para poder ajudar os outros”.

A partir deste momento, o filme conta como a cidade acolheu a Bianca de Lars. Ou melhor, como acolheu Lars. Embora a realidade dele parecesse bizarra para todos — e para cada um à sua maneira — não o julgaram. Apenas o acolheram. Esvaziaram-se de seus preconceitos para alcançá-lo, ainda que não pudessem entendê-lo. Não podiam entendê-lo nem ver o que ele via, mas podiam amá-lo. Em vez de destruí-lo porque não podiam entendê-lo, como acontece habitualmente, o amaram mais.

Se um Lars aparecesse perto de nós — e a verdade é que volta e meia aparece algum —, o mais provável seria enquadrá-lo no escaninho de alguma doença mental e dopá-lo. Antes da luta antimanicomial, os hospícios estavam cheios de gente parecida com Lars. Malucos, lunáticos, delirantes, loucos, fora da casinha. Gente que, mesmo não tendo nenhum traço de violência, nos perturba porque ouve vozes que não ouvimos, considera real o que para nós é fantasia, desafia nossa suposta normalidade. Gente que, com a sua diferença, nos perturba tanto que só conseguimos dar uma resposta violenta: a rejeição.

Dias atrás eu ouvia uma amiga contar sobre um primo que, desde que perdera uma pessoa querida, passara a se comunicar com ETs. Ele toca a sua vida, continua sendo um jovem doce, mas conversa com extraterrestres como se fossem velhos conhecidos. A família está perdida, sem saber o que fazer. Minha amiga está preocupada porque teme que ele perca os amigos, o emprego, a vida que construiu. Ao escutá-la, percebi que a angústia dela não se dava pelo fato de o primo conversar com ETs, ainda que não acredite que eles existam neste mundo. O problema é o que as pessoas ao redor farão com alguém que não faz mal para ninguém, mas jura conversar com alienígenas. O problema é a capacidade de destruição daqueles que acreditam em coisas aceitas como “normais” quando se descobrem diante de quem acredita em coisas consideradas “anormais”. Sejam elas uma boneca inflável ou um ET.

Talvez o primo da minha amiga converse com ETs pelo resto de sua vida, talvez um dia os ETs partam para outras galáxias onde existam outros garotos doces precisando ser escutados por criaturas verdes. Ou talvez o primo mande os ETs embora porque encontre alguém do próprio planeta para ocupar este lugar. O problema será, enquanto isso, sobreviver às pessoas que escondem seus ETs no armário.

É uma pena que precisemos tanto de julgamentos sobre o que é um comportamento normal ou não — sempre esquecendo que a “normalidade” muda conforme a cultura e o tempo histórico. Esquecendo também de olhar para a própria vida, com a honestidade necessária, para perceber que cada um de nós acredita em coisas muito estranhas e bizarras. Apenas que são coisas que mais gente também acredita. Esse, aliás, é um exercício bem interessante, capaz de alargar os limites sempre estreitos de nossa tolerância.

É triste viver num mundo onde, diante de qualquer diferença, mesmo que de opinião, seja preciso cair matando. Que gente tão insegura e pobre de espírito nos tornamos para temermos tanto aqueles diferentes de nós? Sempre que vejo alguém desqualificando um outro por suas ideias e suas crenças, fico pensando: será que essa pessoa tem uma vida tão sensacional que todas as outras precisam ser esculhambadas? Desconfio que seja exatamente o contrário. Não custa nada olhar para dentro e apalpar um pouco a matéria dos nossos dias antes de sair por aí cimentando regras para a vida de todos. Torço muito para que o primo da minha amiga não encontre gente que se sinta ameaçada pelos seus ETs. Mas sei que vai encontrar. E temo por ele.

Acho que, em alguma medida, temos todos nós ETs ou bonecas infláveis que nos ajudam na tarefa

complicada que é viver. Especialmente quando essa tarefa fica muito difícil. Seria tão bom que conseguíssemos amar melhor e, mesmo ao ver os outros agarrados a ETs bem pequeninos, fôssemos capazes de deixar passar, sem sacarmos nossas armas de extermínio. Quantas vezes não percebemos gente bem próxima, que, por causa de alguma tragédia ou mesmo de uma fragilidade maior diante das agruras do mundo, está segura apenas por um fio muito fino à sua vida. Em vez de escutar, aceitar e acolher, nosso comportamento habitual é sair logo cortando, com uma tesoura bem grande, o fio que aquela pessoa teceu com a maior dificuldade. E sem oferecer nada em troca para botar no lugar.

Estou bem cansada de gente que adora dizer, apoiada em sua metralhadora de certezas: “Fulano está perdido”. Ou: “Sicrano nunca conseguiu fazer nada decente na vida”. Ou, os que acham chique falar em inglês: “Beltrano é um *loser*”. Será que esses arautos do sucesso estão tão perdidos que pensam que se acharam na vida? Bem, talvez esta crença seja o único fio que os mantém acima do abismo.

Lars e a garota real (ou *A garota ideal*), o filme, é uma fábula. Não por causa de Lars, mas por nossa causa. Naquela cidade as pessoas são muito melhores do que nós. De repente percebi, assistindo ao filme, que o mais estranho ali não era Lars e sua boneca, mas todos os outros. Porque, NESTA vida real, não há nada mais distante do normal, não há nada mais bizarro ou fora da casinha, do que gente que, em vez de julgar, catalogar e descartar aquele que é diferente, escuta, aceita e acolhe. Este — e não o de Lars — é o comportamento mais lunático do filme. Uma pena — não para os Lars da vida, mas para todos nós.

2 de agosto de 2010

¹² *A garota ideal* é dirigido por Craig Gillespie (2007, EUAe Canadá).

A vida se faz nas marcas

Para mim não existe vida fora da palavra escrita. Passei quatro dias ouvindo, pensando e por último falando sobre literatura em conversas na Casa de Cultura da FLIP (Festa Literária Internacional), em Paraty. O debate me carregou para uma reflexão sobre as minhas marcas. E penso que as marcas se inscrevem em nós primeiro como algo indizível. E depois as transformamos em outra coisa que nos dá a possibilidade de viver. Em mim, elas viram texto. Percebo então que palavras são marcas por escrito. E lamento as vidas que não querem ser assinaladas pela vida.

Vivemos numa época que não quer ser marcada. A maioria de nós tenta escapar das rugas, essas cicatrizes do rosto, de todas as formas — algumas delas bem violentas. Os sinais da passagem do tempo, da vida vivida, são interpretados como algo alienígena, estranho a nós. Estão ali, mas não deveriam estar. É quase uma traição. Urge então apagá-las.

É tamanho o nosso medo da velhice e da morte, que as marcas da vida vivida são decodificadas como feias, quase repugnantes. Tanto que estamos diante de uma novidade: as primeiras gerações de seres humanos envelhecendo e morrendo com os sinais não da idade, mas das cirurgias plásticas. Sim, porque estas também são cicatrizes.

Não há jeito de morrer sem marcas porque não há como viver sem ser marcado pela vida. Mesmo os bebês, que por alguma razão morrem ao nascer, já trazem no corpo a marca fundadora: o corte do cordão umbilical que lhes arrancou de dentro da mãe. O umbigo é nossa primeira cicatriz, aquela que nos unifica.

Se a tecnologia conseguir inventar um ser humano sem marcas é porque desinventou o ser humano. Podemos talvez um dia apagar todas as marcas visíveis, tatuadas no corpo. Mas nunca haverá uma cirurgia capaz de eliminar as marcas da alma. E esta é também uma tentativa que temos empreendido com muito empenho. Por um excesso de psicologês, uma leitura transtornada do pensamento de Freud, passamos a achar que tudo é terrivelmente traumático. Qualquer contrariedade ou vivência não programada supostamente estigmatizaria nossos filhos e aniquilaria seu futuro. Qualquer derrapada no *script* de nossos dias nos assinala como catástrofe. Parece que viver se tornou uma experiência por demais traumática para quase todos — e, se assim é, a única solução seria não viver. Mas a questão não é o trauma — e sim o que cada um faz com ele.

Há algumas semanas participei de um debate no Instituto Sedes Sapientiae, em São Paulo, sobre *Sobreviventes*, o pungente documentário de Miriam Chnaiderman e Reinaldo Pinheiro. Em minha fala, sugeri que não existem sobreviventes. Só é possível ser vivente. A palavra *sobre-vivente* contém a ideia de viver apesar do vivido. E eu acredito que só é possível viver por causa do vivido.

Em mais de 20 anos contando histórias de pessoas — e também minha própria história —, percebo que as pessoas morrem e renascem muitas vezes numa vida só. Cada existência é uma sucessão de pequenas mortes e renascimentos desde esse primeiro corte que nos separa de nossas mães e dá início à nossa

existência como indivíduo. Fico só imaginando nesta época onde tudo vira trauma insuperável, o que aconteceria se as pessoas pudessem se lembrar dessa expulsão do paraíso uterino. Haveria uma legião de homens e mulheres incapazes de lidar com acontecimento tão terrível. Sem perceber que é só por ele, afinal, que começamos a viver. Até então, somos todos apenas uma continuidade, um apêndice, do corpo materno.

É verdade que, compreendendo o trauma como algo que nos marca, que nos mata simbolicamente para que possamos renascer de outro jeito, nossa vida é cheia deles. O que questiono aqui é a crença de que não deveria ser assim, a ilusão de que é possível — e o pior, que é desejável — ter uma vida sem marcas no corpo e na alma.

É claro que alguns acontecimentos são devastadores — e lutamos para que não voltem a se repetir com ninguém. Mas, mesmo nestes casos, me parece que a vida só é possível não apagando o que é inapagável, mas fazendo algo novo com essa marca. Transformando-a em algo que possa viver.

Recentemente, causou grande polêmica um vídeo no YouTube, onde Adolek Kohn, de 89 anos, “sobrevivente” do holocausto judeu, dança com sua filha e netos a música “*I will survive*” (“Eu sobreviverei”), de Gloria Gaynor, em campos de concentração como o de Auschwitz. Quem não tiver assistido pode encontrá-lo facilmente na internet. Muita gente achou desrespeitoso com o sofrimento das vítimas do holocausto. A mim pareceu emocionante. Concordo com a filha, a artista australiana Jane Korman, quando diz: “Essa dança é um tributo à tenacidade do espírito humano e uma celebração da vida”.

Poder dançar no palco em que quase foi assassinado — e onde milhões de pessoas foram exterminadas — é fazer algo vivo em vez de fazer algo mórbido. Especialmente poder dançar com a continuidade de você — na companhia de todos aqueles que quase não existiram, uma descendência inteira quase aniquilada pela morte de um. Afinal, ele dança sobre suas antigas e brutais lembranças amparado por uma nova memória, representada pelos seus descendentes, por aqueles que vão recordá-lo e produzir outras histórias e sentidos para a trama das gerações. É mais do que uma magistral vingança — é uma dança.

Isso não significa que este (sobre)vivente tenha lidado melhor com seu trauma que todos os outros. Cada um encontra seu caminho — e a maioria dos caminhos não aparece no YouTube. Mas acho uma prepotência “ser contra” ou ridicularizar a tentativa de um outro de lidar com suas marcas, dar um novo sentido àquilo que o constitui. Transformar em algo mais que a dor o que era só dor. Pode não ser o seu caminho, mas isso não o impede de olhar para a saída encontrada pelo outro com o profundo respeito que ela merece.

Quando as pessoas me contam suas histórias, começam a contar pelos seus renascimentos. Pelo momento em que morreram de um jeito, por causa de um trauma, e renasceram de outro. É ali que identificam seu início — ou reinício. Uma nova vida só é possível quando contém a anterior e a sua quebra. O que atravança nossa existência é ficar fixado no trauma — enxergar a marca como uma morte que não renasce, como um corte que não vira cicatriz. Por isso a palavra “sobrevivente” — e o sentido que ela tem no senso comum — me incomoda. É como se vida fosse o que havia antes, algo que não pudesse se quebrar, e o que temos agora fosse algo menor que a vida, uma mera *sobre-vida*. Me parece, ao contrário, que a matéria da vida é justamente essa sucessão de quebras — e viver é dar sentido a elas.

Essa ideia vendida e consumida exaustivamente, de que a vida não pode ser marcada nem no corpo

nem na alma, tem causado enorme sofrimento às pessoas. Não o sofrimento que nos leva a criar uma vida, mas aquele que nos leva a anestesiá-la. Esse equívoco tem transformado gente que poderia viver em meros sobreviventes. Porque, se não podemos ser marcados, se cada marca for vivida como algo mórbido e não como parte do vivido, fixamo-nos na morte. Viramos uma ladainha que repete sempre o momento mortífero e não consegue seguir adiante.

Ser... é ser em pedaços. O que nos impede de viver não é o trauma, mas a ideia de que exista uma vida que possa prescindir deles. E o que nos humaniza é a capacidade de criar algo vivo com nossas marcas de morte. Palavra escrita, literatura, como tanto se discutiu na festa literária de Paraty. Dança, como o (sobre)vivente do holocausto. Jardins, bordados, doces, móveis, dribles de futebol.

Como poderia dizer a poeta Adélia Prado, “uso todos os meus cacos para fazer um vitral”. Cada vida humana é um vitral feito com as marcas de todas as nossas mortes. Sem os cacos, nada há.

9 de agosto de 2010

Palavras em busca de adoção

Adote uma palavra antes que ela desapareça. Esta é a proposta de um site encantador, criado pelo Oxford English Dictionary. Você abre o site e há uma tela cheia de palavras carentes. Elas saltitam, se exibem, dão piruetas, na tentativa de chamar sua atenção. Basta passar o *mouse* em qualquer uma e ela começa a gritar: “Me escolha!” ou “Sim! Sim! Eu!” ou “Olá!” ou “Aqui!”. Se você clicar, aparece o significado e a ficha de adoção. E sugestões de como usá-la em diferentes contextos. Você elege sua pequena órfã e se compromete a levá-la para passear na vizinhança, enturmá-la no cotidiano. Nas conversas de bar, nos bilhetes e nos e-mails, nos pedidos de informação e até nas brigas e nas declarações de amor. A utopia contida na criação do site é que, se cada uma destas palavras zumbis voltarem literalmente à boca do povo, elas serão de novo letra viva.

Pena que é em inglês. Espero que o Houaiss ou o Aurélio ou qualquer outro dicionário ou universidade ou pessoa faça um site igualzinho com a zumbilândia do nosso português. Enquanto isso não acontece, podemos fazer a nossa parte para que o dicionário da língua portuguesa no Brasil não se torne um livro de óbitos.

Por que uma palavra morre? Como as pessoas, por várias razões. Larápio, por exemplo. Para quem já esqueceu, é um sinônimo de ladrão. Foi usado bastante no passado, inclusive pela imprensa. Hoje, está relegado ao arcaísmo. Acabaram-se os larápios? Como sabemos, muito antes pelo contrário. Mas talvez tenha acabado um certo jeito de olhar para aquele que furta ou é desonesto de outras maneiras — e a palavra larápio não deu mais conta de todas as variações de meliantes (outra!) que surgiram. Ou ainda, foi considerada emproada demais para os novos tempos. Agonizou por esvaziamento de sentido. E outras palavras precisaram nascer para atender às novas necessidades.

Quando uma palavra morre é um mundo inteiro que morre com ela. Quando uma palavra da língua portuguesa falada no Brasil desaparece, é um jeito de ser brasileiro que desaparece com ela. Um jeito de ser e de estar, de sentir a realidade, de olhar para os sentimentos e para o outro. E outras formas de ser e de estar surgem ou se impõem com palavras recém-nascidas. Como tudo que é vivo, a língua muda. E quanto mais se transforma, agrega sinônimos e gírias, mais rica é a língua e também a cultura que ela expressa.

Como amo as palavras, adoro vê-las nascer e sofro quando morrem. Tenho esta nostalgia de mundos. Mas sofro menos pelas que foram aposentadas porque perderam sentido — e mais pelas invisíveis. Arrisco dizer que há um número maior de palavras invisíveis do que de palavras arcaicas. No esforço de simplificar a linguagem para que o leitor possa compreender o texto, por exemplo, abandonamos uma população de palavras mais intrincadas. Como todas as escolhas, esta também não ficou impune. Simplificar, neste caso, pode ter significado reduzir. E, junto com o número de palavras, também nós nos

apequenamos.

O vocabulário também nos confina. Quando é limitado, é nosso mundo que se torna emparedado. Tente se imaginar sem palavras. Ou melhor: tente ser sem palavras. É impossível. Pensamos, sentimos, amamos, desejamos, brigamos, sonhamos, existimos — com palavras. Sempre com palavras. Onde estamos? Não em São Paulo, Porto Alegre, Rio, Brasília, Macapá, Recife, Paris, Miami, Pindamonhangaba ou Anta Gorda. Estamos nas palavras. Habitamos as palavras. Somos palavras. Quando estamos e somos nas mesmas poucas palavras, somos e estamos menos. É como ter a chance de viajar pelas galáxias e preferir se fechar numa quitinete.

Em minhas andanças de repórter pelos muitos Brasis, entrei em contato com algumas construções de linguagem e invenções de palavras que ampliaram minha capacidade de perceber a realidade. Vinham de analfabetos que faziam literatura pela boca. Como os Raimundos da Terra do Meio, no Pará, ou os habitantes dos muitos sertões do Nordeste. Ou as “pegadoras de meninos” da floresta amazônica, no Amapá, que enquanto aparavam bebês pariam palavras. Como Nazira Narciso, ao me explicar que fez o parto da neta porque a parteira mais experiente havia se recusado por ser “barriga particular”. Ahn? “Não tem marido”, cochichou ela. Ou a caripuna Dorica, de 96 anos, me explicando o ofício: “Parteira não tem escolha, é chamada nas horas mortas da noite para povoar o mundo”.

Todos “cegos das letras”, como diziam, mas donos de um vocabulário tão rico como a vida. Recriavam-se nas palavras como os grandes inventores da língua escrita, autores do cânone como Guimarães Rosa e Manoel de Barros. Porque o vocabulário é pobre quando a vida é pobre. Não materialmente, mas de experiências.

Não dá para saber o que veio antes, se a vida ou a palavra. Vivemos com um vocabulário medíocre porque a vida é medíocre? Ou a vida é medíocre porque o vocabulário é medíocre? O que se perde quando usamos as mesmas palavras para um mundo tão diverso é que deixamos de enxergar o mundo em toda a sua largueza. Ele está lá, mas não conseguimos nomeá-lo. Então, ele está — mas não para nós. É uma maneira de ser cego, surdo e mudo com todos os sentidos funcionando.

A rigor, não existem sinônimos perfeitos, uma palavra que tenha exatamente o mesmo significado que outra. Há palavras que expressam quase o mesmo que uma outra. Mas o quase, na língua como na vida, faz toda a diferença. “Cão” e “cachorro”, por exemplo. Parece o mesmo. Mas não é. O cão contém um distanciamento, uma frieza, que o cachorro não tem. Ou o cachorro expressa uma proximidade, contida na própria sonoridade da palavra, mais comprida, musical e leve, que o cão jamais alcançará na sua dureza de uma sílaba só. Quando tomamos tudo pelo mesmo, perdemos as nuances. Abrimos mão da graça.

Acredito que a resistência da palavra se dá na arte. Especialmente na música e na literatura — seja ela oral ou escrita. E o empobrecimento da língua às vezes acontece nos meios de comunicação de massa. Em programas de TV, por exemplo, que uniformizam a linguagem por acreditar que, se não o fizessem, não seriam entendidos por todos. Só que não existe uma linguagem padrão. O que existe é um vocabulário que se impõe pela hegemonia política e econômica de um determinado grupo ou classe. No caso de muitos programas de TV que se pretendem nacionais — e aqui não falo de nenhuma rede específica, até porque quase todas seguem a mesma cartilha —, fala-se uma espécie de paulistanês e carioquês “culto”, como se esta fosse a suposta língua portuguesa do Brasil.

Mas como, se o Brasil é exatamente a convivência e o diálogo de suas diferenças, se a riqueza do país e da língua se dá na diversidade? Seria muito estúpido esperar que uma ribeirinha da Amazônia usasse as

mesmas palavras que um rapper da periferia de São Paulo. Que rearranjassem as palavras da mesma maneira se vêm de uma história, de uma geografia e de um estar no mundo tão diverso. Isso não os torna menos brasileiros ou faz com que pertençam menos à mesma nação — pelo contrário. Esta diversidade expressa também na linguagem é talvez a mais forte identidade do Brasil. Mas há que resistir ao seu apagamento.

Mesmo na internet, que muitos encaram como a eclosão das singularidades, duvido um pouco que de fato seja isso que esteja acontecendo. Sem negar sua fabulosa importância, o que vejo, por enquanto, é a reprodução de tribos que já existiam. Um diálogo entre iguais que se fortalecem, o que não é pouco. Mas não um diálogo de diferentes, que é o que poderia ser mais interessante. Ampliaram-se as vozes, mas parece que, para além de seus pertencimentos, seguem surdas umas às outras.

Ao deixar o Rio Grande do Sul e ir para São Paulo, eu mudei de várias maneiras. A única que lamento é a mudança que se deu pelas palavras. Para escrever no que se costuma chamar de imprensa nacional — mas que é a imprensa paulista e (cada vez menos) carioca —, abri mão de porções da minha identidade. Em vez de guri e guria, passei a falar e a escrever menino e menina. Em lugar de tu, você. E assim por diante.

Mais do que trocar palavras, o que perdi foi uma paleta de tons e de cores. Eu era capaz de expressar uma mesma realidade ou sentimento de várias maneiras, de nomear um animal ou um objeto com diferentes palavras. Era herdeira de uma língua do interior do extremo sul do Brasil, cujo vocabulário se enriqueceu tanto pela apropriação promovida pelos imigrantes europeus quanto pelo legado mais antigo, deixado junto com seu sangue por índios, espanhóis e portugueses.

Eu falava um português vivo o suficiente para dar conta de uma experiência singular. É natural, por exemplo, que no Sul tenhamos uma variedade maior de expressões para o frio do que no Norte e Nordeste. Que, por sua vez, terá uma riqueza maior de termos forjados numa vivência mais solar. Em São Paulo, me pasteurizei. Mantive a experimentação da língua feita pelos personagens reais cujas histórias contava, mas minha própria voz ficou mais padronizada.

Agora empreendo um caminho de volta, que não é volta porque sou outra. Voltar é sempre uma impossibilidade. Ainda bem. Resgato o que há de mim nas palavras esquecidas, mas a partir dessa experiência de uma década em São Paulo. Escolho ser uma soma dissonante — alargada por tudo o que vivi. Dentro de mim ecoam as vozes de todos que me marcaram.

Há pouco escrevi um “cusco” numa crônica e fiquei muito faceira. Ah, sim, quando eu cheguei em São Paulo eu era “faceira”, às vezes até “louca de faceira” e em alguns dias “mais faceira que terneiro novo” — e não feliz. A vantagem, no meu caso, é que basta botar o pé na casa da minha infância que tudo volta. Minha mãe mesmo, professora de português e de literatura e a melhor doceira do país (na minha isenta opinião), tem um vocabulário próprio. Há coisas que só ela diz. Ninguém sabe de onde tira. Nem ela. Essa invenção é parte essencial do que ela é. E nos proporciona grandes momentos.

Sempre desejei que um dia alguém me perguntasse qual é a minha palavra preferida. Eu tenho uma. É uma palavra que me tomou desde a primeira vez que a li. Eu intuo o seu significado, mas resisto a buscá-la no dicionário. Às vezes tenho isso, gosto de conhecer por mim mesma antes que alguém me explique. Posso passar anos apalpando uma palavra ou um conceito dentro de mim até me decidir a partir em seu encaixe no mundo de fora.

No caso dessa palavra, era importante que ela guardasse um pouco do seu mistério, indevassável até

para mim que a amava. Queria que ela ficasse um pouco hermética, já que o amor é sempre misterioso. Quando a pronuncio dentro de mim, sou possuída por ela. Eu sinto a palavra, vivo ela — nela. E nunca a escrevi em texto. Não sei se por ciúmes ou por não achar nenhum contexto à altura. Não é um arcaísmo nem um regionalismo. É uma palavra da língua “cultu”. Título de um livro de um de meus autores preferidos, um japonês chamado Junichiro Tanizaki.

Decidi dar a minha palavra para vocês.

VORAGEM.

Eu sou essa palavra. E agora, por amor, vou interromper esta coluna para finalmente procurar o que ela significa no *Dicionário Houaiss*. (Dois minutos depois...) Aí está: “1. Tudo aquilo que é capaz de tragar, sorver, destruir com violência; 2. Redemoinho de água que se forma no mar ou no rio, cujo giro arrasta as coisas para o fundo; sorvedouro, turbilhão; 3. Grande profundidade, abismo; 4. Aquilo que provoca grandes arroubos, que arrebatu, mortifica ou consome”. É tudo isso e ainda o que ela é para mim. Em mim. E o que pode ser ressignificado a partir de cada um.

Inspirada pelo site *savethewords.org*, escrevi esta coluna para lançar a ideia de usar uma palavra nova a cada dia. Não uma nova para todo mundo, mas uma nova para cada um. A cada manhã uma palavra inédita, pescada do oceano fundo e escuro onde elas habitam como peixes escorregadios. Uma decisão existencial mais profunda do que pode parecer à primeira palavra.

6 de setembro de 2010

Uma história de luz¹³

Quando morreu, ele tinha umas poucas roupas usadas demais, uma flauta doce e uma pasta onde guardava sua certidão de nascimento, a carteira de identidade e recortes de jornais. Na parte de dentro da capa desta pasta, ele escrevera: “Luciano Felipe da Luz — jornalista e jornalista do *Boca de Rua*”. Tudo estava ali. Com essa frase ele se inscreveu no mundo e morreu como um homem. Só pôde morrer como um homem porque viveu como um.

A frase que ele escolhera para se identificar, para atravessar o espaço e quebrar com palavras a ausência de si, é a chave para acessar a vida que se foi, mas fica no registro. Quem apenas decodificasse a frase sem conseguir lê-la, poderia se enganar com o legado do homem-garoto. Num olhar superficial, ele era um menino que morria cedo, aos 20 e bem poucos anos. Tinha marcas demais no corpo, toda uma existência contada ali em cicatrizes de facadas, de surras, de picadas, um mostruário completo de todas as formas de violência inventadas, um mostruário da humanidade contada pelas suas tripas. Tanto em tão pouco, uma confusão que a vida faz com o tempo e o espaço.

Mas tudo que estava ali contado nas cicatrizes daquele corpo no necrotério só existia porque ele tinha se tornado “Luciano Felipe da Luz — jornalista e jornalista do *Boca de Rua*”. Era no conteúdo da pasta que ele nomeava, nos recortes do jornal que ele escrevia com outros garotos com destinos parecidos, mas jamais iguais, que ele havia se tornado o homem que morreu.

Dito de outra maneira. Ele havia nascido Luciano Felipe da Luz. Mas só se tornou Luciano Felipe da Luz ao começar a escrever-se no jornal. Ao escrever-se, ele se tornou homem. E só se completou homem porque passou a ser lido como homem. Essa é a sutileza de sua identidade — “Luciano Felipe da Luz — jornalista e jornalista do *Boca de Rua*”. Ao colocar no mesmo patamar o jornalista e o jornalista, ele intuiu que escrever e ser lido eram partes do mesmo mistério. Como jornalista ele se escrevia, como jornalista ele se fazia ler. Luciano Felipe da Luz eliminara ali, na frase do seu legado, a mercadoria. Ele, que até então havia sido a sobra do capitalismo.

O que faz de um homem um homem? O que nos faz o que somos? A narrativa, a capacidade de nos contarmos. Mas não só. O tornar-se homem só se completa na possibilidade de ser lido, no reconhecimento da história de cada um pelo outro. É naquele reconhecimento que vemos nos olhos de quem amamos ao acordar que nos humanizamos, que nossa humanidade se reedita a cada manhã. Por isso nenhum homem pode ser uma ilha — na frase perfeita que já se tornou um clichê. Porque só somos no outro. E o outro só é em nós.

Quem era Luciano Felipe da Luz antes de tomar posse do seu corpo pela escrita? Era Mercedes. Ganhou este nome por causa do caminhão Mercedes Benz que o atropelou um dia. Não tinha sido o único atropelamento. Ele fora atropelado 12 vezes. Numa delas, ganhou esse batismo tão literalmente das ruas. Sem reconhecimento, seu corpo levou ainda um tiro na cabeça, algumas facadas e mais tarde foi assinalado também pelas marcas da Aids.

Arrastando seu corpo sem palavras pelas ruas de Porto Alegre, Mercedez não era visto. Há várias formas de não ver um outro. Infelizmente exercitamos todas elas e sempre inventamos uma nova. Deixamos de reconhecer um homem — no homem — quando pensamos que sua dor não nos diz respeito. É só ao desconhecer o outro como um igual que a desigualdade de condições de vida se torna aceitável. Comum, banal e, principalmente, alheia a nós.

Com Mercedez era assim, um menino que cresceu nas ruas sem ser visto. Quando era visto, era sempre pelo olhar da violência. Do nosso, que não o enxergava, de outros, que como ele disputavam os restos da rua, da polícia, que o espancava. Tudo o que conhecia era ser marcado por essa violência, por um olhar que não o via. Porque entre as piores formas de não ver alguém está aquela que só enxerga seu estereótipo. No caso dele, um garoto de rua, um maloqueiro, um vagabundo, um sujo, um feio, um malvado. Um problema para as autoridades, uma mazela social para os especialistas, um estorvo que atrapalha o tráfego e suja as calçadas para a maioria. Não causa espanto que, sendo assim, Mercedez tenha sido atropelado tantas vezes, inclusive uma delas por um caminhão Mercedes-Benz.

O que causa espanto é que Luciano Felipe da Luz tenha sobrevivido a todos os atropelamentos, inclusive o do seu batismo. Mais tarde, quando ele começou a se contar pela palavra (e não apenas pelas cicatrizes no corpo), dizia que era “filho da luz”. Se uma interpretação parcial dos fatos mostrava que ele era filho do abandono — de vários abandonos —, ele se agarrava ao fio do sobrenome e com ele construiu uma outra verdade narrativa que repetia nas ruas: “Eu sou filho da luz”. Esse parto de palavras pode ter dado a ele uma maternidade que lhe permitiu viver dentro dos seus possíveis. A narrativa que fez de sua origem deu a ele uma mãe que era luz. E com o que pareceria pouco para muitos, Luciano Felipe da Luz desfez parte de suas trevas.

Quando duas jornalistas, Clarinha Glock e Rosina Duarte, começaram a inventar um jornal escrito e vendido por garotos de rua em Porto Alegre, encontraram-no estirado na calçada junto às paredes de um colégio de elite onde guardava carros. Sujo, chapado e esquecido de si. Devagar, bem aos poucos, ele foi se agarrando a esse fio que permitia a vida — a essa maternidade narrativa que dava a luz e não a morte. Sem negar o Mercedez que era parte dele, resgatou-se como Luciano. Parecia pouco, era tudo. O suficiente para cuidar do seu corpo, agora que ele era constituído também por palavras, essas cicatrizes da alma.

Agora que não o viam mais como resto, mas como “jornalista e jornaleiro”. Agora que ele se apresentava diante do cidadão, com seu crachá de jornalista e jornaleiro, e oferecia o jornal que ele também escrevia. Senhor, senhora, meu nome é Luciano Felipe da Luz e eu tenho uma história. Pela primeira vez, então, dois mundos dialogavam sem medos mútuos. E descobriam que só as palavras atravessam pontes. São gestos no ar.

Infelizmente, não para ninguém, mas para a humanidade inteira, a Aids já o devastava há tempo demais, e o cuidado com um corpo que agora podia ser marcado também pelo amor só o roubou pouco tempo mais da morte — o que não é pouco, mas também é. Morreu na luz. No Campo Santo, a parte do cemitério reservada aos pobres, foi sepultado pelos amigos e colegas do jornal. Que perguntaram ao coveiro porque ele, como todos ali, era apenas uma cruz com número — sem foto nem nome. A resposta era que ali os corpos são enterrados com menos de sete palmos e desenterrados depois de algum tempo para dar lugar a outro corpo de pobre.

Decidiram então registrar sua vida por escrito no jornal — e assim Luciano Felipe da Luz morreu

como um homem que viveu, morreu inscrito na história. Antes, eles apenas desapareciam, invisíveis na morte como na vida. Agora, homens como ele, jornalistas e jornaleiros, morrem. E isso é um jeito de permanecer como vida.

Luciano Felipe da Luz, jornalista e jornaleiro do *Boca de Rua*¹⁴, ficaria feliz ao saber que um dia, depois da sua morte, seus colegas de jornalismo e jornaleirismo fizeram também um filme. Nele, apresentavam Porto Alegre aos moradores de rua de São Paulo. Numa das exibições, no Centro Cultural Santander, na capital gaúcha, um espaço cultural muito valorizado e simbolicamente dentro do cofre de um antigo banco, foram barrados ao chegar. Ensinado a interceptar roupas velhas e pobres, o segurança intimou: “Quem são vocês?”. Um deles se adiantou: “Nós somos os autores”. E entraram.

Sim, eles são autores. Como autores podem viver. Como dizia Luciano Felipe da Luz: “A minha vida é sempre a sua. Se liga gente boa”.

13 de setembro de 2010

¹³ O *Boca de Rua* é um projeto da ONG Alice, de Porto Alegre, iniciado em 2000. O jornal, publicado a cada três meses, conta histórias de um mundo até então invisível, agora escrito, fotografado e grafado por moradores das ruas de Porto Alegre, que se encontram uma vez por semana para decidir a pauta e reeditar a vida. Os analfabetos ditam suas palavras, todos se escrevem de alguma maneira, com a ajuda de todos. Depois, é vendido nas ruas da capital por seus autores. Cada um tem a sua cota de exemplares e a renda pertence a eles. Ao final desta coluna, Eliane fez um adendo: “Aos jornalistas e jornaleiros que tornaram o *Boca de Rua* possível, a minha homenagem. Afinal, um jornal é exatamente isso — ou pelo menos deveria ser: o reconhecimento da vida. Em palavras”.

¹⁴ As colunas sobre moradores de rua, como Eliane constatou, são as menos lidas, no acompanhamento da audiência. É como se as pessoas não quisessem vê-los, nem nas ruas, nem em lugar algum. É por isso que ela continua escrevendo sobre moradores de rua. Até que enxerguem.

“Nada é só bom”

Ao assistir ao novo filme de Arnaldo Jabor, *A suprema felicidade*, fiquei desesperada porque não tinha uma caneta e um bloquinho. Eu nunca ando sem uma caneta e um bloquinho. Mas assisti ao filme na abertura do Festival de Cinema do Rio, vestida para festa e com uma daquelas bolsas ridículas onde mal cabem o batom e o dinheiro do táxi. Um problema quando ouvimos uma frase realmente ótima e tudo o que encontramos para retê-la é um bastão com algum nome bizarro como “beijo fatal”. Tive de apelar para a minha péssima memória porque há no filme algumas frases imperdíveis. Daquele tipo essencial, tão boas que parecem simples e até óbvias e você quer morrer por nunca tê-las escrito. Essas frases unem as memórias do cineasta, que vão emergindo no filme do mesmo modo que as lembramos na vida — sem linearidade e só aparentemente descosturadas. Fiquei repetindo-as durante toda a sessão para mim mesma. Consegui que sobrevivessem razoavelmente ilesas. E a primeira delas é a do título desta coluna: “Nada é só bom”.

Virou meu mantra desde então. Vejo tanta gente sofrendo por aí, achando que sua vida está aquém do que deveria ser, porque tudo deveria ser só bom. Não sei quando nos enfiaram garganta abaixo essa ideia absurda de um estado de felicidade absoluta. Uma espécie de nirvana a ser alcançado em que nada mais nos perturbaria e que seríamos felizes para sempre. Na verdade, só há um jeito de isso acontecer: podemos ser felizes e mortos. Porque esse estado imperturbável, imune à vida, só se alcança na morte.

Acho que a grande causa atual de infelicidade é a exigência da felicidade. É o deslocamento do lugar da felicidade para o centro da vida, como um fim a ser alcançado e a medida de uma existência que valha a pena. Se nos lembrarmos bem dos contos de fadas, o “e foram felizes para sempre” era exatamente o fim da história. Era quando o conto morria num ponto final porque não havia mais nada relevante para ser contado. Tudo o que interessava, o que nos hipnotizava e nos mantinha pedindo a nossos pais ou à professora ou a nós mesmos “de novo, conta de novo”, era o que vinha antes. O desejo, as turbulências, os avanços e recuos, os tropeços e os arrependimentos, os erros, o frio na barriga, a busca. Tudo aquilo que é a matéria da vida de todos. O que realmente importa.

Acho impressionante a quantidade de adultos pedindo um final feliz para as suas vidas, para as suas histórias de amor, para o sucesso profissional. Não há nenhum mistério no final. Independentemente do que cada um acredita, o fato é que no final a vida como cada um a conhece acaba. Para viver, o que nos interessa não são os pontos finais, mas as vírgulas. Os acontecimentos do meio, o enredo entre o primeiro parágrafo e o último.

Escrevo pequenas histórias de ficção num site de crônicas e alguns leitores se manifestam, por comentários ou por e-mail, reclamando do desfecho. Eles me ensinam sobre essa exigência da felicidade por toda parte. Pedem, com todas as letras, “um final feliz”. Sentem-se traídos porque não dou isso a eles. Mas voltam na semana seguinte para se perturbarem com o desfecho do novo conto e reclamar mais uma vez. São adultos pedindo histórias da carochinha. E consumidores bem treinados para achar que tudo

é produto de consumo.

Acham que ofereço a eles cachorro-quente. Por favor, um pouco mais de mostarda, duas salsichas, menos pimenta no molho. É muito interessante. Mas, de algum modo, algo nos meus “finais infelizes” os engata. Porque, em vez de me deixar para lá e ler algo mais “feliz”, voltam por alguma razão. Talvez para descobrir se me rendi à tal da felicidade.

A ideia de felicidade como um fim em si mesma encobre e desbota tanto a delicadeza quanto a grandeza do que vivemos hoje, faz com que olhemos para nossas pequenas conquistas, nossos amores nem sempre tão grandiloquentes, nosso trabalho às vezes chato, como se fosse pouco. Apenas porque nem a conquista nem o amor nem o trabalho é só bom. E há uma crença coletiva e alimentada pelo mundo do consumo afirmando que tudo deveria ser só bom. E se não é só bom é porque fracassamos.

Deixamos então de enxergar a beleza do nosso amor imperfeito, da nossa família imperfeita, do nosso trabalho imperfeito, do nosso corpo imperfeito, dos nossos dentes imperfeitos e até das nossas taxas de colesterol imperfeitas. Dos nossos dias imperfeitos. Escolher como olhamos para nossa vida é um ato profundo de liberdade que temos descartado em troca de propaganda enganosa.

Tanta gente se esquece de viver o cotidiano, em troca dessa mercadoria ordinária chamada de felicidade. Que, como toda mercadoria, tem essência de fumaça. Se tivesse de escolher entre essa felicidade de plástico que vendem por aí e a infelicidade, preferiria ser infeliz. Pelo menos, a infelicidade me faz buscar. E a felicidade absoluta é mortífera, ela mata o tempo presente.

Não tenho nenhum interesse por essa pergunta corriqueira: “Você é feliz?”. Acho uma questão irrelevante. O que me interessa perguntar a mim mesma — e pergunto a todos a quem entrevisto é: “Você deseja?”.

Desejar é o contato permanente com o buraco, com a impossibilidade de ser completo. Desejar é o que une o homem à sua vida. Une pela falta. Tem mais a ver com um estado permanente de insatisfação. Não a insatisfação que paralisa, aquela causada pela impossibilidade da felicidade absoluta; mas a insatisfação que nos coloca em movimento, carregando tudo o que somos numa busca permanente de sentido. Desejar é estar sempre no caminho, conscientes de que o fim não importa. O fim já está dado, todo o resto é possibilidade.

No filme de Arnaldo Jabor, as melhores frases são de Noel, avô do personagem principal, vivido pelo enorme Marco Nanini. Numa ocasião, ele diz ao neto: “Ninguém é feliz. Com sorte, a gente é alegre”. E completa: “A vida gosta de quem gosta dela”. Achei de uma simplicidade brilhante. É isso afinal. É claro que há uns poucos momentos de felicidade, mas, como diz Noel em seguida, eles duram no máximo uns dez minutos e se vão para sempre.

Em vez de ficar perdendo tempo com finais felizes ou se perguntando sobre a felicidade ou invejando a suposta felicidade do vizinho ou se sentindo mal porque não é um personagem de comercial de margarina, vale mais a pena tratar de viver. Tratar de gostar da vida para que ela goste de você.

Nada me dá mais medo do que gente que vive como se habitasse um comercial de margarina. Se aceitarem um conselho: corram dessas vidas de *photoshop*. Elas não existem. Gente de verdade vive do jeito possível — e tenta lembrar que o possível não é pouco. Isso não significa se acomodar, pelo contrário. Mas abrir os olhos para a novidade do mundo, na soma subtraída de nossos dias. Desejar a vida que nos deseja.

É como em outra frase, esta dita por um comprador ambulante de coisas velhas, num momento crucial

do filme. Um delirante Noel, assustado com a proximidade da morte e disposto a retomar a alegria, sacode na rua o personagem de Emiliano Queiroz, gritando: “Hoje é sábado, hoje é sábado”. E o comprador de coisas que já perderam o sentido diz a frase antológica, digna de um frasista como Nelson Rodrigues: “O sábado é uma ilusão”.

Sim, o sábado é uma ilusão. Então, lembre de viver também de segunda a sexta.

27 de setembro de 2010

As mães não deveriam morrer

Uma amiga perdeu a mãe, de repente. A notícia me alcançou por e-mail, agora que a internet deixou o mundo pequeno. Estou longe, mas também aqui, neste lugar sem distância que é o mundo virtual, mas onde o tempo é mais veloz e uma hora pode ser um pretérito definitivo na disputa pela supremacia dos segundos. Como era antes, quando as notícias levavam meses para chegar e o mundo sobre o qual falavam já tinha inteiro se transmutado, quando as cartas eram sempre um retrato do passado? Agora tudo é agora. E os tempos se confundem de outro modo. Mas se confundem.

Sei que as mães não deveriam morrer e, ao me conectar com o desamparo desta amiga, sonhei com meus mortos. Meu avô sentava-se com minha avó ao redor da mesa da cozinha como antes e como nunca, porque meu avô sabia que minha avó tinha morrido, e eu sabia que meu avô tinha morrido uns 20 anos depois dela. E uma quarta pessoa, desconhecida de todos nós reunidos naquela cozinha, sabia que eu também já tinha morrido, numa outra época que ainda não chegou para mim. Mas comíamos bolinhos de chuva naquela mesa porque compreendíamos que, no curto espaço de existência, neste soluço entre o nascimento e a morte que pertence a cada um de nós, nem os sonhos devem ser desperdiçados. E ali, enquanto eu dormia num quarto de hotel, éramos uma impossibilidade lógica que conversava e que ria.

Quando perdemos alguém que amamos, a dor é tão extravagante que nos come vivos, como se fosse uma daquelas formigas africanas que vemos nos documentários da *National Geographic*. A dor está lá quando acordamos. Continua lá quando respiramos. Nos espreita do espelho diante do qual escovamos os dentes pela manhã com um braço que pesa uma tonelada. E, quando por um instante nos distraímos, crava seus dentes bem no coração. Neste longo momento depois da perda, sabemos mais dos buracos negros do que os astrônomos, porque carregamos um dentro de nós. E arrancamos cada dia nosso do interior de sua boca esfomeada, com uma força que não temos, para que não nos sugue de dentro para dentro.

Devagar, bem devagar, muito mais devagar do que o mundo lá fora nos exige, o vazio vai virando uma outra coisa. Uma que nos permite viver. Descobrimos que nossos mortos nos habitam, fazem parte de nós, correm em nossas veias fundidos a hemácias e leucócitos. Que suas histórias estão misturadas com as nossas, que seus desejos se deixaram em nós. Que, de certo modo, somos muita gente, multidão. Como também nós seremos em muita gente, deixando, em cada um, ecos de diferentes decibéis e intensidades. Acolhemos então aquele que nos falta de uma forma que nunca mais nos deixará. Como saudade. E como saudade não poderá mais partir.

Somada, a vida humana é um rio barulhento de memórias correndo num leito feito de tempo. Enquanto outras espécies sabem, sem que ninguém tenha ensinado, que precisam voar para o sul para não sucumbir no inverno ou que devem escalar dezenas de metros de uma árvore em busca da fêmea para se acasalar num momento preciso, nós perpetuamos lembranças. Não é uma intuição prática no sentido ordinário do

termo. Mas é tão vital quanto o acasalamento ou a fuga do inverno.

Assim como a natureza tece mil expedientes para perpetuar seus genes, pertençam eles a um chimpanzé ou a uma mosca, nós, cuja diferença evolutiva nos permitiu inventar a cultura e ser na cultura, perpetuamos a vida através da memória. Já que, para nós, não há vida sem a consciência da vida. Transmitimos as histórias, o conhecimento e os sentimentos dos que se foram, tanto como humanidade quanto como indivíduo, como se fossem parte de um DNA imaterial. Do contrário, seria impossível conviver com o privilégio de nossa espécie, a consciência do fim.

Quem não entende isso acha que, quando doamos as roupas e os objetos de quem amamos e se foi ou deixamos de chorar no cemitério, superamos a perda. Não acredito que exista superação no sentido do esquecimento. O que acontece é que compreendemos que aquela pessoa não estará mais no mundo externo, não pertence mais a ele. Mas também não é mais um vazio que grita como nos primeiros meses, às vezes anos. Ela agora mora no mundo de dentro, vive como memória nossa, em nós. E assim não está mais morta, mas viva de um outro jeito. É o que me ensina João, o homem que divide comigo a aventura arriscada de viver. De luto por sua própria mãe, percebo que a carrega nos olhos quando se maravilha com a novidade do mundo.

Ele me ensina que a vida dos mortos em nós não é possessão nem fantasma. Nem é morte. O mórbido é quando não conseguimos dar um lugar vivo para o morto. A memória fica então pregada naquele momento de horror e a vida se torna impossível, porque a existência não é água parada, mas rio que corre. Acontece quando alguém, pelos mais variados motivos, não consegue fazer o luto e dar um lugar de saudade para a dor. Quando nos fixamos, seja num dogma, seja numa falta, partes importantes de nós gangrenam. Mas, quando os mortos se acomodam em nós como lembrança que muda segundo o viver de quem vive, tudo flui. Se há algo que a vida é em essência é movimento. E o luto é um movimento que reabre as portas para a vida ao romper com a rigidez da morte em nós. Por isso, para o luto não pode haver pressa, porque é grande e largo o gesto que temos de fazer acima e apesar do horror que nos atinge até mesmo em partes que nem sabíamos que existiam.

Quando perdeu a mãe, João compreendeu por completo a poesia que Carlos Drummond de Andrade escreveu para a poeta Ana Cristina Cesar, que se suicidou aos 31 anos, atirando-se pela janela do 13º andar. Ela fala da diferença entre falta e ausência. “Por muito tempo achei que a ausência é falta. E lastimava, ignorante, a falta. Hoje não a lastimo. Não há falta na ausência. A ausência é um estar em mim. E sinto-a, branca, tão pegada, aconchegada nos meus braços, que rio e danço e invento exclamações alegres, porque a ausência, essa ausência assimilada, ninguém a rouba mais de mim.” É isso. A ausência não é falta. Ou, dito de outro modo, a falta nos come vivos. A ausência, por paradoxal que pareça, nos preenche.

Há um filme de extraordinária beleza sobre a perda, a saudade e o lugar dos mortos em nós. Chama-se *Hanami — Cerejeiras em Flor*¹⁵. Se você o encontrar, feche as cortinas, desligue o celular, prepare-se para algo especial. O filme conta a história de um homem que não gosta de sair da rotina em sua viagem mais longa e menos previsível. Ele parte em busca de sua mulher e só a encontra quando descobre que ela está dentro dele, nos gestos dele, no corpo e nos olhos que ele empresta a ela. É um filme sobre a morte que nos leva ao único lugar onde vale a pena chegar: à vida.

Quando sofremos uma grande perda ou somos abalroados por uma catástrofe pessoal de outro gênero, as pessoas dizem, para nos consolar e com as melhores intenções, que tudo passa. Acho que, na verdade,

nada passa. A frase mais precisa seria que tudo muda. Também nós, que aqui estamos como matéria, um dia seremos apenas eco. Tanto pelas nossas células, que alimentam e se agregam a outros seres vivos, a partir da decomposição de nosso corpo, quanto pelas histórias, que transmitimos e permanecem além de nós. Aquela que fui ontem já mudou, a ruga que há um ano não existia agora é visível na pálpebra direita, minha percepção do mundo não é mais exatamente a mesma do mês passado, alterada por novas experiências que me alargaram. De certo modo, nascemos e morremos muitas vezes até o fim da vida. E é este o movimento que importa.

Queria dizer isso à amiga que perdeu a mãe de repente. Mas agora ela ouve, mas não pode escutar. A dor a está comendo viva como as formigas africanas. Tudo é horror e absoluto. Mas com o tempo, um período só dela e que não pode ser determinado em parte alguma nem por ninguém, minha amiga vai começar a perceber que a mãe é uma ausência presente no formato das suas unhas, num certo jeito de mexer a cabeça quando fala, na tonalidade rara dos olhos. Está nas palavras e nas histórias que conversam dentro dela, na mitologia familiar que se perpetua, nos sons da memória. E então poderá reencontrar a mãe dentro dela. E levá-la para passear.

E, num dia que sempre chega, viverão as duas como história, como cacos de lembranças encaixados em diferentes rearranjos de vitrais, na vida dos que vieram depois. É pouco, talvez. É tudo o que temos.

18 de outubro de 2010

¹⁵ *Hanami* — *Cerejeiras em flor* é dirigido por Doris Dörrie (2007, Alemanha).

Espelho, espelho não meu

Descobri que viajar é trocar de espelho. Em casa, o espelho que nos reflete não mostra nossa mudança. Como todos os objetos da nossa rotina, como nossa rotina mesmo, o espelho da casa é um espelho domesticado. Sabemos o que vamos enxergar. Às vezes até achamos que controlamos esse espelho como dominamos as mesas e as cadeiras, a posição do sofá, o canal do controle remoto, o dia de lavar os lençóis da cama. Mesmo quando notamos um quilo a mais ou um par de olhos mais fundos, aquele espelho é nosso e, por ser nosso, nos ameaça menos. Damos uma passadinha diante dele, às vezes involuntária, e ele nos conforta ao garantir que, sim, estamos lá. Sou eu que olho para mim. E aquela superfície lisa me garante que existo.

Quando deixamos nosso mundo e partimos em direção a outros destinos, a primeira paisagem que nos espanta é a nossa própria geografia. Ao bater a porta de casa em direção ao novo, a primeira imagem familiar que abandonamos é a de nós mesmos. Nos deslocamos primeiro em nós. E o primeiro estrangeiro que nos espanta é o que nos encara do espelho da estação rodoviária ou do aeroporto, do banheiro do posto de gasolina. Quem é essa pessoa que me olha? Com frequência, somos tentados a fazer a pergunta da poeta Cecília Meireles: “Em que espelho ficou perdida a minha face?”.

Toda viagem contém nossa esperança de sermos mais livres, mais felizes, mais aventureiros, mais relaxados, melhores. Em geral, deixamos um cotidiano que nos confina a uma vida que para muitos é menor e mais apertada do que nos sonhos. Ao botar o pé na estrada, temos a expectativa de embarcar numa outra forma de ser e de viver, em um outro eu que nos parece mais verdadeiro que aquele que acorda todo dia de manhã para seguir um roteiro previsível. Como se longe de casa tivéssemos uma espécie de autorização para finalmente sermos um tal de eu mesmo.

Então, a primeira surpresa. Aquele rosto que nos estranha no espelho do caminho é nosso. Nos perturba mais porque sabemos que é nosso, ainda que diferente pelo ângulo, pelo tamanho e pela luz desconhecidos do objeto que nos reflete com outras verdades. E já ali, nesse primeiro confronto, vemos algo que não sabíamos sobre a nossa face, algo que o espelho domesticado não havia nos mostrado. Começamos a compreender ali o pior e o melhor das viagens: o risco. Talvez o que as pessoas que detestam sair de casa ou alterar a rotina mais temam é justamente o que podem ver de si mesmas num espelho que não é o seu.

É só ao sair que descobrimos que não podemos sair. Podemos embarcar apenas em nosso próprio corpo. Às vezes aquelas malas todas, aqueles tantos sapatos e roupas, são apenas uma tentativa inconsciente e desesperada de evitar a descoberta de que somos nossa própria bagagem e viajamos apenas com tudo o que somos. Nem mais nem menos, nosso excesso de peso é a nossa nudez. É preciso abrir a porta da rua para compreender que ela só abre para dentro e só leva para dentro.

É o que diz o poema de Fernando Pessoa, estampado no último andar do Aeroporto de Congonhas, em São Paulo. “Para viajar basta existir. Vou de dia para dia, como de estação para estação, no comboio do

meu corpo ou do meu destino, debruçado sobre as ruas e as praças, sobre os gestos e os rostos, sempre iguais e sempre diferentes, como, afinal, as paisagens são. (...) A vida é o que fazemos dela. As viagens são os viajantes. O que vemos não é o que vemos, senão o que somos.”

Viajar é uma escolha profunda, que não depende da distância nem do destino. Nela, estamos sempre sozinhos, ainda que no meio de hordas de turistas. As paisagens externas iluminam nossa paisagem interior, para o bem e para o mal. Não visitamos Roma, Nova York ou Paris, as pirâmides do Egito, o deserto do Saara, as savanas africanas, o Rio de Janeiro, a Amazônia ou o outro lado da rua. O que fazemos é revisitar a nós mesmos no contato com diferentes culturas e percepções de mundo. A mudança de paisagem ilumina os cantos escuros dos precipícios e as profundezas dos lagos que nos habitam. Sempre esperamos que exista em nós um belvedere, é esta a nossa expectativa ao viajar. E nem sempre é um belvedere o que encontramos. Por isso toda viagem é subjetiva e, possivelmente, quando detestamos um lugar ou um povo, é porque não gostamos do que vimos em nós diante deste lugar e deste povo.

Sempre que viajo cruzo com pessoas, cada vez mais pessoas, que se interessam apenas pelo que podem comprar nas lojas de cada destino. Que em geral são sempre as mesmas em toda parte. Transformam a experiência de viajar numa experiência de consumo. O planeta passa a ser um grande shopping com diferentes arquiteturas. E lá gastam tudo o que podem (e o que não podem) para manter a ilusão de que viajam em perfeita segurança porque esse mundo — o do consumo — conhecem bem. Acreditam secretamente que assim não se arriscam. O que não sabem, mas em algum momento vão acabar descobrindo, diante do espelho do banheiro, é que a única viagem impossível é a fuga de si mesmo.

Existem ainda os que fotografam ou filmam tudo, o tempo todo, na tentativa de controlar sua imagem no espelho. Veem o mundo protegidos pela lente da câmera. Não experimentam, não se expõem, não vivenciam — apenas registram. Não o registro da vida vivida, mas o registro de que estiveram lá sem estar. Viajam para colecionar imagens, não para viver experiências e serem transformados por elas. Para estes, a imagem vale mais que a vida, quase a substitui. A vida é risco — a fotografia pode ser manipulada e melhorada com *photoshop*. Vão descobrir onde estiveram ao se assistirem sorridentes, em diferentes cenários, nos quais posaram como personagens de si mesmos.

Assim como há aqueles que esperam que uma viagem vá mudar radicalmente o curso de sua existência. É possível que mude. Mas talvez não do jeito que esperam, se o que esperam é se transformar num outro.

Toda viagem é sem volta e leva sempre ao mesmo lugar: a nós mesmos. Ao final de cada uma, o melhor que podemos esperar é termos nos tornado mais o que somos. Ter alcançado porções mais longínquas de nossa própria geografia, mesmo que esta seja uma floresta densa e sombria. Ter sido ampliado pela experiência de se arriscar a olhar para dentro, escalando nossas próprias montanhas, mais altas que o Everest, e atravessando nossos rios internos a nado, ainda que eles estejam infestados de piranhas e jacarés esfomeados.

Na paisagem interna de todos nós, há partes selvagens que nos provocam medo. Há monumentos dos que vieram antes, que podem nos pesar ou atrapalhar, ainda que nos deslumbrem com sua grandeza. Há ruínas que lamentamos, há abismos que nos parecem intransponíveis e há também largas porções de sol e de praias de águas transparentes se procurarmos com afinho. Somos variados como o mundo que nos encanta e assusta ao mesmo tempo. Só precisamos olhar com coragem para o espelho que nos reflete e descobrir aonde ele vai nos levar. Não há setas indicando o caminho. Como dizem aqueles que moram na beira das estradas, com precisão mal compreendida, aos viajantes que perguntam por direção: siga em

frente, toda vida.

25 de outubro de 2010

Dilma-lá!

Faz diferença ter uma mulher na presidência?

Não tenho resposta para essa pergunta. Mas acho interessante fazê-la. E pensar sobre ela. É claro — e é bom dizer logo no começo — que é importante, significativo e até histórico ter, pela primeira vez, uma mulher na presidência. Como Lula gosta de dizer, “nunca antes neste país” uma mulher ocupou esse lugar. Supostamente, se uma mulher é eleita para ocupar o cargo máximo de poder em um país, então qualquer mulher pode ocupar qualquer posto, o que é uma conquista, ainda que na prática não funcione exatamente assim. Mas a pergunta que tenho me feito e que trago para esta coluna é se o fato de uma mulher ocupar a presidência faz alguma diferença por ser uma mulher — e não um homem. Se há um jeito feminino de governar.

Em 1938, pouco antes do início da Segunda Guerra Mundial, a escritora inglesa Virginia Woolf publicou um ensaio no qual respondia a um advogado que havia feito a ela a seguinte pergunta: “Como nós podemos evitar a guerra?”. Virginia respondeu a ele num texto corajoso e cáustico chamado “Três guinéus”, no qual relacionou “guerra, tratamento desigual das mulheres e patriarcado”. Logo no início ela já dizia que não existia aquele “nós”. Ainda que pertencessem à mesma “classe instruída”, ele era um homem e ela era uma mulher. E as mulheres não faziam guerra. A maioria dos homens sentia “uma glória, uma necessidade e uma satisfação em lutar” que a maioria das mulheres não sentiria. O texto desagradou até mesmo seus amigos mais íntimos, assim como uma parcela das feministas. A escritora, que não viu o conflito acabar porque acabou com a própria vida antes, afirmou que a guerra tinha um gênero — e esse gênero era masculino. Para Virginia, era tarefa das mulheres emancipar os homens da violência para que a paz e a liberdade pudessem ser alcançadas. Tal feito só seria possível “destruindo os atributos masculinos, a violência e a idolatria do poder”.

Quando li esse ensaio, fiquei pensando no que milhares de mulheres ao longo da história já pensaram e continuam pensando: se há um jeito feminino de fazer política. Era outra época — e outro contexto. Mas ainda que muitos — e eu mesma — possam discordar das conclusões de Virginia Woolf, a questão é atual. E mesmo o movimento feminista tem dado diferentes respostas a ela. Lembrei desse ensaio ao me perguntar, a partir da eleição da primeira presidenta do Brasil, se há características de gênero que tornam o governo de uma mulher diferente do governo de um homem.

Se procurarmos, na história das democracias modernas, a diferença que mulheres fizeram no governo, por serem mulheres, não encontraremos nada no legado de Margaret Thatcher ou Golda Meir, por exemplo. Sobre esta última, aliás, David Ben-Gurion, o primeiro chefe de governo de Israel, disse em tom de elogio: “Golda Meir é o único homem do meu gabinete”. Já Thatcher foi “a dama de ferro” dos britânicos. Mesmo olhando para nossa época, nem governantes como Michelle Bachelet, ex-presidente do Chile, ou Angela Merkel, a atual chanceler da Alemanha, ou mesmo Cristina Kirchner, da Argentina, independentemente de sua competência ou não, nos fazem supor que há “um jeito feminino de governar”.

O mesmo vale para as governadoras e prefeitas do Brasil.

Há algum significado de conteúdo, para além do ineditismo, na ascensão da primeira mulher ao Planalto? Em busca de pistas para essa questão, revisitei o que foi dito sobre a condição feminina de Dilma Rousseff ao longo da campanha eleitoral. Foi um percurso revelador.

Logo no lançamento oficial de sua candidatura, em junho, a própria Dilma tratou de marcar o ineditismo de uma mulher na presidência do Brasil como estratégia de marketing eleitoral. Ela disse: “Chegou a hora de uma mulher governar este país. Nós, mulheres, nascemos com o sentimento de cuidar, amparar e proteger. Somos imbatíveis na defesa da nossa família e dos nossos filhos”. Dilma, possivelmente aconselhada por Lula e por marqueteiros, anunciava ali as supostas vantagens de uma mulher para governar um país.

Primeiro, é arriscado afirmar que “cuidar, amparar e proteger” sejam sentimentos inatos das mulheres. Teríamos de acreditar que todas as mulheres guardam dentro de si, desde a concepção, o ímpeto de cuidar, amparar e proteger. E que todos os homens, por sua vez, não possuiriam esse mesmo ímpeto. Em seu discurso, o “cuidar” está associado à família e aos filhos. Isso, dito numa época em que uma parcela das mulheres escolhe não ter filhos e a parcela que opta por tê-los divide com o pai das crianças até mesmo a tarefa de trocar fraldas, soa ultrapassado. É claro que há muitos homens que ainda acham que algumas tarefas e cuidados não lhes pertencem, mas estes são vistos cada vez mais como espécimes de um modelo arcaico.

Como Dilma defende que esses são os melhores atributos para uma governante, ela transforma o Brasil numa casa de família e nós todos em seus filhos. E Lula explicita ainda mais: “A palavra não é governar, mas cuidar”. Mais tarde Dilma dirá que vai “cuidar como uma mãe do povo brasileiro”. Logo, se acreditarmos nas palavras de Dilma, uma mulher não governa — cuida. E o melhor que uma mulher pode fazer como presidente é ser mãe.

Mais: ao governar, Dilma transformaria o público em privado, e cidadãos autônomos em crianças que precisam ser cuidadas, protegidas e eventualmente corrigidas. Em seguida, Lula esclarece que, sim, ela será mãe. Mas não de todos: apenas dos mais pobres entre nós. Dilma será a “mãe dos pobres”. Portanto, os pobres teriam, além da pobreza, o ônus de serem tratados como crianças, numa relação desigual e baseada no afeto, cujas benesses viriam de seu bom comportamento nas urnas — em vez de serem tratados como cidadãos, com direitos garantidos pela Constituição, que legitimaram um governante com seu voto consciente, por um período determinado.

Colocado dessa maneira — ainda que seja apenas discurso de marqueteiro, porque acredito e espero que Dilma seja mais inteligente que isso —, uma mulher na presidência seria não um avanço, mas uma regressão a um populismo tosco, ainda que matriarcal. A certa altura, Lula chegou a dizer que votar em Dilma era dar uma chance (à minha, à sua) à nossa mãe. E a seguinte letra foi cantarolada num *jingle*: “Deixo em tuas mãos o meu povo e tudo o que mais amei/ mas só deixo porque sei que vais continuar o que fiz/ o país será melhor e meu povo mais feliz/ do jeito que sonhei e sempre quis/ As mãos de uma mulher vai nos conduzir/ O meu povo ganhou uma mãe que tem um coração que vai do Oiapoque ao Chuí/ deixo em tuas mãos o meu povo”.

Depois do pai, a mãe. Depois da grande mulher atrás do grande homem, evoluímos para o grande homem atrás da grande mulher. Ou seria o mito de Pigmalião aplicado à política?

Se levarmos a sério esse discurso — e acho que precisamos levar, porque foi também com ele que,

pela primeira vez, uma mulher tornou-se presidente do Brasil —, os principais trunfos de uma mulher na política e na administração pública seriam atributos colocados como inatos — e não conquistados com estudo, trabalho e esforço. E atributos ligados à biologia, à vocação reprodutiva da mulher. É por parir que uma mulher supostamente seria uma boa governante.

Em artigo recente, o teólogo Leonardo Boff desenvolveu a tese de que há uma ruptura entre o trabalho e o cuidado — e um predomínio do homem sobre a natureza e a mulher. Há, segundo ele, “uma urgência de feminilizar as relações” e, para isso, é preciso “reintroduzir em todos os âmbitos o cuidado”. Por ser mulher, Dilma seria, na opinião de Boff, capaz de fazer essa síntese. Acompanhe o raciocínio: “Ela poderá unir as duas dimensões do trabalho que busca racionalidade e eficácia (a dimensão masculina) e do cuidado que acolhe o mais pobre e sofrido e projeta políticas de inclusão e de recuperação da dignidade (dimensão feminina). Ela possui o caráter de uma grande e eficiente gestora (seu lado de trabalho/masculino) e ao mesmo tempo a capacidade de levar avante com enternecimento e compaixão o projeto de Lula de cuidar dos pobres e dos oprimidos (seu lado de cuidado/feminino). Ela pode realizar o ideal de Gandhi: ‘política é um gesto amoroso para com o povo’”.

Aqui, vale a pena observar quais são as qualidades atribuídas a cada gênero. Ao masculino, a racionalidade, a eficácia e o “lado trabalho”. Ao feminino, o cuidado, a ternura, a capacidade de acolhimento, a compaixão e a atitude amorosa. Se concordarmos com essa divisão de atributos, correspondentes a cada gênero, Dilma Rousseff está apta a governar porque sintetiza o masculino e o feminino em seu corpo de mulher. Poderíamos pensar então que é preciso ser mais do que uma mulher para governar. É necessário ser um tipo particular de mulher, uma mulher com um homem dentro dela.

Mas vamos seguir adiante. Quando Dilma foi entrevistada no *Jornal Nacional*, Lula achou que o apresentador William Bonner foi duro demais. Ao reclamar, o argumento que usou foi: “Eu, que conheço debates há muitos anos, esperava que, pelo fato de você ser mulher e ser candidata, o entrevistador tivesse um pouco mais de gentileza”. Deu a Dilma uma rosa por ter mantido “a calma e a tranquilidade” durante a entrevista. Se acreditarmos nesse discurso, teríamos de ficar preocupados com as futuras e inevitáveis negociações pesadas que nossa presidenta terá de enfrentar, dentro e fora do país. E sugerir que os chefes de Estado levem rosas nas negociações com as governantes do mundo.

O mais curioso é que Dilma era conhecida como uma administradora dura. As palavras usadas para descrevê-la eram “truculenta”, “autoritária”, “mandona”, “forte”, pouco afeita a conciliações. Sua voz grossa ajudava a compor essa imagem. Para os preconceituosos — e isso ficou explícito nos ataques na internet —, ela seria uma “mulher masculinizada”. Escutei estarrecida, mais de uma vez, mulheres comentarem que Dilma não as representaria porque não era, “como poderiam dizer, uma mulher-mulher”.

Ao começar a ser esculpida como candidata, Dilma passou por uma espécie de “feminilização”, tomando por modelo uma ideia de mulher mais compatível com o tempo de nossas avós. Submeteu-se a cirurgias plásticas e tratamentos estéticos, mudou o cabelo, trocou o guarda-roupa, modulou a voz. Tudo no sentido de transformá-la numa mulher mais “feminina”, numa candidata mais suave e palatável, em alguém que o povo pudesse identificar com uma maternidade tradicional. Submeteu-se a uma metamorfose difícil: precisava se fragilizar para se adequar a uma ideia muito específica de feminino e, ao mesmo tempo, se manter forte para convencer como futura governante. Ao submeter-se a isso, acredito que Dilma Rousseff fez um desserviço às mulheres desse país. Por que Dilma não poderia ser uma mulher como Dilma efetivamente é? Por que Dilma precisou ser outra para convencer como mulher?

Vale a pena voltar a Virginia Woolf e quase um século atrás. Numa conferência em 1931, para as mulheres reunidas no congresso da *National Society Women's Service*, em Londres, ela defendeu o “matricídio”. Simbólico, obviamente. Para se tornar escritora e uma mulher com expressão pública, ela confessa que precisou “matar” a sua mãe, o modelo de uma mulher que era só bondade, generosidade, compreensão, doçura e beleza, que se dedicava de corpo e alma aos outros, confortava, pacificava, se sacrificava. Como diz uma de suas biógrafas, Nadia Fusini, precisou matar a imagem que é a base da hagiografia feminina vitoriana, o “anjo do lar”.

Nesta campanha, o que assistimos — alguns de nós bem espantados — foi exatamente à volta do “anjo do lar”, mas aplicada à política e transferida ao espaço público, o que é bem curioso. Essa imagem do feminino — aliada a atributos identificados como masculinos, como “racionalidade, eficácia e um lado de trabalho” — supostamente tornavam Dilma Rousseff uma candidata qualificada e a tornariam uma boa presidente para o Brasil. E aqui não estou analisando em que medida essa embalagem funcionou ou não — apenas apontando as escolhas que foram feitas para definir o feminino e suas vantagens na política e na governança.

Chocadas com o *slogan* “Pátria livre, Pátria Mãe”, algumas feministas ligadas ao PT lembraram que não bastava ser mulher, era preciso se comprometer com uma agenda de políticas públicas relacionadas às mulheres. É discutível, como tudo. Mas, se acreditarmos que essa é uma diferença significativa entre o governo de um homem e de uma mulher, Dilma recuou de sua posição sobre o aborto na primeira ameaça de perder votos de parte dos evangélicos e dos católicos. Não hesitou em assinar uma carta comprometendo-se a não alterar a legislação do aborto nem “promover nenhuma iniciativa que afronte a família”. A descriminalização do aborto tem sido uma luta histórica das feministas brasileiras.

Completado o percurso, não há nada que nos esclareça se faz alguma diferença ter uma mulher — por ser mulher — na presidência do Brasil. O tratamento estapafúrdio do feminino — e o que Lula e os marqueteiros fizeram da mulher que é Dilma Rousseff, assim como o que ela deixou fazerem consigo mesma — só nos revela que foi uma campanha de baixo nível. Em todos os sentidos. Resta-nos torcer que a indignação dos argumentos sobre o feminino seja apenas obra de marqueteiros, não crença real de quem tem a tarefa de comandar o país. Em certo momento, juro, temi topar com algum *slogan* do tipo “Serra é de Marte, Dilma é de Vênus”. Por sorte, acabou. E agora, talvez, possamos descobrir quem é essa mulher chamada Dilma Rousseff.

Tomara que a gente goste.

1º de novembro de 2010

A realidade da fantasia

Acordo num susto. Estou ofegante e respiro pela boca. Confiro o relógio. São duas da manhã. Tive um pesadelo terrível. Mas não tenho a menor ideia, nenhuma pista mesmo, sobre de que matéria era feito. Este era tão ruim, falava de alguma verdade tão proibida, que mesmo ao acordar num repente é apagado. Seja lá o que for, vai assombrar meu sono e minha vigília ainda muitas vezes, adotando as formas mais diversas. Quando acordo novamente já amanheceu e agora eu guardo uma sensação boa. Eu voava e sabia que era um sonho. Podia voar sem medo de cair porque no sonho penso que, se cair, caio na minha cama. Passo o dia com estas duas sensações bem presentes dentro de mim. O susto não nomeado do primeiro pesadelo e meu voo sem medo sobre o mundo.

Essas duas sensações que vêm do sonho são menos reais para mim do que as notícias do jornal que leio enquanto tomo chimarrão? Ou o iogurte que como de colher com farinha de linhaça? As lembranças e sensações que você guarda do seu sonho e que às vezes lhe acompanham no cotidiano são menos reais para você do que as tarefas rotineiras?

Sigo no meu dia. Você que me lê também segue no seu, em algum lugar. Ao longo das horas eu devaneio enquanto cozinho, lavo roupa, passo no supermercado, devolvo dois filmes na locadora e estaciono meus pés na loja ao lado para escolher um creme para hidratar meu cabelo. Escolho um, mais barato, mas a moça me conta das maravilhas de outro e eu, que enquanto ela fala fantasio na minha cabeça imagens de meu cabelo reluzindo longo e solto como o das moças das propagandas de xampu, deixo-me enganar bem satisfeita. Pago por um creme mais caro sem me lembrar que tenho cabelo curtíssimo e que, se sacudir a cabeça daquele jeito, no máximo arranjo um torcicolo.

Nas muitas horas que trabalho todo dia não saberia dizer por quanto tempo divago. Com certeza, muito. De repente, me pego olhando para a parede azul do meu escritório há uns bons 15 minutos. Sonho com uma possível viagem para a Escócia que planejo fazer com a desculpa de melhorar meu inglês, mas que é movida muito mais pelas fantasias que desde criança eu tenho com as Terras Altas, mulheres guerreiras e homens de kilt. “Eles não usam nada por baixo!”, brinca meu professor de inglês, dando apoio ao projeto, mas embalado por suas próprias fabulações.

Ao final do dia, leio um livro sobre a história do Haiti e lá pelas tantas estou no meio de um parágrafo tentando imaginar como eram os dias de Toussaint L'Ouverture, o líder negro que lutou pela libertação dos escravos e a independência do país. Mais tarde, converso com uma de minhas amigas mais descoladas e descubro que ela está com ciúmes da Kate Middleton. Suas dores nada têm a ver com o príncipe William, que ela acha até bem sem graça, mas sim com todas as histórias de princesa que leu e as comédias românticas a que assiste escondida até de si mesma. Minha amiga, uma mulher que se arriscou em dezenas de aventuras mundo afora e tem uma vida amorosa bem animada, quer ser princesa. Uma parte dela quer, é o que ela me diz, desconsolada com a descoberta, e já ligando para marcar uma sessão extra com o analista. Fico um pouco estarecida, mas não exatamente surpresa. Até porque antes

de dormir assisto ao *Robin Hood* de Ridley Scott. E obviamente quero ser Marion. Vou para a cama suspirando.

Conto aqui meu dia não porque ele seja especialmente interessante, mas porque possivelmente, com variações de temas aqui e ali, ele seja parecido com o seu naquilo que mistura de realidade e fantasia — em sonhos dormindo ou devaneios na vigília. Ainda que você divague com vitórias estrondosas do seu time de futebol, com um sucesso profissional estonteante, em se ver estampado na capa das revistas ao ser flagrado num ato de heroísmo ou até mesmo ganhando na mega-sena sozinho (claro!). Ou fantasie ser um aventureiro intrépido em algum canto selvagem do mundo enquanto briga com a máquina de café do escritório.

Conto meu dia para que você possa lembrar o seu. E assim possamos ter bem presente que a fantasia ocupa mais tempo da nossa vida do que aquilo que chamamos de realidade. É, portanto, coisa séria. Não séria como sinônimo de chatice e sisudez, mas séria como algo para o qual vale a pena olhar com atenção — e não espanar como tema marginal. Quando lembramos o nosso dia, em geral recordamos os atos concretos, a rotina prática, desde a conta que pagamos no banco ao trabalho que realizamos. E assim calamos um pedaço grande do nosso cotidiano por desprezarmos como irrelevante ou, em alguns casos, até vergonhoso. Perdemos então a chance de nos conhecermos melhor e percebermos para onde caminha o nosso desejo.

É justamente sobre a realidade da fantasia um livro extraordinário que acaba de chegar às livrarias. Chama-se *A psicanálise na Terra do Nunca* (Penso/Grupo A) e foi escrito pelos psicanalistas Diana e Mário Corso. Os autores nos lembram logo na introdução que, ao contrário de nossas crenças, vivemos mais na fantasia do que na realidade. “Quando reflete sobre si, o homem comum se vê como alguém racional, lúcido, com os pés no chão, mas que às vezes é tomado pela fantasia. Os psicanalistas acreditam no contrário: o homem sonha a maior parte do tempo, e em certos momentos, geralmente a contragosto, acorda.” E, mais adiante: “Na prática somos casados com a realidade, mas só pensamos em nossa amante: a fantasia”.

Não existe aí nenhum juízo de valor do que é melhor ou pior, certo ou errado ou mesmo mais ou menos importante. Apenas a constatação de que somos sonhadores despertos ou despertos sonhadores. Somos constituídos pelas nossas fantasias tanto quanto pelos fatos “reais” de nossa vida. Nossas fantasias falam de nós e moldam escolhas bem concretas na nossa trajetória. Desde o homem ou a mulher que escolhemos até a decisão de ter ou não filhos — e, no caso de tê-los, com que tipo de companheiro dividiremos essa tarefa. Assim como ajuda a determinar o que esperamos desse homem ou mulher, da família que vamos formar juntos e de nossos filhos.

É por causa de uma fantasia que eu escolho, como contei alguns parágrafos atrás, viajar para a Escócia — e não para os Estados Unidos ou a Nova Zelândia. Tudo de concreto que acontecer lá terá começado décadas atrás, nas histórias das Terras Altas que lia na minha infância. É pela fantasia que os britânicos, assim como a minha amiga aqui, suspenderam sua rotina para falar do noivado do Príncipe William com a plebeia Kate Middleton. E não pela união concreta de um homem que começa a ficar calvo e de uma mulher que pouco se sabe além do fato de ser filha de uma aeromoça. É possivelmente devido à fantasia que o mundo não tenha perdoado Charles, o pai de William, por ter desejado ser o tampax de Camilla Parker-Bowles. Afinal, como ele teve o desplante de destruir, num devaneio sexual, todos os nossos melhores e mais puros enredos de príncipes e princesas, que Diana tão bem soube aproveitar em seu

marketing pessoal?

Temos a fantasia como algo menor em nossas vidas, quase um acessório decorativo. Como algo que supomos pertencer mais à infância do que à vida adulta. Nos equivocamos, porém. A fantasia é parte de nós e se faz presente em cada ato cotidiano. E não exatamente separada da realidade, como pensamos. Em geral não dá para dissociar fantasia de realidade, já que uma está imbricada na outra, influenciando-se e transformando-se mutuamente. Há grandes chances, inclusive, de que o nosso último pensamento antes de morrer seja uma fantasia sobre a nossa passagem por esse mundo — ou sobre o que nos espera em algum outro — feita da matéria obtida no arsenal de sonhos de uma vida inteira.

Em seu livro anterior, *Fadas no divã* (Artmed, 2006), Diana e Mário Corso se debruçaram sobre os contos de fadas, as histórias e personagens que habitam a infância e nos ajudaram a lidar com nossos medos, desejos e dilemas. Nesse novo livro, os autores focam na cultura pop. Filmes, seriados e livros, especialmente, que, por mobilizarem milhões e permanecerem no imaginário de uma geração ou de várias, são o que mais perto nossa época alcança de uma mitologia que organiza não a vida de todos, mas a de muitos.

Esse livro delicioso nos ajuda a refletir sobre as fantasias compartilhadas de nossa época. Com a certeza de que nossas histórias preferidas são decisivas para nos tornarmos o que somos. Determinantes na conformação do companheiro, amante, pai ou mãe e também do profissional que somos ou seremos. Não somos muito diferentes das crianças que pedem para ouvir a mesma história muitas e muitas vezes para terem certeza do final — e a sensação de algum controle sobre o que nelas provoca confusão e medo. É bem parecido o que fazemos ao revermos, sempre que possível, os filmes, seriados e até as novelas com as quais nos identificamos de diferentes maneiras.

O que a série de ficção científica *Alien* nos diz sobre a maternidade, por exemplo? Ou *Os Simpsons*, do novo lugar do pai na família contemporânea? Ou os andróides de *Blade Runner*, sobre a queixa do filho de que o pai não ocupa mais o papel tradicional? Ou ainda *Os Waltons*, para quem se lembra de John Boy e Mary Ellen, sobre a família perfeita que ninguém jamais teve?

Assim como as crianças que fomos têm muito a agradecer à madrasta da Branca de Neve, por ter nos ajudado a elaborar a raiva que às vezes sentíamos de nossa mãe, mas que não ousávamos pronunciar, os adultos que somos têm muito a agradecer ao bebê Alien, que “nasce” do tórax dos humanos, encarnando alguns de nossos medos mais impronunciáveis.

A ficção nos ajuda a lidar com nossa realidade mais profunda. E só pode nos ajudar porque é real. Se não fosse, filmes, livros e seriados que marcaram a vida de muitos não teriam sucesso nem ganhariam permanência. Não se trata apenas de entretenimento, algo menor e menos importante, mas de nossa própria carne. Os vampiros da série literária *Crepúsculo*, ainda que mais palatáveis e limpinhos que seu bisavô imortal, o *Drácula* de Bram Stoker, só vivem em nós — ainda que mortos — porque a relação entre sexo e morte faz parte do que somos e do que nos inquieta no que somos.

Engana-se quem pensa que fantasiar é algo incompatível com a vida adulta. Ao contrário. O que fazemos por nossa existência inteira é justamente inventar uma vida. Que sempre será em boa medida uma ficção. Quando nascemos, é a mãe que inicia a nossa narrativa, quem nos conta que somos alguém pelo seu olhar e pelo seu toque. Para que pudéssemos existir, nossos pais precisaram antes nos imaginar. O livro do bebê será nosso primeiro diário, a primeira história que dá conta de nossa existência como indivíduo. E depois da mãe e do pai virão os avós, os irmãos mais velhos e os personagens do mundo

para além da casa. Nos tornamos adultos quando enroscamos em nosso próprio dedo o fio da narrativa de nossa vida.

Acredito que perceber a presença da fantasia na trama de nosso destino nos ajuda a derrubar algumas crenças pessoais e coletivas que nos atrapalham. E mais nos atrapalham porque as confundimos com verdades absolutas e irrevogáveis. Assim como acolher a fantasia no cotidiano pode nos tornar pessoas menos enrijecidas — ou menos paralisadas — por medos que não conseguimos nomear. Não é que podemos crescer e seguir sonhando. A questão é que só podemos crescer se seguirmos sonhando. Como nos lembra a epígrafe de *Apsicanálise na Terra do Nunca*, na frase brilhante de Fabrício Carpinejar: “A imaginação é o direito constitucional para viver de novo. Não desperdice a vida com uma única vida”.

Não por acaso o título do livro refere-se à Terra do Nunca, o território fantástico e mutante descrito por J.M. Barrie. Como lembram os autores, num determinado momento Peter Pan pede a Wendy que volte para a Terra do Nunca. Para convencê-la, usa um argumento forte. Wendy poderia ensinar os Meninos Perdidos a contar histórias. Se eles aprendessem, poderiam crescer.

Em cada um de nós mora um menino perdido da Terra do Nunca. Querendo crescer sem saber muito bem como. Achando que está acordado quando passa a maior parte do tempo sonhando. Sem saber que a maior ficção de todas é acreditar que tem os dois pés no chão.

22 de novembro de 2010

Tapas e beijos

O novo filme de João Jardim, *Amor?* (Prêmio do Júri Popular no Festival de Brasília), narra histórias reais de violência nas relações de casal. Depois de ouvir 60 depoimentos de homens e mulheres anônimos que cometeram ou foram vítimas de agressões, o diretor escolheu oito para serem interpretados por atores. Quando assisti a *Amor?*, deixei a sala pensando ter visto um filme bom com alguns momentos excepcionais, como as interpretações de Lilia Cabral e Julia Lemmertz. Depois, o filme colou em mim. Passei dias me interrogando a partir de questões suscitadas por ele. A força de *Amor?* está em fugir da simplificação tão mais fácil para todos nós: a da pobre mulher submissa espancada por um homem mau.

Os depoimentos nos envolvem e falam com partes mais ou menos invisíveis de nós. Os papéis de vítima e algoz têm contornos menos definidos do que gostaríamos. É nos detalhes que vamos pressentindo a aproximação da violência. Acho difícil que, em algum momento, diferente para cada um, quem assiste não se identifique com alguma frase, algum ato desse laço entre amor e violência que prende duas pessoas adultas.

É aí que o filme acerta mais. Ao fugir dos casos que viram manchete de jornal, aqueles com os quais podemos nos horrorizar e respirar aliviados porque jamais seríamos os protagonistas, ele fala de algo mais insidioso, de uma violência que também é nossa. Com isso, não permite que, ao assisti-lo, permaneçamos descolados, achando que aquilo é de um outro e acontece a um outro que nada tem a ver com a gente ainda bem.

Como disse a atriz Silvia Lourenço, durante o debate após a exibição: “O filme mexe com o nosso lado sombrio. Me fez pensar sobre o quanto eu me submeto nos meus relacionamentos. Todo mundo tem o lado A e o lado B. Quem assiste ao filme se identifica com ele. Por isso é poderoso e transformador”. Silvia vive uma mulher numa relação homossexual em que o amor vai se tornando violento. Como o depoimento é longo, é dividido com outra atriz. Mas ambas vivem a mesma personagem.

Quando um homem agride uma mulher, está cometendo um crime. A Lei Maria da Penha, que criou mecanismos mais eficientes e penas mais rigorosas para reprimir a violência doméstica contra a mulher, é uma grande conquista. Disso todos sabemos. O que é pouco discutido, me parece, é a contribuição da vítima para a violência. Aqui não me refiro a psicopatas, que perseguem ou colocam suas vítimas em cárcere privado, nem a casos extremos, como o da própria Maria da Penha. Me refiro a histórias muito mais frequentes do que costumamos admitir e que permeiam a vida de amigos próximos, quando não a nossa.

Em um casal não existe agressor sem que exista uma vítima. Sabemos disso, mas nem sempre lembramos. Em algum momento, agressor e vítima tiveram um encontro — e os encontros só acontecem quando um tem o que o outro busca. Entender o que permitiu esse encontro — e, principalmente, o que faz com que ambos permaneçam numa relação destrutiva — é essencial para poder quebrar o ciclo de

violência ou para criar uma outra identidade na relação que não seja a de vítima nem de agressor.

Ao me referir ao papel da vítima, não estou dizendo que a mulher é culpada, “pediu”, como bradam tantos cretinos por aí. Estou falando sobre algo mais importante que a culpa. O que de meu engatou no que é do outro e permitiu que uma relação amorosa se tornasse também uma relação violenta. E o que me fez permanecer apesar da violência já desvelada.

É ruim para a mulher se ela só for vista como vítima — e só se enxergar como vítima. É verdade, ela foi vítima. Mas ser vítima não é tudo o que ela é. Me parece fundamental que cada mulher metida numa relação violenta consiga buscar dentro de si — e tenha ajuda para buscar dentro de si — qual é ou foi a sua parte nessa arapuca. Acho difícil conseguir romper a violência se não encontrarmos o que há de ativo mesmo na nossa passividade. Ao se apropriar do que é nosso, é possível nos tornarmos mais inteiras — mulheres melhores para nós mesmas. É possível também criarmos enredos mais interessantes para a nossa vida afetiva.

No filme, em pelo menos dois depoimentos de homens, aparece o que poderia ser chamado de “violência da vítima”. Em um deles, um dentista que hoje espanca as mulheres e namoradas conta que sua mãe era espancada pelo pai. Mas que antes de o pai levantar a mão pela primeira vez, a mãe o humilhava diariamente. Este filho — entre o pai e a mãe possivelmente até hoje — justifica a violência física do pai com uma violência anterior da mãe, psíquica e verbal. Em outro depoimento, o homem que tinha esfaqueado uma namorada, fala de sua humilhação. Diz que gostaria de criar uma lei com o nome dele para proteger os homens da violência da mulher.

Nos casos denunciados, é comum esse tipo de justificativa. Não serve como atenuante. Nada justifica um espancamento ou qualquer outra agressão. Quem pratica a violência tem de ser impedido, denunciado, julgado e punido. Mas acredito que seja importante escutar o que dizem os agressores — e escutar para além do pensamento que descarta narrativas como essa como mera canalhice.

Existe uma violência que não se expressa fisicamente. E ela também é destruidora. Algumas mulheres costumam manipular com maestria essa arma subjetiva, que não deixa hematomas visíveis. Raramente um homem espanca uma mulher no primeiro dia. Em geral há um longo balé protagonizado por ambos até a primeira vez. E aí as seguintes ficam mais fáceis e, em geral, mais frequentes e violentas.

O primeiro depoimento do filme é interpretado por Lilia Cabral — extraordinária. Ela conta como o casamento se transformou e recomeçou a partir de um rompimento provocado por uma agressão física. Ao contar a história, ela enxerga a violência que é do marido, mas também assume a violência que é sua. E talvez por isso tenha se tornado possível, depois de algum tempo, reinventar a relação. A anterior tinha acabado no momento em que ela foi jogada contra a parede pelo marido. A nova, depois de muita reflexão e namoro, só se tornou viável porque ambos criaram um casamento onde era possível mudar identidades cristalizadas que sufocavam a ambos. Mas, para que isso pudesse acontecer, foi preciso primeiro romper, separar.

Ao abrir com um depoimento fora do padrão da vítima tradicional e do desfecho mais ainda, o filme já inquieta e mostra que não veio para repetir clichês ou apontar culpados. São vários os méritos neste sentido. Um deles é o de retratar histórias de classe média, contrariando a falsa crença de que a violência doméstica é coisa de pobre. Pode ser que ela seja mais visível nas periferias e favelas, até pelo tipo de moradia e a proximidade dos vizinhos. Mas a violência doméstica está em toda parte. E também nos palácios, de onde às vezes é mais difícil escapar e onde os gritos são abafados pelos muros e pelas

convenções. Outro mérito é contar a trajetória de agressões em uma relação entre duas mulheres, embaralhando a crença de que a violência pertence aos homens. Poucas coisas são tão perniciosas para as próprias mulheres do que a crença de que não são violentas. Esta é uma das grandes mentiras que, incrivelmente, se sustentam até hoje.

Amor? é uma boa pergunta em forma de filme. A primeira manifestação da plateia, assim que as luzes se acenderam, foi de uma mulher, uma psicanalista, afirmando que aquelas histórias não tratavam de amor, mas da “patologia da paixão”. Achei muito significativo. É reveladora a necessidade de definir se é amor ou não é. E deixar claro que não é. Desqualificando assim o discurso de homens e mulheres envolvidos em relações violentas quando dizem que, mesmo ao bater ou apanhar, ainda amam. Ou que permanecem na relação “por amor”.

Minha opinião é que amor é como arte. É muito difícil definir o que é. E o senso comum ou mesmo o dos “especialistas” vai mudando ao longo do tempo. Dizer que uma relação não é amorosa porque contém violência ou que quem ama não bate é querer tornar o amor algo da esfera do sagrado, limpinho e imune às contradições humanas. Esse discurso, pelo avesso, legitima a violência. Se fosse amor, então, a violência estaria justificada, porque o amor é maior do que tudo ou vence tudo, por ele valeria qualquer sacrifício, até apanhar. É colocar o amor, de novo, no âmbito do sagrado, que nos eleva mesmo quando é ruim. E por isso teríamos de suportar qualquer coisa, inclusive agressões.

Não. Sendo amor ou não, pouco importa. Caia fora o mais rápido possível. A violência aniquila a vida. Quando não acaba, literalmente, com ela.

13 de dezembro de 2010

Qual é o tamanho de Lula?

Eu estava entre aqueles milhões de brasileiros que se emocionaram quando Lula fez o discurso da vitória, na Avenida Paulista, no segundo turno da eleição de 2002. No dia seguinte, lembro de ter acordado com a certeza de que vivia num país diferente. Não acho que tenha me enganado. A força simbólica de um presidente com a origem de Lula só poderá ser dimensionada com precisão daqui a algumas décadas, com o necessário distanciamento histórico. Mas a mudança concreta na forma com que milhões de brasileiros passaram a se enxergar pode ser percebida nas ruas, para quem estiver disposto a ver. O país mudou para melhor no governo Lula — e não apenas porque a conjuntura internacional era favorável. Lula deu visibilidade concreta a uma parcela da população que, embora maioria, sempre havia ficado na margem. Ao se reconhecer em Lula, essa ampla fatia do povo brasileiro resgatou autoestima e começou a construir um novo lugar no país. Cerca de 30 milhões de brasileiros ascenderam de classe e entraram no mundo do consumo, criando novas cenas na vida cotidiana da casa e dos espaços públicos. E acho difícil alguém, de qualquer estrato social, afirmar com sinceridade que sua vida piorou nos últimos anos.

Dito isso com toda a clareza, posso afirmar que, em minha opinião, o Lula que desceu a rampa do Palácio do Planalto no primeiro dia de 2011 é maior, mas também é menor do que aquele que subiu em 1º de janeiro de 2003. Lula é maior fora e dentro do Brasil — basta conferir a cobertura internacional e os 87% de aprovação interna. É maior também na História, depois de dois mandatos. Mas, ao longo desses oito anos, Lula perdeu algo que antes de 2003 parecia constituir-lo como liderança. E, embora tenha acreditado em demasia no próprio mito — e talvez por isso mesmo —, ficou aquém dele em princípios fundamentais.

Havia em 2003 uma enorme expectativa sobre os ombros de Lula, maior do que seria realista depositar. Ele mesmo dizia que não podia errar. E muito poderia dar errado diante do tamanho não do medo, como tanto se especulou, mas da esperança. O que eu — e acho que a maioria das pessoas — não imaginava é que a corrupção e a falta de ética na vida pública se tornariam questões tão sérias e assumiriam tal proporção na era Lula. Que os fins justificariam os meios com tanta desenvoltura. E que o fisiologismo, tantas vezes criticado com razão por Lula e pelo PT no passado, se tornariam o pão com manteiga da rotina do poder. Naquele momento, poucos ousariam imaginar que o partido, que sempre se colocara como guardião da ética na política e representante de um novo jeito de lidar com o patrimônio público, pudesse rastejar pela lama com tanto despudor e em tão má companhia nos anos seguintes.

Ingenuidade minha e dos tantos que ficaram chocados com as denúncias de corrupção e as negociatas que desfilavam no noticiário diário? Talvez. Mas acredito que pode e deve ser diferente. Que a ética — seja na vida pessoal ou na pública — é essencial e não descartável no primeiro aperto. Milhões de brasileiros pobres que resistem ao crime e à contravenção, mantendo-se honestos contra todas as adversidades, nas favelas e periferias do país, nos provam isso todos os dias. Tornar a ética um artigo de

luxo, que se coloca ou tira do cardápio conforme as necessidades do momento, é zombar desse esforço pessoal e coletivo, empreendido diariamente por brasileiros de todas as classes — mas com um custo muito maior para os mais pobres.

Essa é a parte que me preocupa na aprovação majoritária de Lula no poder. O que ela nos diz? A vida da maioria das pessoas melhorou de verdade — e esta é uma excelente razão para aprovar um governo e um governante. Mas que a falta de ética, o fisiologismo e a corrupção, que também ficaram aparentes nesse governo, não pesem pelo menos um pouco nessa conta é triste. Porque aí somos aquele tipo de gente que só se importa com o dinheiro no bolso — e nada com os valores que os puseram ali. Seria melhor para nós e para o país que fôssemos melhores que isso.

Como jornalista, cheguei a estudar seriamente a possibilidade de pedir transferência para Brasília, em 2003, com o objetivo de cobrir a mudança de costumes na capital federal. Eu esperava testemunhar um outro tipo de elite política provocando transformações na forma de se relacionar não só nas esferas oficiais de poder, mas nos restaurantes, nas casas e nas ruas sem esquinas de Brasília. Ainda bem que tive de abortar o projeto por razões pessoais. Algo mudou, é verdade, mas não no rumo que se esperava.

O comportamento da primeira família também despertava minha curiosidade. Quando cobri a eleição de 2002, vale a pena lembrar, Lulinha (Fábio Luís Lula da Silva) era apenas aquele garoto que acompanhava a mãe nos eventos de campanha. Formado em biologia, o mais significativo que ele havia feito até então era um estágio no zoológico de São Paulo. Lulinha era simpático e falava meia dúzia de palavras a mais que dona Marisa Letícia, que não pronunciava nenhuma. Naquele momento eu não apostaria um real que Lulinha tivesse esse progresso meteórico e pudesse se transformar no empresário rico e bem-sucedido, exemplo de sucesso que é hoje. Dona Marisa manteve o mutismo público nos oito anos como primeira-dama, mas apenas isso. De todas as seduções do poder, parecia difícil supor que seriam as cirurgias plásticas e os tratamentos estéticos, as roupas de grife, o cabeleireiro a tiracolo e a companhia chique que a seduziriam mais.

Acho uma pena Lula acreditar tanto no próprio mito a ponto de às vezes soar como um messias. É saudável para qualquer um, em algum momento do dia, parar tudo e olhar para si mesmo de um canto, com o necessário distanciamento, para retornar às dimensões humanas. Lembro de meu mal-estar na primeira vez em que estive na Bahia, ao constatar o número de obras públicas com o nome de Antônio Carlos Magalhães. Naquele tempo, “Painho” era vivíssimo. Quem diria que o governo do filho de dona Lindu terminaria com um campo gigante de petróleo batizado com o nome de Lula.

Nessa mesma linha, colocar-se como um pai e como um chefe de família quando está no lugar de presidente soa mal, muito mal. Lula é pai do bem-sucedido Lulinha e de seus outros filhos. Assim como cada um de nós tem seu próprio pai. E um já é suficiente. Um presidente republicano, eleito democraticamente, é alçado ao poder pelo voto, por um tempo determinado pela Constituição. É colocado no poder não por filhos, mas por cidadãos autônomos. E é julgado por seus atos e pela qualidade de sua administração — e não pelo afeto. É uma relação de igual para igual, entre adultos responsáveis e emancipados.

Essa conversa de pai e filho infantiliza a população — especialmente os mais pobres, que supostamente precisam ser “cuidados”. Como se um governo que inclua seus anseios e necessidades fosse a concessão de um governante bondoso — e não um direito básico de cidadão, legitimado pelo voto e assegurado pelo processo democrático. Essa conversa de pai e filho também ecoa o que há de pior

no Brasil patriarcal — ainda que o pai, desta vez, seja um “homem do povo”. Considero esse discurso uma irresponsabilidade. Ainda bem que não colou quando tentaram transformar Dilma em nossa mãe durante a campanha eleitoral. Era só o que nos faltava, nessa altura de uma vida democrática tão duramente conquistada, em parte pela geração da própria Dilma.

Mas a maior fraqueza do governo Lula, além da saúde, foi a educação. Ao contrário do que Lula diz, melhorou muito menos do que deveria. Terminar o segundo mandato com um investimento em torno de 5% do PIB não dá a nenhum presidente a possibilidade de afirmar que a educação foi prioridade em seu governo. Não foi — e não foi por nenhum ângulo que se olhe. É verdade que ocorreram alguns avanços, como a ampliação do acesso ao ensino superior. Mas é pouco, muito pouco, diante da catástrofe educacional do país. A educação tem de ser uma causa como foi — e pelo discurso de Dilma Rousseff na posse continuará sendo — a erradicação da miséria. Causa do governo, causa de todos.

Não me parece que exista essa compreensão. Nem com Lula, nem com Dilma — ainda que no discurso de posse a presidenta tenha sinalizado a educação, a saúde e a segurança como prioridades. Assim como a educação também não foi prioridade no governo de seus antecessores. E isso explica nossa situação atual. Como um país pretende ser grande com metade dos jovens de 15 anos que estão na escola — porque 15% já não estão — com dificuldades para interpretar textos e um problema maior ainda para fazer contas? E com 43% dos empregados no mercado de trabalho sem diploma do ensino médio? Ou com os professores ganhando a indignidade que ganham, a maioria deles descomprometidos com seu trabalho e sem serem avaliados por sua atuação em sala de aula?

A educação é uma das principais causas de desigualdade, e o Brasil continua sendo um dos países mais desiguais do mundo. Erradicar a miséria não é apenas garantir que todos os brasileiros possam comer — o que é enorme, mas ainda é pouco. Há uma miséria subjetiva que não se resolve com comida, mas com educação. O desafio maior que se impõe é justamente o de qualificar o nosso desejo. É pela educação que as pessoas desejam mais (e não apenas produtos de consumo), exigem mais de si mesmas e do país, e são capazes de andar com suas próprias pernas, superando a mera transferência de renda e os programas assistenciais.

Diante da catástrofe educacional vivida pelo Brasil, não dá para fazer apenas o possível. Tem de dar um jeito de fazer o impossível. Já, ontem. E Lula não fez. Mesmo simbolicamente ele não fez. Com o capital simbólico de Lula, teria feito diferença vê-lo alguma vez com um livro na mão. Em vez disso, houve ocasiões em que Lula reforçou a falsa dicotomia entre a experiência prática e a intelectual. Posso compreender seu esforço em valorizar a “escola da vida”, historicamente relegada como algo menor. Mas ele deveria ter a clareza de mostrar que não há oposição entre um e outro, pelo contrário, são conhecimentos que se complementam e dialogam entre si.

Nas ocasiões em que Lula colocou um tipo de conhecimento em oposição ao outro, prestou um grande desserviço ao Brasil. Como ao inaugurar o campus de Sorocaba, da Universidade Federal de São Carlos, e referir-se à importância de um governante conhecer seu país. Para conhecer o país que governaria, afirmou ter preferido percorrê-lo (na Caravana da Cidadania, em 1993) a ler *Raízes do Brasil*, a obra clássica de Sérgio Buarque de Holanda. “Eu poderia ter lido o livro do Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, e poderia ter conhecido um pouco o Brasil. Mas eu achava que, em vez de a gente apenas ler um livro e dizer que a gente conhecia, era melhor que a gente botasse o pé na estrada para ver a megadiversidade deste país.”

Seria tão melhor se Lula tivesse dito que é importante ler o livro e é importante percorrer as estradas e conversar com o povo. Afirmasse que uma experiência amplia a outra. Que ambas foram e são importantes. Afinal, a educação, o acesso aos livros, a possibilidade de inscrever sua experiência na literatura são o que foi roubado dos mais pobres durante séculos. Uma pessoa deve lamentar que não pôde ler ou estudar e reivindicar maior acesso aos livros e à educação — mas, se orgulhar da falta de leitura, nunca. E nunca mesmo se esta pessoa é presidente de um país em que boa parte da população não entende o que lê.

Espero que Dilma Rousseff tenha a clareza de transformar a educação em prioridade de fato. E Lula possa aproveitar o tempo livre para ler *Raízes do Brasil* e muitos outros livros. Ninguém perde nada por ler — nem mesmo e principalmente alguém com a estatura e a grandeza de Lula.

3 de janeiro de 2011

Na pele do outro

O cotidiano parece se repetir conforme o previsto até que você é empalado por uma cena. Eu saía da loja de um shopping de São Paulo, na tarde de sábado, quando ele passou por mim. Não sei se era a forma como o ar se deslocava de outro jeito ao redor dele, mas eu ainda não o tinha visto e minhas mãos já se estendiam no ar para ampará-lo. Ou talvez fosse só impressão minha, uma vontade estancada antes do movimento. Era um homem velho. Mas mais do que velho, era um homem doente. Cada um dos seus passos se dava por uma coragem tão grande, porque até o pé aterrissar no chão me parecia que ele poderia retroceder ou cair. Mas ele avançava. E, porque ele avançava na minha frente, eu pude ver aquilo que outras partes de mim já haviam percebido antes. Sobre a sua cabeça havia uma peruca tão falsa que servia apenas para revelar aquilo que ele pretendia esconder. E de uma cor tão diferente do seu cabelo branco que parecia descuido de quem o amava ou não amava. Aquilo doía, porque havia uma vaidade nele, a preocupação de ocultar a nudez da cabeça. E a peruca malfeita a expunha como um fracasso. A cada um de seus passos de epopeia, sua camisa subia revelando um largo pedaço da fralda geriátrica. E assim ele avançava como uma denúncia claudicante da fragilidade de todos nós. Atravessando o corredor do shopping, lugar onde fingimos poder comprar tudo o que nos falta, consumidos pelo medo dessa vida que já começa nos garantindo apenas o fim.

Eu o seguia nesse balé sem coreografia quando ouvi os risinhos. Olhei ao redor e vi as pessoas se cutucando. Olha lá. Olha lá que engraçado. Ele tinha virado piada. Aquele homem desconhecido deixara a sua casa e atravessava o shopping. Para isso empreendera seus melhores esforços. Tinha vestido a peruca para que não percebessem sua calvície. Tinha colocado a fralda para não se urinar no meio do corredor. E caminhava podendo cair a cada passo. E as pessoas ao seu redor riam. E por um momento temi uma cena de filme, quando de repente todos começam a gargalhar e há apenas o homem em silêncio. O homem que não compreende. Até enxergar seu reflexo no olhar que o outro lhe devolve e ser aniquilado, porque tudo o que veem nele não é um homem tentando viver, mas uma chance de garantir sua superioridade e sua diferença.

Quando entrevisto algum escritor costumo perguntar: por que você escreve? Alguns me respondem que escrevem para não matar. Eu também escrevo para não matar. Acho que na maior parte das vezes a gente escreve, pinta, cozinha, compõe, costura, cria, enfim, porque não sabe o que fazer com as pessoas que riem enquanto alguém tenta atravessar o corredor do shopping sem ter forças para atravessar o corredor do shopping.

O que me horroriza, mais do que os grandes massacres estampados no noticiário, são essas pequenas maldades do cotidiano. E só consigo compreender os grandes massacres a partir dos pequenos massacres de todo dia. Os risinhos e dedos que apontam, os cotovelos que se cutucam.

Quem pratica os massacres miúdos do dia a dia é gente que se acha do bem, que não cometeu nenhum

delito, que vai trabalhar de manhã e dá presente de Natal. Gente com quem você pode conversar sobre o tempo enquanto espera o ônibus, que trabalha ao seu lado ou bem perto de você e às vezes até lhe empresta o creme dental no banheiro. É destes que eu tenho mais medo, é com estes que eu não sei lidar.

Entrevistei muitos assassinos sem sobressalto, porque estava tudo ali, explícito. Era uma quebra. O que me parece mais difícil é lidar com o mal rotineiro e persistente, difícil de combater, porque camuflado. O mal praticado com afinco pelos pequenos assassinos do cotidiano que nenhuma lei enquadra. E, quando você os confronta, esboçam uma cara de espanto.

O pequeno mal está por toda parte. Possivelmente sempre esteve. Apenas cada época tem suas peculiaridades. E na nossa somos cegados o tempo inteiro por imagens que nos chegam por telas de todos os tamanhos. E cada vez mais escolhemos as cenas que veremos, com as quais nosso cérebro decidirá se comover. E as dividimos com os amigos no Twitter, mandamos por e-mail e parece até que há uma competição sobre quem consegue enviar mais rápido as imagens mais impactantes. Mas não sei se isso é ver. Não sei se isso nos coloca em contato de verdade.

Penso nisso porque acho que o mundo seria melhor — e a vida doeria um pouco menos — se cada um se esforçasse para vestir a pele do outro antes de rir, apontar e cutucar o colega para que não perca a chance de desprezar um outro, em geral mais vulnerável. Antes de julgar e de condenar. Antes de se achar melhor, mais esperto e mais inteligente. Vestir a pele do outro no minuto anterior ao salto na jugular.

Para mim é imediato me colocar na pele do homem que atravessa o corredor sem saber se vai chegar até o fim sem tombar. Mas é mais difícil me enfiar na pele das pessoas que riem, porque sinto raiva. E tenho a pretensão de não ter nada a ver com gente assim. Incorro então no mesmo erro, ao me pretender tão diferente daquele que me horroriza. É certo então que também eu cometi e cometo meus pecados de soberba. Por coerência — e eu valorizo a coerência —, preciso me forçar. E eu me forço porque acredito nesse ato.

Quais são as razões delas, então? Por que, ao testemunhar o homem que atravessa o shopping em passos trôpegos, elas riem, se cutucam e apontam? Fiquei pensando se essas pessoas estão tão cegas pela avalanche de cenas em tempo real, que para elas é apenas uma imagem da qual podem se descolar. É só mais uma cena que, como tantas a que assistimos todos os dias, não sabemos mais se é realidade ou ficção. Não é que não sabemos, apenas que parece que não importa, agora que os limites estão distendidos. Por que apenas assistimos às cenas — não as vemos nem entramos em contato.

E é essa a grande diferença num mundo de tanta visibilidade e tão pouco contato real. E o real aqui não é uma oposição entre o real e o virtual, mas o real real. Eu vejo você, eu toco em você, eu sinto a sua dor e me sujo com o seu sangue, ainda que seja pelo computador. É um jeito de estar no mundo e se relacionar com o outro disposto a se deixar tocar e a assumir os riscos de se deixar tocar. Me parece que estamos cada vez menos dispostos a isso — apesar de termos uma possibilidade grandiosa de acesso ao outro por conta da internet. Será que é isso? Dezenas de amigos no Facebook e nenhum contato real, no sentido de se deixar transtornar e transformar pelo outro, para além das amenidades e da persistente troca de informações?

Será que é por isso que podiam rir? Por que não tinham nenhuma conexão com aquele outro ser humano? É curioso que agora o verbo conectar é mais usado para nos ligarmos a uma máquina que nos leva instantaneamente para a vida dos outros. Pela primeira vez somos capazes de nos conectar ao mundo inteiro. O que é mais fácil do que se conectar a uma só pessoa — ao homem doente que atravessa o

corredor do shopping diante de nós. É curioso como agora podemos nos conectar — para nos desconectarmos.

E se, ao contrário, riam porque se sentiam tão conectadas a ele que precisavam rir para suportar? Pensei então que talvez pudesse ser essa a razão. Aquelas pessoas realmente enxergavam aquele homem — e por enxergar é que precisavam rir, se cutucar e apontar. Porque a fragilidade dele também é a delas, a de cada um e a de todos.

Nada nos garante que em algum momento da vida não estaremos nós também tentando atravessar o corredor do shopping por onde hoje caminhamos sem sentir. Nada nos assegura de que um dia não seremos nós a quase cair a cada passo. Se tivermos sorte e não morrermos de bala perdida ou de acidente de carro, como afirmar que não usaremos fralda geriátrica ou tentaremos cobrir nossa calvície ou as marcas de uma quimioterapia com uma peruca que apenas denuncia aquilo que queríamos esconder?

Talvez seja essa a razão. Precisaram rir, cutucar e apontar para ter a certeza — momentânea e ilusória — de que ele não era elas. Não seria nunca. Só apontamos para o outro, para o diferente, para aquele que não somos nós. E quando apontamos para alguém é justamente para denunciar que ela não é como nós.

Nesse caso, teria sido para se certificar. Elas diziam: Olha que peruca ridícula. Ou: Você viu que ele está de fralda? Mas na verdade estavam dizendo: O que acontece com ele nunca acontecerá comigo. Ou: Ele não tem nada a ver comigo. Por que deixam gente assim entrar num shopping?

Riam, cutucavam e apontavam por medo do que viam nele — de si mesmas.

São hipóteses, apenas. Uma tentativa de entender — de pensar e de escrever em vez de responder com violência à violência que presenciei. E que me aniquila tanto quanto um massacre reconhecido no noticiário como massacre.

Talvez não seja nada disso. No Natal minha filha me deu de presente uma camiseta em que a Mafalda, a personagem do cartunista argentino Quino, dizia: “E não é que neste mundo tem cada vez mais gente e cada vez menos pessoas?”. Talvez ali, no corredor do shopping, não fossem pessoas — só gente. Porque nascemos gente — mas só nos tornamos pessoas se fizermos o movimento.

17 de janeiro de 2011

A melhor pior praia do mundo

A cada ano meu pai vai silenciando. E minha mãe se tornando mais falante, como se as palavras tivessem o poder de pregá-la à vida. Ele vai se tornando mais lento, um passo estudado de cada vez. E ela desafia as leis da medicina com seus joelhos gastos e seus pés de dedos tortos que saltitam pela casa e, sempre que possível, escapam para a rua. Cada dedo do pé da minha mãe parece querer avançar mais rápido que o outro, então se amontoam, como numa cena dos *Três Patetas*.

Sempre achei que os pés das pessoas contam tanto delas quanto o rosto. Os pés do meu pai se esparramam sólidos e largos, querendo estar sempre certos de onde pisam. E os da minha mãe se adiantam, curiosando, querem andar não importa para onde. E não raro se enfiam em buracos de onde ela os arranca recitando palavrões de lavra própria.

Passei a última semana com meus pais naquela que, para mim, será sempre a melhor pior praia do mundo. De repente, meu olhar foi capturado pelo andar de cada um. É perto de um milagre que eles andem juntos há quase 60 anos com esses pés descombinados. Percebi o quanto nós todos, seus filhos e netos, precisamos que eles reeditem esse desconcerto dos pés.

O que viemos averiguar, nós que moramos longe, é se continuam andando no seu modo improvável. Meu pai cada vez mais lento, minha mãe cada vez mais rápida, encontrando-se em algum lugar dessa distância entre dois pontos. Acabo divagando se meu irmão do meio não se tornou físico para compreender a trajetória destituída de lógica que é o caminhar desordenadamente sincronizado de nossos pais.

Visitá-los nessa praia que eles amam se tornou um destino sólido de nossos verões. Não importa que, para nossa decepção, o mar pareça imune ao aquecimento global e mantenha a temperatura constante de iceberg. Nem que os ventos sigam varrendo largas porções de areia e às vezes também os bichos sarnentos e desavisados que por lá vagam por falta de rumo. A cada início de ano nós sabemos que o vizinho se tornará um flagelo com seu cortador de grama às sete horas da manhã de cada dia. E quando não for o cortador de grama será alguma outra máquina infernal que ele prefere pilotar sempre de manhã bem cedo ou logo depois do almoço. Também temos certeza de que as dúzias de guaiecas não nos darão trégua latindo ao mesmo tempo e o tempo todo.

Estamos cientes de que ninguém vai dormir nas noites de sábado para domingo, porque uma romaria de adolescentes celerados vai passar diante da nossa casa estourando as caixas de som, como um triste rito de passagem num mundo em que todos os rituais soam como um *reality show* de má qualidade. Que algum problema sempre vai ocorrer com a água, que desta vez faltou por três dias, mas poderiam ser mais. Que o único mercado cobrará preços tão abusivos que cogitaremos deixar um naco do rim na hora de acertar a caderneta. E a marca de cerveja será sempre a pior possível. Mas resistimos, porque a melhor pior praia

do mundo tem suas garras de areia cravadas no nosso coração.

Todo ano, mal boto meus pés descalços no chão e já vou jurando que é a última vez que piso naquela praia insana. E no dia seguinte a verdade me atinge. Sei por que vim. E sei que continuarei vindo. Volto ano após ano para ter certeza de que tudo continua exatamente igual. Ainda que às vezes insuportavelmente igual.

Neste verão, duas cenas cavoucaram minha alma com uma daquelas pazinhas de criança esquecidas na areia e se instalaram para ficar. Lá está meu pai. Depois de um acurado estudo sobre o rumo dos ventos, em que ele anda para lá e para cá apalpando as nuvens com os olhos, meu pai posiciona uma cadeira e uma dessas mesas ordinárias de plástico exatamente onde a brisa circula sem obstáculos. Lá ele se senta com alguma de suas preciosidades. Neste ano o primeiro livro sobre a história do Brasil escrito por um brasileiro, Frei Vicente do Salvador, datado do início do século 17. Só interrompe essa leitura para esmiuçar o jornal, de onde recorta as melhores partes. Não há tecnologia que o convença que recortar o jornal com tesoura não siga sendo a melhor maneira de organizar um arquivo. Eu o espio da minha rede e, a certo momento, não consigo evitar. Grito: “Pai, a vida é boa, né?”. E ele responde de volta, meio sobressaltado com a interrupção: “É muito boa, sim!”. E desandamos a rir. E eu choro.

A outra cena é de minha mãe. Desde que ela ganhou um laptop dos filhos, desdenha todos os outros tipos de comunicação. Lá vem ela caminhando pelas bordas dos pés, meio de lado, como é o seu estilo, meio sabendo que interrompe a minha leitura, mas sem conseguir resistir a compartilhar a brincadeira que acaba de lhe chegar por e-mail. Tu conheces a mágica do 111? Não, eu não conhecia. Então pega os últimos dois algarismos do teu ano de nascimento — 66 — e soma com a idade que vais fazer neste ano — 45.

Eu não sou muito boa em matemática, mas consigo. E ela quase dá pulinhos de alegria. Testamos juntas vários nascimentos e aniversários e, incrível, sempre dá 111. Ela passa então o resto do dia em um animado balé com seus pés problemáticos, satisfeitíssima com a mágica do 111. Feliz como no tempo em que trepava nos pés de laranja da chácara do pai para roubar fruta verde. Eu a observo, com respeito máximo pela conquista do povo egípcio e por tudo o que significa para o mundo inteiro. E ao mesmo tempo meio envergonhada, porque naquele meu canto acanhado de planeta, na melhor pior praia do mundo, o acontecimento mais importante daquele dia foi testemunhar minha mãe saltitando de ladinho por causa do 111.

Aperto a minha filha com força antes que ela parta rumo ao Rio de Janeiro e, como sempre, me surpreendo sobre como é possível amar tanto assim um outro ser humano. Afofo seus pequenos pés que ela afirma serem em forma de raquete. E aceito que, pela lógica, seja ela a primeira a partir para longe. Nós que ficamos não compreendemos bem como ela pode preferir Ipanema e Leblon à melhor pior praia do mundo. Mas, por amor, fingimos entender.

Deste lugar geográfico-sentimental, fazemos de conta que o tempo não avança, enquanto com o canto dos olhos cada um de nós anota mentalmente as marcas que assinalam nosso corpo e também os daqueles que amamos. Registramos, mas não contamos para ninguém. Para o ano que vem esperamos um novo par de pezinhos gorduchos e ainda sem nome, um bebê novo que acolheremos. Ele mal saberá onde está enquanto engatinha sua vida nova pelo assoalho, sem adivinhar que a melhor pior praia do mundo já crava nele suas unhas de areia.

A vida é mais intensamente isso do que todo o resto. Essa nossa capacidade de fingir desconhecer que

um dia essa casa será alugada para outros, porque nossos pés já não andarão por esse mundo. Resistimos. E, cheia de medo, eu tento algemar com palavras o que já não alcanço capturar de outro jeito.

Se me perguntarem agora o que eu desejo para o próximo verão, com toda a fome do meu querer, é isto: perseguir com os olhos os cada vez mais lentos passos do meu pai por esse mundo. E observar os dedos dos pés de minha mãe se atropelarem na pressa de chegar a algum lugar que ela nunca soube bem onde fica.

14 de fevereiro de 2011

A vítima indigesta

Quase todos se lembram da austríaca que, em 23 de agosto de 2006, fugiu de seu sequestrador nos arredores de Viena. Natascha Kampusch terminava ali 3.096 dias de um sequestro iniciado oito anos antes, em 2 de março de 1998. Naquele dia, sem se despedir da mãe depois de uma briga, ela caminhava até a escola quando foi agarrada e empurrada para dentro de uma caminhonete branca por Wolfgang Priklopil, engenheiro de telecomunicações, ex-funcionário da Siemens, jovem, educado, tímido e com enormes problemas com o mundo de fora. E, claro, com o de dentro.

Natascha viveu dos dez aos 18 anos confinada no porão da casa de Priklopil. Depois dos primeiros tempos, ela alternou o porão com trabalhos duros na parte superior da casa que ajudava a reformar e a limpar. Sempre seminua e na maior parte do tempo com os cabelos raspados para não deixar vestígios. Nos últimos anos apanhava violentamente quase todos os dias e mal conseguia sustentar um corpo coberto por hematomas, cortes e lesões. A submissão era garantida ainda com a baixa ingestão de calorias e às vezes a suspensão total de comida por até dias. Aos 16 anos, Natascha media 1m75 e pesava 38 quilos.

Em 23 de agosto de 2006, Priklopil estava no bem protegido jardim da casa com Natascha, que aspirava os bancos da caminhonete, quando o celular dele tocou. Quando Priklopil precisou se afastar para atender à ligação por causa do barulho do aspirador, ela fez um enorme esforço para vencer a prisão psicológica que depois de tantos anos a paralisava mais do que os muros e escapou pelo portão. Desta vez, Natascha correu. Mais tarde, Priklopil se jogaria diante de um trem.

Este é o resumo da história. E era tudo o que eu sabia até agora, porque, quando começo a acompanhar esse tipo de caso no noticiário, é sempre tão previsível que perco o interesse no segundo dia de cobertura. Há um monstro, louco e muito diferente de todas as pessoas boas e normais que habitam qualquer mundo, seja a Áustria, seja aqui. E há uma vítima, frágil e confusa, que merece e precisa de toda a nossa pena. E há o resto de nós, que, enquanto emite ahs e ohs diante da tela da TV, se regozija secretamente de que ainda bem que isso só acontece com os outros, que não há monstros morando dentro de nós nem vítimas habitando nossas almas. As tragédias cumprem seu papel de nos assegurar de nossa normalidade — assim como de nossa superioridade. E também por isso fazem um sucesso midiático tremendo.

Qual é a diferença aqui? A diferença é Natascha Kampusch. Para surpresa de seus conterrâneos e do mundo inteiro que disputava sua história (às vezes inventando detalhes sórdidos por achar que os verdadeiros ainda eram poucos), Natascha recusou-se a ocupar o lugar reservado a ela no espetáculo — o de vítima eterna.

Sim, ela dizia, eu fui uma vítima, mas isso não é tudo o que sou. Sim, Wolfgang Priklopil é um sequestrador e um criminoso, mas não é um monstro. “A simpatia oferecida à vítima é enganadora”, escreveria ela mais tarde. “As pessoas amam a vítima apenas quando se sentem superiores a ela.”

Natascha lutou para que não fizessem dela um produto de consumo em um show *freak*. Obviamente, perdeu logo a simpatia do público, que em muitos casos se transformou em ódio e ameaças pela internet. Chegou a ser acusada de cumplicidade e de ganhar dinheiro com a tragédia. Como assim, aquela menina loira e de olhos azuis, que deveria agradecer comovida a todas as manifestações de solidariedade vindas de todos os cantos, ousava destruir a fábula moderna da cobertura midiática?

Pois ela ousou. E é por isso que seu livro *3096 dias — A impressionante história da garota que ficou em cativeiro durante oito anos, em um dos sequestros mais longos de que se tem notícia* (Verus Editora) merece ser lido. Nas 225 páginas, Natascha Kampusch apropria-se de sua história e acerta suas contas — especialmente consigo mesma. Ao escrever a versão do que só ela viveu para contar, já que o outro protagonista está morto, eliminou qualquer possibilidade de transformarem sua vida num conto de fadas que, derrotada a fera, já teria o final feliz assegurado. Natascha Kampusch escolheu a vida, com todas as suas contradições, e não um pastiche dela. Isto quem desejava era o sequestrador.

Natascha, que leu muito no cativeiro, se expressa bem. Não é apenas a ajuda que teve para escrever o livro que garante a densidade da narrativa. A capacidade dela de refletir e analisar o vivido torna-se bem clara também nas entrevistas que dá à imprensa. Escolhi alguns trechos do livro para que nos ajudem a entender o que Natascha nos diz. É importante o que ela nos diz para entendermos a nós mesmos — e o nosso papel nas tragédias que se sucedem no noticiário e na vida.

Natascha Kampusch começa sua narrativa escapando do mito da infância feliz. Ela não era uma alegre e saltitante Chapeuzinho Vermelho engolida por um lobo malvado quando estava a caminho da casa da avó para mais um dia perfeito. Era uma menina que tinha dúvidas sobre o amor dos pais (como a maioria de nós, aliás), que fazia xixi na cama apesar de já ter dez anos e sentia-se desconfortável com o próprio corpo gorducho. No dia do sequestro ela tinha conquistado a liberdade de ir sozinha à escola pela primeira vez, um trajeto de cinco minutos. Estava apavorada com a nova aventura, o que pode ter sido pressentido por Priklopil, um homem que conhecia muito bem o sentimento do medo em sua própria pele e se sentia totalmente deslocado no mundo exterior.

“Hoje acredito que, ao cometer um crime terrível, Wolfgang Priklopil queria apenas criar seu próprio mundinho perfeito, com uma pessoa que estivesse ali só para ele. Provavelmente ele nunca teria podido fazer isso do jeito normal e decidira, assim, forçar e modelar alguém para isso. Em essência, ele não queria nada mais do que as outras pessoas: amor, aprovação, calor. Queria alguém para quem ele fosse a pessoa mais importante do mundo. Ele parecia não ter visto outro modo de conseguir isso senão sequestrando uma menina tímida de dez anos e a afastando do mundo exterior, até que ela estivesse tão psicologicamente alheia que ele pudesse ‘recriá-la’. (...)”

Ele precisava daquele crime insano para concretizar sua visão de um mundo perfeito e intacto. Mas, no fim, realmente queria apenas duas coisas de mim: aprovação e afeto. Como se o objetivo por trás de toda aquela crueldade fosse forçar uma pessoa a amá-lo incondicionalmente.”

As torturas se intensificaram justamente quando Priklopil percebeu que, apesar de tirar-lhe o espelho para que não tivesse nenhuma imagem de si, batizá-la com um novo nome e proibi-la de pronunciar o antigo, ele não conseguia dobrar Natascha. E a vida idílica que esperava ter com sua mulherzinha/escrava dentro de casa, longe dos olhos do mundo, era impossível. Era impossível especialmente para ele, que se tornava cada vez mais temeroso do mundo lá fora. E mais desesperado

com o de dentro, onde a menina crescia e se tornava mulher, algo com que ele nunca tinha lidado muito bem.

“Se eu tivesse apenas o odiado, esse ódio teria me consumido e me tirado a força de que eu precisava para sobreviver. Como naquele momento pude captar um lampejo do ser humano pequeno, desorientado e fraco por trás da máscara do sequestrador, pude me aproximar dele. Então, olhei em seus olhos e disse:

— Eu perdoo você, porque todo mundo erra às vezes.

Foi um passo que pode parecer estranho e doentio para muitas pessoas. Afinal de contas, o ‘erro’ dele custara minha liberdade. Mas era a única coisa a fazer. Eu tinha de conseguir conviver com aquele homem, caso contrário não sobreviveria.”

Em vários momentos do livro, Natascha mostra como o perdão tornou-se um instrumento poderoso nessa relação delicadíssima, em que o sequestrador tinha literalmente a vida dela nas mãos. Perdoar a tornava potente — e não apenas passiva. Alterava o equilíbrio de forças entre os dois. Ela passou oito anos e meio recusando-se a chamá-lo de “mestre” e a ajoelhar-se diante dele, mesmo que fosse espancada por isso.

O confronto de Natascha com o mundo de fora é revelador menos da vítima e do sequestrador — mais da sociedade, de nós. Imagine a cena. Ela corre para longe do sequestrador, depois de mais de oito anos de cativeiro. Diz às primeiras três pessoas que encontra, uma criança e dois homens adultos: “Vocês têm de me ajudar! Preciso de um celular para chamar a polícia! Por favor!”. A resposta foi: “Não podemos. Não trouxe meu celular”. Pense bem no que você faria diante da situação, antes de acusar a monstrosidade dessa resposta.

Em seguida ela atravessa vários jardins, salta cercas e vê uma mulher na janela da casa. Ela bate na janela e diz: “Por favor, me ajude! Chame a polícia! Fui sequestrada. Chame a polícia!”. A mulher reage dizendo: “O que você está fazendo no meu jardim? O que você quer?”. Ela dá seu nome completo, explica que foi sequestrada e que precisa chamar a polícia. A mulher retruca: “Por que você veio justo até a minha casa?”. Então hesita: “Espere na cerca viva. E não pise no gramado!”. Antes de julgar a mulher da janela — e acho que devemos julgar, sim — vale a pena nos perguntarmos o que faríamos nessa situação.

Mais tarde, os próprios policiais tratariam Natascha com desprezo por ela não ter permitido que seguissem se comportando como seus salvadores. Pelo contrário. Ficaria provado, num escândalo posterior, que seu caso foi uma combinação de desleixo com incompetência. Que havia uma pista sólida sobre o sequestrador e a localização do cativeiro e que esta pista nunca foi investigada. Os documentos que atestavam o descaso desapareceram e só mais tarde a fraude foi desmascarada.

Enquanto isso, Natascha foi atormentada por interrogatórios infundáveis. Tinham por objetivo obrigá-la a afirmar que estava sendo chantageada por cúmplices, que fora sequestrada por uma quadrilha. Queriam obrigá-la a negar o que de fato aconteceu: a força policial tinha sido vencida por seus próprios erros e por um homenzinho tímido e frágil, que esteve o tempo todo ali, a apenas alguns quilômetros da casa da vítima.

“As autoridades começaram a me tratar diferente com o passar do tempo. Fiquei com a impressão que, de certo modo, eles se ressentiam do fato de que eu me libertara sozinha. Nesse caso, eles não

eram os salvadores, mas aqueles que haviam falhado durante anos.”

Quando Natascha se recusou a representar o papel de vítima passiva do “monstro sexual”, foi odiada e ridicularizada. Os mais bonzinhos, com seus diplomas na parede e sua condescendência profissional, trataram de carimbar o diagnóstico definitivo na sua testa. A patologia de sempre: “Síndrome de Estocolmo”. Mas deixemos que Natascha fale, porque ela se defende com muita propriedade também dos bem-intencionados.

“As coisas não são totalmente pretas ou brancas. E ninguém é totalmente bom ou mau. Isso também vale para o sequestrador. Essas são palavras que as pessoas não gostam de ouvir de uma vítima de sequestro. Porque os conceitos de bem e mal já estão claramente definidos, conceitos que as pessoas querem aceitar para não perder o rumo em um mundo cheio de tons de cinza.

Quando falo sobre isso, posso ver a confusão e o repúdio no rosto de muitas pessoas que não estavam lá. A empatia que sentem pela minha história se congela e se transforma em negação. Pessoas que não têm ideia da complexidade do cativeiro me negam a capacidade de julgar minhas próprias experiências ao pronunciar três palavras: ‘Síndrome de Estocolmo’.

*Síndrome de Estocolmo é um termo usado para descrever um fenômeno psicológico em que os reféns manifestam sentimentos positivos em relação aos sequestradores. Esses sentimentos fazem com que as vítimas simpatizem ou mesmo colaborem com os criminosos — isto é o que dizem os compêndios. Um diagnóstico classificatório que rejeito enfaticamente. **Por mais simpático que pareça ser o uso do termo, seu efeito é terrível, pois transforma as vítimas em vítimas novamente, ao tirar delas a capacidade de interpretar a própria história e ao transformar as experiências mais significativas em produto de uma síndrome.** (O grifo é meu.)*

O termo aproxima de algo censurável o próprio comportamento que contribui significativamente para a sobrevivência da vítima. Aproximar-se do sequestrador não é uma doença. Criar um casulo de normalidade no âmbito de um crime não é uma síndrome. É justamente o oposto. É uma estratégia de sobrevivência em uma situação sem saída — e é muito mais verdadeiro que a ampla categorização dos criminosos como bestas sanguinolentas e das vítimas como cordeiros indefesos, na qual a sociedade quer se basear”.

Dá para entender por que, passado o clamor inicial, Natascha Kampusch tornou-se uma vítima indigesta.

Chegaram a sugerir a Natascha que trocasse de nome para não ser assinalada pelo que viveu. Como se isso fosse possível. E, caso fosse possível, como se anular seu passado não anulasse com ele uma parte essencial de si mesma. “Que tipo de vida seria essa, especialmente para alguém como eu, que durante os anos de cativeiro lutara para não perder a identidade?”, questiona.

Com surpreendente maturidade, Natascha entendeu que só tem uma vida aqueles que aceitam as suas marcas como parte do vivido — mas não como tudo o que são. E, assim, ela não se fixou nas marcas nem se deixou paralisar pelo lugar de vítima eterna. Natascha Kampusch seguiu com seu corpo e sua vida marcada em direção ao futuro, pronta para ser tatuada por novas experiências. Como é, afinal, a vida de todos nós.

Natascha Kampusch não era Chapeuzinho Vermelho e, se Wolfgang Priklopil era um lobo, era um bem patético. Ela não teve a chance de ouvir os contos de fadas muitas e muitas vezes na hora de dormir para

ter certeza de que o horror não aconteceria com ela, como se passa nas noites das crianças sortudas. Natascha foi arrancada da infância para ser a escrava de um adulto perturbado e talvez tão assustado quanto ela. E o horror continuava lá quando acordava presa em um porão escuro.

Aos 22 anos, Natascha precisou transformar o vivido em história contada. Para ser capaz de libertar-se e seguir adiante, porém, era fundamental ser fiel à complexidade da vida e às nuances dos personagens. Queriam dela mais um *remake* estereotipado do que costuma ser contado e recontado em tragédias espetaculosas. Ela respondeu com uma narrativa que nos implica a todos. É por ter se negado a dar respostas fáceis ao mundo que a assistia que não a perdoam. Mas esta é a história que a Natascha adulta pode contar a si mesma tantas vezes quanto forem necessárias e acordar no dia seguinte sabendo quem é.

Seu livro é uma boa leitura para todos, possivelmente essencial para policiais, advogados, promotores e juízes, para assistentes sociais, psicólogos, psiquiatras e psicanalistas — e, sim, para jornalistas. Se eu fosse professora de alguma faculdade de Jornalismo, consideraria bibliografia obrigatória. O testemunho de Natascha pode nos ajudar a cometer menos atrocidades nas coberturas das tragédias que se sucedem no noticiário.

Sobre sua relação com a imprensa, Natascha escreve o seguinte:

“Eu nunca abriria mão da minha identidade. E me apresentei diante das câmeras com meu nome completo e sem disfarces, e ofereci um vislumbre do tempo do cativo. Mas, apesar da minha franqueza, os meios de comunicação não me deixavam em paz. Eram dezenas de manchetes, e especulações cada vez mais absurdas dominavam o noticiário. Parecia que a verdade terrível não era terrível o bastante, então eles acrescentavam coisas muito além do suportável, negando, com isso, minha autoridade como intérprete do que eu vivera. (...)”

Fui percebendo que caíra em outra prisão. Centímetro a centímetro, as paredes que substituíram o cativo se tornaram visíveis. Eram mais sutis, construídas com o interesse público excessivo, que julgava cada movimento meu. Assim, coisas simples como pegar o metrô ou ir ao shopping em paz se tornaram impossíveis para mim. Acreditei que, ao satisfazer a curiosidade da mídia, seria capaz de retomar minha própria história. Só depois descobri que uma tentativa como essa nunca teria êxito. Nesse mundo que buscava por mim, a questão não era eu. Eu me tornara conhecida por causa de um crime terrível. O sequestrador estava morto — não havia um caso Priklopil. Eu era o caso: o caso Natascha Kampusch.”

Ela vai mais além. Vai até o fim.

“Depois da fuga, fiquei surpresa — não pelo fato de que eu, como vítima, fosse capaz de fazer essa diferenciação, mas de que a sociedade na qual entrara após meu cativo não permitisse a menor nuance. Como se eu não pudesse refletir de maneira alguma sobre a pessoa que fora a única em minha vida durante oito anos e meio. Não posso nem aludir ao fato de que preciso desse recurso para tentar superar o que aconteceu sem despertar incompreensão.

Ao mesmo tempo, percebi que, em certa medida, também idealizei a sociedade. Vivemos em um mundo em que as mulheres apanham e são incapazes de abandonar o homem que bate nelas, embora, em tese, a porta esteja aberta. Uma em cada quatro mulheres é vítima de violência extrema. Uma em cada duas mulheres sofre assédio sexual durante a vida. Esses crimes estão em toda parte e podem ocorrer atrás de qualquer porta do país, em qualquer dia, e talvez só provoquem um dar de ombros ou

uma indignação superficial.

Nossa sociedade precisa de criminosos como Wolfgang Priklopil para dar um rosto ao mal e afastá-lo dela mesma. É preciso ver imagens desses porões para que não se vejam os muitos lares em que a violência ergue sua face burguesa e conformista. A sociedade usa as vítimas desses casos sensacionalistas, como o meu, para se despir da responsabilidade pelas muitas vítimas sem nome dos crimes praticados diariamente, vítimas que não recebem ajuda — mesmo quando pedem.

Crimes assim, como o que foi cometido contra mim, formam a estrutura austera, em branco e preto, das categorias de Bom e Mau nas quais a sociedade se baseia. O criminoso deve ser um monstro, para que possamos nos ver no lado dos bons. O crime deve ser acrescido de fantasias sadomasoquistas e orgias selvagens, até que seja tão extremo que não tenha mais nada a ver com nossa própria vida.

E a vítima deve ficar destruída e permanecer assim, para que a externalização do mal seja possível. A vítima que se recusa a assumir esse papel contradiz a visão simplista da sociedade. Ninguém quer ver isso, porque, caso contrário, as pessoas teriam de olhar para dentro de si mesmas”.

A história que Natascha Kampusch escolheu contar foge de todas as simplificações. E por isso ela pagou — e vem pagando — um preço alto. Me pergunto de onde essa garota, presa e torturada por um homem solitário e instável durante mais de oito anos, conseguiu forças e lucidez para continuar brigando pela integridade do que é. Não mais agora contra Wolfgang Priklopil, mas contra todos nós, que queremos reduzi-la às necessidades de nosso voraz apetite por vítimas. Ao nosso desespero por uma normalidade que só existe em nossas fantasias, à categorização simplista do bem e do mal — onde todos estamos, claro, sempre no lado do bem.

Suponho que, logo após a fuga, Natascha Kampusch tenha percebido que não podia se deixar sequestrar novamente — agora não mais pelo criminoso de um só rosto, mas pela sociedade que tentava aprisioná-la em rótulos fáceis, convenientes para todos, menos para ela. Assumiu o preço sempre custoso da liberdade e vem tentando ditar suas próprias regras. Algo como: “Ah, vocês esperavam ser salvos? Desculpa, mas não à custa da minha vida”.

Este livro é um manifesto de afirmação da sua identidade. Com toda a inteireza de sua experiência. A Natascha Kampusch, meu máximo respeito. Espero que ela continue nos mandando passear e siga com a sua vida.

21 de fevereiro de 2011

Como eu encontro a Poesia?

Quando Mija tinha 16 anos, um professor disse a ela que seria poeta. Nós a conhecemos quando ela tem 66. Quem é Mija agora? É uma mulher que ama as flores e parece mais gentil e mais feliz do que sua vida permitiria. É a doméstica de um homem solitário que teve um derrame e que só consegue tomar banho com sua ajuda. É a avó de um neto adolescente que quase não fala com ela e que vai ser acusado, junto com outros cinco garotos, de ter violentado sucessivas vezes uma colega de escola no laboratório de ciências. A menina, a pobre filha de uma camponesa sem marido, suicidou-se mergulhando no rio. Os pais, o diretor da escola e até a imprensa querem sepultar a história bem fundo, manter o corpo submerso em silêncio. Mas o corpo está lá, na superfície. Quando a vida desta Mija que gosta de flores está nesse ponto ela descobre que sofre do Mal de Alzheimer. “Você vai esquecer primeiro os substantivos”, diz a médica. “Mas os substantivos são os mais importantes”, retruca Mija.

Ela se matricula num curso de poesia. Mija, que começa a esquecer — “como é mesmo o nome daquele lugar de onde saem os ônibus?” — enrosca no dedo aquele fio lá de trás, de 50 anos, e decide encontrar as palavras que dão sentido à sua vida. Enquanto os substantivos lhe escapam pelas frestas de um cérebro que a trai, Mija decide buscar as palavras que são suas. Mesmo que para isso tenha de penetrar fundo. Mija percebe que, antes de esquecer quem é, ela precisa primeiro saber quem é. E só pode fazer isso pela palavra — na busca da poesia. Não qualquer uma ou a de outro, mas a poesia dela.

O tortuoso percurso dessa mulher em busca da poesia, que está dentro e fora ao mesmo tempo, é um filme belíssimo. Como boa parte dos filmes que perturbam, transformam e nos fazem diferentes ao final da sessão, *Poesia*¹⁶ mal chegou e está quase indo embora dos cinemas, sem grandes arroubos de público. Mas, quando um diretor consegue fazer um filme como este, e temos o privilégio de assisti-lo em uma sala de cinema, desta vez sem pipoca nem conversas paralelas, tenho a impressão de que algo muda no andar do mundo. Pelo menos no andar do meu mundo muda. É o que a arte faz com a gente. É o que a poesia faz com Mija.

Yoon Jeong-hee, que interpreta Mija, é a grande dama do cinema da Coreia do Sul. Como Fernanda Montenegro é a nossa. Ela não filmava havia 15 anos. Foi convencida a voltar à telona pelo diretor Lee Chang-dong ao ser tomada pelo roteiro escrito para ela. Sua atuação é mais do que esplêndida. E eu ficaria aqui por mais duas linhas desfiando adjetivos, mas como Mija bem disse à médica: são os substantivos que importam.

Como eu encontro a poesia? Era a pergunta que Mija fez a muitos, sempre com uma caderneta na mão para anotar as palavras que tinha esperança de encontrar pelo caminho. Sem saber muito bem de onde viria a poesia, se os versos caíam maduros na sua cabeça antes de se esborracharem no chão. A sua pergunta é a mesma de todos nós. É, talvez, a grande pergunta. Como encontrar beleza na bestialidade das

horas que nos consomem e nos levam à morte e ao esquecimento? Alguns de nós conhecem a pergunta, andam às voltas com ela pelos dias. Outros, apenas intuem. E outros ainda preferem ignorá-la por inércia. Mas as perguntas definidoras da vida boiam para sempre no leito de nosso rio, como o corpo da menina morta. Querendo ou não, mesmo para quem finge não ver.

Ao percorrermos com Mija a sua trajetória, descobrimos que a poesia só existe encarnada na vida. Ao ser confrontada com a sordidez da realidade, ela tenta de todas as maneiras proteger a pureza da poesia. Mas não é possível. Mesmo a troca de olhares entre ela e a mãe da menina morta é carregada de compreensão, mas também de dor. Como é assinalada pela beleza a cena em que o policial joga peteca com Mija em frente à casa dela. Ainda assim, não há como ela esquecer que o policial chegou até ali por causa do crime do neto. E a felicidade de Mija era justamente ver esse neto comer. Este neto que por muito tempo era para ela toda a pureza.

O mundo pisoteia as flores de Mija a todo momento, do mesmo modo que faz com cada um de nós. E Mija precisa encarar toda uma travessia para compreender que a poesia só é poesia porque contaminada. Só se torna poesia ao se diferenciar. Mas, para se diferenciar, precisa antes se enfiar inteira nas tripas do mundo. A poesia é primeiro uma escolha. De Mija e de cada um.

Mija descobre que a poesia que busca — e finalmente encontra — resiste na brutalidade do cotidiano — misturada, infectada e conspurcada, mas ainda assim íntegra à maneira que só a poesia pode ser ao dar sentido a uma vida pela palavra. É aos poucos, bem aos poucos, que Mija percebe que a poesia dela só pode ser achada nas escolhas duras que precisou fazer no momento final.

Sempre me perguntam por que me tornei repórter, e eu sempre dou a mesma resposta: para descobrir o que dá sentido à existência de cada um e para compreender como cada pessoa — em geral com muito pouco — reinventa a sua história. Só depois de assistir a esse filme e ser tomada por ele, eu percebi que, como contadora de histórias reais, o que busco é a poesia — singular, única e intransferível — que cada um arranca dos dias, da máquina de moer carne humana que é a vida, mesmo que às vezes não saiba.

Em uma das tantas cenas lindas do filme, o professor pede a cada aluno para contar o melhor momento da sua vida. São todos adultos, em geral sofridos, e estão lá em busca de sentido. Uma mulher conta que sua memória mais feliz foi ensinar sua avó a cantar antes de morrer. Mija descreve a cena da infância na qual descobriu que era amada pela irmã. Um homem diz que teve uma existência muito dura e sem nenhum episódio feliz. Então ele lembra que por décadas viveu num porão e agora, quando se transferiu para a cidade, alugou um apartamento barato e ficou lá rolando pelo chão. Havia sido, sim, um momento muito feliz.

Acho que esse exercício pode nos ajudar a perceber a poesia que dá sentido à vida dentro de nós.

14 de março de 2011

Parto com prazer

“Acho que exagerei na lasanha de berinjela”, comentou Luciana Benatti com o marido, Marcelo Min. Passava das dez da noite e Luciana, com 37 semanas e quatro dias de gestação, tinha sentido uma dorzinha. Não era a lasanha. Era Pedro, mas naquele momento ninguém sabia que ele se chamaria Pedro, porque os pais achavam que ainda teriam alguns dias de gestação para decidir o nome e preferiam descobrir o sexo apenas quando o bebê se apresentasse. Na madrugada, primeiro chegou a doula. Depois a pediatra. Em seguida a obstetra. Daria qualquer coisa para saber o que o porteiro do edifício no bairro de Pinheiros, em São Paulo, imaginou ao ver três mulheres chegando de malinha no meio da noite. Tudo — de assassinato a orgia —, menos que alguém daria à luz no sétimo andar.

De repente, já havia uma piscina inflável no meio da sala, decorada com uma alegre fauna marinha. E uma mangueira de 50 metros levava água quente do velho Lorenzetti até a banheira improvisada. Foi lá que Luciana começou a dar aqueles berros primais e libertadores, porque dói mesmo, para algumas mulheres mais do que para outras. E de novo fico pensando no que o pobre porteiro deve ter imaginado quando os vizinhos começaram a interfonar.

Arthur, pelo menos, resolveu espiar o que estava acontecendo. Aos quatro anos, ele desembarcou da cama esfregando os olhos de amêndoa e encontrou uma festa na sala. Como Luciana sabia que nada melhor do que um bom berro quando a contração chegava mais forte, percebeu que precisaria explicar ao menino o que estava acontecendo, antes que ele se desesperasse. “Filho, para o irmãozinho sair da barriga, a mamãe vai ter que dar uns gritos de leão.” Arthur é louco por qualquer bicho — mas rei é rei, e rainha melhor ainda. Adorou. E a partir daí, sempre que sua mamãe leoa berrava, ele ria e batia palmas na maior empolgação. Foi assim que Pedro escorregou para o mundo. Marcelo e Arthur, pai e filho, cortaram o cordão umbilical. E depois de um soninho gostoso, Luciana acordou pela manhã com os dois filhos ao seu lado e um café na cama preparado pelo Marcelo. O melhor pão com requeijão da sua vida.

Essa história é contada em livro pelos protagonistas, a jornalista Luciana Benatti e o fotógrafo Marcelo Min. *Parto com amor* (Panda Books) é a narrativa de uma trajetória que começou em 2007, com a gestação de Arthur, o orgulhoso animador de partos do parágrafo anterior. E só terminou em 2010, com o nascimento de Pedro.

Ao ficar grávida pela primeira vez, Luciana queria ter parto normal, mas nunca tinha ouvido falar de “parto humanizado”. Como boa parte dos médicos, o dela disse: “Parto normal é o melhor para a mãe e para o bebê”. Mas não respondia e até se irritava com as perguntas de Luciana. “O que mais a senhora quer saber?” Um dia Luciana, já com um barrigão de 35 semanas, ouviu de uma amiga: “Mas você tem certeza? Muitos médicos dizem que fazem (o parto normal), mas na hora inventam uma desculpa para a cesárea”.

Luciana ficou bem irritada com a amiga que duvidava do seu médico naquela altura da gestação. Mas o comentário permaneceu fincado como um alfinete na sua cabeça. Na consulta seguinte, diante de seus

questionamentos, o médico soltou esta pérola: “Por que você está tão preocupada com o parto? Cuide das roupinhas e da decoração do quarto e deixe que do parto cuide eu”.

Não era essa a ideia que Luciana e Marcelo compartilhavam sobre o parto do seu filho. Eles tinham certeza de que quem tinha de cuidar do nascimento do bebê eram eles — e especialmente Luciana, com o apoio de Marcelo. Nunca mais voltaram ao consultório do médico, que também jamais os procurou para perguntar o porquê.

Um mês depois Arthur nasceu num parto natural na banheira da maternidade de um hospital, sem anestesia, sem episiotomia (o corte que obstetras costumam fazer no períneo da gestante, com a justificativa de que ajuda no nascimento e evita lesões maiores) e sem soro com ocitocina (medicamento usado para aumentar a frequência e a força das contrações). Arthur desembarcou do útero no seu tempo, forte e saudável. E Luciana deu à luz inspirada nas suas avós, Aurora e Antônia. “Foi um daqueles momentos que fazem a vida valer a pena”, diz Luciana. “Fui a protagonista da minha história.”

E foi assim que outra história começou — a do livro. Ao refletirem sobre sua experiência, Marcelo e Luciana perceberam que valia a pena documentar o parto natural, comum na maioria dos países da Europa, mas uma exceção no Brasil, um país com índice de cesariana superior a 80% nas mais conceituadas maternidades privadas. A recomendação da Organização Mundial de Saúde (OMS) é de no máximo 15%.

Durante quatro anos, Marcelo e Luciana acordaram na madrugada com telefonemas do tipo: “Vai nascer!” ou “Cameçou!”. Marcelo empunhava a câmera fotográfica e partia correndo para não perder o parto dos filhos dos outros. Depois, Luciana fazia uma longa entrevista com cada uma das mulheres em suas casas, para que contassem sua trajetória a partir do seu próprio olhar. Os textos do livro são na primeira pessoa e cada um deles traz o jeito particular da autora daquele parto. A cada final de capítulo, há uma seção de perguntas e respostas feitas com conhecimento, precisão e responsabilidade, que esclarecem as questões trazidas na narrativa.

Como os meses de uma gestação, são nove histórias de mulheres — e de homens — que decidiram se tornar protagonistas do nascimento de seus filhos. Cada uma delas com seu próprio caminho, suas possibilidades, seus conflitos e também seus limites. Cada capítulo nos dá uma história contada em duas linguagens — o texto e a fotografia. E ao final de cada um deles sofremos e nos alegramos junto com aqueles homens e mulheres — e bebês lindos e amarrotados — que passamos a sentir como se fossem da família.

Parto com amor é um livro que registra um dos movimentos mais interessantes deste início de milênio: a decisão das mulheres de recuperarem a posse do corpo em um momento crucial da vida — o parto do filho. Elas passaram a perceber que dar à luz não é um procedimento técnico apenas, mas algo que vai definir uma questão determinante para tudo o que vem depois: o nascimento de uma mãe.

No primeiro capítulo, há uma foto de Luciana berrando na banheira. Sim, parto dói, mas há uma diferença fundamental, que a maioria das pessoas parece ter se esquecido, entre dor e sofrimento. A do parto é uma dor que não vem da doença e da morte, mas da saúde e da vida. É uma passagem. A mãe está junto com seu filho, ajudando-o em sua estreia na vida que se inicia fora do útero materno. E poder berrar, sem que nenhum obstetra ou enfermeiro torça o nariz, é libertador.

As decisões tomadas no parto e a forma como cada mulher lida com a gestação são parte da construção da maternidade que também ali se inicia. E para cada filho — e não apenas o primeiro — há uma mãe

diferente que nasce. Assim como a forma que cada homem lida e participa — e a sua presença ou ausência nesse momento — também é determinante para a paternidade que se inicia, para o pai que também nasce.

Assumir a responsabilidade de parir é uma etapa essencial do processo de fundação e de autoconhecimento da família recém-nascida. Assim como delegar todas as decisões do parto para a autoridade médica também é, pelo avesso. Tanto um caminho quanto o outro têm significados e consequências.

Na maioria dos países desenvolvidos, a cesariana não é uma escolha, como é no Brasil. Mas um procedimento de grande seriedade, como qualquer cirurgia, realizado apenas quando necessário. E só é necessário quando há risco comprovado para a mulher e para o bebê, quando é de fato a melhor alternativa para a mulher e para o bebê.

Se essa fosse a verdade do atendimento às gestantes no Brasil, por que só as brasileiras teriam indicação de cesariana em mais de 80% dos nascimentos nas maternidades privadas — e não os 15% previstos pela OMS? Será que as brasileiras são diferentes das demais mulheres do mundo? Teriam um corpo diferente, que as impossibilita de parir seu filho de forma natural?

É ótimo estarmos vivendo um momento da Medicina no qual, quando há risco para a mãe ou para o bebê, é possível fazer uma cirurgia. É uma pena que um número significativo de cesarianas seja realizado todos os dias não por necessidade real, mas por comodidade do médico e da mulher. E, mais triste ainda, que um número considerável seja feito à revelia da mulher.

Diante dessa realidade e da sensação de que algo estava errado na experiência vivida nos consultórios e nos hospitais, em diferentes partes do país mulheres começaram a reagir. Sem encontrar respostas nos lugares óbvios, em geral contaminados pela cultura da cesariana e pela ideia da autoridade inquestionável do médico, elas passaram a criar grupos de discussão e de pesquisa na internet. Ao voltarem arrasadas das consultas, mães de primeira viagem encontravam pelo Google mães mais desenvoltas, que respondiam suas perguntas e lhes davam orientação.

Pela internet, tornou-se possível recuperar uma tradição perdida: a das mulheres mais velhas ou experientes que compartilham seu conhecimento com as mais novas. A velha sabedoria das mães e das avós, só que a rede virtual e as mudanças culturais do nosso tempo tornaram esta uma família expandida. Hoje, há centenas de sites, blogs e listas de discussão de mulheres sobre gestação e parto. É possível, inclusive, assistir a partos pela tela do computador, em tempo real. Em algumas cidades brasileiras, profissionais da saúde adeptos do parto natural e humanizado formaram grupos nos quais as mulheres fazem cursos e trocam experiências. Trocam também indicações de doulas, parteiras, obstetras e pediatras que vão respeitar suas escolhas, manter seu bebê junto delas e só realizar uma cesariana se for realmente necessário.

Da mesma forma que a internet deslocou o poder em muitas esferas da sociedade, também teve profundo efeito no protagonismo do parto no Brasil. E, como toda mudança, esta causa um bocado de polêmica e resistência — especialmente entre a parcela dos profissionais de saúde que sente seu poder, antes inquestionável, ameaçado.

Parto com amor é um dos primeiros livros brasileiros a documentar esse fenômeno cultural tão interessante. E recebeu o apoio entusiasmado de uma das brasileiras mais famosas do mundo, a supermodelo Gisele Bündchen. A maioria das celebridades marca dia e hora para botar seus filhos no

mundo, a data é escolhida com a ajuda de um numerologista e o mapa astral está na lista do enxoval. Gisele, a celebridade entre as celebridades, não. Ela faz parte desse movimento novo. Teve seu filho Benjamin em casa, na banheira, com a ajuda de uma parteira. E sofreu críticas por causa disso.

Em entrevista ao *Fantástico*, programa da TV Globo, ela disse: “Meu parto não foi dolorido em nenhum momento. Não foi assim, aí que dor, mas a cada contração eu pensava que meu bebê estava mais perto de mim. Eu transformei aquela sensação intensa, que acontece para todo mundo, em uma esperança de ele estar chegando mais perto. E no segundo dia (depois do parto) eu já estava caminhando, lavando louça, fazendo panqueca, sabe assim, vida que segue”.

Gisele leu *Parto com amor* e comenta na contracapa do livro: “O parto pode ser, sim, um momento poderoso de transformação, alegria e prazer. Espero que este livro inspire muitas mulheres”. Depois, encomendou exemplares para dar de presente às irmãs.

Espero que os votos de Gisele Bündchen se realizem.

2 de maio de 2011

Bebês censurados

Um pai levou sua filha à cidade onde viveu boa parte da vida para apresentá-la às pessoas mais queridas. Para receber sua família, foi preparado um jantar caprichado na casa da madrinha do bebê. Como o aniversário do pai aconteceria dias mais tarde, os amigos decidiram lhe dar um álbum de fotos desse acontecimento tão especial e planejado desde que a criança nasceu. E, assim, a fotógrafa amadora do grupo, que também é o meu, dedicou-se a registrar todos os momentos.

Tão logo a fotógrafa editou as fotos, colocou-as num álbum do Hotmail que pudesse ser compartilhado pelo número restrito de pessoas que haviam participado da festa. Algum tempo depois, ela recebeu um aviso enorme da Microsoft, em inglês, que, resumidamente, dizia o seguinte: “Nós encontramos imagens envolvendo nudez de crianças em sua conta. Se você não retirá-las em 48 horas, seremos obrigados a cancelar esta e outras contas. Essa política busca reduzir os riscos na comunidade *online*. A Microsoft leva a sério a segurança das crianças. As violações incluem nudez, nudez parcial, pornografia, assédio, comportamento ilegal ou ofensivo”.

Minha amiga demorou algum tempo para encontrar alguma pista sobre o crime do qual estava sendo acusada, ao fotografar episódio tão amoroso. Repassou as fotos e descobriu: havia pelo menos duas fotos dos pais com o bebê durante o banho. E ninguém ali tinha uma mente tão perversa a ponto de pensar que aquele momento inocente pudesse ser remotamente confundido com algum tipo de pornografia ou ato pedófilo que exigisse providenciar o impossível: um banho de roupa no bebê.

Assustadíssima, minha amiga tirou o álbum inteiro da rede. A situação me pareceu surreal. Mais ainda porque, entre as muitas ironias, está o fato de que a suspeita é uma jornalista que se especializou e se dedicou à cobertura dos direitos humanos de crianças e adolescentes nos últimos 20 anos. Por sua atuação nessa área é convidada a dar palestras e oficinas no Brasil e fora dele. E já ganhou prêmios por seu trabalho. De fato, não haveria ninguém mais improvável do que ela de cometer algum ato de pedofilia contra um bebê ou disseminar pornografia infantil na internet.

Na mesma semana, a imprensa noticiou que a jornalista Kalu Brum tinha sido censurada na mais poderosa rede social do planeta, o Facebook, após postar uma foto amamentando seu filho. Em 10 de maio, Kalu recebeu a seguinte mensagem: “Olá. Você carregou uma foto que viola nossos Termos de Uso e ela foi removida. O Facebook não permite a publicação de fotos que ofendam um indivíduo ou grupo, ou que possuam nudez, drogas, violência ou outras violações de nossos Termos de Uso. Essas políticas são desenvolvidas para garantir que o Facebook continue a ser um ambiente seguro e confiável para todos os usuários, incluindo as crianças que usam o site”.

O caso foi divulgado e debatido no blog “Mamíferas”. Depois de a foto ter sido retirada da rede, Kalu lançou o “Mamaço no Facebook” — um protesto que incentiva as mulheres a trocar as fotos de seus perfis por imagens em que estejam amamentando, e os homens a trocá-las por fotos das mães de seus filhos nesse mesmo ato saudável.

Os dois casos da internet — que com toda certeza não são os únicos — fazem soar uma sirene na nossa cabeça. E eu acho que precisamos escutá-la antes que o mundo fique estranho demais. Tanto a Microsoft quanto o Facebook estão agindo “em nome do bem”. E, assim como outras corporações poderosas da rede, têm sido pressionados a responder pelos conteúdos veiculados em seu ambiente virtual pela Justiça de diferentes países. Obviamente as mensagens que Kalu e minha amiga — e muitos outros — receberam são automáticas, geradas sempre que o programa detecta algum tipo de ameaça. Só o Facebook e a Microsoft podem nos explicar os mecanismos utilizados em seu sistema para detectar supostas violações.

O fato é que o programa não tem como avaliar subjetividades. E então imagens de uma mãe amamentando ou um bebê tomando banho sob o olhar embevecido de seus pais são imediatamente censuradas em termos ameaçadores. No mundo virtual, o rotineiro banho do bebê cujas fotos circulam entre amigos e parentes passa a ter o mesmo potencial criminoso do rotineiro banho do bebê que circula entre as redes de pedofilia. Porque, a rigor, a nudez do bebê é a mesma. O que muda é o olhar do espectador. E o uso das imagens.

Embora existam quadrilhas que comercializam fotos de meninas em posições eróticas ou em atos sexuais, um pedófilo se excitaria e um criminoso poderia vender a foto de uma criança de biquíni na praia, construindo um inocente castelo de areia.

A saída deveria ser voltarmos a uma espécie de era vitoriana e obrigarmos nossos filhos a tomar banho de mar vestidos porque existem pessoas doentes e outras criminosas no mundo em que vivemos? Ou amamentarmos trancadas em quartos, com vergonha de nossa natureza? Ou dar banho no bebê de portas fechadas, escondidos de todos, como se fosse algo feio ou proibido? Acredito que lutamos muito para lidar melhor com nossos corpos e nossas vidas para tal retrocesso.

Mas é algo semelhante o que está acontecendo na internet — um mundo no qual vivemos durante boa parte do nosso dia e pelo qual nos comunicamos com amigos, parentes, parceiros de trabalho e desconhecidos. Um mundo virtual — mas bem real.

Na rede, tudo virou a mesma coisa — e confundi-las me parece muito perigoso. Porque, se começarmos a tratar da mesma maneira uma mulher amamentando seu bebê e um ato de pedofilia, logo não saberemos mais a diferença. E, se não soubermos mais a diferença, não haverá mesmo como prevenir e punir o crime.

O outro ponto que deve fazer a sirene da nossa cabeça tocar ruidosamente diz respeito à legislação. Para criar ou alterar uma lei em um país democrático, é necessário antes que o texto seja discutido e aprovado pelo Legislativo. E, ultimamente no Brasil, pela indigência dessa instância, algumas questões cruciais têm sido debatidas e decididas pelo Supremo Tribunal Federal. No processo democrático, o debate se estabelece na imprensa e nas ruas, as opiniões se digladiam, e o cidadão influencia nas decisões, seja pelo seu voto, seja pelo seu poder de manifestação. Do mesmo modo, a polícia precisa de autorização judicial para grampear alguém dentro da lei.

Na internet, não. Há uma espécie de polícia virtual, transnacional e privada atuando em nossas vidas como bem entende. Porque, para esta “polícia”, não somos cidadãos — mas clientes (ou *customers*, já que a comunicação, em geral, é em inglês). Quantos de nós, no planeta inteiro, têm seu cotidiano ligado a marcas como Microsoft, Google, Apple, Facebook, Twitter, etc.? Me parece que não temos percebido que vivemos sob suas leis. E uma delas nos diz que o banho de nossos bebês ou o momento da amamentação é um ato de pedofilia.

A partir do momento em que vasculham nossos arquivos e recebemos o aviso de que estamos violando sua política de uso, nossa escolha é aceitar o veredicto e retirar as imagens do ar, quando não as eliminam por conta própria, ou sermos banidos desse mundo.

Supostamente seria uma escolha estar ou não na rede, usar ou não a mercadoria que oferecem. De fato, cada vez mais deixa de ser uma escolha, já que boa parte da população do planeta não pode mais conceber sua vida pessoal e profissional sem estar nesses conglomerados virtuais — usando e-mails, programas e aplicativos, pesquisando, interagindo e produzindo conteúdo para sites e blogs, participando ativamente das redes sociais.

Como disse Kalu Brum para esta coluna: “Tive de concordar que li e aceitei os termos de uso do Facebook de que a foto feria as regras. Fiquei indignada e por isso pensei em sair da rede. Vejo tantas fotos com pessoas de decote, shorts minúsculos, por que uma foto de amamentação, em que o mamilo nem aparecia, estava sendo retirada? Imediatamente pensei que poderia usar a própria rede social para mobilizar mulheres a trocarem suas fotos do perfil”.

Acho ótimo que alguém tenha decidido reagir e torço para que o “mamaço” organizado por Kalu surta algum tipo de efeito no Facebook. Mas sabemos o tamanho e o poder dessa rede com mais de 600 milhões de usuários no planeta — e como é difícil atingi-la ou influenciá-la. Não é por acaso que a manifestação contrária à política da rede social aconteça dentro da rede social, sem que o Facebook perca um único usuário/cliente. E é sobre isso que também precisamos refletir.

Assim como Kalu, minha amiga também retirou o álbum de fotos, chocada, e seguiu sob o império da Microsoft. E, possivelmente, se me acontecesse algo semelhante, eu faria o mesmo. Porque preciso usar a rede e não tenho escolha. De fato, sem nenhum direito de defesa ou julgamento, se não acatarmos que o banho do bebê ou a amamentação é pedofilia — porque é isso que aceitamos como verdade ao retirarmos as imagens da internet —, somos banidos do mundo. Como párias.

É assim que chegamos a desfechos do reino do absurdo: uma das jornalistas mais atuantes na área da proteção dos direitos da infância e da adolescência é obrigada a eliminar um álbum virtual de acesso restrito porque há nele a foto de pais dando banho em seu bebê; uma mãe amorosa tem a foto na qual amamenta seu filho retirada da rede social da qual participa. Tudo em nome do bem. E, claro, como muito do que nos tem sido impingido nos últimos anos, com a melhor das intenções.

Até o final do século 20, essa era uma realidade que só havíamos vislumbrado pela ficção. Agora, o futuro chegou. Não há respostas nem soluções fáceis para os impasses apresentados pelo novo mundo. Mas acho que é preciso ouvir a sirene e acordar.

16 de maio de 2011

Se a Amazônia é nossa, por que não cuidamos dela?

Um amigo me procurou tempos atrás porque queria usar suas férias para conhecer a Amazônia. Não as capitais, nem os hotéis engana-turistas, com seus macacos amestrados, pesca de piranhas e índios contratados para fazer dancinhas. Mas a floresta — e o povo da floresta. Expliquei a ele que não existe uma Amazônia, mas muitas, e que uma vida não basta para conhecê-las. Mas, se ele quisesse ter um contato real, precisaria sair do turismo previsível e se entregar à experiência. Meu amigo foi, então, para a reserva de Mamirauá, no estado do Amazonas, e, depois, comprou uma rede e embarcou num barco de linha pelo rio Solimões. A única parte previsível da viagem é que ele voltaria apaixonado — transformado e transtornado. E foi o que aconteceu. Meu amigo agora é um brasileiro com uma memória amazônica dentro dele, que o sobressalta a cada (má) notícia anunciada pelos jornais de São Paulo, onde vive.

A experiência do meu amigo me ajudou a compreender por que boa parte dos brasileiros pouco se importa com a Amazônia. Se você perguntar para qualquer pessoa na rua ou numa festa de família, ela vai enfaticamente dizer que a Amazônia é nossa, é o pulmão do mundo, é importantíssima. Mas, na prática, vai testemunhando a devastação da floresta pelo noticiário enquanto toma um pingado ou uma cerveja. Porque a Amazônia, para a maioria, não passa de uma abstração.

Uma floresta meio mitológica e longe, muito longe — não digo distante como Marte, mas muito mais distante do que Miami, Cancun ou mesmo o deserto do Atacama ou a Patagônia, destino dos que se consideram um pouco mais aventureiros. Até porque a Amazônia real exige força de espírito, uma entrega ao incontável da vida. A relação me lembra da inauguração do *Animal Kingdom* (Reino Animal), parque temático da Disney, nos anos 90, em que as crianças presentes ficaram profundamente entediadas porque os leões de verdade não falavam com elas nem faziam shows aeróbicos, mais preocupados eles mesmos em dormir de tédio naquela selva de mentira.

Em Mamirauá, meu amigo era o único brasileiro do grupo. Havia dois britânicos, dois australianos e um austríaco. Nenhum deles fazia o tipo Indiana Jones. Meu amigo é roteirista de TV, dois dos visitantes eram do mercado financeiro e mexiam com a Bolsa, uma mulher estava estudando mandarim porque seu banco a mandaria para a China no mês seguinte, outra era publicitária, e o austríaco era um aposentado que cuidava da mulher doente havia duas décadas e uma vez por ano tirava férias e saía pelo mundo. Todos eles conheciam o Brasil — não o país turístico, mas um bem mais interessante — melhor do que o meu amigo, o que o deixou primeiro chocado, depois envergonhado. Deram-lhe dúzias de dicas preciosas sobre lugares pouco badalados. E não, não estavam atrás da biodiversidade brasileira. Queriam apenas conhecer o Brasil profundo e voltar para a rotina de suas vidas em seus países de origem com experiências — e não apenas com fotografias.

Fico me perguntando: por que a discussão do novo Código Florestal não mobiliza multidões em vez dos mesmos de sempre? Ou por que o povo não protesta pela aprovação açodada da usina de Belo Monte, concedida pelo Ibama mesmo sem que o consórcio tenha cumprido todas as exigências, num processo claramente atropelado desde o início?

Está em curso a aprovação de um Código Florestal que contraria o bom senso ao anistiar desmatadores, entre outras liberalidades, e que representa um retrocesso na política ambiental do país. Isso dito não por mim — mas por gente que dedicou a vida a estudar o tema. E ninguém faz passeata nas capitais.

A bacia do Xingu, onde o governo quer construir a usina de Belo Monte, é a moradia de 28 etnias indígenas, 440 espécies de aves, 259 de mamíferos e 387 de peixes. A obra vai deslocar pelo menos 20 mil pessoas de suas casas e outras 100 mil poderão migrar para uma região conhecida pelos conflitos de terra. O lago ocupará uma área equivalente a um terço da cidade de São Paulo. Como afirmou a ex-ministra do Meio Ambiente Marina Silva, a previsão é de que algo em torno de 210 milhões de metros cúbicos, só um pouco menos que o volume subtraído para a construção do Canal do Panamá, seja retirado para a escavação dos canais. Sem contar a duvidosa viabilidade econômica do megaprojeto tocado pelo consórcio Norte Energia, que já sofreu várias desistências. Nem se sabe direito quanto a obra vai custar, já que os cálculos mudam a todo momento. Seja você contra ou a favor ou mesmo sem opinião formada, há de concordar que uma obra desta proporção, que vai alterar todo o ecossistema de uma região vital para o país e para o planeta, não pode ser construída sem cuidados rigorosos e respostas claras.

Tudo isso se desenrola numa época em que a implantação de grandes obras como hidrelétricas na Amazônia são questionadas como solução para o problema da energia no país por gente respeitável. Mas, cada vez que alguém ousa ter uma opinião dissonante ou fazer perguntas perfeitamente lógicas, imediatamente é “acusado” de ambientalista radical. Quando não culpado pelo déficit energético do país, como se a única alternativa fosse destruir o meio ambiente em prol do desenvolvimento. É complicado mesmo conciliar a geração de energia com a preservação socioambiental, mas não há escolha nesse momento histórico — e chegamos a esse impasse porque demoramos a acordar (se é que acordamos). É para encontrar soluções responsáveis que tanta gente estuda e tanto dinheiro público é gasto. Se fosse fácil, qualquer um faria.

Belo Monte, por exemplo, é anunciada há uns 20 anos. E sempre que foi anunciada colaborou para acirrar os conflitos de terra na região de Altamira, no Pará. Onde já vive uma parcela considerável dos abandonados da Transamazônica e dos projetos megalômanos de ocupação da floresta promovidos pela ditadura militar. No Avança Brasil, de Fernando Henrique Cardoso, a retomada de Belo Monte estava prevista, e o mero anúncio triplicou a população da miserável Anapu, multiplicando os conflitos de terra na região. Não foi por obra do acaso que a missionária Dorothy Stang foi assassinada em Anapu. Mas a relação entre uma coisa e outra em geral é convenientemente esquecida.

Parece que a maioria pouco se importa, de fato, com o destino da Amazônia. Exceto os que vêm lutando e morrendo por ela, como aconteceu com quatro brasileiros entre 24 e 28 de maio — José Cláudio Ribeiro da Silva, Maria do Espírito Santo da Silva, Adelino Ramos e Eremilton Pereira dos Santos. Agora, se alguém lançar um *spam* na internet dizendo que “gringos” e “ONGs” americanas estão invadindo a Amazônia, aí o povo grita. Multiplicam-se os discursos ufanistas. Porque, afinal, a “Amazônia é nossa”. Pelo jeito, tão nossa que podemos acabar com ela. Gritar é fácil, pensar e se

comprometer dá mais trabalho.

Tive o privilégio, por ser repórter e me interessar pela região, de conhecer várias Amazôniaas. Tenho uma vida simples e todo o dinheiro que me sobra, quando sobra, uso para conhecer o mundo da forma mais barata possível — e conheço menos do que gostaria, mas mais do que a maioria. Posso afirmar, sem hesitação, que o lugar mais bonito que conheci, até hoje, foi a Amazônia — a parte ainda salva dela. Acho que, em algum momento do ensino médio ou fundamental, todos os estudantes deveriam conhecer uma parte da floresta, para se apropriar dela no coração, desde cedo, como o meu amigo que partiu de férias para Mamirauá e navegou pelo Solimões ao sabor das histórias do povo da floresta. Aí, sim, poderíamos dizer que a Amazônia é nossa.

Por enquanto, o descaso real com que acompanhamos o noticiário mostra que a Amazônia só é uma posse no imaginário da população. Mas não há uma apropriação real, concreta, que se traduza em preocupação e em cuidado com aquilo que se ama. Porque a floresta, para a maioria dos brasileiros, segue sendo apenas uma abstração.

Não, não são os gringos que estão dilapidando a Amazônia. Se a culpa fosse deles, seria bem mais fácil. Somos nós mesmos. E estamos à beira de sermos coniventes com mais dois golpes de morte: o novo Código Florestal e a aprovação descuidada da usina de Belo Monte.

6 de junho de 2011

O amor que sabe do tempo e do vento

Dias atrás liguei para meus pais e os dois se divertiam com as dificuldades de expressar o amor que sentem um pelo outro. Acontece o seguinte. Toda manhã meus pais acordam, mais ou menos no mesmo horário, e ficam abraçadinhos esperando o sol entrar pelas frestas da persiana enquanto conversam sobre a vida. O desafio, agora, segundo minha mãe, que é mais despachada, é encontrar uma posição em que não doa alguma parte do corpo de um e de outro. Ora é a coluna do meu pai que se anuncia, interrompendo o beijo, ora são os joelhos da minha mãe que gritam embaixo do cobertor. Então, ele aos quase 81, ela perto dos 76, gastam alguns minutos encontrando uma posição em que é possível namorar sem dor. Acabam achando. Quando não param para rir da própria condição humana, o que também provoca algumas dores.

Para mim, a imagem do dia dos namorados, essa data tão comercial que acabou de levar legiões aos shoppings, é a de meus pais achando uma posição para se abraçar entre as dores de um corpo que viveu. Acho que o amor começa com som e com fúria, mas aprende na passagem do tempo o valor das pequenas delicadezas, as manias de cada um que irritam, mas que fazem cada um ser o que é. Aquela mirada terna e quase secreta em direção ao outro que faz uma bobagem qualquer, para mim vale tanto ou mais que o furor do desejo. Aprendi isso observando meus pais, primeiro com ciúmes desse amor onde eu não cabia, porque sabiamente eles mantiveram essa parte só para eles. Depois, com curiosidade científica e, finalmente, com ternura.

Desde que me entendo por gente, meus pais namoram. Um mistério que exigia uma investigação que, por medo da descoberta, eu acabava sempre postergando. Por exemplo: por que as luzes da cabeceira trocavam de cor a cada semana? Em algumas noites eram vermelhas, em outras azuis e havia até madrugadas de verde. Eu perguntava, claro que perguntava, e a resposta era verdadeira, mas convenientemente sucinta: “Para variar”.

Meu pai deve ter sido o único pai do mundo que passou pela Disney, numa inusitada viagem de trabalho, comandando uma trupe de agricultores, e voltou de lá não só com brinquedos para nós, mas com *baby-dolls* para a minha mãe. *Baby-dolls* que deixariam não apenas o Mickey ruborizado, mas também os piratas do Caribe.

É também o único homem que eu conheço que dá rosas para a minha mãe no “aniversário de conhecimento”. Até hoje. Sim, “aniversário de conhecimento” é uma data lá em casa. Enquanto o poste embaixo do qual trocaram sussurros supostamente castos existiu, eles faziam visitas periódicas ao poste, como uma espécie de dívida de gratidão. Depois, foram miseravelmente traídos pela prefeitura. E o banco da praça onde trocaram confidências, e algumas inconfidências, foi parar no museu. Não por causa deles, parece óbvio para todos. Menos para nós.

Tudo começou com o que eu chamo de “tijolaço” que minha mãe acertou na cabeça do meu pai. Minha mãe se finge de ofendida, mas sei que ela apreciava a minha versão. Era terrível a minha mãe. Aos 13 anos ela viu meu pai passar com seu porte de soldado de chumbo e decretou: “Este vai ser meu”. Meu pai nem desconfiava, preocupado que estava com suas obrigações no internato, ele que trabalhava duro para pagar os próprios estudos, primeiro na limpeza, depois na supervisão dos alunos. Não adivinhava, mas já tinha o futuro decretado por uma pirralha com uma trança ruiva de cada lado.

Aos 15 anos dela, 20 dele, ela o avistou na festa de Sete de Setembro da paróquia da igreja matriz e despachou um correio amoroso em sua direção. Correio amoroso era a versão do torpedo no século passado. Era 1950, veja bem, no interior do Rio Grande do Sul, e ela tivera o deslante de escrever essa intimação. Sutil como uma ararinha azul num filme de zumbis, a minha mãe: “Se for correspondida, serei a mulher mais feliz do mundo”. Meu pai espichou um meio-sorriso em sua direção, o que deve ter lhe custado mais do que o passo que Neil Armstrong daria no final da década seguinte. Meu pai só foi aprender a sorrir muito mais tarde. Ensinado, claro, pela minha mãe.

Minha mãe se tornou mesmo a mulher mais feliz do mundo. E vice-versa. E nós aprendemos a vê-los sempre de mãos dadas andando pela cidade, no seu passo só aparentemente dissonante, minha mãe mais ligeirinha, atuando no miúdo, e meu pai com passadas lentas e firmes. Meu pai passeando pelos interiores de si, minha mãe novidadeira, auscultando os arredores. E, aos finais de semana, os dois executando o balé de décadas ao caminharem de mãos entrelaçadas para espiar as vitrines das lojas, fazendo de conta que elas mudavam, se abismando ora com a boniteza das peças, ora com o preço “pela hora da morte”.

Quando eu era criança, como já contei aqui, eles cumpriam também o programa familiar do domingo, no qual éramos generosamente incluídos, e que consistia em uma volta de fusca para ver as casas bonitas da cidade pequena. Sempre as mesmas, sempre dos mesmos. Lá em Ijuí eram os médicos, os fazendeiros e os empresários que tinham se dado bem no “milagre” econômico da ditadura militar que tinham casas bonitas. O resto se virava.

A vida deu e tirou de tudo do meu pai e da minha mãe, como em geral faz com quase todos. Roubou-lhes uma filha, deu-lhes outra da pá virada, na maior parte do tempo faltou-lhes dinheiro e sobrou trabalho, suspiraram de júbilo e de tristeza talvez na mesma proporção. Por muitos anos sonharam em fugir do verão de Ijuí, de onde até o diabo escapa lá por dezembro, mas não encontravam jeito. Quando juntaram umas economias, a casa que alugaram ficava na zona rural da cidade praiana, e em vez de gaivotas tínhamos galinhas. Mas nos divertimos mesmo assim, e virou história.

Como virou história a nossa primeira ida em família a um restaurante. Humilde, quase casto nos meus olhos de hoje, era o melhor, quase o único da cidade, e pisávamos em nuvens com nossas roupas de aniversário, sentindo aromas de mil e uma noites. Para mim, nunca haverá um D.O.M. ou Fasano que se equipare ao restaurante do Primo. Desde então, e até hoje, qualquer prato seguido por “à Califórnia” é sinônimo de coisa muito fina lá em casa. A gente enchia a boca para dizer “à Califórnia”. E até hoje meus pais adoram coisas “à Califórnia”.

Para mim e para meus irmãos, era um choque descobrir que na casa de alguns de nossos amigos os pais não se beijavam nem arrulhavam. Nós achávamos que era uma lei da natureza que determinava, geneticamente, o *modus operandi* dos pais. Fiquei indignada quando disseram, uns anos atrás, que Hebe Camargo tinha inventado o selinho. Todo mundo sabe que foram os meus pais.

O amor é assim. Cheio de desimportâncias que fazem uma vida. Acho que a sabedoria dos meus pais

foi ter percebido que eram essas pequenas delicadezas o que realmente importava. Que os desacertos e as trapalhadas teciam os enredos das histórias que iam bordando a nossa pequena saga. Ninguém nunca achou lá em casa que era fácil viver, por isso o difícil assustava, mas não nos metia tanto medo assim.

Gosto de pensar, quando acordo pela manhã, que meus pais estão procurando, apesar das dores de outono, uma posição para ficarem abraçadinhos. E, assim, encaixados de amor, falarem da vida enquanto lá fora, como Erico Verissimo tão bem percebeu, rugem o tempo e o vento, cada vez mais vorazes.

13 de junho de 2011

Meu filho, você não merece nada

Ao conviver com os bem mais jovens, com aqueles que se tornaram adultos há pouco e com aqueles que estão tateando para virar gente grande, percebo que estamos diante da geração mais preparada — e, ao mesmo tempo, da mais despreparada. Preparada do ponto de vista das habilidades, despreparada porque não sabe lidar com frustrações. Preparada porque é capaz de usar as ferramentas da tecnologia, despreparada porque despreza o esforço. Preparada porque conhece o mundo em viagens protegidas, despreparada porque desconhece a fragilidade da matéria da vida. E por tudo isso sofre, sofre muito, porque foi ensinada a acreditar que nasceu com o patrimônio da felicidade. E não foi ensinada a criar a partir da dor.

Há uma geração de classe média que estudou em bons colégios, é fluente em outras línguas, viajou para o exterior e teve acesso à cultura e à tecnologia. Uma geração que teve muito mais do que seus pais. Ao mesmo tempo, cresceu com a ilusão de que a vida é fácil. Ou que já nascem prontos — bastaria apenas que o mundo reconhecesse a sua genialidade.

Tenho me deparado com jovens que esperam ter no mercado de trabalho uma continuação de suas casas — onde o chefe seria um pai ou uma mãe complacente, que tudo concede. Foram ensinados a pensar que merecem, seja lá o que for que queiram. E, quando isso não acontece — porque obviamente não acontece —, sentem-se traídos, revoltam-se com a “injustiça” e boa parte se emburra e desiste.

Como esses estreantes na vida adulta foram crianças e adolescentes que ganharam tudo, sem ter de lutar por quase nada de relevante, desconhecem que a vida é construção — e para conquistar um espaço no mundo é preciso ralar muito. Com ética e honestidade — e não a cotoveladas ou aos gritos. Como seus pais não conseguiram dizer, é o mundo que anuncia a eles uma nova não lá muito animadora: viver é para os insistentes.

Por que boa parte dessa nova geração é assim? Penso que este é um questionamento importante para quem está educando uma criança ou um adolescente hoje. Nossa época tem sido marcada pela ilusão de que a felicidade é uma espécie de direito. E tenho testemunhado a angústia de muitos pais para garantir que os filhos sejam “felizes”. Pais que fazem malabarismos para dar tudo aos filhos e protegê-los de todos os percalços — sem esperar nenhuma responsabilização nem reciprocidade.

É como se os filhos nascessem e imediatamente os pais já se tornassem devedores. Para estes, frustrar os filhos é sinônimo de fracasso pessoal. Mas é possível uma vida sem frustrações? Não é importante que os filhos compreendam como parte do processo educativo duas premissas básicas do viver, a frustração e o esforço? Ou a falta e a busca, duas faces de um mesmo movimento? Existe alguém que viva sem se confrontar dia após dia com os limites tanto de sua condição humana como de suas capacidades individuais?

Nossa classe média parece desprezar o esforço. Prefere a genialidade. O valor está no dom, naquilo que já nasce pronto. Dizer que “fulano é esforçado” é quase uma ofensa. Ter de dar duro para conquistar algo parece já vir assinalado com o carimbo de perdedor. Bacana é o cara que não estudou, passou a noite na balada e foi aprovado no vestibular de Medicina. Este atesta a excelência dos genes de seus pais. Esforçar-se é, no máximo, coisa para os filhos da classe C, que ainda precisam assegurar seu lugar no país.

Da mesma forma que supostamente seria possível construir um lugar sem esforço, existe a crença não menos fantasiosa de que é possível viver sem sofrer. De que as dores inerentes a toda vida são uma anomalia e, como percebo em muitos jovens, uma espécie de traição ao futuro que deveria estar garantido. Pais e filhos têm pagado caro pela crença de que a felicidade é um direito. E a frustração um fracasso. Talvez aí esteja uma pista para compreender a geração do “eu mereço”.

Basta andar por esse mundo para testemunhar o rosto de espanto e de mágoa de jovens ao descobrir que a vida não é como os pais tinham lhes prometido. Expressão que logo muda para o emburramento. E o pior é que sofrem terrivelmente. Porque possuem muitas habilidades e ferramentas, mas não têm o menor preparo para lidar com a dor e as decepções. Nem imaginam que viver é também ter de aceitar limitações — e que ninguém, por mais brilhante que seja, consegue tudo o que quer.

A questão, como poderia formular o filósofo Garrincha, é: “Estes pais e estes filhos combinaram com a vida que seria fácil?”. É no passar dos dias que a conta não fecha e o projeto construído sobre fumaça desaparece deixando nenhum chão. Ninguém descobre que viver é complicado quando cresce ou deveria crescer — este momento é apenas quando a condição humana, frágil e falha, começa a se explicitar no confronto com os muros da realidade. Desde sempre sofreremos. E mais vamos sofrer se não temos espaço nem mesmo para falar da tristeza e da confusão.

Me parece que é isso que tem acontecido em muitas famílias por aí: se a felicidade é um imperativo, o item principal do pacote completo que os pais supostamente teriam de garantir aos filhos para serem considerados bem-sucedidos, como falar de dor, de medo e da sensação de se sentir desencaixado? Não há espaço para nada que seja da vida, que pertença aos espasmos de crescer duvidando de seu lugar no mundo, porque isso seria um reconhecimento da falência do projeto familiar construído sobre a ilusão da felicidade e da completude.

Quando o que não pode ser dito vira sintoma — já que ninguém está disposto a escutar, porque escutar significaria rever escolhas e reconhecer equívocos — o mais fácil é calar. E não por acaso se cala com medicamentos e cada vez mais cedo o desconforto de crianças que não se comportam segundo o manual. Assim, a família pode tocar o cotidiano sem que ninguém precise olhar de verdade para ninguém dentro de casa.

Se os filhos têm o direito de serem felizes simplesmente porque existem — e aos pais caberia garantir esse direito —, que tipo de relação pais e filhos podem ter? Como seria possível estabelecer um vínculo genuíno se o sofrimento, o medo e as dúvidas estão previamente fora dele? Se a relação está construída sobre uma ilusão, só é possível fingir.

Aos filhos cabe fingir felicidade — e, como não conseguem, passam a exigir cada vez mais de tudo, especialmente coisas materiais, já que estas são as mais fáceis de alcançar. E aos pais cabe fingir serem capazes de garantir a felicidade, o que sabem intimamente que é uma mentira, porque a sentem na própria pele dia após dia. É pelos objetos de consumo que a novela familiar tem se desenrolado, onde os pais

fazem de conta que dão o que ninguém pode dar, e os filhos simulam receber o que só eles podem buscar. E, por isso, logo é preciso criar uma nova demanda para manter o jogo em campo.

O resultado disso é pais e filhos angustiados, que vão conviver uma vida inteira, mas se desconhecem. E, portanto, estão perdendo uma grande chance. Todos sofrem muito nesse teatro de desencontros anunciados. E mais sofrem porque precisam fingir que existe uma vida em que se pode tudo. E acreditar que se pode tudo é o atalho mais rápido para alcançar não a frustração que move, mas aquela que paralisa.

Quando converso com esses jovens no parapeito da vida adulta, com suas imensas possibilidades e riscos tão grandiosos quanto, percebo que precisam muito de realidade. Com tudo o que a realidade é. Assumir a narrativa da própria vida é para quem tem coragem. Não é complicado porque você vai ter “competidores” com habilidades iguais ou superiores a sua, mas porque se tornar aquilo que se é, buscar a própria voz, é escolher um percurso pontilhado de desvios e sem nenhuma certeza de chegada. É viver com dúvidas e ter de responder pelas próprias escolhas. Mas é nesse movimento que a gente vira gente grande.

Seria muito bacana que os pais de hoje entendessem que tão importante quanto uma boa escola ou um curso de línguas ou um Ipad é dizer de vez em quando: “Te vira, meu filho. Você sempre poderá contar comigo, mas essa briga é sua”. Assim como sentar para jantar e falar da vida como ela é: “Olha, meu dia foi difícil” ou “Estou com dúvidas, estou com medo, estou confuso” ou “Não sei o que fazer, mas estou tentando descobrir”. Porque fingir que está tudo bem e que tudo pode significa dizer ao seu filho que você não confia nele nem o respeita, já que o trata como um imbecil, incapaz de compreender a matéria da existência. É tão ruim quanto ligar a TV em volume alto o suficiente para que nada que ameace o frágil equilíbrio doméstico possa ser dito.

Agora, se os pais mentiram que a felicidade é um direito e seu filho merece tudo simplesmente por existir, paciência. De nada vai adiantar choramingar ou emburrar ao descobrir que vai ter de conquistar seu espaço no mundo sem nenhuma garantia. O melhor a fazer é ter a coragem de escolher. Seja a escolha de lutar pelo seu desejo — ou para descobri-lo —, seja a de abrir mão dele. E não culpar ninguém porque eventualmente não deu certo, porque com certeza vai dar errado muitas vezes. Ou transferir para o outro a responsabilidade pela sua desistência.

Crescer é compreender que o fato de a vida ser falta não a torna menor. Sim, a vida é insuficiente. Mas é o que temos. E é melhor não perder tempo se sentindo injustiçado porque um dia ela acaba.

11 de julho de 2011

A prisão da identidade

Antes, a pergunta que determinava nosso lugar no mundo era: “De que família você é?” ou “Qual é o seu sobrenome” ou “Você é filho de quem?”. Depois, a pergunta migrou para: “O que você faz?”. Tanto que, junto ao nome, em qualquer matéria jornalística, segue a profissão e, de preferência, a filiação profissional. Não é mais a filiação paterna, mas sim a filiação da instituição ou da empresa que confere legitimidade a um indivíduo e o autoriza a falar e a ser escutado. “O que você faz?” ou “Onde você trabalha?” é também a segunda ou a terceira pergunta que você escuta de quem acabou de conhecer em uma festa ou evento social. Só não é a primeira porque ainda faz parte da boa educação se apresentar pelo nome antes ou fazer algum comentário sobre a qualidade da comida ou qualquer outra banalidade. A questão que se impõe, antes ou agora, é a mesma: a partir de que lugar você fala. A partir do lugar de onde alguém fala, prestamos atenção ou não naquilo que diz. O lugar de onde falamos é, portanto, o que nos confere identidade. E a identidade é uma exigência do nosso mundo.

Escrevo sobre isso porque tenho tentado escapar da prisão da identidade. Ou da prisão de uma identidade imutável como a impressão digital do meu polegar. E esbarro no funcionamento do mundo. Há um ano e meio vivo sem emprego. Por opção. A pergunta que mais escuto é: “Por que você deixou de ser repórter?”. Respondo que nunca passou pela minha cabeça deixar de ser repórter. Eu apenas deixei de ter emprego, o que é muito diferente. “Então você está frilando?” Não exatamente. Não foi apenas uma troca de cadastro, de pessoa física para jurídica. Foi uma mudança mais profunda.

Explico que, a partir de uma investigação sobre a morte, compreendi que precisava me reapropriar do meu tempo e, desde então, venho fazendo uma mudança radical no meu jeito de viver. “Mas então você nunca mais vai ter emprego?” Sei lá. Como saber? Não tenho nenhum interesse em assinar qualquer declaração de intenções em três vias. “Mas você agora trabalha mais do que antes!”, é o comentário seguinte. Sim, mas eu não mudei para trabalhar menos, pelo contrário. Eu adoro trabalhar e não me sinto oprimida pelo trabalho, porque, para mim, trabalhar é criar. Eu mudei para experimentar outras possibilidades de me expressar e de viver, o que para mim é quase a mesma coisa. “Mas você não separa trabalho da vida pessoal?” Não. Trabalho é bem pessoal para mim. “Mas você trabalha mais e ganha menos?” Sim. “Hum.”

Eu faço várias coisas que quero fazer, tento explicar. “Então você se tornou documentarista?”, é a próxima pergunta, quando descobrem que estou no meu terceiro documentário. Às vezes, mas é mais como uma experiência de contar histórias do que como uma profissão. “Mas por que você decidiu parar de contar histórias reais para escrever ficção?”, é o questionamento mais recente, desde o lançamento do meu primeiro romance. Eu não deixei de contar histórias reais, apenas senti necessidade de escrever ficção. É mais uma voz na tentativa de dar conta do que me escapa (e continuará escapando) — e não minha única voz. “Mas então agora você é ficcionista?” Sim e não. Sou várias coisas ao mesmo tempo. “Hum.”

Estes são diálogos frequentes no meu cotidiano. A partir deles — e da necessidade persistente do mundo de me encaixotar em alguma identidade fixa e fácil de compreender —, comecei a me indagar sobre isso. Afinal, o que as pessoas perguntam é: “Quem você é?”. E antes era fácil dizer: “Sou jornalista”. Só que isso dizia muito pouco sobre mim, já que ser jornalista é só o começo da resposta sobre quem sou eu. Assim como ser pedreiro, médico, funcionário público, empregada doméstica ou CEO é o começo superficial de uma resposta sobre quem é qualquer pessoa. Mas ter uma resposta simples para algo complexo deixava todo mundo satisfeito. Agora, minhas respostas sobre quem sou eu não satisfazem ninguém. Porque o melhor e mais honesto que posso oferecer ao meu interlocutor são mais pontos de interrogação. E, definitivamente, pontos de interrogação não são populares. O mundo exige respostas com pontos finais e, de preferência, exclamações peremptórias.

Ora, quem sou eu? Não sei quem sou eu. E, quando penso que sei, me escapo. Alguém já conseguiu responder a esta pergunta com alguma quantidade razoável de certeza? Ainda assim, por não ter uma resposta fácil para uma pergunta que define as relações do nosso mundo, tornei-me um incômodo. Mas, como a questão é legítima, tenho me aprofundado nela. E, nessa busca para compreender a questão da identidade, deparei-me com uma ótima história de Michel Foucault.

Em uma passagem pelo Brasil, em Belo Horizonte, Foucault foi questionado sobre o seu lugar: “Mas, finalmente, qual é a sua qualificação para falar? Qual é a sua especialidade? Em que lugar o senhor se encontra?”. Foucault ficou chocado com a “petição de identidade”. A exigência, constante em sua trajetória, motivou uma resposta de grande beleza em seu livro *Arqueologia do saber* (Forense Universitária): “Não estou, absolutamente, lá onde você está à minha espreita, mas aqui de onde o observo, sorrindo. Ou o quê? Você imagina que, ao escrever, eu sentiria tanta dificuldade e tanto prazer, você acredita que eu teria me obstinado em tal operação, inconsideradamente, se eu não preparasse — com a mão um tanto febril — o labirinto em que me aventurar, deslocar meu desígnio, abrir-lhe subterrâneos, soterrá-lo bem longe dele mesmo, encontrar-lhe saliências que resumam e deformem seu percurso no qual eu venha a perder-me e, finalmente, aparecer diante de quem nunca mais tivesse de reencontrar? Várias pessoas — e, sem dúvida, eu pessoalmente — escrevem por já não terem rosto. Não me perguntem quem eu sou, nem me digam para permanecer o mesmo: essa é uma moral do estado civil que serve de orientação para elaborar nosso documento de identidade. Que ela nos deixe livres no momento em que se trata de escrever”.

Lindo. Michel de Certeau, que, como Foucault, foi alguém que conseguiu escapar dessa identidade de túmulo e, ao mesmo tempo, construir um sólido percurso intelectual, analisa essa questão em um dos textos de um livro muito instigante: *História e psicanálise — Entre ciência e ficção* (Autêntica). Certeau diz o seguinte sobre o episódio vivido por Foucault em Belo Horizonte: “Ser catalogado, prisioneiro de um lugar e de uma competência, desfrutando da autoridade que proporciona a agregação dos fiéis a uma disciplina, circunscrito em uma hierarquia dos saberes e das posições, para finalmente usufruir de uma situação estável, era, para Foucault, a própria figura da morte. (...) A identidade imobiliza o gesto de pensar, prestando homenagem a uma ordem. Pensar, pelo contrário, é passar; é questionar essa ordem, surpreender-se pelo fato de sua presença aí, indagar-se sobre o que tornou possível essa situação, procurar — ao percorrer suas paisagens — os vestígios dos movimentos que a formaram, além de descobrir nessas histórias, supostamente jacentes, ‘o modo como e até onde seria possível pensar diferentemente’”.

A resposta de Foucault para a plateia de Belo Horizonte foi: “Quem sou eu? Um leitor”.

Quando me perguntam sobre o lugar de onde eu falo, tenho dito nos últimos tempos: “Quem sou eu? Sou uma escutadeira”. E agora posso até citar Foucault para a resposta ficar mais chique.

Na semana passada, participei de um debate na Jornada Nacional de Literatura, em Passo Fundo (RS), com Edney Silvestre e Nick Monfort. Terminava minha apresentação dizendo: “A vida é um traçado irregular de memórias no tempo. Quero que, como inventário do vivido, meu corpo tenha as marcas de todas as histórias que fizeram de mim o que sou. E, se meus netos e bisnetos forem me contar, espero que jamais cheguem a qualquer conclusão fechada sobre a minha identidade. Esta seria a maior prova de que vivi”.

Depois, a certa altura do debate, repeti que minha identidade era fluida. E que hoje estava mais interessada em me desinventar do que em me inventar, em me desidentificar do que em me identificar. À noite, quando me preparava para deixar a universidade, fui cercada por um grupo de garotas: “Obrigada pelo que você disse sobre a identidade”.

Percebi que, no mundo líquido em que a internet nos lançou, há algo sobre a compreensão do que é identidade que começa a mudar. É neste mundo novo que os mais jovens tentam dar passos de astronauta, mas a gravidade da antiga ordem os prende no chão. Ainda que por razões e tempos diferentes, eu e aquelas garotas, assim como muitos outros por aí, nos conectamos nas esquinas voláteis de um mundo que ainda é determinado por padrões de cimento.

Ao pegar o avião que me levaria de volta para São Paulo, olhei para a carteira de identidade descolada, parcialmente apagada e um tanto esfarrapada que apresentei no embarque. E finalmente entendi por que não consigo me convencer a substituí-la por uma nova. Enquanto me permitirem, é com ela que vou embarcar. Porque é nela que me reconheço. Quando me obrigarem a trocá-la, vou obedecer. Mas as autoridades jamais saberão que é em uma identidade que se desprende de si que reside minha verdade.

29 de agosto de 2011

Quem tem medo de Dilma Dinamite?

Antonia Melo é uma mulher forte, reta. O Brasil não sabe, porque ela vive bem longe do poder central, mas todos nós temos uma dívida histórica com Antonia, que há décadas luta pelos direitos humanos e pelo desenvolvimento sustentável em uma das regiões mais conflagradas da Amazônia. Hoje, Antonia é uma das principais vozes contra a construção da hidrelétrica de Belo Monte — a maior e mais controversa obra do PAC. É neste ponto que a história de Antonia Melo cruza com a de Dilma Rousseff, que mesmo antes de ser presidente era chamada por Lula de “mãe do PAC”.

Em 2004, as lideranças da região do Xingu, na Amazônia, foram surpreendidas pela informação de que os boatos eram verdadeiros: apesar do compromisso assumido no programa do candidato Lula e contra todas as promessas de campanha, o projeto de Belo Monte estava na mesa de Dilma Rousseff, ministra de Minas e Energia. O deputado federal Zé Geraldo (PT-PA) convidou então um grupo de lideranças para uma audiência com a ministra, em Brasília, onde poderiam expor suas preocupações. Lula havia sido eleito com o apoio maciço dos movimentos sociais do Xingu e, neste momento, era fácil acreditar que seriam bem recebidos. E escutados.

Antonia Melo preferia declinar do convite. Estava em curso o julgamento do caso dos meninos emasculados de Altamira, no Pará. E ela havia dedicado mais de uma década da sua vida à luta para que os assassinos fossem descobertos e punidos. Mas a insistência foi grande, e Antonia viajou a Brasília para compor o grupo de lideranças que se encontraria com a ministra. O que aconteceu ali, eu escutei dela, ao entrevistá-la em sua casa, em Altamira. Os olhos de Antonia se encheram de lágrimas e sua voz embargou. Fiquei pensando no que poderia causar tanta dor àquela mulher que enfrentava grileiros de peito aberto, já havia sido ameaçada de morte e perdera vários companheiros assassinados por pistoleiros. Só depois de ouvir o relato compreendi que, para alguém com a dignidade de Antonia Melo, o sentimento de ser traída poderia ser devastador. Foi isso que ela me contou, enquanto um dos seus netos pequenos dormia no quarto.

— Quando chegamos à audiência, a Dilma demorou um pouco para aparecer. Aí veio, com um cara do lado e outro do outro, como se fosse uma rainha cercada por seu séquito. Nós estávamos ali porque, se era desejo do governo estudar esse projeto, queríamos ter certeza de que seria um estudo eficiente, já que sabíamos que todos os estudos feitos até então eram uma grande mentira, sem respeito pelos povos da floresta nem conhecimento do funcionamento da região. Então, já que o governo queria estudar a viabilidade de Belo Monte, que o fizesse com a seriedade necessária. A Dilma chegou e se sentou na cabeceira da mesa. O Zé Geraldo nos apresentou e eu tomei a palavra. Eu disse: “Olha, senhora ministra, se este estudo vai mesmo sair, queremos poder ter a confiança de que será feito com seriedade”. Assim que terminei essa frase, a Dilma deu um murro na mesa. Um murro mesmo. E disse: “Belo Monte vai

sair”. Levantou-se e foi embora.

Quando Antonia Melo terminou seu relato, compreendi que sua emoção se devia à lembrança da humilhação e à descoberta do autoritarismo do governo que ela tinha apoiado. Mesmo assim, Antonia só se desfilia do PT cinco anos e muitas decepções depois, em 2009.

Lembrei-me do episódio ao ler a reportagem da revista americana *Newsweek*¹⁷, que traz Dilma Rousseff na capa — fato amplamente comemorado como um triunfo feminino. A chamada é: “Dilma Dinamite: onde as mulheres estão vencendo”. Dentro, o perfil da presidente brasileira tem o seguinte título: “Não mexa com Dilma”. Ao ver Dilma Rousseff discorrendo na ONU¹⁸, em Nova York, sobre as vantagens da ascensão das mulheres ao poder, pensei imediatamente nas mulheres que a presidente não escuta no Brasil. Entre elas, as mulheres do Xingu.

Sobre Dilma Rousseff, a editora-chefe da *Newsweek*, Tina Brown, afirmou¹⁹: “Dilma, e não Lula, é hoje o político alfa do Brasil”.

Como mulher, esse papo de “alfa” me dá um pouco de sono. É tão masculino, não no sentido dos homens interessantes que estão surgindo nessa época, mas no sentido John Wayne dos trópicos. Na cultura colaborativa que está nascendo, nada menos atual do que achar inovador uma mulher alfa. Quando as empresas e também os governos têm o desafio de se horizontalizar, valorizar os aspectos autoritários de uma liderança, seja ela um homem ou uma mulher, é manter o debate em marcha a ré.

Reconheço o valor de Dilma Rousseff ser a primeira mulher na presidência do Brasil e a primeira mulher a abrir a Assembleia Geral das Nações Unidas como líder de uma nação. Mas esse fato só ganha densidade se o discurso abandonar os velhos chavões sobre o feminino — e a prática se afastar do autoritarismo no país que essa mulher governa. O que se passou foi o contrário disso. As partes interessantes do discurso de Dilma — como a crítica às nações que geraram a mais recente crise econômica global e a defesa do estado palestino — nada têm a ver, pelo menos diretamente, com o fato de Dilma ser mulher.

Já quando a presidente se refere ao protagonismo feminino, desde a campanha o discurso é uma coleção de clichês distanciados da realidade. Por exemplo. “Na língua portuguesa, palavras como vida, alma e esperança pertencem ao gênero feminino. E são também femininas duas outras palavras muito especiais para mim: coragem e sinceridade.” Truque pobre de retórica, já que as palavras morte, tortura e violência, assim como covardia e mentira também pertencem ao gênero feminino na língua portuguesa. E todas essas palavras pertencem de fato aos homens e às mulheres encarnados na vida, independentemente do gênero.

Antes, em evento na ONU sobre a participação das mulheres na política, ao lado de Hillary Clinton e Michelle Bachelet, Dilma afirmara: “As mulheres são especialmente interessadas na construção de um mundo pacífico e seguro. Quem gera vida não aceita a violência como meio de solução de conflitos”. Com todo o respeito que Dilma merece, como presidente legitimamente eleita, assim como por várias qualidades e aspectos de sua trajetória, isso é uma enorme bobagem. Alguém acredita que as mulheres são menos violentas do que os homens?

Podem ser, por questões históricas e culturais, violentas de uma forma diferente. Mas até isso não é muito preciso. É mais estranho soa quando é dito por uma mulher conhecida por destratar seus subordinados a ponto de levar alguns às lágrimas e dar murros na mesa como qualquer chefe bruto que ninguém quer ter, não por ser exigente, mas porque berrar com alguém é desrespeitoso — e, como as

empresas já começam a aprender, improdutivo. Nesse caso, pouco importa se o destempero seja praticado por um homem ou por uma mulher. Há um bom tempo esse tipo de comportamento deixou de ser confundido com firmeza e autoridade, independentemente do gênero.

Outro aspecto raso dessa afirmação sobre as mulheres e a geração da vida se evidencia no fato de que vivemos um momento histórico onde os homens estão sendo chamados a ocupar seu lugar na educação e no cuidado dos filhos. Neste momento, valorizar a biologia na gestação da vida como algo que tornaria as mulheres mais aptas a governar, apenas por serem mulheres, é no mínimo arcaico. Gerar a vida vem ganhando significados mais profundos no mundo complexo e com fronteiras menos definidas em que temos o privilégio de viver.

É bonito quando Dilma Rousseff diz, no seu discurso de abertura da Assembleia Geral da ONU: “O desafio colocado pela crise é substituir teorias defasadas, de um mundo velho, por novas formulações para um mundo novo”. Dilma refere-se à crise econômica global gerada pela Europa e pelos Estados Unidos. Mas seria importante que olhasse para dentro do país que governa e percebesse que não há nada mais velho do que a sua política para a Amazônia, muito semelhante à política da ditadura que ela combateu, tanto nas obras monumentais quanto na maneira autoritária como têm sido impostas à população brasileira e aos povos diretamente atingidos.

A maior obra do PAC, a hidrelétrica de Belo Monte, financiada em grande parte por dinheiro público, está a anos-luz de qualquer exemplo de desenvolvimento sustentável para a Amazônia. Sem contar que Belo Monte tem sido imposta não só aos povos da floresta, mas a todos nós, ameaçando uma das mais ricas biodiversidades do planeta e condenando a cultura e a vida de indígenas, ribeirinhos e pequenos agricultores. A truculência no trato de Belo Monte está mais próxima das práticas do “velho mundo” do que das “novas formulações para um novo mundo”, para usar a expressão de Dilma Rousseff.

A mesma presidente que enalteceu as vantagens da liderança feminina na ONU não recebeu as mulheres do Xingu. Com grande esforço, elas viajaram até Brasília para levar a sua voz e as suas reivindicações. Para quem viaja de ônibus, o percurso do interior dos travessões da Transamazônica até Brasília é muito mais penoso do que pegar o avião presidencial rumo a Nova York. A história do encontro que não houve é contada pela principal liderança feminina de Cobra Choca, comunidade de agricultores da Volta Grande do Xingu que tem colaborado para transformar o Brasil num dos maiores produtores de cacau do mundo — e fazem isso mantendo boa parte da floresta em pé.

Ana Alice Santos migrou do Paraná, onde trabalhava como doméstica desde os seis anos de idade, para a Amazônia, onde se tornou agricultora. Ela me contou sua experiência com Dilma Rousseff comendo um cacau diante de sua casa cercada por floresta. Em nenhum momento foi possível esquecer que, se as comunidades não forem ouvidas, toda a vida ali será afogada em breve por Belo Monte.

— Eu votei na Dilma. E a maior decepção que tive foi o diálogo que ela não teve com a gente. Em março, no mês das mulheres, nós fomos até Brasília: 1.800 pessoas. E ela não nos recebeu. Mostrou que não dá importância nenhuma para as mulheres da Amazônia. Chamaram até a tropa de choque, mas a gente saiu pacificamente. Fomos para conversar, não para brigar. Saímos derrotadas, mas tentamos de novo entre o final de abril e o início de maio. E ela mandou alguém da Casa Civil pegar o documento que trazíamos. Viajamos três dias e duas noites. E a presidenta não nos escutou. Foi quando decidi não votar mais. Não compensa você votar em quem não te representa. Não compensa votar numa presidenta que é uma vergonha para as mulheres. Porque nós, mulheres, tínhamos de fazer a diferença. E como a Dilma

está fazendo a diferença? Matando as mulheres da Amazônia? Matando os seres humanos que aqui sobrevivem? Matando a nossa floresta, as nossas espécies dentro do rio? Essa presidenta mulher está matando a nossa vida ao matar o Xingu.

Em seu discurso histórico na ONU, Dilma Rousseff afirmou: “Junto minha voz às vozes das mulheres que ousaram lutar, que ousaram participar da vida política e da vida profissional, e conquistaram o espaço de poder que me permite estar aqui hoje”. Ao ouvir essa parte do discurso, pensei que era de mulheres como Antonia Melo e Ana Alice que Dilma falava em sua retórica politicamente correta. E que deveria dar minha contribuição para que essas vozes que tentam alcançar Dilma, mas que por ela têm sido repelidas, pudessem ser escutadas — se não pela presidente, pelo menos pela sociedade.

Vozes das mulheres do Xingu, cuja vida, a cultura e o futuro dos filhos estão ameaçados pela política para a Amazônia da “mãe do PAC”. Como mulher urbana, moradora de São Paulo, compreendo que o que acontece na floresta repercute não só na região amazônica, mas no Brasil, não só no Brasil, mas no planeta, diz respeito não só aos filhos e netos delas, mas também aos nossos. Compartilho a angústia dessas mulheres do Xingu, ao testemunhar a imposição de Belo Monte e o início do rastro de destruição que ela já começou a provocar.

Gostaria que a primeira mulher presidente botasse em prática no Brasil o que disse nos Estados Unidos: “Quem gera vida não aceita a violência como meio de solução de conflitos”. Não por ser mulher, mas porque dignidade não depende de gênero.

26 de setembro de 2011

¹⁷ Edição da *Newsweek* de 26 de setembro de 2011.

¹⁸ Dilma Rousseff foi a primeira mulher a abrir a Assembleia Geral das Nações Unidas, em 21 de setembro de 2011.

¹⁹ A frase foi dita por Tina Brown em entrevista à coluna de Mônica Bergamo, na *Folha de S.Paulo* de 19 de setembro de 2011.

A vida dos mortos

Sempre que posso, faço uma visita aos meus mortos no dia de finados. (Acho finados, aliás, uma daquelas palavras perfeitas, que dispensariam verbos e objetos, ela mesma uma sentença inteira.) Sei que possivelmente os mortos não estão em lugar algum além da nossa memória, mas, talvez por eu ter nascido bem antes da internet e da existência virtual, preciso apalpar os túmulos com as mãos para senti-los mais de perto.

A maioria dos meus mortos mora no cemitério rural de um povoado cada vez mais despovoado no interior do município gaúcho de Ijuí, chamado Barreiro, onde há mais gente estendida debaixo da terra do que saracoteando sobre ela. É uma paisagem com as cores da Toscana que nessa época está coberta pelo dourado dos trigais sob um céu azul e um vento de primavera que bota as folhas secas a dançar como na cena clássica do *Era uma vez no Oeste*, de Sergio Leone. (Quando tenho a sorte de visitar a Toscana, digo por lá que a paisagem tem as cores do Barreiro, e os brasileiros ficam me olhando com ironia e os italianos com descrença, mas assim é que é.) Gosto do silêncio dos cemitérios e, em todas as minhas viagens pelo mundo, visito os mortos para compreender como vivem os vivos naquela geografia virgem para os meus sentidos. Mas, para mim, não há nenhum como o do Barreiro, porque ele é habitado por algumas das histórias que fazem de mim o que sou.

Talvez a explicação para minha alegre visita aos mortos esteja na minha tia Nair. Finados, para ela e para todas as donas de casa da zona rural, era um dia de muito trabalho e de muita festa. Mal chegávamos e ela se punha a correr porta afora esfregando as mãos no avental e uma na outra, com um sorriso de orelha a orelha. Era na sua casa que os parentes vinham de toda a região para honrar os falecidos, lembrando suas histórias ao redor da galinha com polenta da tia Nair, antecipada por voltas e mais voltas de chimarrão. Para mim era ainda melhor, porque ela me chamava de canto e me carregava para o bolicho na parte da frente da casa, onde penetrávamos na escuridão ainda desabitada dos bêbados que chegariam mais tarde, porque também eles tinham mortos para chorar ou amaldiçoar. Naquela caverna de Ali Babá, onde o silêncio cheirava a couro, salame e fumo, tia Nair enfiava suas duas mãos bordadas pelos calos de uma vida de roça e colhia do baleiro doces de mil e uma noites.

Quando agora vou chegando pela estradinha poeirenta do Barreiro, avisto tia Nair correndo para nos dar as boas-vindas, com seu sorriso pendurado pelas orelhas, e sei que nunca mais serei tão bem recebida por ninguém. Tia Nair já não está mais lá, é apenas na minha memória que ela vive, mas mesmo assim a criança que mora em mim também como memória enche as mãos de balas que só existiam lá. Depois sigo meu caminho para deixar uma palma na porta de sua casa no cemitério.

E de lá começa nossa visita, eu, meu pai e minha mãe, minha mãe sempre apressada, meu pai querendo se deixar ficar para fazer suas homenagens. E eu tentando ajeitar as flores nos vasos com meu desajeito, porque sempre fui uma destra com duas mãos esquerdas e nenhuma delas se entende com a outra. Está lá Pietro Brum, o meu trisavô italiano (meu pai me disse que o pai do meu bisavô não é tataravô ou tetravô,

mas trisavô, que todo mundo erra e seria bom que eu acertasse). Pois o tal trisavô veio da Itália, fugindo com o filho Antônio, que aponta sua cara do além-túmulo com o mesmo ar topetudo que deveria ter quando embarcou clandestino no navio para o Brasil, escapando de mais uma daquelas guerras em que só os pobres morriam. Mas basta um olhar para minha bisavó Carlota, com sua mirada de faca, para eu ter certeza de que ela o fazia andar no miúdo.

Estacionamos nossos pés diante do túmulo de meus avós paternos, José e Victoria, minha avó que nunca deixou ninguém sair do seu portão sem uma cuca, um pão, um queijo, um salame ou um presunto, e por isso recebia mais visitas do que sua azáfama diária permitiria. E que, nas noites de tempestade, carregava todos para o porão, por causa da tia Maria Henriqueta, que morreu de raio quando, ao dormir entre duas de suas irmãs, foi a única a se encostar na cama de ferro. Ao lado dela, no túmulo vizinho, brinca tia Lídia, que mudou de mundo ainda na infância depois que uma vizinha deu a ela uma dose de querosene para curar uma dor de barriga.

E mais uma vez xingamos um tio-avô que teve o péssimo gosto de tomar veneno justo no dia do casamento de minha tia Iolanda, sem o menor respeito pela alegria alheia. Espalhamos mais umas flores aqui e ali, como para a minha tia Cristina, que emprestou seu nome para botar no meio do meu. Acabei banindo-o assim que pude, porque ela, quando ainda era uma alma encarnada, já era lembrada como uma mulher tão boa que a tudo suportava, coisa que não me caía muito bem. Mas eu adorava a tia Cristina que me esperava com doces de leite e cuidou das duas galinhas que eu criava como filhas e cuja educação e responsabilidade repassei a ela depois que não couberam mais na minha casa de cidade. Tia Cristina zelou pelas minhas filhas de penas até a morte natural de uma e depois de outra, e mesmo quando a branca engoliu a sua corrente de ouro e todo o Barreiro insistiu que aquela franga desaforada estaria melhor na panela. Minha boa tia Cristina jamais magoou ninguém além de si mesma.

Para jamais esquecer que a vida é tecida com sentimentos contraditórios e gentes mais ainda, é diante do túmulo da minha tia Cristina que ofereço um buquê de comigo-ninguém-pode para minha tia A., esta pelos lados da minha mãe. A distância, porque essa tia se encontra em um cemitério da capital, a quase 400 quilômetros dali. Apesar do nome de querubim, que aqui estou proibida de mencionar por decreto familiar, enquanto viveu tia A. urinou no túmulo do falecido que a havia traído com tanta assiduidade. Por causa desse péssimo hábito, meu bem-posto tio-avô deve ter negligenciado a parte da anatomia que tia A. passou a obrigá-lo a enxergar em seu duvidoso descanso eterno.

Minha avó materna não visito em túmulo, porque a sinto tão presente que é quase como se estivesse ainda por aqui. Tenho sua máquina de costura bem ao lado da minha escrivanhinha Xerife e, enquanto escrevo, ela alinhava capas de chuva feitas de saquinhos de leite, porque sempre achou as embalagens industrializadas uma maravilha. Muito antes de qualquer conversa ecológica, vó Teresinha afirmava que algo tão bonito não podia ser descartado como lixo e tratava de transformar logo em alguma utilidade. Sempre proseamos enquanto escrevo e, quando estou triste além da conta, ela me bota a cabeça em seu colo com cheiro de bolacha Maria e me conta uma história de Pedro Malasartes. Vó Teresinha, que viveu como uma santa, tinha outra por dentro. E ainda hoje, nas manhãs desmaiadas dos domingos, nós duas lamentamos que esta outra não tenha saído para botar ordem no seu mundo enquanto o tempo ainda era vivo.

Pausando para visitas aqui e ali, meu pai, minha mãe e eu sabemos o que nos espera logo adiante. Meu primo Gilberto, o Beto, e a Mana, sua mulher, nos aguardam logo na descida da lombá com o melhor

churrasco da região e cucas recheadas que desmancham na boca. Beto é filho da tia Nair e, na companhia querida da Mana, mantém a tradição de acolher os parentes que vêm de longe e de perto para honrar os mortos. Na ocasião, meu primo também recolhe as ofertas para a festa da padroeira, quando eu divido com meu pai e meu irmão mais velho a doação de uma vaca. Com uma pontada de culpa porque sei que a malhada vai virar churrasco, mas não com culpa suficiente para me converter em vegetariana.

Mas o percurso dos finados ainda não acabou. E, para mim, a visita mais importante é a última, ao alcançar uma mulher que não conheci, mas que permitiu que eu tudo conhecesse. Ela se chama Luzia de Figueiredo Neves e nasceu no ventre de um romance. Seu pai, Sabino Andrade Neves, era sobrinho-neto do General Andrade Neves, cujos feitos à frente da cavalaria na sangrenta Guerra do Paraguai o alçou à posição de Barão do Triunfo. Enquanto do pai de Luzia se conhece o nome e todos os sobrenomes, da mãe não restou nenhuma letra. Era uma escrava da estância do pai de Sabino, e Luzia nasceu deste amor. Que era amor mesmo e não a violência tão comum naquela época, praticada contra as negras por filhos de estancieiros — e pelos próprios. Para dar nome e criar a filha, Sabino abriu mão da herança e do conforto de sua bem-nasença. Tornou-se professor pelas lonjuras do Rio Grande e fez da filha mestiça também professora. Da mãe, só se sabe que partiu jovem.

Quando estou diante do túmulo de Luzia, me certifico mais uma vez que a vida é desatino. Porque não fosse essa trágica história de amor e de preconceito, que obrigou um Sabino formado para ser general, ou pelo menos advogado na capital, a ser tornar professor e a criar uma filha, e talvez tudo tivesse se desacomodado de outro jeito na minha pequena história. Por isso, quando a vida se desentende com o destino e descarrila em desgoverno no rumo do imprevisto, eu penso: talvez seja uma boa coisa... e eu acabe em lugares mais interessantes.

Em minhas andanças pelo Brasil, ouvi de homens e mulheres das mais variadas geografias uma expressão que atesta a finura da linguagem do povo brasileiro: “Sou cego das letras”. Era como expressavam, em voz sentida, sua condição de analfabeto. Pois foi Luzia, com esse nome tão profético, quem arrancou meu pai da cegueira das letras. E, com ele, todas as gerações que vieram depois. Caçula entre os homens de uma família de 12 filhos criados no cultivo da erva-mate, Luzia iluminou primeiro o nome do meu pai. Quando lá chegou na escolinha do Barreiro, com os pés descalços e os largos olhos que desde pequeno carrega como faróis, meu pai não sabia como se chamava, já que em casa e por todos era conhecido pelo apelido. Quando Luzia chamou — “Argemiro” —, meu pai, então um guri de sete anos, não se mexeu. Só na terceira ou quarta chamada, descobriu-se. E com o nome veio um mundo inteiro.

Aos 12 anos meu pai foi assaltado por uma pneumonia dupla e, enquanto lutava pela vida numa época e numa paisagem em que era mais fácil sucumbir do que escapar da doença, meu avô sentiu-se mal depois de uma sequência de noites no soque da erva-mate e logo mandou buscar, a cavalo, o médico e também o padre. Quando meu pai despertou, em território dos vivos, não sabiam como contar a ele que, naquele soluço do tempo, tornara-se órfão. Foi chamado um homem de nome Pacífico para dar a notícia, mas o mais perto que ele chegou de cumprir sua missão, destituído que estava de toda paz, mas não de sutileza, foi avisar ao meu pai de que dali para frente veria os irmãos com um traje de cor diferente. Uma tia então deixou escorregar com dedos tímidos o jornal aberto sobre a mesa na página do obituário.

Meu pai descobriu ali que saber ler podia ser uma maldição. E naquele momento aceitou o custo às vezes por demais elevado de compreender as letras, em algumas ocasiões com revelações brutais, como

naquele pedaço de jornal, em outras, como descobriria mais tarde, torcidas pelo cinismo e pela má fé, com o veneno escorrendo das entrelinhas e a mentira encarapitada nas vírgulas. Arrisco-me a dizer que meu pai escolheu ali, quando recuperava a vida para descobrir que o pai havia perdido a sua, que existiria com verdade.

Aprendi com meu pai a honrar o presente de Luzia. E a tirar meu chapéu invisível diante de Sabino, uma raridade de homem que, nos finais do século 19, deixou posição e riqueza para criar uma filha sozinho e lançou-se nos interiores do Rio Grande para educar os rebentos dos colonos europeus que desembarcavam com quase nada além de esperança e do preconceito com gente de pele mais escura, como a própria Luzia. Era ele e não seu tio-avô que deveria ser nome de rua na capital e por todo canto se o mundo fosse justo.

Desde que me entendo por gente, meu pai coloca flores no túmulo de sua primeira professora. Não sei dizer em que altura do caminho eu comecei a segui-lo nesse gesto, a ponto de ter se tornado uma estrelinha no meu calendário pessoal. Não necessariamente no dia de finados, mas em algum dia do ano eu preciso agradecer a Luzia pelas letras. Sento-me à beira do seu túmulo e, depois de dizer obrigada, me enfió dentro de mim e começo a pensar em minha vida de palavras.

É um momento de vestir minha própria pele, eu, que como repórter, estou sempre tentando me emburacar na pele do outro. Penso se estou usando com verdade o que Luzia me deu. Investigo se tenho sido digna e se tenho sido honesta no meu percurso não só com os outros, mas comigo mesma. Se tenho amado bem não só os de perto, mas também os de longe. Apaziguo-me com as batalhas que talvez não ganhe, mas que nem por isso a luta deixa de valer a pena. Encaro o medo que muitas vezes me perfura e tento usá-lo para me tornar mais atenta às armadilhas. E refaço meus votos de contar histórias usando o melhor que tenho em mim. De alguma forma, acredito que Luzia sempre encontra um jeito de me responder.

Estava nesse ponto de minhas perambulações internas, neste último 2 de novembro, quando ouço a voz da minha mãe discutindo com o encarregado do cemitério, que não encontrava meus últimos pagamentos em seu caderno. Minha mãe insistia que as taxas estavam em dia, um despropósito de 15 reais por ano (!!!) para que eu tenha o direito de lá ser enterrada quando o único acontecimento previsível da vida chegar. Eu já tinha dado uma vistoriada na minha futura casa, reservada embaixo de uma árvore, e agora peleava para me manter concentrada em minha conversa com Luzia, mas já começava a achar o debate divertido. De repente, eu escuto: “Mas a Eliane é falecida há muito tempo?”. E minha mãe, rapidíssima: “Está bem viva, sentada ali naquele túmulo”.

Abanei para ele e, toda faceira, lembrei: sim, eu estou beeeeeem viva.

Foi uma lembrança importante.

7 de novembro de 2011

A dura vida dos ateus em um Brasil cada vez mais evangélico

O diálogo aconteceu entre uma jornalista e um taxista na última sexta-feira. Ela entrou no táxi do ponto do Shopping Villa Lobos, em São Paulo, por volta das 19h30. Como estava escuro demais para ler o jornal, como ela sempre faz, puxou conversa com o motorista de táxi, como ela nunca faz. Falaram do trânsito (inevitável em São Paulo) que, naquela sexta-feira chuvosa e às vésperas de um feriadão, contra todos os prognósticos, estava bom. Depois, outro taxista emparelhou o carro na Pedrosa de Moraes para pedir um Bom Ar emprestado ao colega, porque tinha carregado um passageiro “com cheiro de jaula”. Continuaram, e ela comentou que trabalharia no feriado. Ele perguntou o que ela fazia. “Sou jornalista”, ela disse. E ele: “Eu quero muito melhorar o meu português. Estudei, mas escrevo tudo errado”. Ele era jovem, menos de 30 anos. “O melhor jeito de melhorar o português é lendo”, ela sugeriu. “Eu estou lendo mais agora, já li quatro livros neste ano. Para quem não lia nada...”, ele contou. “O importante é ler o que você gosta”, ela estimulou. “O que eu quero agora é ler a Bíblia.” Foi neste ponto que o diálogo conquistou o direito a seguir com travessões.

— Você é evangélico? — ela perguntou.

— Sou! — ele respondeu, animado.

— De que igreja?

— Tenho ido na Novidade de Vida. Mas já fui na Bola de Neve.

— Da Novidade de Vida, eu nunca tinha ouvido falar, mas já li matérias sobre a Bola de Neve. É bacana a Novidade de Vida?

— Tou gostando muito. A Bola de Neve também é bem legal. De vez em quando eu vou lá.

— Legal.

— De que religião você é?

— Eu não tenho religião. Sou ateia.

— Deus me livre! Vai lá na Bola de Neve.

— Não, eu não sou religiosa. Sou ateia.

— Deus me livre!

— Engraçado isso. Eu respeito a sua escolha, mas você não respeita a minha.

— (Riso nervoso.)

— Eu sou uma pessoa decente, honesta, trato as pessoas com respeito, trabalho duro e tento fazer a minha parte para o mundo ser um lugar melhor. Por que eu seria pior por não ter uma fé?

— Por que as boas ações não salvam.

— Não?

— Só Jesus salva. Se você não aceitar Jesus, não será salva.

— Mas eu não quero ser salva.

— Deus me livre!

— Eu não acredito em salvação. Acredito em viver cada dia da melhor forma possível.

— Acho que você é espírita.

— Não, já disse a você. Sou ateia.

— É que Jesus não te pegou ainda. Mas ele vai pegar.

— Olha, sinceramente, acho difícil que Jesus vá me pegar. Mas sabe o que eu acho curioso? Que eu não queira tirar a sua fé, mas você queira tirar a minha não fé. Eu não acho que você seja pior do que eu por ser evangélico, mas você parece achar que é melhor do que eu porque é evangélico. Não era Jesus que pregava a tolerância?

— É, talvez seja melhor a gente mudar de assunto...

O taxista estava confuso. A passageira era ateia, mas parecia do bem. Era tranquila, doce e divertida. Mas ele fora doutrinado para acreditar que um ateu é uma espécie de Satanás. Como resolver esse impasse? (Talvez ele tenha lembrado, naquele momento, que o pastor avisara que o diabo assumia formas muito sedutoras para roubar a alma dos crentes. Mas, como não dá para ler pensamentos, só é possível afirmar que o taxista parecia viver um embate interno: ele não conseguia se convencer de que a mulher que agora falava sobre o cartão do banco que tinha perdido era a personificação do mal.)

Chegaram ao destino depois de mais algumas conversas corriqueiras. Ao se despedir, ela agradeceu a corrida e desejou a ele um bom fim de semana e uma boa noite. Ele retribuiu. E então, não conseguiu conter-se:

— Veja se aparece lá na igreja! — gritou, quando ela abria a porta.

— Veja se vira ateu! — ela retribuiu, bem-humorada, antes de fechá-la.

Ainda deu tempo de ouvir uma risada nervosa.

A parábola do taxista me faz pensar em como a vida dos ateus poderá ser dura num Brasil cada vez mais evangélico — ou cada vez mais neopentecostal, já que é esta a marca das igrejas evangélicas que mais crescem. O catolicismo — no mundo contemporâneo, bem sublinhado — mantém uma relação de tolerância com o ateísmo. Por várias razões. Entre elas, a de que é possível ser católico — e não praticante. O fato de você não frequentar a igreja nem pagar o dízimo não chama maior atenção no Brasil católico nem condena ninguém ao inferno. Outra razão importante é que o catolicismo está disseminado na cultura, entrelaçado a uma forma de ver o mundo que influencia inclusive os ateus. Ser ateu num país de maioria católica nunca ameaçou a convivência entre os vizinhos. Ou entre taxistas e passageiros.

Já com os evangélicos neopentecostais, caso das inúmeras igrejas que se multiplicam, com nomes cada vez mais criativos, pelas esquinas das grandes e das pequenas cidades, pelos sertões e pela floresta amazônica, o caso é diferente. E não faço aqui nenhum juízo de valor sobre a fé católica ou a dos neopentecostais. Cada um tem o direito de professar a fé que quiser — assim como a sua não fé. Meu interesse é tentar compreender como essa porção cada vez mais numerosa do país está mudando o modo de ver o mundo e o modo de se relacionar com a cultura. Está mudando o modo de ser brasileiro.

Por que os ateus são uma ameaça às novas denominações evangélicas? Porque as neopentecostais — e não falo aqui nenhuma novidade — são constituídas no modo capitalista. Regidas, portanto, pelas leis de mercado. Por isso, nessas novas igrejas, não há como ser um evangélico não praticante. É possível, como o taxista exemplifica muito bem, pular de uma para outra, como um consumidor diante de vitrines que

tentam seduzi-lo a entrar na loja pelo brilho de suas ofertas. Essa dificuldade de “fidelizar um fiel”, ao gerir a igreja como um modelo de negócio, obriga as neopentecostais a uma disputa de mercado cada vez mais agressiva e também a buscar fatias ainda inexploradas. É preciso que os fiéis estejam dentro das igrejas — e elas estão sempre de portas abertas — para consumir um dos muitos produtos milagrosos, ou para serem consumidos por doações em dinheiro ou em espécie. O templo é um shopping da fé, com as vantagens e as desvantagens que isso implica.

É também por essa razão que a Igreja Católica, que em períodos de sua longa história atraiu fiéis com ossos de santos e passes para o céu, vive hoje o dilema de ser ameaçada pela vulgaridade das relações capitalistas numa fé de mercado. Dilema que procura resolver de uma maneira bastante esperta, ao manter a salvo a tradição que tem lhe garantido poder e influência há dois mil anos, mas ao mesmo tempo estimular sua versão de mercado, encarnada pelos carismáticos. Como uma espécie de vanguarda, que contém o avanço das tropas “inimigas” lá na frente, sem comprometer a integridade do exército que se mantém mais atrás, padres *pop stars* como Marcelo Rossi e movimentos como a Canção Nova têm sido estratégicos para reduzir a sangria de fiéis para as neopentecostais. Não fosse esse tipo de abordagem mais agressiva e possivelmente já existiria uma porção ainda maior de evangélicos no país.

Tudo indica que a parábola do taxista se tornará cada vez mais frequente nas ruas do Brasil — em novas e ferozes versões. Afinal, não há nada mais ameaçador para o mercado do que quem está fora do mercado por convicção. E quem está fora do mercado da fé? Os ateus. É possível convencer um católico, um espírita ou um umbandista a mudar de religião. Mas é bem mais difícil — quando não impossível — converter um ateu. Para quem não acredita na existência de Deus, qualquer produto religioso, seja ele material, como um travesseiro que cura doenças, ou subjetivo, como o conforto da vida eterna, não tem qualquer apelo. Seria como vender gelo para um esquimó.

Tenho muitos amigos ateus. E eles me contam que têm evitado se apresentar dessa maneira porque a reação é cada vez mais hostil. Por enquanto, a reação é como a do taxista: “Deus me livre!”. Mas percebem que o cerco se aperta e, a qualquer momento, temem que alguém possa empunhar um punhado de dentes de alho diante deles ou iniciar um exorcismo ali mesmo, no sinal fechado ou na padaria da esquina. Acuados, têm preferido declarar-se “agnósticos”. Com sorte, parte dos crentes pode ficar em dúvida e pensar que é alguma igreja nova.

Já conhecia a Bola de Neve (ou “Bola de Neve Church, para os íntimos”, como diz o seu site), mas nunca tinha ouvido falar da Novidade de Vida. Busquei o site da igreja na internet. Na página de abertura, me deparei com uma preleção intitulada: “O perigo da tolerância”. O texto fala sobre as famílias, afirma que Deus não é tolerante e incita os fiéis a não tolerar o que não venha de Deus. Tolerar “coisas erradas” é o mesmo que “criar demônios de estimação”. Entre as muitas frases exemplares, uma se destaca: “Hoje em dia, o mal da sociedade tem sido a Tolerância (em negrito e em maiúscula)”. Deus me livre!, um ateu talvez tenha vontade de dizer. Mas nem esse conforto lhe resta.

Ainda que o crescimento evangélico no Brasil venha sendo investigado tanto pela academia como pelo jornalismo, é pouco para a profundidade das mudanças que tem trazido à vida cotidiana do país. As transformações no modo de ser brasileiro talvez sejam maiores do que possa parecer à primeira vista. Talvez estejam alterando o “homem cordial” — não no sentido estrito conferido por Sérgio Buarque de Holanda, mas no sentido atribuído pelo senso comum.

Me arriscaria a dizer que a liberdade de credo — e, portanto, também de não credo —, determinada

pela Constituição, está sendo solapada na prática do dia a dia. Não deixa de ser curioso que, no século 21, ser ateu volte a ter um conteúdo revolucionário. Mas, depois que Sarah Sheeva, uma das filhas de Pepeu Gomes e Baby do Brasil, passou a pastorear mulheres virgens — ou com vontade de voltar a ser — em busca de príncipes encantados, na Igreja Celular Internacional, nada mais me surpreende.

Se Deus existe, que nos livre de sermos obrigados a acreditar nele.^{[20](#)}

14 de novembro de 2011

^{[20](#)} Em 28 de novembro de 2011, Eliane Brum publicou a seguinte nota ao final de seu texto no site da revista *Época*: “Em minha coluna de 14/11, intitulada ‘A dura vida dos ateus em um Brasil cada vez mais evangélico’, escrevi sobre o crescimento da intolerância religiosa na vida cotidiana brasileira, com a multiplicação das novas igrejas pentecostais nas últimas décadas. Indagado sobre o meu artigo em uma entrevista ao jornal *The New York Times*, o pastor Silas Malafaia me chamou de *tramp*. A palavra de língua inglesa significa ‘vagabunda’. A afirmação do pastor é autoexplicativa: ao atacar minha honra por discordar de minhas ideias, ele proporciona a maior prova do acerto e da relevância do meu artigo”.

Você consegue viver sem drogas legais?²¹

Pedro — o nome é fictício porque ele não quer ser identificado — é um cara por volta dos 40 anos que adora o seu trabalho e é reconhecido pelo que faz. É casado com uma mulher que ama e admira, com quem tem afinidade e longas conversas. Juntando os fundos de garantia e algumas economias, os dois compraram um apartamento anos atrás e o quitaram em menos de um ano. Esse é o segundo casamento dele, e a convivência com os dois filhos do primeiro é constante e marcada pelo afeto. Ao contrário da regra nesses casos, a relação com a ex-mulher é amigável. Pedro tem vários bons amigos, o que é mais do que um homem pode desejar, acha ele, porque encontrar um ou dois bons amigos na vida já seria o bastante, e ele encontrou pelo menos uns dez com quem sabe que pode contar na hora do aperto. A vida para Pedro faz todo sentido porque ele criou um sentido para ela.

Ótimo. Ele poderia ser personagem de uma daquelas matérias sobre sucesso, felicidade e bem-estar. Mas há algo estranho acontecendo. Algo que pelo menos Pedro estranha. Há dois anos, Pedro toma Lexapro (um antidepressivo), Rivotril (um ansiolítico, tranquilizante) e Stilnox (um hipnótico, indutor de sono). Dou os nomes dos remédios porque os psicofármacos andam tão populares que se fala deles como de marcas de geleia. E o fato de nomes tão esquisitos estarem na boca de todos quer dizer alguma coisa sobre o nosso tempo.

Pedro conta que a primeira vez que tomou antidepressivo, anos atrás, foi ao perder uma pessoa da família. A dor da perda o paralisou. Ele não conseguia mais trabalhar. Queria ficar quieto, em casa, de preferência sem falar com ninguém. Nem com a sua mulher e com os filhos ele queria conversar. Pedro só queria ficar “pra dentro”. Quando saía de casa, sentia um medo irracional de que algo poderia acontecer com ele, como um acidente de carro ou um assalto ou ser atingido por uma bala perdida. Ele mesmo pediu indicação de um bom psiquiatra a uma amiga que trabalha na área. Pedro sentia que estava afundando, mas temia cair na mão de algum charlatão do tipo que receita psicofármacos como se fossem aspirinas e acredita que tudo que é do humano é uma mera disfunção química do cérebro.

O psiquiatra era sério e competente. Ele disse a Pedro não acreditar que ele fosse um depressivo ou que tivesse transtorno do pânico, apenas estava num momento de luto. Precisava de tempo para sofrer, elaborar a perda e dar um lugar a ela. Receitou um antidepressivo a Pedro para ajudá-lo a sair da paralisia porque o paciente repetia que precisava trabalhar. A licença em caso de luto — dois (!!!!) dias, segundo a legislação trabalhista — já tinha sido estendida por um chefe compreensivo. Por Pedro ser muito bom no que faz, recebera o privilégio de duas semanas de folga para se recuperar da perda de uma das pessoas mais importantes da vida dele. Pedro não queria “fracassar” nessa volta. E não “fracassou”. Com a ajuda do antidepressivo, depois de algumas semanas ele voltou a produzir com a mesma qualidade de antes. Três meses depois da morte de quem amava, ele já voltara a ser o profissional brilhante.

Pedro tomou o antidepressivo por cerca de um ano, com acompanhamento rigoroso e consultas mensais. Como não agradava nem a ele nem era o estilo do psiquiatra que escolheu, pediu para parar de tomar o remédio. O psiquiatra concordou, e Pedro foi diminuindo a dose da medicação, até cessar por completo. Tocou a vida por mais ou menos um ano e meio.

Nesse intercurso, ele se tornou ainda mais criativo. Aumentou o número de horas de trabalho, que já eram muitas, porque se sentia muito potente. E achava que tudo estava maravilhoso até começar a ter insônia. Pedro dormia e acordava, sobressaltado. Sem conseguir voltar a dormir, pensamentos terríveis passavam pela sua cabeça. Pedro pensava que perderia todo o seu sucesso, a sua possibilidade de fazer as coisas que acreditava e às vezes temia morrer de repente. As noites de Pedro passaram a ser povoadas por catástrofes imaginárias, mas bem reais para ele. E, toda vez que saía de casa pela manhã, voltara a ter medo de ser atingido por alguma fatalidade, por algo que estaria sempre fora do seu controle.

Algumas semanas depois do início da insônia, Pedro paralisou de novo. Não conseguia trabalhar — e este, para Pedro, era o maior dos pesadelos reais. Voltou ao consultório psiquiátrico e há dois anos toma os três remédios citados. Pedro, que sempre tinha olhado com desconfiança para a prateleira de psicofármacos, começou a achar natural precisar deles para enfrentar os dias e também as noites. “Que mal tem tomar uma pílula para dormir?”, dizia para a mulher, quando ela o questionava. “Ou tomar umas gotas de tranquilizante para não travar o maxilar de tensão? Ou 15 miligramas de antidepressivo para vencer a vontade de se atirar no sofá e ficar apenas olhando para dentro?” Sua mulher conta que ele parecia o Capitão Nascimento, em *Tropa de elite*²², tomando comprimidos no banheiro e dizendo à esposa: “Isso aqui não tem problema nenhum. Todo mundo faz isso. Não tem problema nenhum”.

Em 2011, Pedro teve momentos em que achou que tudo estava muito bem mesmo. E, se para tudo ficar tão bem era preciso tomar algumas pílulas, não tinha mesmo problema nenhum. Pedro talvez nunca tenha produzido tanto como naquele ano e, por conta disso, até ganhou um aumento de salário sem precisar pedir. Mas, às vezes, não com muita frequência, ele se surpreendia pensando que algumas dimensões da sua vida tinham se perdido. Pedro não tinha mais o mesmo desejo pela sua mulher, e o sexo passou a ser algo secundário na sua vida. Não tinha mais tanto desejo pela sua mulher nem desejo por mulher alguma. “Efeito colateral do antidepressivo”, conformou-se.

Pedro trabalhava tanto que tinha reduzido às idas ao cinema, os encontros com os amigos e a pilha de livros ao lado da cama continuava no mesmo lugar. Ele também tinha perdido o interesse por viagens de lazer com a família, porque estava ocupado demais com seus projetos profissionais. Pedro constatou que os momentos de subjetividade eram cada vez mais escassos na sua vida. E, embora o trabalho lhe desse muita satisfação, ele tinha eliminado uma coleção de pequenos prazeres do seu cotidiano. Pedro começou a sentir uma difusa saudade dele mesmo que já não conseguia ignorar.

É assim que ele nos conta: “Devagar eu comecei a perceber que tinha criado uma vida que não podia sustentar sem medicação. E tinha aceitado isso. Como, acho, boa parte das pessoas que conheço e que tomam esse tipo de remédio. Eu só consigo fazer tudo o que faço porque tenho essa espécie de anabolizante. Sou um bombado psíquico. Vivo muitas experiências todo dia e não tenho nenhum tempo para elaborar essas experiências, como não tive tempo para elaborar o meu luto. É uma vida vertiginosa, mas é uma vida não sentida. Às vezes tenho experiências maravilhosas, mas, na semana seguinte, ou na mesma semana, já não me lembro delas, porque outras experiências se sobrepuseram àquela. E sei que só durmo porque engulo pílulas, só acordo porque engulo pílulas. Só suporto esse ritmo porque engulo

pílulas. Até pouco tempo atrás eu achava que tudo bem, então eu ficaria tomando pílulas pelo resto da vida. Em vez de mudar meu cotidiano para que ele se tornasse possível, eu passei a esticar meus limites porque sabia que podia contar com os medicamentos e, se voltasse a cair, me iludia que bastaria aumentar a dose. Eu me tornei uma equação: Pedro + medicamentos. Aos poucos, porém, comecei a perceber que não é essa vida que eu quero para mim. Tem algo errado quando a vida que você inventou para você só é possível porque você toma três comprimidos diferentes para poder vivê-la. E, talvez, daqui a pouco, eu esteja tomando Viagra para ter desejo pela mulher que amo. Isso aos 40 anos. E, com o tempo, os efeitos colaterais desses remédios vão causar, pelo prolongamento do uso, doenças em outras partes do meu corpo. Eu sei que muita gente, como eu, já se habituou a achar que é normal viver à custa de pílulas. Mas, se você parar para pensar, isso é uma loucura. Isso, sim, é doença. E os médicos estão nos mantendo doentes, mas produtivos, usando os remédios para ajustar a máquina a um ritmo que a máquina só vai aguentar por um certo tempo. De repente, percebi que eu era uma máquina humana. E que eu estava usando remédios legais como se fossem cocaína e outras drogas criminalizadas. E o mais maluco é que todo mundo acha que tenho uma vida invejável e que está tudo ótimo comigo. Por serem drogas legais, por causa da popularização de coisas como depressão e síndrome do pânico, todo mundo acha normal eu tomar pílula para ter coragem de sair da cama de manhã e pílula para conseguir dormir sem ter medo de morrer no meio da noite. De repente, me caiu a ficha, e eu comecei a enxergar que estamos todos loucos, a começar por mim. Loucos por achar que isso é normal”.

Com a autorização de Pedro, procurei o psiquiatra dele para uma conversa. Ele foi de uma honestidade rara. Perguntei a ele por que receitava psicofármacos para gente como Pedro. “Porque vivemos num mundo em que as pessoas não têm tempo para elaborar o que é do humano. Muitas vezes eu me deparo com essa situação no consultório. Vejo uma pessoa ali me pedindo antidepressivo porque não consegue mais trabalhar, não consegue mais tocar a vida. Eu sei que ela não consegue mais trabalhar nem tocar a vida porque é a sua vida que se tornou impossível, porque precisa de um tempo que não tem para elaborar o vivido. É óbvio que não é possível, por exemplo, elaborar um luto ou uma separação em uma semana e seguir em frente como se nada tivesse acontecido. Assim como não é possível viver sem dúvidas, sem tristezas, sem frustrações. Tudo isso é matéria do humano, mas o ritmo da nossa vida eliminou os tempos de elaboração. Essa pessoa não é doente — é a vida dela que está doente por não existir espaço para vivenciar e elaborar o que é do humano. Só que esse cara precisa trabalhar no dia seguinte e produzir bem ou vai perder o emprego. Então eu dou o antidepressivo e faço um acompanhamento sério, com psicoterapia, para que esse cara possa dar um jeito na vida e parar de tomar remédios. É um dilema e não tem sido fácil lidar com ele, mas é nesse mundo que eu exerço a profissão de psiquiatra. Porque no tratamento da depressão, de verdade, a doença, de fato, é muito difícil obter resultados, mesmo com os medicamentos atuais. Assim como outras doenças psíquicas, quando são doenças mesmo. Os resultados são muito mais lentos — e às vezes não há resultado nenhum. A maioria das pessoas que estamos medicando hoje não é doente. E por isso o resultado é rápido e parece altamente satisfatório. Essas pessoas só precisam dar conta de uma vida que um humano não pode dar conta.”

Pedro, que nunca foi adepto das famosas resoluções de Ano-Novo, dessa vez se colocou uma que talvez seja a empreitada mais difícil que já enfrentou. “Estou reduzindo progressivamente a dose dos medicamentos e vou parar até março. Minha meta, em 2012, e talvez leve muitos réveillons para conseguir alcançar isso, é criar uma vida possível pra mim. Uma vida e uma rotina que meu corpo e

minha mente possam dar conta, uma vida em que seja possível aceitar os limites e lidar com eles, uma vida em que eu tenha tempo pra sofrer e elaborar o sofrimento, e tempo para usufruir das alegrias e dos pequenos prazeres e da companhia dos que eu amo. Sei que vai ter um custo, sei que vou perder coisas e talvez tenha até de mudar de emprego, mas acho que vai valer a pena. Não quero mais uma mente bombada, nem ser uma máquina bem-sucedida. Quero só uma vida humana.”

Torço por Pedro, torço por nós.

05 de dezembro de 2011

[21](#) Amedicalização da vida é um tema frequente nas colunas de Eliane. Sobre essa questão, há outros três textos que podem ser lidos na internet: “Os robôs não nos invejam mais”, “O doping das crianças” e “Acordei doente mental”.

[22](#) *Tropa de elite* é um filme dirigido por José Padilha (2007, Brasil), com Wagner Moura no papel do Capitão Nascimento, membro do Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE), no Rio de Janeiro.

Pedro e João: a história de dois meninos gays e uma infância devastada

Da infância, somos todos sobreviventes. Alguns mais do que outros. Esta é a história de um homem em busca de compreender a si mesmo. E de tentar, como adulto, ser diferente do menino, pelo poder da narrativa. Esta história é contada aqui porque foi a nossa ignorância — a minha e também a sua — que destruiu a vida dessas duas crianças. E tem destruído — às vezes em brutal literalidade, com tiros e pancadas — a vida de muitos — demais.

Antes, a história de como nos conhecemos. Ele me enviou o primeiro e-mail no início de dezembro. Um amigo dele acabara de ser assassinado por homofóbicos, e ele tinha se deparado com uma campanha na internet que arregimentava pessoas a se unirem para executar homossexuais. Ele tinha medo de sair de casa. Estava assustado. E também com raiva. Pedia que eu denunciasse a campanha nesta coluna.

Respondi que escrever sobre esse tipo de manifestação era amplificar uma voz de ódio. Afinal, o sonho de quem divulga algo na internet é ser acessado, replicado, comentado, seguido, citado. Em vez disso, propus a ele que me contasse a sua história para — talvez — publicá-la aqui. Contar uma história que nos aproxime é a melhor resposta que podemos dar a quem usa as palavras para aumentar as distâncias.

Desde então, iniciamos uma correspondência. Chequei a sua identidade, mas respeitei sua decisão de ocultar seu nome. Nessa narrativa real, vamos chamá-lo de Pedro. Filho único de uma família de classe média do interior de Minas, Pedro tem 28 anos, é engenheiro ambiental e hoje vive sozinho em Goiânia. Um brasileiro como tantos outros, que trabalha duro e paga seus impostos. Todo ano ele participa da parada gay, mas não é o que se poderia chamar de um militante do movimento. Em Goiânia, assume sua homossexualidade em todos os espaços — e também no trabalho. Mas preferiu se afastar da família a contar que era gay. Neste Natal, como veremos mais adiante, ele fez um pequeno grande gesto.

Aos poucos, ao longo da nossa troca de cartas virtuais, percebi que não se tratava apenas da história de Pedro. Mas da história de Pedro e de João. Quando era criança, o melhor amigo de Pedro era João. E era João quem não conseguia esconder dos colegas de escola que era gay. Pedro posicionou-se ao lado dos mais “fortes”, como tantos de nós a vida toda, e mais ainda na infância. Alinhou-se ao lado dos pequenos machos quando eles tornaram a vida de João um inferno humano. Tão humanamente infernal que ele acabou mudando de cidade no início do ensino médio. Como acontece ainda hoje em muitas escolas, nem professores, nem pais, nem colegas, ninguém fez gesto algum na direção de João. Todos permitiram, por ação ou omissão, que João fosse agredido, acuado, encurralado e, por fim, exilado.

Essa memória assombra Pedro até hoje. Como a maioria de nós, ele queria ter sido mais forte na

infância. Não mais “forte” como os pequenos machos, tão atrapalhados com sua sexualidade que precisavam “denunciar” a do outro. Pedro queria ter sido tão forte quanto João, que ousava ser. Se tivessem sido os dois, talvez pudessem ter resistido mais. Mas, por muito tempo, Pedro mal pôde consigo mesmo. E então, quando ele já tinha sua própria vida adulta e independente, um de seus melhores amigos foi assassinado porque era. Gay. E Pedro, de novo, sentiu-se muito impotente.

Contar sua história talvez seja a forma encontrada por Pedro para inverter o curso dessa memória dentro de si. Pronunciar o que virou silêncio sem ser — e por assim ter sido tanto o feriu. A ele e a João, antes que ambos pudessem se defender. Quando pergunto sobre esse círculo que se fecha, Pedro escreve: “Acho que vai me incomodar pelo resto da vida”.

É espantosa a quantidade de dor que pode caber numa vida apenas por causa da ignorância. Da nossa ignorância. A história de Pedro — e também a história de Pedro e de João — é assim.

O começo: ou como Pedro expôs João para que não o descobrissem

“Nasci numa cidade do interior de Minas com 80 mil habitantes. Pequena, conservadora, cheia de falsos moralismos. Desde muito cedo eu percebi minha orientação sexual. Desde criança achava os meninos mais interessantes do que as meninas. Sempre pensei que no órgão sexual feminino faltava alguma coisa. E tinha curiosidade para ver o órgão sexual dos meus amigos. Mas nunca fui muito sexualizado na infância e nem mesmo na adolescência. Talvez evitasse a sexualidade pela consciência da minha orientação sexual.

Ainda no colégio, eu era uma pessoa extrovertida e comunicativa, mas, quando percebi que havia algo de diferente, tornei-me recluso. Sempre estudei no mesmo colégio, com a mesma turma. Desde o início, tinha um colega que conseguia disfarçar menos sua homossexualidade e, para continuar pertencendo ao grupo, eu participava de ataques de *bullying* homofóbico. Estes eram os momentos nos quais eu me sentia pior.

João sempre estudou na mesma turma em que eu. Éramos muito amigos na infância, nossas mães eram amigas e ambos éramos filhos únicos. Ele frequentou a minha casa e eu a dele, brincamos muito na infância, éramos os melhores amigos. Apesar de ser um ano mais velho do que eu, João não aparentava, porque sempre foi muito sensível e delicado. O fator ‘não jogar bola’ influencia muito o que as crianças pensam quanto à sexualidade de outra. E João não jogava.

É engraçado. Nunca trocamos uma palavra sequer em relação ao sexo. Ao menos, não que eu me lembre. Jogávamos muito videogame juntos, e geralmente ele passava pela manhã em minha casa para irmos ao colégio. Não sei bem explicar como, mas nossa relação e encontros foram tornando-se esparsos, até que nos tornamos meros colegas de sala. Ele passou a ser um garoto solitário, menos risonho. Aproximou-se mais das garotas e adquiriu ‘trejeitos’, que talvez sempre tenha tido, mas que somente com o amadurecimento e a consciência do mundo eu e os outros garotos começamos a perceber.

Eu tinha 12 ou 13 anos nessa época. Acho que, por pertencer a uma família que preserva bastante as tradições mineiras, na qual era comum escutar comentários homofóbicos e até mesmo racistas, eu tinha o preconceito internalizado de que a homossexualidade era algo errado. E é muito estranho ser ‘errado’. Eu não tinha com quem conversar, eu não tinha com quem dividir meus desejos. E acho que foi a fase na qual eu tive mais medo na minha vida. Era um medo de tudo, um medo de mim.

Adquiri repulsa por alguém que eu imaginava ser a pessoa que mais se assemelhava a mim. Julgava-o sujo. Era como se o distanciamento que criei com ele disfarçasse a minha sujeira. Não sei bem ao certo, mas em virtude de suas maneiras mais delicadas, nós, os meninos, simplesmente deixamos de conviver com ele. Não sei como surgiram os primeiros episódios de *bullying*. Mas, aos poucos, ele começou a ser motivo de chacota na sala e, em pouco tempo, de todo o colégio.

Crianças e adolescentes têm uma maldade que eu não entendo. Todos os dias escrevíamos no quadro seu apelido: ‘João viadinho’. A situação de *bullying* era clara. Ele sofria muito, era perceptível. Quando cruzávamos com ele, ríamos e imitávamos trejeitos femininos. Os meninos da sala não o tocavam, pois, caso isso ocorresse, pegariam ‘viadice’. Imagino o quanto isso foi dolorido para ele.

Logo, ele começou a permanecer todo o recreio dentro da sala de aula. E as agressões passaram do campo das palavras para o físico. Em suas tentativas de revide, ele levava tapas, socos e pontapés. Eu não cheguei a fazer isso. Mas, os outros garotos, sim. Quando ele passava pelo corredor, próximo ao grupinho dos ‘machos’, além de um ‘E aí, viadinho?’, ele levava sempre uns bons tapas, e sempre havia algum engraçadinho para sair rebolando atrás dele. Eu nunca o olhava nos olhos. Sentia muita vergonha.

É uma dinâmica estranha. Você tem que pertencer a um grupo, e ser diferente te exclui. Hoje, entendo que muita daquela repulsa estava relacionada a um certo grau de atração que eu sentia por ele. E aquilo para mim era errado. Os professores nunca tomaram nenhuma atitude. Ninguém nunca tomou nenhuma atitude. Escutei trechos de uma conversa da minha mãe com a mãe dele em relação à sua sexualidade, mas não consegui entender muito e não fui capaz de tocar no assunto. Até hoje não consigo compreender como fui capaz de ter feito tudo aquilo. Sei que fui muito covarde. Porque, no fundo, eu sabia pelo que ele estava passando. E nunca lhe estendi a mão.

Quando você se descobre gay — o que faz você se sentir diferente da maioria —, isso faz com que, de uma maneira inconsciente, você lute para ser igual. É uma resistência interna, uma forma estranha de luta entre o ‘você aparente’ e o ‘você real’. Eu tinha aversão ao meu corpo, a toda e qualquer coisa relacionada à sexualidade. Qualquer programa de TV, livro ou texto que se referisse à sexualidade me causava pânico. Eu não passei pela fase comum aos adolescentes, na qual a masturbação é uma atividade comum. Eu sentia medo, pois era nessas ocasiões que eu tinha a certeza de que realmente era homossexual.

Não é somente seu ciclo social que é quebrado através da fase de reclusão. Dentro de você é como se o fator sexualidade também fosse rejeitado. Sexo assusta. O que não se aceita é melhor que fique escondido. Acho que senti repulsa por João ao perceber que alguém tinha uma aceitação maior consigo mesmo do que a que eu tinha para comigo. Eu conseguia reprimir, então era difícil aceitar que aquela pessoa não conseguisse.

Eu nunca o defendi. Tinha medo de que toda aquela repulsa se voltasse contra mim. João saiu da escola e da cidade no final do primeiro ano do ensino médio. Mudou-se para Uberlândia (MG). Nesse meio tempo, acho que até mesmo por um grande peso na consciência, foi a minha vez de me afastar. Tranquei-me no quarto e não queria sair de lá.”

Pedro se esconde — até de si mesmo

“No segundo ano do ensino médio, minha consciência da orientação sexual atingiu seu ápice. Eu não

conseguia mais me esconder muito e tinha muito medo da reação das pessoas. Forçava-me a pensar somente em meninas, mas já não conseguia mais fazer isso. As *Playboys*, compradas escondidas pelos amigos, não me interessavam nem um pouco. Eu me excitava justamente pensando na excitação dos meus amigos diante daquelas imagens.

Foi uma fase muito difícil. Eu inventava um monte de histórias para não ir ao colégio, me afastei de tudo e de todos. Minha vontade era ficar trancado no quarto para que ninguém pudesse me ver. Acho que, no fundo, eu estava me punindo pelo meu comportamento errado frente à sexualidade de João. Não sei bem o que seria depressão, mas, se por algum momento da minha vida passei por isso, foi justamente nesse ápice de consciência.

Lembro que chegava a me mutilar. Tinha raiva de mim, de minha imagem. Tinha nojo do meu órgão sexual e de qualquer ereção eventual. Eu evitava levantar da cama, tinha muito sono, não queria conviver com ninguém. Lia bastante, muito, mas muito mesmo... Nessa época li tudo de Dostoiévski, Tolstói. Um personagem em especial me acompanhou pela vida inteira: Kirilov, do livro *Os Demônios*, de Dostoiévski. Ele dizia algo como: ‘Deus é o medo de depois da morte’.

Foi nessa época que minha mãe percebeu que tinha algo de errado comigo e me mandou para um psicólogo. Mas eu não tive nenhuma afinidade com ele. Não podia confiar em alguém que minha mãe pagava. Ali, no consultório, eu ajudei a moldar ainda mais meu personagem, pois tinha que tentar me desvencilhar de alguém que, teoricamente, estaria preparado para fazer uma leitura das pessoas. Lembro vagamente de que, na primeira consulta, ele afirmou: ‘Sua mãe me disse que você tem andado triste e tem ficado muito tempo trancado no quarto. E aí, o que está acontecendo?’. Senti-me pressionado. Depois dessa experiência, nunca mais voltei a psicólogos.

Aos 15 anos, eu estava tão solitário que pensei em parar de estudar ou mudar de colégio. Se as pessoas que conviviam comigo soubessem de alguma coisa, meu mundo poderia acabar. Não frequentei nenhuma das festinhas de 15 anos de minhas amigas, não fui à festa alguma, não fui adolescente. Nesse período de reclusão, eu passava o fim de semana todo trancado no meu quarto. Por um lado foi bom: estudei muito e não tive nenhuma dificuldade para passar no vestibular. Acho que é essa reclusão, causada pela dificuldade de autoaceitação, que faz com que muitos dos gays sejam bem-sucedidos nos estudos. É como se perdêssemos um período da vida social e buscássemos nos livros um afago.”

Pedro tenta fugir — mas não há fuga de si mesmo

“Passei em três universidades federais. A minha escolha foi pela UFOP (Universidade Federal de Ouro Preto), não porque era meu curso predileto, mas sim porque Ouro Preto era a cidade mais distante da casa de meus pais. Com 17 anos mudei-me para Ouro Preto, pensando que tudo seria diferente. Não foi. Cursei Engenharia numa cidade que priva pelo tradicionalismo, convivendo em repúblicas com cerca de 15 homens. Todos, ao menos aos olhos da comunidade universitária, heterossexuais.

Bem no início do curso, eu presenciei uma cena que me trancou ainda mais dentro do armário: um dos moradores de uma república vizinha à minha, líder estudantil, influente no meio acadêmico, foi flagrado contando à empregada da casa que tinha um caso com outro estudante. O apelido dele tornou-se sinônimo de gay no ambiente universitário. Os outros moradores da casa nem pestanejaram: jogaram todas as coisas dele para fora da casa. Nem se deram ao trabalho de ouvir um cara que havia morado com eles

nos últimos quatro anos. Foi muito estranho ver as coisas dele jogadas no chão da famosa Rua Direita.

Eu era um adolescente exemplar. Nunca tinha bebido, nunca tinha usado drogas. Era virgem, nunca beijara ninguém. Nessa época, comecei a viver numa história inventada. Para me inserir num grupo, eu comecei a usar um disfarce. O ‘porra-louca’ heterossexual. Beijava meninas, mas tinha muito medo de que alguma delas quisesse algo mais. Comecei a beber muito e a ser usuário de maconha e, mais tarde, de cocaína. Era uma fuga, era um jeito de ser querido por um grupo, era uma forma de estar inserido. Era ser comum. E assim foi durante cinco anos. Anos lentos, intermináveis.

Uma colega de sala foi a primeira pessoa que soube de minha homossexualidade, já no final do curso. Foi uma explosão. Era como se eu estivesse tirando o maior peso do mundo de minhas costas. Só consegui dizer: ‘Sou gay’. E comecei a chorar sem parar. Era um misto de medo da reação e de alívio indescritível. Pela primeira vez eu tirava a minha máscara para um outro ser humano.

Formei-me na universidade em 2006, com 22 para 23 anos. Era virgem, escolado no submundo do álcool e das drogas. Antes de me mudar de Ouro Preto, reuni todos os 15 rapazes que moravam comigo na república. Eu não queria sair daquela casa tendo omitido quem eu realmente era. Nessa reunião, completamente drogado, eu vomitei, com certa raiva de mim e de tudo, que eu era gay e que aquilo era o mínimo que eu podia fazer por pessoas com as quais eu convivi.

Logo após um silêncio, nada convencional, eu presenciei as mais distintas reações. De ódio a apoio. Há pessoas com as quais nunca mais troquei palavra. Mas também recebi um carinho que eu não imaginava que fosse possível. Descobri que, apesar dos revezes, eu encontraria pessoas que não encaravam aquilo como aberração. Acho que aquele momento foi fundamental para que eu pudesse encarar a vida. Eu nunca tinha encostado em um homem, eu nunca tinha tido uma relação verdadeira. Na verdade, acho que toda a minha felicidade era falsa.”

Pedro tira a máscara — arranca-se de si

“Passei em um concurso público estadual e fui trabalhar em Uberlândia. A independência financeira é muito importante para um homossexual, significa o primeiro momento em que não é preciso dar satisfação a ninguém sobre o que você sente. Fui para Uberlândia com a pretensão de viver.

Logo no primeiro fim de semana, resolvi ir até uma casa noturna GLS. Era 4 de agosto de 2006. Recordo a data porque até hoje mantenho o fôlder (propaganda da casa). Esse fôlder é como se fosse a minha Lei Áurea. Representa a minha liberdade.

Minha noite foi tragicômica. Hoje dou muita risada ao lembrar. Eu era um gay ‘não gay’. Logo, fui com uma roupa inadequada, social demais. Não conhecia nenhuma música, afinal vivia ouvindo rock e nem imaginava quem era Britney Spears. Não consegui disfarçar minha surpresa ao ver todas aquelas pessoas descoladas e felizes, de mãos dadas. Era como se aquelas mãos dadas me hipnotisassem, era absolutamente sensacional cada flagra de beijo. Os transexuais, travestis e *drag queens* me assustavam, era como se tivesse que manter distância. Afinal, até aquele dia, era isso que a vida tinha me ensinado.

Cheguei bem tarde, depois de ter dado várias voltas no quarteirão, por medo de ser identificado nas proximidades daquele ambiente. No *lounge*, sozinho, atento aos diálogos alheios, me impressionava o caos relativo ao gênero: ‘amiga’, ‘bicha’. Minha primeira visita ao banheiro foi hilária. Entrei e saí correndo. Era um misto de medo, tesão, tensão, apreensão e uma felicidade doida. Nem imagino o que as

As pessoas pensavam daquele cara que passou a noite inteira sentado numa cadeira do balcão, atento a tudo, surpreso e com um sorriso estampado no rosto. Quando se aproximavam de mim ou percebia um flerte, eu me esquivava e de certa forma corria. Lembro que naquele dia nem dormi direito lembrando cada momento.

Na noite seguinte, não resisti e voltei à mesma casa noturna. Nessa segunda noite, mantive um diálogo com o *bartender*. Talvez, pela ansiedade, tenha bebido muito e isso tenha feito com que baixasse a guarda e permitisse que as pessoas se aproximassem. Fiquei até muito tarde. O *bartender* veio, então, conversar comigo. Não lembro ao certo, mas acho que falei muita besteira. Eu suava frio, tremia. Acho que, percebendo meu estado alcoólico, e depois de saber que aquela era a minha segunda noite num ambiente gay, ele arriscou um beijo. Cinco de agosto de 2006: aos 22 anos, eu fui beijado pela primeira vez por um homem.

Aquilo foi muito para mim. Afastei-o, não me despedi e saí o mais rápido que pude daquele lugar. Senti repulsa pelo meu corpo, senti nojo de mim. É estranho, mas foram sensações completamente antagônicas, uma oposição entre o meu desejo e o que a sociedade me imprimiu. Ao mesmo tempo que era prazeroso, eu sentia rejeição pelo fato de estar beijando um homem. Apesar de ser meu maior desejo, era algo que eu tinha aprendido ser inaceitável.

Em casa, escovei os dentes diversas vezes. Como se aquilo pudesse apagar meu ato, como se fosse possível redimir o meu ato. Por quê? Porque eu fui ensinado assim. Porque fui criado num berço católico no qual minha recente atitude era pecado. Eu era uma aberração.

Como filho único, eu também sentia vergonha por ser uma decepção muito grande para a minha mãe, que sempre teve a expectativa de netos. Naquela manhã, eu era o maior lixo do mundo. Abusei ao extremo do uso de cocaína, associada ao uso de ansiolítico. E o que me deixava pior era a sensação: ‘Tinha sido muito bom’. Chorei muito.

Não sei ao certo, mas acho que por dois ou três meses retornei à minha reclusão. Passava os finais de semana em casa, reprimindo meus desejos. Mas nada pode ser reprimido para sempre.

Depois de uma festinha de aniversário de uma colega de trabalho, num local próximo à casa noturna que já tinha frequentado, eu criei coragem e, após contornar diversas vezes o quarteirão, entrei. Receoso, troquei olhares com o *bartender*. Encarei, flertei, fui retribuído. O tempo demorou a passar e já era quase dia quando ele pôde sair do bar e vir ao meu encontro. Dessa vez, fui eu que tomei a iniciativa e o beijei. Dessa vez, eu não fugi e aquela meia hora em que ficamos juntos foi a primeira vez que um cara de 23 anos estava aceitando a si mesmo. Era a primeira vez que eu podia dizer que estava realizado, feliz.

Depois daquela noite, passamos a nos encontrar em todos os finais de semana. Mas, sozinho em casa, depois dos beijos, eu ainda me sentia angustiado e estranho. Tive a sorte, porém, de ter encontrado uma pessoa fantástica, que respeitava as minhas restrições. E elas eram muitas. A primeira vez em que permiti algo mais íntimo foi após dois meses de encontros, fim de semana após fim de semana. Meu namorado só começou a frequentar a minha casa após três meses de relacionamento. Ele compreendia, mas não deixava de ficar chateado com tamanho recalcamento. Cobrava sexo, mas eu tinha muito medo. Estávamos juntos havia cinco meses quando, pela primeira vez, ele foi dormir comigo. E foi a primeira vez que tivemos uma relação sexual. Era também a primeira relação sexual da minha vida.”

Pedro descobre que não o perdoam por ser

“Mesmo trabalhando para um órgão que, a princípio, deveria privar pelo cumprimento das leis, eu já sofri homofobia. Sinto um certo afastamento por parte de algumas pessoas simplesmente pelo fato de eu não querer me esconder mais. Minhas opiniões e minha qualidade técnica são diminuídas por causa da minha orientação sexual. Por quê? Ser gay me tornou menos competente?

Sinto raiva de uma sociedade que tem medo de ver beijo gay na novela das oito, mas que se delicia assistindo às piores atrocidades nos noticiários sensacionalistas. Fico me perguntando: por que eu incomodo tanto? Por que gostar de alguém traz tanta violência? De onde vem esse ódio?

É muito difícil compreender por que a comunidade evangélica, por exemplo, é capaz de perdoar a assassinos ou bandidos que se converteram à religião e não aceitam que eu caminhe de mãos dadas com meu namorado pela rua. Qual é o crime de se caminhar de mãos dadas pela rua?

Há pouco perdi um de meus melhores amigos e sei que seu assassinato ficará impune. Estamos no Brasil e não vai ser a primeira vez que um crime ficará impune. Pior ainda se são crimes de homofobia ou crimes que a nossa homofobia internalizada não permite que sejam investigados.

Uma vez eu fui vítima de um golpe conhecido como ‘Boa Noite Cinderela’. Apesar de todos os protestos de que não deveria fazer um B.O. (boletim de ocorrência), fui até uma delegacia. E lá realmente desisti de fazer o B.O., porque nunca tinha sido tão humilhado. O policial que me atendeu teve uma crise de riso enquanto eu relatava o caso. Aposto que não seria essa a reação caso o evento tivesse ocorrido com um macho alfa. Eu desisti de denunciar, voltei para casa e me senti a pessoa mais impotente do mundo.

Em outra oportunidade, vi um grupo de adolescentes na saída de uma festa GLS agredindo um garoto que aparentava estar muito bêbado. Novamente, apesar dos protestos de um namorado da época, interferi e acabei me dando muito mal. Apanhei um pouco, pois nem tenho porte físico para enfrentamentos e, quando a polícia chegou, os três adolescentes foram protegidos, e eu quase fui parar na delegacia. Segundo os policiais, eu estava gerando desordem.

Já perdi a conta de quantos amigos, em Goiânia ou em Uberlândia, já sofreram agressões na rua por serem gays. Ao tentar denunciá-las, as vítimas foram ridicularizadas, e os agressores liberados. Eu não tenho mais coragem de procurar a polícia para denunciar qualquer forma de preconceito. Vivemos no nosso mundinho, disfarçados. Vivemos num ‘gayto’.”

Pedro aproxima-se dos pais — que não sabem (ou fingem não saber) que é

“Distanciei-me dos meus pais há muito tempo. E continuei cada vez mais distante. Morando há três anos e meio em Goiânia, eles nunca tinham vindo me visitar. Neste final de ano, pela primeira vez, eu convidei-os a passar o Natal na minha casa. E eles vieram. Acho que minha pequena atitude abriu uma brecha para novamente possuir uma família, possuir um colo de mãe.

Não que meu Natal tenha sido maravilhoso. Na verdade, foi cheio de conflitos. Eu e minha mãe nos desconhecemos por completo. Eu e meu pai nem nos falamos, e então surgem diversas divergências. Eles chegaram no dia 23 de dezembro, à noite, e foram embora no dia 25, pela manhã.

Na tarde de Natal, descobri uma cartinha que minha mãe tinha deixado sobre o sofá. Transcrevo aqui um trecho: ‘O que mais queremos é a sua realização em todos os sentidos, pois, de qualquer forma, você é nosso único tesouro e não queremos continuar dessa forma. Infelizmente, precisamos te conhecer

melhor. E saiba: seja qual for a circunstância, estaremos com você. Você sabe que não podemos adiar o que queremos, ainda mais que já estamos em contagem regressiva. Espero que leia umas várias vezes essa recomendação. Se não quiser comentar sobre ela falando, me escreva e me conte um pouco de você. Beijos. Te amamos muito. Mãe e pai’.

Tenho passado esses últimos dias pensando em qual seria a melhor forma de contar tudo de mim para meus pais. Mas ainda não descobri como. Já tentei escrever uma carta umas dez vezes, mas, ao final, rasgo tudo. Como se o que estivesse escrito ali fosse algo que tivesse o poder de torná-los extremamente infelizes.”

O meio: ou como Pedro reencontra João no gesto possível

“Eu era só um menino, mas foi com João que senti remorso pela primeira vez, que tive consciência do que é covardia. Voltei a encontrá-lo em nossa cidade do interior mineiro em algumas poucas oportunidades. E em todas elas não fui capaz de me reportar a ele. João assumiu sua homossexualidade, e não posso esquecer os comentários maldosos de minha mãe, com suas amigas. Eu sentia raiva.

João tornou-se arquiteto. Quando me mudei para Uberlândia, vivíamos na mesma cidade e ainda hoje temos alguns amigos comuns. Mas nunca dividimos uma roda de amigos. É um somatório de minha vergonha e da sua mágoa. Para alguns dos amigos em comum, eu contei toda a história. Segundo eles, ele nunca mencionou o assunto.

Uma noite, identifiquei-o numa boate GLS. João havia se tornado um homem extremamente efeminado, mas muito lindo. Estava rodeado de amigos e, assim que tive oportunidade, eu o abordei. Entendo completamente as poucas palavras que ele dirigiu a mim. Havia mágoa na forma como ele me tratou, e eu compreendo a sua postura. Não toquei no assunto. Senti muita vergonha e, assim que pude, me afastei. Não consegui pedir desculpas. Algum tempo depois eu soube que João havia se mudado para a Austrália. Não sei se um dia voltarei a vê-lo.”

16 de janeiro de 2012

Por que amamos tanto Lisbeth Salander

É possível que, como acontece com boa parte dos escritores, o sueco Stieg Larsson não apalpassem o tamanho da personagem que criou ao escrever o primeiro volume da série *Millennium*. Do mesmo modo que morreu sem roçar nem a fama nem os milhões que dela vieram, enfartou sem saber que tinha parido — ele, um homem — a primeira heroína do século 21. Não a primeira porque a obra foi escrita no terceiro milênio, aí seria fácil. Mas a primeira filha desse mundo fluido, sem fronteiras definidas tanto na geografia do planeta como na do corpo dos indivíduos que o habitam. Esse mundo onde ditaduras caem com a ajuda do Twitter e do Facebook. Esse mundo em que as formas são forjadas pela ausência de formas da internet.

Se alguém me pedisse hoje uma indicação de como começar a compreender esse mundo novo, que nos escapa a cada esquina — inclusive porque não tem esquinas —, eu indicaria sem hesitar: conheça Lisbeth Salander. Mais do que qualquer obra acadêmica, ela nos introduz nesse tempo sem tempo. Ou melhor, esfrega-o na nossa cara sem virar o rosto para nos olhar. Como os grandes personagens da literatura, Lisbeth é síntese e antítese de uma época. E um dia, talvez, Lisbeth Salander poderá ser tão universal quanto Hamlet. Mas o “ser **ou** não ser” de Lisbeth se dá em outros termos — jamais como um dilema, mas como um estar no mundo em si. Para Lisbeth, renascida na internet, “ser **e** não ser”, ao mesmo tempo, é o único modo possível de existir. E esta é a sua força.

Volto a falar de Lisbeth Salander com a desculpa do filme em cartaz nos cinemas. Desta vez, a versão de Hollywood do primeiro volume da série — *Os homens que não amavam as mulheres*. Queria implicar com essa versão, que botou Daniel Craig, o último 007, a encarnar o personagem do jornalista Mikael Blomkvist, mas não consegui. O roteiro é melhor do que o do filme sueco, e David Fincher, o mesmo que fez o excelente *Clube da luta* e também *A rede social*, é um diretor capaz de lidar com a violência sem escorregar nos clichês. Mas o filme em cartaz é só uma desculpa para falar do lugar que Lisbeth Salander ocupa não apenas no nosso coração, mas também no nosso fígado.

Se você não teve a chance de ler a trilogia *Millennium*, não se preocupe. Você é um sortudo, invejado por ainda ter esse prazer à sua espera. Neste verão, Lisbeth Salander capturou até mesmo meu pai, passado dos 80 anos, que até então era rígido em seus hábitos de só ler livros acadêmicos, ensaios e clássicos em geral. De repente, meu pai se viu abduzido por aquela estranha criatura, uma alienígena no seu mundo, mas dotada de uma humanidade avassaladora. E o segundo volume, que não tinha sido levado para a casa de praia, teve de ser providenciado às pressas. À heroína, então.

Lisbeth Salander é uma hacker. Não uma qualquer, mas uma das melhores. Seu passado — e a pior parte do seu presente — é tudo aquilo que os jovens do movimento mundial Occupy, que protestam contra o sistema financeiro internacional e as instituições que o representam, denunciavam que está podre e que não faz mais sentido. Mas as semelhanças, como veremos, acabam aí. Se a internet não houvesse surgido, talvez Lisbeth estivesse condenada a morrer numa clínica psiquiátrica, como tantos, tantas vezes, por

obra da velha ordem. Mas a internet surgiu, e com ela uma brecha para Lisbeth escapar e inventar sua frágil resistência.

Lisbeth carrega em si todas as marcas do velho mundo — representado pelo Estado que a condenou e ainda controla a sua vida. Estado esse que é encarnado por homens “instituídos” que abusaram — e ainda abusam — de Lisbeth, com a justificativa pública, essa também tão abusada ontem como hoje, do “é para o seu próprio bem”. Por trás deles e do Estado a quem dão face, ocultam-se tanto as perversões individuais quanto os crimes do poder estabelecido que devem permanecer escondidos, custe o que custar. E custa muito.

Para dar forma a essas marcas invisíveis, Lisbeth Salander tatua um dragão nas costas. Como descobrimos no desenrolar da história, as expressões físicas das violências que continuam infligindo em Lisbeth acabam sumindo, nos dias. O dragão permanece lá. O dragão resiste, assim como os inúmeros *piercings* que a perfuram para lembrar que, em cada um deles, foi ela que escolheu se flagelar. O dragão é a marca que Lisbeth escolheu para representar a si mesma — não a que foi imposta a ela. O dragão é a reinvenção possível.

Nossa heroína não acredita em (quase) nada. Nem em (quase) ninguém. Ela não tem ilusões: Lisbeth sabe que está sozinha. Lisbeth foi vítima tanto das utopias que moveram o mundo no século 20 quanto do fim delas. Ela é, de fato, filha da Guerra Fria e dos arranjos que vieram depois, como o leitor vai descobrir nos volumes seguintes. Mas é também filha de si mesma, como tentam ser todos os que vivem nessa época.

Com uma profunda e justificada desconfiança dos homens — a começar pelo próprio pai — e com uma profunda pena das mulheres — a começar pela própria mãe —, Lisbeth Salander cria um homem e uma mulher, um nem homem nem mulher para si. Radical em sua androginia, Lisbeth poderia ser definida como uma bissexual, não fosse essa uma definição superada e que já não dá mais conta da complexidade da sexualidade humana. Lisbeth, também sexualmente, só pode ser definida pela indefinição. Como o mundo que prefere habitar, o da internet, nossa heroína é fluida e sem fronteiras.

No primeiro volume da série, os caminhos de Lisbeth Salander se cruzam com os de Mikael Blomkvist. Quem é Mikael? Um jornalista que investiga e denuncia os poderosos. Um jornalista que acredita em seus ideais, que sacrifica a vida pessoal pela missão de documentar a História — e as histórias — do seu país. Um homem bom. Para isso, Mikael criou, com dois sócios, a revista *Millennium* — uma publicação pequena, independente e combativa. A princípio, parece que é o nome da revista que dá título à trilogia da série criada por Stieg Larsson. Mas acredito que o *Millennium* de Larsson é algo mais profundo — é um ser e estar neste milênio.

No momento em que Lisbeth e Mikael se encontram, ele acabara de perder uma ação na justiça contra um dos homens poderosos — e corruptos — que denunciou. Com a condenação, Mikael perdeu todo o seu patrimônio: não apenas o dinheiro que tinha conseguido guardar em uma vida apertada, como o maior bem de um jornalista decente, de um homem íntegro: credibilidade.

Mikael se assemelha muito ao perfil de Stieg Larsson. Como Mikael, o autor da obra foi um dos jornalistas mais importantes da Suécia. Passou a vida denunciando os poderosos — e mais do que todos, aqueles que eram extremistas de direita. Larsson denunciou várias organizações fascistas e racistas enquanto viveu. Por sua luta pelos direitos humanos, recebeu ameaças de morte. Como Mikael, ele mantinha uma pequena, independente e combativa revista, a *Expo*. E foi ao subir os sete lances da escada

do prédio da revista, porque o elevador estava quebrado, que ele teve um enfarte e morreu, em novembro de 2004, aos 50 anos. Antes de lançar a trilogia que o tornaria famoso e milionário. Antes de terminar o quarto livro da série — escrevera 200 das 600 páginas previstas. E antes de escrever os outros seis — ele havia sonhado com dez volumes.

Stieg Larsson era como Mikael Blomkvist. Mas, talvez, como todas as pessoas que já viram as tripas do poder legalmente instituído de perto e já foram vítimas dos burocratas que dele se alimentam como os vermes que são, aspirasse a ser uma Lisbeth Salander. Acho que Lisbeth Salander foi a vingança de Stieg Larsson. Depois de passar a vida denunciando a podridão — e, veja bem, estamos falando da Suécia — e se ferrando por isso na vida real, era preciso criar uma vingadora na ficção. Talvez fosse isso ou deixar de acreditar. E, para alguém como Stieg Larsson, deixar de acreditar era morrer. Na ficção, Lisbeth Salander salva Mikael Blomkvist. Me arrisco a pensar que, na vida real, ela também salva Stieg Larsson. E o salvaria por completo, não fosse ele morrer cedo demais. Este, aliás, é sempre o problema com a realidade.

Lisbeth Salander olha para Mikael Blomkvist com algo próximo da ternura. Não são muitos os homens bons na sua vida. Ela o ajuda não por acreditar no que ele acredita, ela o ajuda por acreditar nele. De certo modo, Lisbeth, apesar de sua juventude, é mais vivida e experiente do que Mikael. Como os jovens do Occupy, ela acredita que as instituições estão falidas, que a velha ordem ruiu e que não há como lutar dentro do sistema. Mas, diferentemente deles, Lisbeth não acredita em quase ninguém e, portanto, desconfia das massas. Para Lisbeth, a única saída possível é individual. Ela é um rato resistente, sobrevivendo nos porões e roendo os alicerces da cidade, na mais absoluta solidão existencial. Ela é uma hacker — e o único movimento coletivo possível é aquele onde os indivíduos não sentem o cheiro da pele um do outro, cada um seguro na sua toca.

Esta é uma face importante de Lisbeth: a não face. Revela nossa época também pela negativa da autoria. Não é esta, afinal, uma das grandes questões colocadas pela internet e um dos grandes embates travados hoje em torno dos direitos autorais?

Enquanto há um movimento em que indivíduos fazem qualquer coisa, até comer baratas ou se submeter a 50 cirurgias plásticas para se diferenciar, ter seus minutos de fama e conquistar uma autoria no mundo, ainda que efêmera, Lisbeth mergulha no anonimato. Renascida na internet, ela é reconhecida apenas por seus pares, outros hackers, mas não com um nome — e sim com um codinome. Lisbeth, ao contrário dos homens e mulheres da geração de Mikael Blomkvist, não se interessa por construir um nome. Sua salvação e sua liberdade estão no anonimato. Lisbeth realiza feitos fantásticos, mas não reivindica nem autoria, nem créditos.

A outra face essencial de Lisbeth é o não pertencimento. Estrangeira em um mundo sem fronteiras, o conceito de nação não faz parte do planeta dela. Lisbeth é mais familiarizada — e a escolha do termo é proposital — com o hacker sem nome de lugar nenhum do que com o vizinho de porta. Lisbeth não tem chaves — tem senhas. Estar em Estocolmo ou em Pequim, para ela tanto faz. Ela não é estrangeira por pertencer a um outro país, ela é estrangeira como um ser em si. Ela é estrangeira diante do outro — ou de quase todos os outros — porque o olhar do outro para ela não faz a menor diferença. Ela não reconhece esse olhar, estrangeira que é frente à sua própria espécie. Ser estrangeira, para Lisbeth, é parte da nova condição humana.

Lisbeth Salander é andrógina, miúda e parece anoréxica — “é metabólico, não engordo”, diz no filme

americano. Come *junk food*, fuma um cigarro atrás do outro, circula pela noite *underground*. Parece frágil, mas é forte. E se vinga. É marcada — e faz marcas. Sem confiar na lei e no Estado, faz justiça na ilegalidade e nas margens. Para ela, esses limites não existem, o mundo não se coloca mais nesses termos. Todas essas convenções, no olhar e na experiência de Lisbeth Salander, já apodreceram. Em sua moto pelas estradas — ou escondida sob o seu capuz —, ela talvez seja a nova mulher, aquela que se recusa a ser vítima, mas que jamais queimará sutiãs em praça pública. Lisbeth Salander é a nova mulher na medida em que também é o novo homem.

13 de fevereiro de 2012

Me chamem de velha

Sugeri a uma amiga que trocasse a palavra “idosas” por “velhas” em um texto. E fui informada de que era impossível, porque as pessoas sobre as quais ela escrevia se recusavam a ser chamadas de “velhas”: só aceitavam ser “idosas”. Pensei: “roubaram a velhice”. As palavras escolhidas — e mais ainda as que escapam — dizem muito, como Freud já nos alertou há mais de um século. Se testemunharmos uma epidemia de cirurgias plásticas na tentativa da juventude para sempre (até a morte), é óbvio esperar que a língua seja atingida pela mesma ânsia. Acho que “idoso” é uma palavra *fotoshopada* — ou talvez um *lifting* completo na palavra “velho”. E saio aqui em defesa do “velho” — a palavra e o ser/estar de um tempo que, se tivermos sorte, chegará para todos.

Desde que a juventude virou não mais uma fase da vida, mas uma vida inteira, temos convivido com essas tentativas de tungar a velhice também no idioma. Vale tudo. Asilo virou casa de repouso, como se isso mudasse o significado do que é estar apartado do mundo. Velhice virou terceira idade e, a pior de todas, “melhor idade”. Tenho anunciado a amigos e familiares que, se alguém me disser, em um futuro não tão distante, que estou na “melhor idade”, vou romper meu pacto pessoal de não violência. O mesmo vale para o primeiro que ousar falar comigo no diminutivo, como se eu tivesse voltado a ser criança. Insuportável.

A velhice é o que é. É o que é para cada um, mas é o que é para todos também. Ser velho é estar perto da morte. E essa é uma experiência dura, duríssima até, mas também profunda. Negá-la é não só inútil como uma escolha que nos rouba algo de vital. Semanas atrás, em um programa de TV, o entrevistador me perguntou sobre a morte. E eu disse que queria viver a minha morte. Ele talvez não tenha entendido, porque afirmou: “Você não quer morrer”. E eu insisti na resposta: “Eu quero viver a minha morte”.

Na adolescência, eu acalentava a sincera esperança de que algum vampiro considerasse o meu pescoço interessante o suficiente para me garantir a imortalidade. Mas acabei aceitando que vampiros não existem, embora circulem muitos chupadores de sangue por aí. Isso só para dizer que é claro que, se pudesse escolher, eu não morreria. Mas essa é uma obviedade que não nos leva a lugar algum. Que ninguém quer morrer, todo mundo sabe. Mas negar o inevitável serve apenas para engordar o nosso medo sem que aprendamos nada que valha a pena.

A morte tem sido roubada de nós. E tenho tomado providências para que a minha não seja apartada de mim. A vida é incontrollável e posso morrer de repente. Mas há uma chance razoável de que eu morra numa cama e, nesse caso, tudo o que eu espero da Medicina é que amenize a minha dor. Cada um sabe do tamanho de sua tragédia, então esse é apenas o meu querer, sem a pretensão de que a minha escolha seja melhor que a dos outros. Mas eu gostaria de estar consciente, sem dor e sem tubos, porque o morrer será minha última experiência vivida. Acharia frustrante perder esse derradeiro conhecimento sobre a existência humana. Minha última chance de ser curiosa.

Há uma bela expressão que precisamos resgatar, cujo autor não consegui localizar: “A morte não é o

contrário da vida. A morte é o contrário do nascimento. A vida não tem contrários”. A vida, portanto, inclui a morte. Por que falo da morte aqui neste texto? Porque a mesma lógica que nos roubou a morte sequestrou a velhice. A velhice nos lembra da proximidade do fim, portanto acharam por bem eliminá-la. Numa cultura em que a juventude é não uma fase da vida, mas um valor, envelhecer é perder valor. Os eufemismos são a expressão dessa desvalorização na linguagem.

Não, eu não sou velho. Sou idoso. Não, eu não moro num asilo. Mas numa casa de repouso. Não, eu não estou na velhice. Faço parte da melhor idade. Tenho muito medo dos eufemismos, porque eles soam bem-intencionados. São os bonitinhos mas ordinários da língua. O que fazem é arrancar o conteúdo das letras que expressam a nossa vida. Justo quando as pessoas têm mais experiências e mais o que dizer, a sociedade tenta confiná-las e esvaziá-las também no idioma.

Chamar de idoso aquele que viveu mais é arrancar seus dentes na linguagem. Velho é uma palavra com caninos afiados — idoso é uma palavra banguela. Velho é letra forte. Idoso é fisicamente débil, palavra que diz de um corpo, não de um espírito. Idoso fala de uma condição efêmera, velho reivindica memória acumulada. Idoso pode ser apenas “ido”, aquele que já foi. Velho é — e está. Alguém vê um Boris Schnaiderman, uma Fernanda Montenegro e até um Fernando Henrique Cardoso como idosos? Ou um Clint Eastwood? Não. Eles são velhos.

Idoso e palavras afins representam a domesticação da velhice pela língua, a domesticação que já se dá no lugar destinado a eles numa sociedade em que, como disse alguém, “nasce-se adolescente e morre-se adolescente”, mesmo que com 90 anos. Idosos são incômodos porque usam fraldas ou precisam de ajuda para andar. Velhos incomodam com suas ideias, mesmo que usem fraldas e precisem de ajuda para andar. Acredita-se que idosos necessitam de recreacionistas. Acredito que velhos desejam as recreacionistas. Idosos morrem de desistência, velhos morrem porque não desistiram de viver.

Basta evocar a literatura para perceber a diferença. Alguém leria um livro chamado “O idoso e o mar”? Não. Como idoso o pescador não lutaria com aquele peixe. Imagine então essa obra-prima de Guimarães Rosa, do conto “Fita Verde no Cabelo”, submetida ao termo “idoso”: “Havia uma aldeia em algum lugar, nem maior nem menor, com velhos e velhas que velhavam...”.

Velho é uma conquista. Idoso é uma rendição.

Como em 2012 passei a estar mais perto dos 50 do que dos 40, já começo a ouvir sobre mim mesma um outro tipo de bobagem. O tal do “espírito jovem”. Envelhecer não é fácil. Longe disso. Ainda estou me acostumando a ser chamada de senhora sem olhar para os lados para descobrir com quem estão falando. Mas, se existe algo bom em envelhecer, é o “espírito velho”. Esse é grande.

Vem com toda a trajetória e é cumulativo. Sei muito mais do que sabia antes, o que significa que sei muito menos do que achava que sabia aos 20 e aos 30. Sou consciente de que tudo — fama ou fracasso — é efêmero. Me apavoro bem menos. Não embarco em qualquer papinho mole. Me estatelei de cara no chão um número de vezes suficiente para saber que acabo me levantando. Tento conviver bem com as minhas marcas. Conheço cada vez mais os meus limites e tenho me batido para aceitá-los. Continua doendo bastante, mas consigo lidar melhor com as minhas perdas. Troco com mais frequência o drama pelo humor nos comezinhos do cotidiano. Mantenho as memórias que me importam e jogo os entulhos fora. Torço para que as pessoas que amo envelheçam, porque elas ficam menos vaidosas e mais divertidas. E espero que tenha tempo para envelhecer muito mais o meu espírito, porque ainda sofro à toa e tenho umas cracas grudadas à minha alma das quais preciso me livrar porque não me pertencem. Espero

chegar aos 80 mais interessante, intensa e engraçada do que sou hoje.

Envelhecer o espírito é engrandecê-lo. Alargá-lo com experiências. Apalpar o tamanho cada vez maior do que não sabemos. Só somos sábios na juventude. Como disse Oscar Wilde, “não sou jovem o suficiente para saber tudo”. Na velhice havemos de ser ignorantes, fascinados pelas dimensões cada vez mais superlativas do que desconhecemos e queremos buscar. É essa a conquista. Espírito jovem? Nem tentem.

Acho que devíamos nos rebelar. E não permitir que nos roubem nem a velhice nem a morte, não deixar que nos reduzam a palavras bobas, à cosmética da linguagem. Nem consentir que calem o que temos a dizer e a viver nessa fase da vida que, se não chegou, ainda chegará. Pode parecer uma besteira, mas eu cometo minha pequena subversão jamais escrevendo a palavra “idoso”, “terceira idade” e afins. Exceto, claro, se for para arrancar seus laços de fita e revelar sua indigência.

Quando chegar a minha hora, por favor, me chamem de velha. Me sentirei honrada com o reconhecimento da minha força. Sei que estou envelhecendo, testemunho essa passagem no meu corpo e, para o futuro, espero contar com um espírito cada vez mais velho para ter a coragem de encerrar minha travessia com a graça de um espanto.

20 de fevereiro de 2012

Enfim, a emancipação masculina

Lembro-me de um evento psicanalítico ocorrido em Porto Alegre, anos atrás, sobre “Masculinidade”. De repente, apareceu um engenheiro por lá, adentrando o mundo dos psis. Ele queria entender, como homem, a sua falta de lugar no mundo. Não sei se conseguiu, mas sua presença foi um belo movimento para fora do território conhecido, onde as contas já não fechavam, rumo ao insondável. Ainda tateando sobre esse tema tão fascinante, penso que a melhor notícia para todos nós é a confusão sobre o lugar do homem. Sobre isso, Laerte Coutinho, entrevistado no *Roda Viva*²³ (TV Cultura), fez uma grande observação: os homens nunca fizeram a revolução masculina.

Para começar, quem é Laerte? Se você não ouviu falar dele, está perdendo uma revolução encarnada numa pessoa. Antes, porém, é importante sublinhar que ele talvez seja o maior cartunista brasileiro. Para mim, é um gênio. E não é uma opinião solitária. Não aquele gênio banalizado dos manuais 171 vendidos nas livrarias, mas gênio mesmo, daqueles que nasce um a cada muitos e muitos e muitos anos. Só para recordar, são dele histórias em quadrinhos como “Piratas do Tietê” e personagens como Overman, Deus e Fagundes, o Puxa-Saco. A minha vida, pelo menos, seria mais pobre se eu não pudesse ler todo dia as tirinhas do Laerte publicadas na *Folha de S.Paulo*.

Em 2010, Laerte passou a se vestir de mulher — publicamente. Tipo ir à padaria de saia e meia-calça. Laerte se tornou ora ele, ora ela, ele/ela no mesmo corpo e na mesma cabeça. E, desde então, não para de dar entrevistas nas quais parte dos entrevistadores tenta, com certo grau de ansiedade, encaixá-lo/a em alguma definição. A novidade, no sentido libertador do novo, mesmo, é que Laerte se coloca para além das definições. Nem acho que *cross-dresser* (homem que gosta de se vestir de mulher — ou vice-versa — sem necessariamente ser gay) serve para enquadrá-lo/a. Acho que todos nós ganharíamos — “héteros, gays, bissexuais, transgêneros, travestis, transexuais, assexuais etc etc” — se abolíssemos a necessidade de caber em algum verbete. Seres humanos não são como aqueles jogos de montar para crianças pequenas, em que é preciso encaixar o retângulo no retângulo, o triângulo no triângulo e assim por diante. A única definição que vale a pena é justamente a indefinição. Sou aquele/a que é sem se dizer. Ou sou aquele/a que é sem precisar dizer o que é.

Essa é a novidade de Laerte, que é homem, é mulher, é masculino, é feminino e é também alguma coisa além ou aquém disso. Que se veste de mulher, mas fala e caminha como um homem. Que na infância gostava de costura e de futebol. Que vai jantar de saia e unhas vermelhas com uma namorada, mas pode também ter um namorado. Que enfia um pretinho básico sem se tornar efeminado. Que começa a entrevista de pernas cruzadas e, lá pelas tantas, se empolga e abre as pernas sem se importar que no meio delas more um pinto. Laerte é novo/a porque nos escapa. É um homem novo, mas também pode ser uma mulher nova.

Uma polêmica recente mostra o incômodo que sua figura provoca: Laerte foi repellido/a no banheiro

feminino de uma pizzeria paulistana por uma cliente que se sentiu incomodada com sua definição indefinida. Surgiram então ideias esdrúxulas, como a de fazer um terceiro banheiro para os que não se enquadrariam nas categorias tradicionais. Se o terceiro banheiro vingar, vou começar a frequentar os três, porque começo a achar uma afronta a exigência de que eu tenha de me definir para fazer xixi. Por agora, acho tão ultrapassado haver banheiros separados por qualquer coisa, que nem pretendo me estender nesse assunto. Era apenas para contar um pouco quem é Laerte para aqueles que ainda o/a estão perdendo. E desembarcar no tema que me interessa mais.

A certa altura da entrevista, ele/ela fez a seguinte observação: “Existiu a tal da revolução feminina, que é um dos marcos da humanidade. O que não aconteceu é a revolução masculina”. Laerte referia-se ao fato de que as mulheres já fizeram mil e uma rebeliões e continuam se batendo por aí. Marlene Dietrich, por exemplo, causou comoção por usar calças, mas isso em 1920! Quase um século depois, Laerte nos empapa de assombro por ir ao supermercado de saia. Isso diz alguma coisa, não?

Eu acho que não é nada fácil ser homem hoje em dia porque não se sabe o que seja isso. Mas, se essa dificuldade fez o engenheiro do primeiro parágrafo ousar se sentar na plateia de um seminário de psicanalistas para se entender, esta é também a melhor notícia possível para um homem. A princípio, os homens nunca precisaram fazer nenhuma revolução para conquistar direitos porque supostamente tinham todos eles garantidos desde sempre. Uma posição cômoda, mas apenas na aparência. Podiam fazer o que bem entendiam. Desde que fossem “homens”. E aí é que morava — e ainda mora, em muitos casos — a prisão. Podiam tudo, desde que fossem uma coisa só.

Ser forte e competitivo; sustentar a casa e a família; ter todas as respostas, muitas certezas e nenhuma dúvida; gostar de futebol e de vale-tudo; dar tapas nas costas do colega; falar bastante de mulher, mas jamais de intimidade; nunca demonstrar sensibilibidades; dar mesada para a esposa; fazer o imposto de renda; resolver o problema do encanamento... Que peso incomensurável. Era isso ser homem por muitos séculos, sem falar nas guerras. E era preciso estar satisfeito com isso porque, afinal, você estava no topo da cadeia alimentar da espécie, ia reclamar do quê?

Acontece que, hoje, nenhuma das características citadas define o que é ser um homem. Assim como nenhuma característica — tradicional ou não — define o que é ser uma mulher. Do mesmo modo que a anatomia também não é mais capaz de definir o que é ser um homem e o que é ser uma mulher. E nem a escolha da carreira ou a posição na sociedade. Se há algo que define o que é ser um homem e o que é ser uma mulher, este algo está fora das palavras. E isso é o que torna Laerte fascinante: ele se apropriou da confusão e tornou-se a indefinição.

Graças às mulheres, e também aos homens que ousaram sair do armário (e aqui não me refiro somente à orientação sexual), os homens começam a autorizar-se a vagar sem rumo por aí, cada um do seu modo. Até porque não há caminhos já trilhados para seguir, já que não é mais possível apenas refazer os passos do pai ou do avô — nem é suficiente se contrapor totalmente a eles e segui-los pelo avesso. O que há são vidas a serem inventadas.

É claro que muitos homens se arrastam pelas ruas lamentando a perda de lugar. Sem saber o que fazer da existência nem de si, alguns arrotam alto ou espancam gays na tentativa pífia de mostrar que ainda sabem o que são. Perder o lugar e confundir-se não é fácil, não é mesmo. Mas é um espaço inédito de liberdade. É possível arrancar o terno de chumbo e descobrir que pele existe embaixo dele. E faz parte estar ainda em carne viva.

Acho que os homens alcançaram, finalmente, um começo de emancipação. E espero que as mulheres tenham a grandeza de estar à altura desses novos homens que começam a surgir. E enfim a saudade do macho provedor na lata de material reciclável. Porque há muitas mulheres que ainda suspiram de nostalgia do macho provedor, mesmo se achando modernas e liberadas. Pode até ser que esse seja um bom arranjo para alguém, mas já não há garantias. Faz parte da jornada amorosa acolher a confusão dos homens que amamos porque tudo deve ser mesmo muito novo e muito assustador para eles.

Uma amiga contava, dias atrás, que seu marido passou uns tempos arrebatado pela agente do FBI da série americana *Fringe* (ótima, aliás!). Ocorre que Olivia Dunham, a dita agente, é uma loira linda, inteligente e destemida. E ocorre que o marido da minha amiga não estava encantado no sentido erótico convencional: ele não queria transar com Olivia Dunham, mas “ser” a agente do FBI.

Os leitores com menos imaginação e ainda presos ao velho mundo pensaram nesse instante: o cara é gay. Não, ele não é. Ele pode preferir transar com mulheres — e, no caso, faz minha amiga muito feliz — e se identificar com a agente Olivia Dunham como outros se identificam com os personagens sempre “muito machos” de Sylvester Stallone ou até com o Neymar. Há espaço para tudo. E para todos. Se podemos ter fantasias infinitas, para que se limitar, seja nós o que formos? Minha amiga, que é sábia, achou muito divertido. E, assim, teve a experiência de namorar Olívia Dunham algumas vezes. Ainda não é para qualquer um/a, mas que pena que não é.

Lembram da frase mítica? “Uma terra onde os homens são homens, e as mulheres são mulheres.” Ufa, o faroeste se foi e ninguém sabe bem o que é ser homem nem o que é ser mulher nos dias de hoje. E não, os homens também não são de Vênus, nem as mulheres de Marte. Ou será que era o contrário?

Se estivermos à altura do nosso tempo, descobriremos que há infinitas possibilidades — e não uma só — de sermos seja lá o que for. Como alguém disse no Twitter: “Na vida, não limite-se. Laerte-se!”.

27 de fevereiro de 2012

²³ O cartunista Laerte foi entrevistado no *Roda Viva* em 20 de março de 2012. A entrevista está disponível na internet.

Não, a vida não começa aos 40

Parece uma epidemia. Não paro de ouvir e de ler que “a vida começa aos 40”. A frase não é nova, talvez seja até quarentona... Hoje, porém, ela parece ter deixado o marketing publicitário para virar filosofia da vida cotidiana. E em bocas que costumam dizer coisas que valem a pena. De uns tempos para cá, atrizes e escritoras interessantes têm repetido esse *slogan*, depois de passar dos 40. Nesse verão, li várias vezes essa frase em revistas femininas diferentes, ditas por mulheres diferentes, mas incluídas no pacote do “bonita-e-bem-sucedida”... e com mais de 40.

Entendo que a frase é simpática. E bem-intencionada. E tenha sido até revolucionária no passado recente. Afinal, mesmo durante boa parte do século 20 acreditava-se que a vida acabava aos 40 — a vida das mulheres, pelo menos. Ou, pelo menos, acreditava-se que, depois dos 40, o mais emocionante que uma mulher poderia esperar seriam os netos (que, acredito, sejam mesmo algo bem emocionante). Entendo também que é uma conquista existirem protagonistas de novelas com mais de 40 anos e mulheres em todas as áreas criando depois dos 40. Receio, porém, que estejamos enfiando o nosso pé, ainda que vestido com um sapato estiloso, em uma nova armadilha. E, em vez de uma frase meio marqueteira, meio lugar-comum, que se diz aqui e ali quando falta assunto, ao ser levada a sério torne-se uma sentença.

O que significa “a vida começa aos 40”? Fiz uma pequena pesquisa em blogs e revistas e parece que significa o seguinte: a vida começaria aos 40 porque as mulheres ainda estariam bonitas, já seriam donas de uma carreira consolidada e financeiramente estáveis, teriam passado por percalços suficientes para se sentirem mais confiantes e, então, sem as pressões e inseguranças dos 20 e até dos 30, estariam mais livres para inventar novos rumos para suas vidas — e novos rumos que estariam mais próximos de seus desejos.

Significava também que, aos 40, as mulheres já estariam com os filhos crescidos e, portanto, teriam superado certo peso da maternidade. Mas acho que essa parte do pacote já perdeu força, na medida em que hoje muitas mulheres estão justamente tentando engravidar ou com filhos pequenos ao completar 40 anos. Nesse sentido, o mais correto a afirmar nesses dias é que, em muitos casos, a vida dos filhos começa quando suas mães têm 40 anos. E acho que este é um bom tema para outro momento.

Por que eu desconfio da afirmação de que “a vida começa aos 40”? Primeiro, porque nela está implícito que existe uma espécie de “vida de verdade”, enquanto a outra, a que veio antes, seria uma vida menor. Eu acho que é preciso ter medo, muito medo, da tal da “vida de verdade”.

Seja aos 40 ou em qualquer idade, a tal da “vida de verdade” é fonte de muito sofrimento desnecessário. Ela coloca nossas vidas imperfeitas — e tudo e todos que dela fazem parte — como sendo sempre insuficientes diante de alguma outra vida imaginária. Ou nos instala no modo de espera de algo extraordinário que ainda vai acontecer e nos arrancar do que interpretamos como uma mesmice

aquém do que merecemos. A “vida de verdade” é uma grande mentira. E a história de que “a vida começa aos 40” a reforça. Nesse ritmo, talvez a vida não comece nunca. E acho que há gente demais — mulheres e homens — vivendo à espera de que a vida comece, sem reparar que ela já vai pelo meio.

Se formos levar na literalidade da letra que a vida começa aos 40, seria muito triste. Seria mesmo desesperador. Se, ao alcançar os 40 uma mulher chegasse à conclusão de que o que se passou antes foi apenas um preâmbulo para uma vida — e não a vida em si, com toda a sua quantidade de drama e de nada — haveria um motivo bastante legítimo para se matar aos 40. Afinal, o que foi que você fez antes se não era vida o que estava acontecendo?

Digamos ainda que essa mulher hipotética seja intrépida o suficiente para pensar: “Oquei, tudo o que veio antes foi tempo perdido, ou apenas uma preparação para o que está por vir, mas agora a vida de verdade começa”. Nesse caso, ela também chegaria à conclusão de que seria uma existência bem curta. Com a expectativa de vida de 77 anos, segundo o último censo do IBGE, as brasileiras teriam aí, em média, uns 37 anos pela frente.

Nesses 37 anos, mesmo que essa mulher seja saudável como uma vaca de leilão, teria de lidar com problemas de saúde aqui e ali, depois aqui, ali e em toda parte. Teria de lidar com as letras que vão diminuindo de tamanho bem diante dos seus olhos. Teria de lidar com a perda progressiva da juventude. E teria de lidar com a velhice dos pais, com a sua própria, e também com a morte daqueles a quem ama. É muita coisa para lidar, não? Se além de tudo isso a vida estiver começando... coitadas de nós.

Ao defender que “a vida começa aos 40”, portanto, estamos nos lançando em um paradoxo lógico: “a vida começaria no mesmo momento em que chega à metade”. E não a qualquer metade, mas a uma metade que envolve declínio físico, perdas inescapáveis e termina em morte. Parece deprimente? Seria, se fosse só isso, mas há também muitas possibilidades interessantes em curso, se tivermos aprendido algo num momento anterior. Triste? Algumas vezes muito triste, com certeza, mas também engraçada, se já conseguirmos rir de nós mesmas, e com um monte de coisas para inventar e para experimentar — e outras que só nos resta aceitar. É a vida, com sua mistura de tragédia e comédia e um bocado de espaços vazios e repetições.

Despida de seu conteúdo revolucionário, que fazia sentido em décadas passadas, mas hoje não me parece que faça mais, a máxima de que “a vida começa aos 40” pode se tornar uma autossabotagem. Temos medo, quando chegamos aos 40, porque uma metade da vida já passou — e justamente a metade em que éramos jovens. Para as mulheres é de certo modo mais difícil porque a exigência de que pareçamos jovens é maior. E, por causa dela, muitas se lançam aos bisturis para adiar o inevitável, nem sempre com resultados satisfatórios. Sem falar nas injeções na testa, que de piada viraram coisa séria e dispendiosa desde a invenção do botox. Mas não acho que transformar nosso medo em autoafirmação seja uma boa ideia. Tipo: “Ah, que maravilha, cheguei aos 40 anos e agora começa a melhor época da minha vida!”. Soa meio bobo, não? Não é possível que 40 anos de vida não tenham nos permitido dizer algo mais instigante.

É preciso que a vida antes dos 40 tenha sido bem ruim para que o que venha depois seja tão melhor assim a ponto de se tornar a vida inteira. Se não foi tão ruim antes dos 40, também não é preciso temer que seja tão pior depois, a ponto de se tornar necessário gritar em público que os 40 estão sendo uma libertação ou uma epifania ou a abertura de 2001 — *Uma odisseia no espaço*[24](#).

Como tudo nesse nosso mundo de mercadorias, o conteúdo revolucionário de ontem virou propaganda

de hoje para nos vender um montão de produtos. E seria legítimo esperar que pelo menos nisso soasse algum tipo de sirene, já que a maior parte do que tentam nos vender nessa faixa etária onde “a vida começa” seja justamente rejuvenescimento. Contraditório, não? Acreditar que publicidade é filosofia, este é um passo que não precisamos dar.

Fico aqui pensando se não há também certa dose de vingança contra as mais jovens nessas reafirmações constantes da força da mulher dos 40 e dos 50 e além. Algo como: “Vocês têm juventude, corpinho e possibilidades, mas a vida de vocês não tem nenhum significado. A vida de verdade começa aos 40”. Ora, todas nós tivemos 20, e todas as que têm 20 hoje terão 40 e, com sorte, um dia passarão dos 70. Foi importante para mim aos 20 e depois aos 30 saber que existiam mulheres interessantes, criando vidas interessantes, depois dos 40, dos 50 e além. Hoje, perto de completar 46 anos, sonho em chegar aos 80 com uma vida tão significativa como a de Fernanda Montenegro ou como a de uma parteira chamada Jovelina, que conheci numa reportagem no Amapá. Mas ao meu próprio modo.

Agora, se essas mulheres que criam coisas interessantes e por isso ganham espaço na mídia e por isso se tornam formadoras de opinião e por isso se tornam perfeitas não para si mesmas, mas para os anunciantes, tivessem feito pouco caso da minha vida de 20 para afirmar a sua de 40, 50 ou além, eu teria ficado muito decepcionada. Não por acreditar nelas, mas por não poder acreditar nelas.

A vida é o que temos e o que fazemos dela, com um pouco de tudo, em qualquer idade. Aos 40, percebemos que começamos a envelhecer. Não acho que devemos negar isso, mesmo porque não adianta. O que vamos dizer aos 50 ou aos 60? Que a vida começa de novo? Ué, mas ela não tinha começado aos 40? E aos 70, 80 ou 90, vamos “descobrir” que a vida começa no fim?

Não existe “vida de verdade” — só existe vida, que é o que está acontecendo agora, seja lá o que for. Acho que vale mais a pena aceitar que envelhecemos e descobrir um jeito de viver com isso. Não começando, mas continuando a criar a melhor vida possível, a melhor vida possível com os limites de cada uma, do jeito de cada uma. E com uma grande dose de generosidade com as nossas atrapalhões — e também com as de quem amamos — seja aos 20, aos 40 ou aos 70.

De minha parte, aos 20 anos eu estava tropeçando nos meus próprios pés e me perguntando o que e quem sou eu. Aos 40 e poucos continuo tropeçando nos meus próprios pés e me perguntando quem e o que sou eu. Não que não tenha descoberto e trilhado algumas pistas, mas é que elas vão se multiplicando e se alargando no percurso. O tempo escasseia, mas o número de perguntas aumenta, o que é um tanto ingrato.

Aos 20 anos, eu não sabia se queria ser jornalista ou bióloga ou garçonete em Amsterdã ou me matar. Aos 40 e poucos eu me confundo com escolhas mais subjetivas, algumas não consigo nem mesmo nomear. E me preocupo muito em não ser uma coisa só, como um daqueles gênios presos em uma garrafa, que só realizam o desejo dos outros. Me esforço então para desfazer rótulos sobre mim mesma — e faço caretas para não ficar cristalizada em uma só imagem no espelho, o privado e o público. Nesse momento da vida, a gente pode descobrir que é tão importante se desinventar como foi um dia se inventar. Mas imagino que, bem perto da morte, ainda vou estar tropeçando em pés com joanetes e pensando: o que e quem sou eu?

Tenho uma amiga dez anos mais velha para quem pergunto todo ano, só para sacanear: Você ficou mais sábia? “Não”, ela sempre responde, “mas estou com uma ruga enorme na testa”. Eu também não fiquei, digo. Mas acho que ficamos ambas, porque rimos disso. Depois dos 40, o que posso afirmar é que a vida, pelo menos para mim, não começou. Continuei perdida, assaltada por perguntas e duvidando das

respostas. Mas comecei a entender que esta é uma boa notícia.

12 de março de 2012

[24](#) 2001 — *Uma odisseia no espaço* é um filme dirigido por Stanley Kubrick (1968, Reino Unido/EUA), cuja abertura apoteótica ao som de *Assim falou Zaratustra*, do compositor alemão Richard Strauss, é considerada uma obra-prima.

Aventuras de uma filha no quarto dos pais

Até a noite da quarta-feira passada, para mim eram três os grandes mistérios do universo: a existência da “partícula de Deus”, se Capitu traiu ou não Bentinho, o paradeiro dos ossos de Ulysses Guimarães. De repente, tudo mudou. E eu descobri que havia apenas um mistério sobre o qual valia a pena me debruçar. E não apenas isso, que este era todo o mistério possível desde que me tornei uma bípede precoce e tresloucada, batendo a cabeça pelas paredes do apartamento da família, aos nove meses de vida. Aconteceu como costumam acontecer os grandes acontecimentos. Sem anúncios do Banco Central, sem qualquer menção no calendário maia. Só eu e a minha solidão diante do universo insondável.

Vou contar como se passou.

Meu pai estava na sala de cirurgia. O médico tinha um sobrenome alemão que soava como um espirro daqueles fortes. Não sei por qual razão, mas me parecia que um médico com um sobrenome desses seria capaz de arrancar a hérnia do meu pai pelo pescoço, com apenas um puxão. Por causa disso, comentei que ele faria a cirurgia com um pé nas costas. Meu marido respondeu que poderia passar a vida tentando botar um pé nas costas sem chance de êxito. Eu pensei melhor, fiz algumas tentativas vãs e concluí que também não conseguiria. Ultimamente anda difícil até botar um pé depois do outro, que dirá nas costas. De onde veio uma expressão tão estúpida? Esse debate de primeira grandeza consumiu uns 20 minutos de nossa espera.

Eu vestia uma camiseta da Mafalda, a célebre personagem do argentino Quino — e nem sabia que a Mafalda completaria 50 anos em algumas horas. Se soubesse, poderia pensar que era um sinal de que algo irreversível aconteceria. Mas só soube depois. Então, estou em dúvida se era ou não um sinal, assim como não se sabe se ela estava mesmo de aniversário ou a efeméride só acontecerá em 2014. Sim, porque sinais e aniversários são coisas muito sérias.

O fato é que, quando meu pai voltou da sala de recuperação, só eu e minha mãe o esperávamos. Minha mãe era a “acompanhante”, e eu a “visitante” que deveria ter partido ao final do horário de visitas. Nunca lidei bem com crachás, mas até aquele momento eu ignorava o quanto eles podem ser proféticos. Só mais tarde eu saberia que era clandestina de outras maneiras naquele quarto.

A prova de que meu pai havia se livrado de sua versão de *Alien* — *O oitavo passageiro*, era um curativo de cerca de dez centímetros na virilha direita. Meu pai estava vestido com uma daquelas camisolas de hospital que devem ter sido inventadas por um sádico. Nem numa peça de Zé Celso Martinez Corrêa, no Teatro Oficina, alguém pode ficar mais nu do que num desses aventais que deixam as pessoas com a bunda de fora.

E a cor, já repararam na cor? Verde-periquito. Nu e vestido de verde-periquito. Sobreviver a uma cirurgia não é nada perto de sobreviver à experiência de passar horas e até dias vestido com um camisolão verde-periquito aberto na bunda. Anotei na minha agenda: “Ameaçar minha filha com assombração eterna caso ela permita que alguém me desvista com um avental verde-periquito”.

Percebi no instante em que as enfermeiras entraram empurrando a maca que meu pai se sentia nu, demasiado nu. Mas não pelas razões que eu imaginara. A primeira frase completa dele foi para a minha mãe: “Quero a minha aliança”. Minha mãe tirou a aliança que havia colocado em seu próprio dedo e devolveu-a ao local de origem, o dedo anular do meu pai.

No sofá do quarto de hospital, eu já não vestia a Mafalda. Era a própria garotinha de cabelos espetados — sem a sua genialidade, mas com toda a sua perplexidade diante do mundo dos adultos. Minhas pernas encurtaram e já não alcançavam o chão ao testemunhar o recasamento dos meus pais no lusco-fusco do quarto asséptico, ao som do concerto de uma nota só do soro gotejando.

Porque era isso. Depois de voltar do sono anestésico, de onde todos nós, por mais confiantes que estejamos, tememos não retornar, tudo o que meu pai queria era recasar com a minha mãe. Recasaram-se ali, sob os meus olhos de bolinha de gude, ela com dor nos joelhos, ele com uma sonda na uretra. Naquele momento, o gato tinha mesmo comido a minha língua.

A segunda vestimenta que meu pai exigiu foi sua prótese dentária. E a terceira, seu relógio de pulso. Com o amor da minha mãe no dedo, todos os seus dentes para mastigar a vida e o tempo amarrado ao braço, meu pai já não estava mais nu. E assim, completo, começou a acariciar a minha mãe. Lua de mel numa hora dessas?, eu e Mafalda pensamos. Eu te amo, ela disse, aos quase 77 anos. Eu te amo, ele respondeu, com quase 82. Muito, ele acrescentou.

Eu estou aqui!, gritei eu, com uns... digamos... nove anos. Oquei, cinco... no máximo.

Eu estava ali. Mas sobrava. Tive certeza disso do mesmo modo que tinha quando, bem pequena (ou nem tão pequena, para ser honesta), costumava fingir que dormia. Meu pai ou minha mãe, com movimentos de ninja, fechavam a porta do quarto deles que eu exigia que permanecesse aberta. Eu, então, a ninja júnior, esperava alguns minutos e escancarava a porta para flagrá-los fazendo na época eu não sabia o quê, mas tinha certeza de que não deveria permitir que acontecesse.

Pronto, com a minha autoridade de filha-que-veio-de-São-Paulo-para-ajudar-a-cuidar-do-pai, tinha atrapalhado de novo. Toda satisfeita, fingi que era adulta. Mas continuava lá, com pernas enfiadas em meias soquetes, que não alcançavam o chão. Meu pai quis assistir ao futebol na TV. Minha mãe, que em assuntos futebolísticos até hoje não sabe ao certo a qual time pertence aquele jogador de preto com apito, narrava o que se passava em campo, já que meu pai não podia levantar a cabeça por causa da anestesia. “Está bem bom o jogo”, dizia ela. “Num canal, o Corinthians está jogando com o CAZ. E, no outro, o Vasco joga com o LIB.” Mais pra frente, animava-se, empapando o Galvão Bueno de inveja: “Estão correndo bastante!”. E eu, em progressiva regressão etária. “Pai, por que tu não dormes?” E ele, com os olhos estalados de quem não queria perder um segundo de vida recém-conquistada. “Não! Quero ficar bem aceso!”

Só na manhã seguinte, depois de uma longa jornada noite adentro, eu descobri o óbvio. Uma filha — ou um filho — sempre sobra no quarto dos pais. Qualquer quarto. Mesmo um de hospital. Se não sobra, algo está errado.

Dali em diante, quando o sol baixava, eu fechava a porta sem fazer alarde, com a leve impressão de que já ia tarde. E partia pelo corredor, com a Mafalda de volta à camiseta, o crachá de “visitante” no peito e pernas de novo compridas ecoando passos no chão.

O amor dos meus pais deverá permanecer para sempre um mistério. A partícula Bóson de Higgs poderá ser comprovada. Machado de Assis talvez um dia dê um safanão no “espírito Lucius” e faça Zibia

Gasparetto psicografar se aqueles olhos de ressaca eram traidores de si ou de Bentinho. E um dia até os ossos de Ulysses Guimarães poderão ser encontrados. Mas o amor dos meus pais deverá permanecer um mistério.

É fácil compreender o desamor. O amor, não. O amor é um enigma.

19 de março de 2012

Eike Batista, um superpai?

Na noite de sábado, Thor Batista, 20 anos, atropelou Wanderson Pereira dos Santos, 30 anos, na rodovia Washington Luís, na Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro. Wanderson morreu na hora. De imediato, Eike Batista, o homem mais rico do Brasil, passou a defender o filho de todas as maneiras — e também no microblog Twitter. Com tanta veemência que o humorista Tutty Vasques comentou em sua coluna no *Estadão*: “Não satisfeito com o lugar de destaque que ocupa na mídia como o homem mais rico do Brasil, o insaciável Eike Batista tem se esforçado um bocado para virar capa de revista como o Pai do Ano em 2012”. A observação é aguda, como costuma ser o humor de qualidade. E é algo que vale a pena pensar: ao defender o filho com os melhores advogados, com assessores de imprensa e com seu próprio discurso público, Eike Batista é mesmo um superpai? O que se espera hoje de um pai, afinal?

Ainda que a maioria tenha acompanhado o noticiário, é importante recordar os principais capítulos e seus protagonistas, antes de seguirmos adiante. Assim como é importante fazer algumas perguntas óbvias sobre a investigação.

Thor é o mais próximo de um príncipe herdeiro que o Brasil atual pode ter: filho do homem mais rico do Brasil e da eterna musa do Carnaval. Como disse Eike Batista (@eikebatista) no Twitter: “A mídia e todos vão já já perceber que o Rio tem um Príncipe Harry! O Thor”. Wanderson era ajudante de caminhoneiro e filho de criação de Maria Vicentina Pereira. Thor foi batizado com o nome de um deus nórdico. Ninguém se preocupou em perguntar qual é a origem do nome de Wanderson na mitologia familiar, mas com certeza existe uma história, sempre existe. Thor dirigia um Mercedes SLR McLaren, o mesmo que costumava ser exibido como obra de arte na sala da mansão de sua família. Wanderson, uma bicicleta. Na BR-040, Thor e Wanderson encontraram-se não apenas como dois brasileiros, mas como dois Brasis que raramente se encontrariam de outro modo.

A vontade de condenar Thor, em um país tão desigual como o nosso, sempre pródigo em presentear os mais ricos com a impunidade, é imediata. É necessário, porém, resistir a ela. Ninguém pode ser condenado sem julgamento, sob hipótese alguma. Da mesma forma, pelos mesmos critérios e também pela sobriedade que a morte de uma pessoa exige, Eike Batista deveria ter resistido a condenar Wanderson.

Em suas afirmações na imprensa e no Twitter, o pai de Thor apressou-se em culpar o morto pela própria morte. E afirmou que Wanderson poderia ter matado não só a si mesmo, como também seu filho e o amigo que o acompanhava — o que é altamente improvável. Apenas 0,3% dos motoristas envolvidos em atropelamento com vítima fatal morrem.

Enquanto as investigações não forem concluídas, nenhum de nós — e muito menos Eike — tem o direito de condenar alguém. Até agora, ninguém — nem mesmo Eike — pode afirmar se a morte de Wanderson foi fatalidade ou homicídio. Até agora, ninguém — nem mesmo Eike — pode declarar se a morte de Wanderson é responsabilidade exclusiva da vítima, é responsabilidade exclusiva de Thor ou é

responsabilidade de ambos.

Infelizmente para todos, já pairam dúvidas sobre as investigações. É difícil entender, por exemplo, por que um carro envolvido em uma morte está na casa de Thor, o investigado — e não nas dependências da polícia. Depois da perícia feita no local, o carro foi liberado. As demais “diligências” seriam feitas na mansão do Jardim Botânico. “No dia seguinte, meu advogado me informou que havia sido feita a perícia do carro no local do acidente, e que o carro teria sido liberado pela PRF para que pudéssemos trazê-lo para casa, garantindo deixá-lo intacto”, afirmou Thor.

Segundo o próprio Thor relata na conta no Twitter que criou para dar sua versão dos fatos, ele primeiro foi para casa, onde seria atendido pelo médico da família. E só depois, por iniciativa própria, foi a um posto da Polícia Rodoviária Federal próximo ao local do acidente para se submeter ao bafômetro e demais procedimentos exigidos em um caso de atropelamento com vítima fatal. O exame deu negativo para a presença de álcool, ao contrário do resultado de Wanderson, que revelou um índice elevado de álcool no sangue.

Se Thor não fugiu do local — o que não é um ato louvável, como seu pai quer convencer a opinião pública que é, mas uma obrigação —, por que a polícia não fez o que deveria fazer na hora em que deveria fazer por sua própria iniciativa? A conta de Thor no Twitter é esta: @Thor631. Nela, é narrada sua versão da cronologia dos fatos. Pensado para defendê-lo e escrito com método, o relato revela mais do que gostaria.

É uma pena que as partes nebulosas darão, mais uma vez, algum grau de legitimidade às dúvidas sobre a lisura do inquérito policial, mesmo depois da sua conclusão — ou de seu arquivamento. Para o futuro em aberto de Thor, pelo futuro interrompido de Wanderson e para o Brasil, um país partido pela impunidade dos poderosos, seria fundamental que a polícia e o Estado demonstrassem total correção e transparência ao investigar uma morte que envolve o filho do homem mais rico da nação.

A condenação prévia de Thor nas redes sociais e nas conversas de bar deve-se não apenas à raiva que parte da população teria dos ricos e poderosos, ou à tendência de se colocar ao lado dos mais fracos, mas também à percepção legítima de que os atos criminosos dos ricos e poderosos permanecem impunes. A pressa em acusar e condenar Thor não demonstra apenas histeria ou irresponsabilidade das “massas”, ou mesmo “inveja”, como chegou a ser dito, mas a ansiedade de fazer uma justiça que temem, com todas as razões históricas e objetivas para isso, que não seja feita por quem tem o dever constitucional de fazê-la. Seria, nesse sentido, uma espécie de antecipação e compensação pela justiça que não acreditam que aconteça. E aqui me limito a analisar o fenômeno — e não a defendê-lo.

Quem é Thor, o filho de Eike Batista? Seu perfil é fascinante e quase obrigatório para compreender o Brasil atual. Basta procurar no Google para encontrar pelo menos uma matéria exemplar sobre sua vida, seus hábitos e seus pensamentos. Aqui, vou me deter apenas em quem é Thor como motorista. Em seu prontuário no Detran constam 51 pontos e 11 multas, parte delas causada por excesso de velocidade. Thor deveria ter perdido a carteira de habilitação por isso, mas não a perdeu. Se a tivesse perdido, como determina a lei, talvez não estivesse dirigindo na noite daquele sábado, e Wanderson possivelmente não estaria morto. Thor ama carros, velocidade e potência. Como declarou em uma entrevista anterior ao acidente, ele já teve um Aston Martin: “Trouxe de São Paulo e fiz 280 quilômetros por hora na Dutra”.

Segundo o colunista Ancelmo Gois, do jornal *O Globo*, em 27 de maio de 2011, a bordo de um Audi placa EBX-0001, Thor atropelou um homem de 86 anos, também em uma bicicleta, na Barra da Tijuca,

no Rio. Thor prestou socorro, e sua família pagou todas as despesas médicas. A vítima fraturou o acetábulo (parte da bacia onde a cabeça do fêmur se encaixa) e teve de colocar duas placas e cinco parafusos, além de se submeter a fisioterapia, a hidroterapia e a sessões com psicólogo para superar o trauma. Em entrevista à coluna de Ancelmo Gois, um dos filhos da vítima afirmou não ter registrado queixa nem pedido indenização: “Estávamos preocupados em salvar nosso pai, que também não queria confusão”.

No dia seguinte à publicação, a vítima, José Griner, hoje com 87 anos, manifestou-se através de uma nota na qual afirma que nem ele nem Thor tiveram culpa: “Houve uma colisão que envolveu a lateral do carro dele e a roda dianteira da minha bicicleta”. Disse mais: “Ele agiu com lisura e deu suporte à minha recuperação”. Que tudo isso nos faz pensar na excelência do “gerenciamento de crise”, faz. Mas o que podemos afirmar é que, em menos de um ano, Thor exibe uma estatística incomum como motorista: atropelou dois ciclistas. Um sobreviveu, o outro não.

Qual é o papel de um pai em um momento crucial como este? Não há resposta fácil para isso, mas há muitas perguntas que podem ser feitas. E essas perguntas são pertinentes porque a defesa imediata e veemente que Eike Batista fez publicamente do filho ilustram bem o que hoje se acredita ser o papel de um pai.

Um pai — ou um superpai — seria aquele que defende o filho contra tudo e contra todos, tenha ele ou não razão — e mesmo que ele já tenha 20 anos e seja moral e legalmente responsável por seus atos. Um pai — ou um superpai — afirma a inocência do filho e usa todos os recursos para convencer a opinião pública dela, mesmo que ele não possa garanti-la, já que ninguém ainda pode. Um pai — ou um superpai — usará todos os meios de que dispõe para impedir que o filho seja punido, mesmo se for provado que ele merece a punição.

Pelo comportamento público de Eike Batista, me parece que ele acredita com sinceridade que esta é a função de um bom pai — ou mesmo de um superpai, já que, pelo que tem demonstrado em sua trajetória de vida, ele não aceitaria nada menos do que ser um supertudo. No Twitter, ele assim definiu seu desempenho: “Vou defender como um Leão! Tenho certeza que todo Pai que ama seu Filho faria o mesmo!”. É interessante observar as palavras escolhidas por ele para colocar em maiúsculas.

O cotidiano mostra que Eike Batista está longe de estar sozinho em sua crença sobre a educação de um filho — e a postura de um pai. Tenho certeza de que muitos leitores aqui compartilham da visão de Eike sobre a paternidade e acham sua defesa e suas ações dignas dos maiores elogios — e fariam o mesmo pelos seus filhos se tivessem a infelicidade de se encontrar em situação semelhante. Esses mesmos leitores afirmariam que isso é prova de amor verdadeiro — que só um superpai pode dar.

Será?

Tenho dúvidas. E me arrisco a discordar não só como mãe, mas como cidadã que tem de conviver com os filhos desses pais em todas as esferas da sociedade. Já havia me surpreendido com a atitude da mãe do menino que, em fevereiro, atropelou e matou com um *jet ski* Grazielly Lames, de três anos, que construía castelos de areia na praia de Bertioga, no litoral paulista. Segundo o advogado da família, o adolescente de 13 anos correu para a casa em que estavam hospedados em busca de orientação da mãe. Em vez de voltar e prestar socorro, junto com o filho menor de idade, dando o exemplo do que uma pessoa decente deve fazer, a mãe preferiu fugir com o garoto. A tese da defesa é a de que o adolescente não dirigia o *jet ski*, “apenas” o ligara. Ou seja, o menino não teria nenhuma responsabilidade e, se tudo

der certo do ponto de vista do que os pais desse menino entendem por dar certo, seu filho não será responsabilizado pelo fim da vida de uma criança.

Os casos guardam diferenças. Mas também semelhanças. Tanto para a mãe do adolescente do *jet ski*, quanto para o pai de Thor, a proteção de filhos que podem ser responsáveis pelo fim de uma vida parece ser uma preocupação acima de todas as outras. Ambos já decretaram previamente a inocência dos respectivos filhos antes que ela fosse provada. Pode ser que a inocência seja mesmo provada, em um ou em ambos os casos, mas nenhum deles poderia tê-la garantido antes de a investigação ser concluída.

Vivemos numa época em que se acredita que, ao dar limite para um filho, estamos comprometendo seu projeto de felicidade. E o que é entendido como felicidade? Ter tudo, ter gozo ilimitado. Qualquer imprevisto nesse percurso deve ser apagado, custe o que custar, para não virar trauma — e, assim, comprometer o futuro do filho, que deve passar pela vida sem ser marcado pela vida. Deve fazer marca na história, mas não ser marcado por ela. Neste cálculo, não são admitidos erros, covardias, irresponsabilidades, deslizos, excessos... máculas.

Na biografia futura de Thor Batista, que, como seu pai já disse, espera-se que supere a sua em feitos, as máculas devem ser apagadas. Se existirem máculas, é necessário “ligar o dispositivo de administração de crise” — e eliminá-las da linha do tempo. Se alguém errou, foi sempre o outro. Para ter certeza disso não é preciso nem apurar os fatos: o filho de um superpai é automática e previamente inocente. E não acho que essa mentalidade pertence apenas aos mais ricos, apenas que eles têm recursos para garantir essa inocência — e os mais pobres, raramente.

É legítimo fazer algumas perguntas — que podem ser propostas tanto para Eike Batista como para nós mesmos. Se seu filho já atropelou uma pessoa, será que o melhor é emprestar a ele um dos carros mais velozes do mundo? Se seu filho tem 11 multas e 51 pontos na carteira de habilitação, será que você deveria permitir que ele dirigisse o seu carro, mesmo que o Detran não tenha cumprido seu dever e suspenso a licença? Se seu filho atropelou alguém e essa pessoa morreu, não seria o caso de silenciar até que os fatos fossem esclarecidos, ainda que fosse por respeito à enormidade do que é a morte de um ser humano? O que cada um de nós faria nessa situação? E por quê?

Acho que é uma situação muito dura para qualquer pai — ou mãe. É duro dizer a um filho que ele errou. Em qualquer escala — e muito mais em uma escala dessa envergadura. É duríssimo. Mas é necessário. Não é fácil ser pai ou mãe exatamente porque a educação se dá nas escolhas difíceis. Educar é, em grande parte, ensinar aos filhos que eles são responsáveis pelos seus atos, dos mais simples aos mais complexos — e devem responder por eles. Mesmo que tudo o que gostaríamos, como pais amorosos, fosse voltar no tempo e apagar o passado.

Penso que um pai ou uma mãe deve se colocar ao lado do filho não para absolvê-lo, mas para apoiá-lo enquanto ele assume as consequências de seus atos. Você errou, vai responder por seus erros, e eu vou estar ao seu lado. Ou: não sabemos se você errou, então vamos aguardar a apuração dos fatos. Se for concluído que você não errou, ótimo, mas mesmo assim uma pessoa morreu e é preciso lidar com essa tragédia. Ou: se for concluído que você errou, você vai responder pelos seus erros como a lei determina e um cidadão decente deve fazer, e eu vou ajudá-lo a seguir em frente apesar e a partir disso, aprendendo com a tragédia e não a esquecendo.

A revolta da opinião pública levou a muitas ironias — entre elas, as com o nome de Thor, o deus nórdico do trovão. Eike Batista seria uma versão contemporânea de Odin, o pai de Thor na mitologia, já

que em nossa época é o dinheiro que concede algo próximo a uma divindade terrena. Nesse sentido, é curioso lembrar que nas histórias em quadrinhos inspiradas na mitologia nórdica, Odin expulsou Thor de Asgard. Thor, então um jovem arrogante e impulsivo, em uma de suas aventuras adolescentes invadira o reino dos gigantes de gelo, rompendo o tratado selado por Odin. A honra do pai e sua autoridade entre os deuses dependiam de punir exemplarmente o filho, que com suas ações havia prejudicado a todos e comprometido a segurança de Asgard.

Thor foi enviado para a Terra — um exílio que significava punição e aprendizado. Ao expulsar Thor, Odin disse a ele: “Tu és o filho favorito de Odin! Além de valente e nobre, tua alma é imaculada! Mas ainda assim és incompleto! Não tens humildade! Para consegui-la deverás conhecer a fraqueza... sentir dor! E para isso precisas deixar o Reino Dourado e despir-te de tua aparência divina! A Terra, lá aprenderás que ninguém pode ser verdadeiramente forte se, em realidade, não for humilde! Por um tempo não mais serás o Deus do Trovão! A tua memória também tirarei! Agora, vai! Uma nova vida te espera!”. Thor transformou-se então em um mortal chamado Donald Blake, médico talentoso, mas manco. Até que aprendesse o dom da humildade e estivesse apto a cumprir seu destino.

Por que vale a pena lembrar esse episódio? Porque este é o Thor de Stan Lee, o grande criador da Marvel Comics. E Stan Lee é um homem nascido em 1922, que criou o seu deus do trovão no início da década de 60. Ao tecer o enredo, Lee revela a mentalidade da sua época. E nos mostra como a paternidade — e o que se compreendia como amor e como obrigação de um pai — já foi diferente. Nos lembra, portanto, que a construção da paternidade é cultural. E, portanto, mutante.

Acredito valer a pena pensar sobre o que é ser pai hoje. E que tipo de consequências essa ideia de paternidade, tão bem ilustrada na relação de Eike Batista com seu Thor da vida real, acarreta para a sociedade como um todo. Este episódio nos leva a várias vertentes de reflexão — e uma das mais interessantes é a nossa relação com os limites na educação de um filho.

Tenho muito cuidado em tocar em assuntos que envolvem tanta dor. Acho que testemunhar a morte de um ser humano — sendo ou não responsável por ela — é uma experiência devastadora, que deixa marcas profundas, para além da punição legal. Mesmo atropelar um homem de 80 anos e machucá-lo deve ser terrível. Não sei como é estar na pele de Thor. Tentei descobrir pelo Twitter como ele se sentia em sua humanidade.

Primeiro, percebi que Thor estava mais preocupado em garantir sua inocência, provar a culpa do morto e nos convencer da correção de seus atos, assegurando também o apoio material à família da vítima. Depois, descobri que já tinha mudado de assunto. Thor estava dando a fãs no Twitter o que chamou de “dica de endocrinologia do dia”: “Eu recomendo o uso da cabergolina (Dostinex) para baixar a prolactina. Comece com 0,25 mg por semana, por quatro semanas, e dose no sangue”, é um dos tuítes. Na sexta-feira, copiei toda a página, como material de pesquisa para esta coluna. Pouco antes de publicá-la, voltei a entrar na sua conta de Twitter e constatei que o post reproduzido acima havia sido apagado. Os demais permanecem lá.

Depois de prescrever uma receita que só um médico poderia, sugerindo inclusive a dose, para seus milhares de seguidores, imagino que alguém o tenha alertado que a postagem era irresponsável e indevida. Thor então escreveu: “Meus comentários sobre endocrinologia são inúteis. Não sou médico, não posso recomendar nada. Apenas gosto de botar para fora conhecimento”.

Em todo o episódio — trágico de várias maneiras, e de algumas outras que ainda vamos testemunhar —

me chamou a atenção — positivamente — o silêncio de Luma de Oliveira, a mãe de Thor. Justamente ela, a celebridade, a ex-modelo, a musa do Carnaval, aquela que tudo expôs de si mesma. Procurada por repórteres, Luma pouco falou. Disse ao jornal *O Globo*: “Este não é o momento de dar entrevista. É o momento de sentimentos, de solidariedade”. Posso estar sendo ingênua, e a sobriedade de Luma se mostrar apenas mais um cálculo, mas acho possível que a mãe de Thor esteja sendo sincera.

Thor afirmou no Twitter: “A frase que mais admiro é ‘The truth sets you free’. Author: Jesus”. Imagino que a original tenha sido pronunciada em aramaico (e não em inglês), mas a tradução da frase postada por Thor seria: “A verdade vos liberta”. É possível. Mas talvez pai e filho um dia descubram, ainda que em seus pesadelos noturnos, naqueles que não se pode controlar mesmo sendo um superpai ou um superfilho, que a verdade é uma criatura complexa e que pode levar a territórios imprevisíveis. Ela pode libertar, sim — mas dificilmente sem dor. E dificilmente sem um profundo e corajoso olhar para dentro.

26 de março de 2012

Chega de torturar mulheres

Depois de quase oito anos, o Supremo Tribunal Federal deverá votar uma ação que decidirá se as mulheres grávidas de um feto anencéfalo (malformação incompatível com a vida) poderão interromper a gestação sem necessidade de autorização judicial. Hoje, elas são obrigadas a peregrinar pela Justiça, em geral por meses. Em alguns casos, o juiz dá autorização, em outros não, numa zona nebulosa, cujo desfecho tem variado conforme as crenças pessoais de quem julga. Às vezes, quando o juiz dá a licença, já demorou tanto tempo, ocorreram tantas idas e vindas no processo, que o bebê nasceu e morreu. Em parte porque, ao descobrir que uma mulher pediu a interrupção da gestação anencefálica, grupos religiosos usam a estratégia de atrasar o processo, com recursos como um “habeas-corpus para o feto”. A ação, que já é lenta, tarda ainda mais, até que não exista mais o que julgar. Na prática, como todos sabemos (com exceção dos hipócritas, talvez), as mulheres de classe média resolvem a questão buscando clínicas clandestinas de aborto, para não ter de se submeter à demora e às dificuldades de um processo judicial no Brasil. Quem procura a Justiça são as mulheres pobres, que dependem da rede pública de saúde para interromper uma gravidez. Neste 11 de abril de 2012, o STF terá a chance de estancar — com atraso — uma violação sistemática dos direitos humanos causada por um vácuo na lei que, além de desamparar as brasileiras mais frágeis em um momento difícil da vida, as condena à tortura.

Divido essa coluna em duas partes. Na primeira, faço algumas considerações gerais sobre a questão que será julgada pelo Supremo a partir do meu olhar sobre ela. Na segunda, conto a história de uma mulher em particular, Severina, porque aprendi que só compreendemos a vida — na vida.

Em 20 de outubro de 2004, o Supremo derrubou uma liminar que permitia interromper a gestação de anencéfalo sem autorização judicial. Um dos ministros disse, ao votar: “Mas quem são essas mulheres? A gente nem sabe se elas existem”. As mulheres severinas existem. E, como veremos, são, sim, torturadas.

A pergunta que o Supremo responderá é a seguinte: “Uma mulher, grávida de um feto anencéfalo, pode interromper a gestação sem necessidade de autorização judicial?”. Espero que a resposta da corte seja afirmativa. Acompanho o percurso dessas mulheres há quase dez anos e me parece claro que este é um debate de direitos humanos. Impedir uma mulher de interromper a gestação de um feto incompatível com a vida, se ela assim o desejar, é condená-la à tortura. Assim como também seria tortura obrigar uma mulher a interromper essa mesma gestação se ela desejar levá-la até o fim, porque, por crença religiosa ou qualquer outro motivo, encontra sentido nesse sofrimento.

Este é o ponto: se o feto é incompatível com a vida, só quem pode decidir pela interrupção ou não da gestação é quem o carrega no ventre. Ninguém mais — nem as feministas, nem os padres, nem eu ou você. Em geral, olhar pelo avesso nos ajuda a enxergar o quadro com maior clareza. Imagine se a lei brasileira determinasse o oposto. Ou seja: pela lei, todas as mulheres grávidas de fetos anencéfalos fossem obrigadas pelo Estado a interromper a gestação assim que o diagnóstico tivesse sido comprovado. Se não quisessem, precisariam entrar na Justiça para impedir o aborto compulsório. Neste

caso, a violação de direitos humanos seria a mesma. E eu estaria aqui, defendendo, com a mesma veemência, o direito dessas mulheres de levar a gestação até o fim.

Ninguém deveria poder decidir por uma mulher como ela vai lidar com a gestação, dentro do seu corpo, de um feto que não poderá viver. Só ela sabe da sua dor — e de que escolha será mais coerente com aquilo que ela é — e acredita. As estatísticas mostram que 100% dos anencéfalos morrem: cerca da metade ainda na gestação, a outra metade após o parto. O que acontece hoje — e é essa desigualdade de direitos que o Supremo vai anular ou cristalizar — é que as mulheres que encontram sentido em levar essa gestação até o fim têm sua escolha respeitada. E aquelas para quem é insuportável conviver, dia após dia, gerando a morte em vez da vida, são torturadas.

Nunca cometi a indignidade de julgar uma mulher que decide levar uma gestação de anencéfalo até o fim. O sentido só pertence a ela — e aqueles que a julgarem extrapolam limites de humanidade. Do mesmo modo, lamento aqueles que se apressam a condenar as mulheres para quem a gestação se tornou intolerável. Na tentativa de impor suas crenças para todos, com a soberba de quem acredita deter o patrimônio do bem, cometem barbáries contra pessoas já fragilizadas pela imensa dor que é gerar um filho condenado à morte por uma malformação.

A dor e o luto pelo filho desejado e perdido são inevitáveis, como qualquer mulher ou homem que já testemunhou essa tragédia de perto — ou mesmo de longe — sabe. O outro sofrimento, o de continuar a gerar um filho para enterrá-lo, porque não lhe permitem interromper essa gestação sem futuro, não. Esse martírio pode ser evitado.

De tempos em tempos, grupos contrários à permissão do aborto no caso de anencefalia exibem uma mulher que decidiu levar a gravidez até o fim como uma espécie de heroína — como se ela fosse uma mãe melhor do que aquela que escolheu interromper a gestação. É uma mentira. Não há heroínas nessa história, apenas mulheres que sofrem. Qualquer oposição entre a mulher que optou por interromper a gestação e aquela que preferiu mantê-la é falsa. Ambas são mulheres que, diante da mesma tragédia, fizeram escolhas diferentes. E ambas devem ser respeitadas na sua decisão, seja ela qual for. O que discutimos aqui é por que uma escolha é reconhecida pelo Estado — e a outra não é.

Há algo importante para compreender nessa tragédia, que talvez parte das pessoas deixe de perceber por não ter convivido com ela. A mulher que se descobre grávida de um feto anencéfalo desejou aquele filho. Em geral, ela o planejou. Quando soube que estava grávida, ela comemorou. E então, num exame com 100% de confiabilidade, ela descobriu que seu filho era anencéfalo. Ou seja, uma malformação letal determinou a impossibilidade de seu filho viver.

Não se trata, portanto, de uma criança deficiente, como alguns definem, torturando também as palavras. Trata-se, como disse o ministro Ayres Britto, em 2004: “O que se tem no ventre materno é algo, mas algo que jamais será alguém”. Impor a essa mulher, submersa em desespero, a acusação de “assassina de crianças”, como alguns o fazem, “em nome da vida”, é cruel. Apenas isso: cruel.

Espero que, depois deste 11 de abril de 2012, não caiba mais a nenhum de nós opinar sobre a escolha de uma mulher numa situação dolorosa como essa. Aquelas que decidirem levar a gestação até o fim continuarão sendo acolhidas em sua decisão — e aquelas que quiserem interrompê-la também serão amparadas pelo Estado. Ponto.

Agora, Severina, que nos conta com o seu viver o que é a vida em tragédia. Em 20 de outubro de 2004, no mesmo momento em que o Supremo derrubava a liminar que permitia o aborto de anencéfalo, sem

autorização judicial, e um dos ministros perguntava se essas mulheres existiam, Severina Maria Leôncio Ferreira internava-se num hospital do Recife para interromper a gestação. O médico decidiu deixar o procedimento para o dia seguinte — e no dia seguinte foi tarde demais. Severina teve de deixar o hospital carregando sua dor e sua barriga. Era o seu segundo filho. E ele não viveria.

Severina e seu marido Rosivaldo plantavam brócolis em Chã Grande, um pequeno município nas proximidades do Recife. Mesmo pobres e analfabetos, eles decidiram procurar a Justiça em busca de autorização para interromper a gravidez. Aqui talvez valha uma pausa para se enfiar na pele de Severina e imaginar o que é para uma mulher analfabeta, moradora da zona rural, sem dinheiro, buscar a Justiça no Brasil — e isso tudo num momento em que se sentia despedaçada. Severina só teve a coragem de enfrentar essa enormidade porque continuar aquela gestação para a morte seria um martírio ainda maior.

Acompanhei Severina para contar o longo dia seguinte a que os ministros do Supremo não assistiriam. O documentário *Uma história Severina*²⁵ mostra que as mulheres severinas existem — e precisam que o Estado reconheça sua existência, sua dor e seus direitos. Ao ser concluído, em 2005, o filme foi enviado a todos os ministros do Supremo.

Não vou repetir o que está contado pelo registro da vida em curso de Severina. Cada um pode ver por si mesmo. Quero contar apenas sobre algumas pequenas delicadezas e grandes brutalidades da trajetória de Severina que podem complementar as imagens — e nos ajudar a compreender o que significa para uma mulher ser condenada a continuar gerando um filho para a morte. Nas últimas semanas do martírio de Severina, eu tirei férias da revista *Época*, onde trabalhava como repórter especial, e passei a acompanhá-la. Só a deixei depois do enterro do bebê, que nasceu morto.

Se a liminar não tivesse sido derrubada, Severina faria o aborto no quarto mês de gestação. Como foi obrigada a entrar na Justiça, seu sofrimento foi prolongado até o sétimo mês, quando finalmente conseguiu a autorização. Tenho convicção de que Severina não deveria ter vivido o que viveu nesses três meses. Ao testemunhar seu sofrimento, ficou muito claro para mim que aquilo era, sim, um tipo de tortura — uma tortura praticada pelo Estado.

Até o exame revelar que seu filho era anencéfalo, Severina fazia o pré-natal na companhia de outras grávidas da zona rural, numa alegre romaria de mães tecendo roupinhas e planos. Severina queria muito um segundo filho — e Rosivaldo, seu marido, sonhava com uma menina. De repente, os caminhos dessas mulheres bifurcaram-se — também literalmente. Dali em diante, Severina seguiria sozinha, por outra estrada. E, no percurso dela, haveria morte — e não vida.

Imaginar como era a cabeça do filho dentro dela foi um dos horrores vividos por Severina nos três meses que se seguiram. Ela tinha, naquele momento, um medo e uma esperança. O medo era o de machucar, com algum movimento mais brusco, aquela cabeça em que o médico disse e o ultrassom mostrou que faltava uma parte. Para ela, era como uma ferida aberta. Numa ocasião, Severina sentiu-se mal e botou para fora um vômito escuro. Pensou que era sangue. E sofreu atrozmente por pensar que tinha machucado a cabeça do bebê.

A esperança, Severina só às vezes confessava. Mas pensava, quase sempre, que algo mágico aconteceria de repente, e a cabeça do filho seria reconstituída dentro dela. A cada sensação diferente, essa fantasia reacendia-se. Severina então me dizia, meio envergonhada: “Eu sei que não pode ser, o médico disse que não acontece, mas será que...?”.

Enquanto esperavam por uma decisão judicial, em horas e horas de cadeira, pilhas e pilhas de papéis

que não decifravam, Rosivaldo, o marido de Severina, enfrentava a curiosidade do povo na feira. Já se espalhara na pequena comunidade que ele era “o pai do bebê sem cabeça”. No próprio verbete do dicionário *Houaiss*, a anencefalia é definida como “monstruosidade”, o que diz bastante sobre como o senso comum percebe essa malformação. Na escassez de novidades da vida da cidade pequena, Rosivaldo despontou como o “pai do monstro”. E, quando ele alcançava a feira para vender seus pés de brócolis, precisava se conter para não responder com violência física à agressão verbal da vida concreta dos dias.

Só quando a autorização judicial chegou, Severina reuniu forças para uma providência que até então não tivera coragem de tomar: comprar a roupa com que o filho seria sepultado. O ato transformou-se numa violência muito maior do que já era — uma violência que me faltou repertório para prever. Severina queria uma roupinha com capuz para impedir que a cabeça malformada do seu bebê ficasse exposta à curiosidade pública no enterro. Severina desejava pelo menos poder proteger seu bebê na morte. É importante lembrar que, agora, não era mais um aborto, como teria sido no início da gestação. Agora, seria um parto. Haveria um enterro e, para sempre, um filho sepultado. E, no caso de Severina, existiria ainda a insanidade de um bebê sem certidão de nascimento — mas com atestado de óbito.

Como venho do estado mais frio do Brasil, eu jamais supus que encontrar uma touca poderia ser um problema. Mas, no clima tropical do Recife, Severina não conseguiu achar uma roupinha com capuz. E o inusitado do pedido fez com que ela se sentisse obrigada a explicar, de loja em loja: “Ele não vai viver”. Prometi, então, que depois que ela fosse internada, eu procuraria por ela. Encontrei no dia seguinte, em um shopping, uma roupinha branca com uma touca que ela ficou acariciando no hospital com os olhos afogados. Depois, buscou o álbum de fotografias de seu filho, Walmir, então com quatro anos. Acariciou cada foto em silêncio — cada uma delas uma prova de que ela poderia gerar um filho vivo.

Na rede pública de saúde, desenhou-se a estação seguinte do calvário severino. Ela foi empurrada de um hospital a outro, com a autorização judicial na mão. “Não há vagas”, “meus colegas são contra o aborto”, “tenha paciência”. Não fosse Paula Viana, da ONG Curumim, ajudar Severina a fazer cumprir seus direitos duramente conquistados, sua peregrinação duraria ainda mais tempo, como é mostrado no documentário.

Severina suportou mais de 30 horas de trabalho de parto, a maior parte delas com contrações excruciantes. Quando não tinha mais posição, arrastava-se até o corredor. Era inevitável encontrar-se com uma mãe feliz com seu bebê — vivo — no colo. Nesses momentos, os olhos de Severina gritavam uma dor que eu nunca vi no olhar de outro ser humano. Se a tortura de Severina fosse resumida a uma só cena, seria aquele olhar. Aquele olhar que palavras são insuficientes para descrever. Entre todas as mulheres da maternidade, Severina seria a única ali que, ao final, teria um caixão — e não um berço.

E assim foi.

Severina está longe de ter sido a única mulher torturada nesses anos todos, apenas que sobre a tortura dela há documento. Espero dormir no dia 11 de abril de 2012²⁶ num país que não torture mulheres porque tiveram a infelicidade de gerar um feto sem cérebro.

9 de abril de 2012

²⁵ O premiado documentário *Uma história Severina* (2005) tem 23 minutos e está disponível no YouTube.

²⁶ Em 12 de abril de 2012, ao final do segundo dia de julgamento, o Supremo Tribunal Federal descriminalizou a interrupção da gestação anencefálica,

por oito votos a dois. Desde então, vivemos num país que não tortura mulheres por gerar um feto sem cérebro.

A volta do Brasil Grande que pensa pequeno

Xingu, o filme de Cao Hamburger, conta a saga dos três irmãos Villas Bôas em seu confronto com o Brasil que não sabia que era Brasil. Nos anos 1940, Orlando (Felipe Camargo), 27 anos, Cláudio (João Miguel), 25, e Leonardo (Caio Blat), 23, mentiram que eram analfabetos sem profissão para se alistar na Expedição Roncador-Xingu, que desbravaria o centro do país. O que acontece a partir do momento em que três jovens de classe média partem em busca de aventura e encontram de forma brutal não só uma outra civilização, mas também a si mesmos, é História. E, infelizmente, uma história que vai sendo esquecida. Ao iluminar o passado, *Xingu*, o filme, ilumina Xingu, a vida. E o ilumina para além do Parque Nacional do Xingu, o grande feito dos Irmãos Villas Bôas, consumado em 1961. Ilumina com verdades suficientes para questionar a plateia em outras verdades: por que permitimos, pela omissão da maioria, que a megalomania de Belo Monte — aqui, agora — destrua uma das maiores riquezas culturais e biológicas do planeta? Por que, em um governo dito popular, se reedita o autoritarismo para impor um elefante branco da democracia, com a nossa cumplicidade? A plateia que assiste ao filme precisa responder, ao deixar a sala de cinema, a uma pergunta bem incômoda: por que, na vida, não consegue deixar de ser plateia.

O filme termina quando a Transamazônica começa a ser construída. Naquele momento, com uma imprensa censurada pela ditadura e um país dominado pelo ufanismo do “Brasil, ame-o ou deixe-o”, do “Integrar para não Entregar”, do “Terra Sem Homens para Homens Sem Terra”, talvez só Orlando e Cláudio Villas Bôas — além do governo militar e de seus apoiadores — eram capazes de compreender o que aconteceria quando a estrada rasgasse a selva e literalmente a encharcasse de sangue. Hoje, não. Nenhum de nós tem a desculpa de ignorar o que já aconteceu. Nenhum de nós tem a desculpa de ignorar a destruição da floresta e a matança de gente, bicho, planta e cultura consumada no Brasil Grande da ditadura militar. Nenhum de nós tem a desculpa de ignorar a ocupação incompetente e a trilha de mortes que só faz aumentar. Não há desculpa para a ignorância do passado. E penso que não há desculpa para a omissão no presente, diante do futuro.

Quando a Transamazônica se desenhava na tela, era Belo Monte que estava bem ali. Assisti ao filme enxergando o presente, e não apenas o passado — e por isso saí do cinema devastada. Vi o passado enxergando o presente porque o passado tornou-se, de novo, presente. E é com esse presente que temos o desafio de lidar. Quando a Transamazônica foi imposta pela ditadura militar, boa parte dos vivos de hoje nem sequer tinha nascido ou ainda era criança, como eu. Agora, não. Estamos todos aqui.

Conhecer a Amazônia exige um movimento — e um desejo maior. Assistir ao filme é muito fácil. Se puderem, assistam ao *Xingu* e, na última cena, uma das mais belas do nosso cinema, se enfiem na pele de um dos Irmãos Villas Bôas e percebam que, querendo ou não, é diante desse olhar que nós todos estamos — agora.

Acho que esse é o mérito dos grandes filmes: não permitir que nos instalemos no conforto eterno da poltrona de cinema. Tornar impossível o pensamento cômodo de que aquilo não nos diz respeito — seja porque já aconteceu, seja porque é a dor de um outro muito diferente. Ou ainda porque não nos convém — e nos acreditamos a salvo. E aqui não se trata da arte utilitarista ou engajada, mas do fato de que os bons filmes, assim como a boa literatura, nos confrontam com pessoas complexas num mundo complexo — e não meros heróis num mundo plano. Como quando Cláudio Villas Bôas diz, ao perceber que, salvando, ele também destrói: “Somos o veneno e o antídoto”. Ou: “Há uma coisa deles que morre para sempre assim que a gente encosta”.

É por acolher o conflito que os bons filmes, mesmo que nos contem de mundos e de gentes distantes, ecoam na nossa vida. Pescam nossos demônios internos e os fazem dançar diante dos nossos olhos. Os bons filmes, como os bons livros, nos transtornam por dentro, mesmo que ninguém fique sabendo, porque só a nós diz respeito; e nos transtornam de dentro para fora, como nesse caso, ao percebermos que a omissão também é um tipo de protagonismo. Os bons filmes são como os bons governos: acolhem o conflito e dialogam com o contraditório. Os maus filmes são como os maus governos: calam os conflitos e chamam o contraditório de “fantasia”. *Xingu* é um bom filme.

Os realizadores de *Xingu* já tinham deixado explícita a intenção de, ao contar a epopeia histórica dos Irmãos Villas Bôas, criar uma oportunidade para pensar sobre os dilemas do Brasil atual. “Se o filme conseguir trazer a história desses caras para uma discussão do futuro e do presente seria muito legal. Apesar de ser um filme de época, é muito contemporâneo. Uma das coisas que me encantaram nessa história foi essa possibilidade de discutir coisas contemporâneas contando uma história do século passado”, disse à imprensa Cao Hamburger, o diretor, durante o lançamento do filme. E, em outro momento: “A ideia é que a gente repense a maneira como somos. O que é o progresso hoje? Que crescimento a gente quer?”.

Também os atores, ao viverem o *Xingu* para encenar o *Xingu*, confrontaram-se com os conflitos vividos por seus personagens — mas também os incorporaram como cidadãos diante da experiência para além da filmagem. “Os Villas Bôas fizeram uma previsão: que o encontro (entre brancos e índios) era inevitável e a civilização ia chegar à fronteira do rio. Eles chamavam isso de ‘abraço da morte’. De avião a gente vê claramente a devastação ao redor. Então esse ‘abraço da morte’ chegou”, contou Caio Blat. “Não teve um dia de filmagem em que não vimos fumaça de queimada. Até o *set* queimou, a equipe toda ajudou a apagar o fogo. E isso acontece sempre: aconteceu quando filmamos, aconteceu no ano passado, vai acontecer esse ano de novo”, afirmou Felipe Camargo. “A ecologia não pode mais ser vista como uma coisa bonitinha, ‘vamos preservar a natureza’. Não: vamos preservar a nossa vida.”

Ao refletir sobre a experiência de filmar *Xingu* no Xingu, Cao Hamburger declarou: “Considero que essa cultura e essa filosofia de vida deles não estão paradas no tempo, elas estão em desenvolvimento, como a nossa. O que está me interessando muito é o que nós podemos aprender com essa cultura. O Brasil tem um tesouro que faz questão de esconder e desprezar, e está perdendo a oportunidade de absorver e aprender com eles. A cultura deles é muito rica, muito sofisticada, e o Brasil tem muito a ganhar”.

O cineasta Fernando Meirelles, produtor de *Xingu*, foi contundente em suas afirmações ao longo da série de entrevistas sobre o filme: “O que eu acho que vale ressaltar do filme é como ele é atual. Vindo para cá, eu li no jornal que o Megaron Txucarramãe, que era coordenador da Funai no norte do Mato

Grosso, tinha sido demitido porque tem uma posição contrária à Belo Monte. É a história do filme, da Transamazônica, se repetindo. O filme não poderia ser mais atual, nesse momento em que Belo Monte e o Código Florestal são assuntos muito fortes”. E, mais tarde: “Eu, pessoalmente, acho que Belo Monte é um dos maiores erros atuais. A gente está construindo usinas basicamente para poder aumentar a produção de alumínio. Vai comprometer toda aquela área pra produzir mais alumínio. É esse o progresso que queremos?”.

Em outra manifestação, Fernando Meirelles foi ainda mais direto: “A Transamazônica do filme é a Belo Monte de hoje. Aquele deputado de terninho é a Kátia Abreu²⁷. Isso está muito claro”. No filme, há ainda um militar que é a cara desse governo no trato de Belo Monte e das questões ambientais. Só não gritei — “Nossa, é a Dilma Rousseff!” — porque faço uma campanha persistente pelo silêncio no cinema. Quando Orlando Villas Bôas tenta explicar que a Transamazônica vai passar por cima dos Kren Akarore, uma etnia isolada, o militar declara: “Limpe o caminho. Mas tem que ser rápido”.

Há de se eliminar aquilo que “atavanca” o progresso ontem, o desenvolvimento hoje — tirar da frente, custe o que custar. “Resolver.” E rápido. Como a História mostrou, dos 600 Kren Akarore restaram 79 depois da abertura da Transamazônica. O efeito da estrada, apenas sobre uma única etnia indígena, foi um genocídio de mais de 500 seres humanos. E a Transamazônica até hoje é uma picada intrafegável boa parte do ano, apelidada por onde passa de “Transamargura”. As obras de Belo Monte começaram — sem o cumprimento das condicionantes ambientais —, e o estrago já é visível.

Entre os desafios que um futuro biógrafo enfrentará ao contar a vida e a obra de Dilma Rousseff está o seguinte paradoxo: como uma mulher que entrou na clandestinidade, pegou em armas para lutar contra o autoritarismo e pagou pela sua coerência o preço altíssimo de ter sido torturada, vira uma ministra, primeiro, uma presidente, depois, que, em se tratando de políticas para a Amazônia e o meio ambiente, incorpora — e o pior, implanta — a mesma visão da ditadura militar que combateu. De novo, estamos de volta ao Brasil Grande que pensa pequeno — mas em plena democracia e numa imprensa sem censura oficial. Acho o paradoxo fascinante do ponto de vista humano, mas um desastre para o país.

Talvez, hoje, a presidente Dilma Rousseff passasse um pito na guerrilheira Dilma Rousseff: “Não há espaço para a fantasia”. E imediatamente esquecesse que foi essa “fantasia” que tornou possível não só a própria democracia, mas a ascensão de um operário à presidência do Brasil. E também a tudo o que veio depois — inclusive ela. Foi essa mesma frase²⁸, em minha opinião a mais infeliz de sua trajetória como presidente, talvez de sua vida, que Dilma Rousseff declarou aos ambientalistas que combatem Belo Monte, afirmando que não mudará sua política de “desenvolvimento” para a Amazônia. O que nos faz concluir que, diante dos Irmãos Villas Bôas, os indigenistas de ontem, Dilma Rousseff só poderia dizer o mesmo que diz para os indigenistas de hoje: “Não há espaço para a fantasia”.

Cara presidente, se não existisse “fantasia” não existiria humanidade — não existiria nem mesmo o conceito de nação. Não existiria nem mesmo o Brasil. Como disse Fernando Meirelles: “Sonhe um pouco, presidenta. Ou ao menos escute o sonho dos que conseguem sonhar”.

16 de abril de 2012

²⁷ Kátia Abreu (PSD-TO) é senadora da bancada ruralista.

²⁸ A frase foi dita por Dilma Rousseff em 4 de abril de 2012, durante um encontro do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, realizado no Palácio do Planalto. Ela se referia à Rio+20, a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, que se realizaria em junho do mesmo ano.

É possível obrigar um pai a ser pai?

O Superior Tribunal de Justiça tomou uma decisão inédita no Brasil: determinou a um pai o pagamento de R\$ 200 mil por “abandono afetivo”. Antonio Carlos Jamas dos Santos, empresário do ramo de combustíveis de Sorocaba, no interior de São Paulo, terá de pagar à sua filha, Luciane Nunes de Oliveira Souza, professora da rede municipal da mesma cidade, por sua ausência como pai. Na sentença, manchete da maioria dos jornais brasileiros, a frase lapidar da ministra-relatora do caso, Nancy Andrigui: “Amar é faculdade, cuidar é dever”. Nos dias posteriores, Luciane deu entrevistas, em que chorou muito pelo abandono, assim como comemorou a vitória dos filhos abandonados do Brasil, representada pelo seu triunfo no tribunal. Minha pergunta: é possível — e desejável — que um pai seja condenado por falta de afeto?

Apesar da frase de efeito da ministra, é disso que se trata. Esse pai, agora condenado, pagou uma pensão para a filha até os 18 anos. Portanto, deu as condições materiais para o seu sustento, o que é garantido pela legislação brasileira há muito e não está em discussão. Se o valor era abaixo das necessidades concretas da filha e abaixo das possibilidades concretas do pai, esta é uma falha de quem arbitrou a pensão — uma falha da Justiça, portanto.

Estou rodeada de pessoas que acreditam que seus pais não lhes deram o afeto que mereciam. Acho mesmo que boa parte das pessoas acha que seus pais são deficitários no quesito afeto e no quesito presença. Da mesma maneira que, se fôssemos perguntar aos pais — e também às mães —, boa parte deles compartilha da convicção de que são abandonados pelos filhos. Mas esta, decididamente, não é a hora dos pais. Os filhos reinam absolutos nesse momento histórico, com o apoio irrestrito do Estado.

Se os pais derem uma palmada numa criança, logo estarão cometendo uma infração. O Congresso prepara-se para determinar que palmadas são inaceitáveis como método educativo. Se a conclusão for a de que os pais não amaram bem, a Justiça pode obrigar os pais a indenizar os filhos com o valor equivalente ao de um apartamento. Em breve, suponho, teremos mais novidades na vigilância dos pais pelo Estado. E não estou sendo irônica. É para esse mundo que temos caminhado. E é preciso perceber que temos dado sempre um passo além. Em minha opinião, além do bom senso.

Se um pai espanca um filho ou qualquer pessoa espanca uma criança, já existe lei para punir esse ato bárbaro. Mas, não, em vez de aprimorar as ações de prevenção e tornar mais eficiente a repressão, considera-se necessário criar mais uma lei e punir também a palmada. Se um pai não garante as condições materiais para assegurar educação, alimentação e casa para um filho, também já existe lei para obrigá-lo a cumprir seu dever. Mas agora é preciso ir mais adiante, é necessário punir também a falta de afeto.

Coloco essas duas questões — a da “palmada” e a do “abandono afetivo” — no mesmo texto, porque,

ainda que venham de instâncias diferentes do Estado, elas me parecem emblemáticas dos novos tempos que vivemos. E tenho dúvidas se refletimos o suficiente sobre o que estamos fazendo ao achar aceitável que o Estado entre na casa das pessoas e julgue o subjetivo. Tudo isso vem embalado em “boas intenções”. Mas me parece que “em nome do bem” tem se feito muito mal.

Como um juiz pode determinar o que é “abandono afetivo” em uma relação complexa como a de pais e filhos? E por que o Estado deveria fazer isso? E por que deveríamos achar legítimo que o faça?

Não tenho dúvidas de que Luciane sofreu. E desconfio que seu pai também pode ter sofrido. E gostaria que o sofrimento de ambos jamais tivesse se tornado público, porque acho que isso deveria seguir sendo tema do privado — longe da mão do Estado e longe dos holofotes. Mas, como abri a porta do meu apartamento na semana passada e me deparei com o rosto de Luciane no jornal, é preciso pensar sobre isso.

As imagens de Luciane, com sua expressão sofrida e chorosa, mesmo quando sorridente, provocam-me aflição. Porque é uma mulher de 38 anos, mãe e professora, dizendo coisas como: “Desde que eu nasci, meu pai nunca me quis!”. Eu facilmente poderia ver essa frase na boca de uma adolescente falando com as amigas num bar ou no pátio da escola. Mas, em uma mulher adulta, essa queixa — e uma queixa pública, com acolhimento público — me causa estranheza. Como se estivesse fora de lugar, deslocada no tempo de uma vida.

Luciane se coloca numa posição infantilizada. E me parece que ela encarna a posição infantilizada na qual todos nós nos colocamos ao permitir que o Estado legisle e arbitre sobre como devemos amar ou como devemos educar um filho. Como se jamais nos tornássemos adultos, na medida em que precisamos de um Estado-pai para nos dizer o que fazer. Um Estado que cada vez mais se arma do direito de entrar dentro das nossas casas e determinar como devemos viver.

São tempos curiosos. E o mais curioso é que a tese do “abandono afetivo” seja acolhida na mesma época em que a família já não é mais aquela. Nem sempre o pai biológico é aquele que assume a função paterna. Ou a mãe biológica é aquela que desempenha a função materna. As combinações, hoje, são as mais variadas. E nem sempre o pai que paga as contas é o pai que busca na escola, coloca a criança no colo, conta histórias antes de dormir, repreende um deslize ou conversa sobre a iniciação sexual da filha ou do filho. Pode ser — e pode não ser.

A função paterna pode ser assumida pelo padrasto, por um tio, por um irmão mais velho, pelo avô ou mesmo por uma mulher, em um casamento gay. E o mesmo acontece com a função materna. Para ser pai ou mãe, não basta gerar uma criança, é preciso “adotá-la”. E isso vale também para os pais biológicos. E nem todos conseguem ou desejam fazê-lo. Quem desempenha a função paterna ou a função materna é aquele que gerou uma criança e “adotou-a”. Ou aquele que adotou uma criança e “adotou-a”. São dois atos — e não um. E o segundo é mais difícil, demorado e cheio de percalços.

Que o pai biológico de Luciane se responsabilize ou seja responsabilizado pelo sustento material da filha ninguém discute. Mas não é possível obrigá-lo a ocupar a função paterna no sentido mais amplo e subjetivo. Não há como obrigar ninguém a ser pai ou mãe no sentido pleno. Se o Superior Tribunal de Justiça acredita ter esse poder e que, para exercê-lo, bastaria obrigar um pai a pagar um valor em dinheiro, está completamente equivocado.

Todos nós temos de lidar com o que consideramos ausência ou falta de afeto, em várias medidas ao longo da vida. Faz parte da complexidade das relações humanas. E faz parte do humano do nosso tempo

acreditar que nunca se é amado o suficiente — não só pelos pais, mas pelos filhos, pelos namorados, pelos maridos e pelas esposas, pelos amigos, pelo mundo inteiro.

Temos de lidar com as faltas inerentes a qualquer vida da melhor forma que conseguirmos — e lidar com isso significa crescer. E crescer significa parar de choramingar e seguir adiante. Acho grave que a Justiça considere legítimo cristalizar essa mulher adulta no lugar de vítima e de menina abandonada. E congelar esse homem no lugar de pai ausente e de algoz. A vida é mais complicada que isso. E um juiz tem o dever de compreender isso. As implicações públicas da sentença do STJ, na minha opinião uma decisão desvairada, ecoarão na vida de todos nós.

Em entrevista à rádio CBN, a ministra Nancy Andrighi afirmou que a decisão do STJ “analisa os sentimentos das pessoas”. Se analisa, ministra, errou. Não cabe ao STJ ou a qualquer tribunal analisar “sentimentos” e desferir punições pela ausência ou excesso de “sentimentos”. Isso colocaria os juízes em lugar bastante indevido.

A ministra também disse: “Não se pode negar que tenha havido sofrimento, mágoa e tristeza, e que esses sentimentos ainda persistam, por ser considerada filha de segunda classe”. Alguém conhece uma vida ou mesmo uma relação entre pais e filhos que não tenha sofrimento, mágoa ou tristeza mútuas? Como é que uma juíza pode comprar a versão de filha de “segunda classe” de uma forma tão barata?

A ministra ainda disse mais: “Todo esse contexto resume-se apenas em uma palavra: a humanização da Justiça”. Pelo contrário, me parece que a decisão ignora justamente a complexidade e a ambivalência das relações humanas. E desumaniza, ao compensar afeto com dinheiro — o que também é mais um dado interessantíssimo da nossa época de relações monetarizadas.

Luciane, por sua vez, afirma que não sente “raiva ou mágoa” do pai. Só quer “justiça”. Se colocar o pai no banco dos réus e dizer ao país inteiro que ele é um pai ausente, relatando suas desventuras nos mínimos detalhes, não é uma vingança monumental, eu não sei o que é. Mas que Luciane busque isso, podemos até compreender. Que um tribunal legitime a vingança é que me parece surpreendente. O que poderíamos estar nos perguntando, neste momento, é: como a gente faz para alertar um juiz por “abandono da razão”?

Há duas fotos de Luciane publicadas na *Folha de S.Paulo*: uma segurando um retrato dela quando bebê, no colo da mãe; a outra vestida de caipira na escola. São fotos comoventes e também são fotos escolhidas para comover — o que me faz ficar ainda mais aflita por ela. As duas fotos, assim como seu discurso, parecem dizer: “Pai, veja como sou ‘amável’”. Ou: “Brasil, veja como sou ‘amável’”. Por que esse homem mau não quis me amar?”. Parece que é isso que Luciane foi buscar na Justiça: a comprovação, pelo Estado, de que ela é ‘amável’, o pai é que falha. E assim ela continua, tristemente, tentando chamar a atenção do pai.

O problema é que dificilmente Luciane conseguirá seguir adiante, paralisada como parece estar no mesmo lugar simbólico. E mais difícil será agora que o tribunal a acompanha na ilusão de que é possível obrigar um pai a ser pai. Ou obrigar um pai a amá-la. E não há dúvida de que ela sofre muito com tudo isso. Tornar-se adulto, porém, é descobrir que o baralho nunca estará completo, que nem mesmo existe um baralho completo. Temos de jogar com as cartas que temos. E tentar recuperar cartas que jamais existiram, como se elas estivessem apenas perdidas, não nos ajuda a viver melhor. Apenas nos congela em um lugar infantil.

É um caso fascinante pelo que revela sobre o nosso tempo. E há bem mais ainda para se ver nele. Por

enquanto, queria lembrar ainda que, às vezes, o melhor que pode acontecer a um filho é que certos pais e mães fiquem bem longe.

07 de maio de 2012

A imprensa que estupra

— Não estuprou, mas queria estuprar!

A frase foi dita pela repórter Mirella Cunha, no programa *Brasil Urgente*, da Band da Bahia, a um jovem de 18 anos, preso em uma delegacia. Algemado, ele diz que arrancou o celular e a corrente de ouro de uma mulher, mas repete que não a estuprou. Na reportagem, a jornalista o chama de “estuprador”. Pergunta se a marca que ele tem no rosto é resultado de um tiro. Ele responde que foi espancado. A repórter não estranha que um homem detido, sob responsabilidade do Estado, tenha marcas de tortura. O suspeito diz que fará todos os exames necessários para que seja provado que ele não estuprou a mulher. Ele não sabe o nome do exame, não sabe o que é “corpo de delito” e pronuncia uma palavra inexistente. Ela debocha e repete a pergunta para expô-lo ao ridículo. Ele então pronuncia uma palavra semelhante a “próstata”. A jornalista o faz repetir várias vezes o nome do exame para que ela e os telespectadores possam rir. Depois, pergunta se ele gosta de fazer exame de próstata. No estúdio, o apresentador Uziel Bueno diz: “Tá chorando? Você não fez o exame de próstata. Senão, meu irmão, você ia chorar. É metido a estuprador, é? É metido a estuprador? É o seguinte. Nas horas vagas eu sou urologista...”.

A chamada da reportagem era: “Chororô na delegacia: acusado de estupro alega inocência”. A certa altura, a jornalista olha para a câmera e diz ao apresentador, rindo:

— Depois, Uziel, você não quer que o vídeo vá pro YouTube...

Ela tinha razão: o vídeo foi postado no YouTube. A versão mais curta dele já foi vista por quase um milhão de pessoas.

O vídeo foi divulgado nas redes sociais, com grande repercussão e forte pressão por providências. Um grupo de jornalistas fez uma carta aberta: “A reportagem de Mirella Cunha, no interior da 12ª Delegacia de Itapoã, e os comentários do apresentador Uziel Bueno, no estúdio da Band, afrontam o artigo 5º da Constituição Federal: ‘É assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral’. E não faz mal reafirmar que a República Federativa do Brasil tem entre seus fundamentos ‘a dignidade da pessoa humana’. Apesar do clima de barbárie num conjunto apodrecido de programas policiaiscos, na Bahia e no Brasil, os direitos constitucionais são aplicáveis, inclusive aos suspeitos de crimes tipificados pelo Código Penal”.

E, mais adiante: “É importante ressaltar que a responsabilidade dos abusos não é apenas dos repórteres, mas também dos produtores do programa, da direção da emissora e de seus anunciantes — e nesta última categoria se encontra o governo do Estado que, desta maneira, se torna patrocinador das arbitrariedades praticadas nestes programas”. O Ministério Público Federal abriu representação contra a jornalista. Em nota, a Band afirmou que tomaria “todas as medidas disciplinares necessárias” e que “a postura da repórter fere o código de ética do jornalismo da emissora”.

Em visita ao suspeito, a equipe da Defensoria Pública assim o descreveu: “É réu primário, vive nas ruas desde criança, apesar de ter residência em Cajazeiras 11. Tem seis irmãos, é analfabeto e já vendeu

doces e balas dentro de ônibus. Ao ser questionado sobre como se sentiu durante a entrevista, ele diz: ‘Eu me senti humilhado, porque ela ficou rindo de mim o tempo todo. Eu chorei porque sabia que eu iria pagar por algo que não fiz, e que minha mãe, meus parentes e amigos iriam me ver na TV como estuprador, e eu sou inocente’”.

A reportagem é um exemplo de mau jornalismo do começo ao fim. E, para completar, ainda presta um desserviço à saúde pública, ao reforçar todos os clichês e preconceitos relacionados ao exame de próstata. Por causa dessa mistura de ignorância e machismo, homens demais morrem de câncer de próstata no país. Os abusos cometidos pela repórter e pelo apresentador foram tantos, porém, que esse prejuízo passou quase despercebido.

Por que vale a pena refletir sobre esse episódio? Primeiro, porque ele está longe de ser uma exceção. Se fosse, estaríamos vivendo num país muito melhor. O microfone (e a caneta) tem sido usado no Brasil, assim como em outros países, também para cometer violências. Nessas imagens, se observarmos bem, a repórter manipula o microfone como uma arma. (Outras interpretações, vou reservar para os psicanalistas.)

Muitos passam mal ao assistir ao vídeo porque o que se assiste é uma violência sem contato físico, sem marcas visíveis. Uma violação cometida com o microfone e uma câmera, exibida para milhões de pessoas, contra um homem algemado (e, portanto, indefeso), sob a responsabilidade do Estado, que, em vez de garantir os direitos do suspeito, o expôs à violência.

O suspeito é humilhado por algo que deveria ser uma vergonha para o Estado e para todos nós: a péssima qualidade da educação. E, no caso dele, o analfabetismo de um jovem de 18 anos no ano de 2012, na “sexta economia do mundo”. Ao afirmar que o rapaz era um estuprador, a repórter colocou em risco também a vida do suspeito, já que todos sabem — e muitos toleram — o que acontece dentro das cadeias e prisões com quem comete um estupro.

A repórter e o apresentador são apenas a parte mais visível da rede de violações. Estão longe de serem os únicos responsáveis. Para que esse caso se torne emblemático e para que a Justiça valha, é preciso que todas as responsabilidades sejam apuradas, a começar pela do Estado. Tanto em permitir que alguém sob sua proteção fosse exibido dessa maneira, e possivelmente contra a sua vontade, numa rede de TV, quanto em investigar as marcas de tortura no seu rosto. As marcas e o relato de espancamento, aliás, seriam objeto da apuração de qualquer bom jornalista. No caso, não suscitaram nenhuma surpresa.

Basta ligar a televisão para ter certeza de que nem essa jornalista, nem esse apresentador, nem essa rede de TV são os únicos a violar direitos previstos em lei, especialmente contra presos e contra favelados e moradores das periferias do Brasil. Especialmente, portanto, contra os mais frágeis e com menos acesso à Justiça. Vale a pena lembrar que o número de defensores públicos no Brasil é insuficiente — em São Paulo, por exemplo, segundo relatório feito pela Pastoral Carcerária Nacional e pelo Instituto Terra, Trabalho e Cidadania, há apenas 500 defensores públicos para prestar assistência jurídica à população carente. E quase 60 mil presos que nunca foram julgados.

Como também sabemos, nenhum jornalista publica ou veicula o que quer. Para que matérias como essa tenham espaço é preciso que exista antes uma estrutura disposta a permitir que os maus profissionais violem as leis. Em última instância, também quem anuncia seus produtos em programas que exibem esse tipo de reportagem está sendo conivente e estimulando a violação de direitos.

A responsabilidade não acaba aí. Nos blogs, onde o vídeo foi denunciado como uma violação de

Direitos Humanos, parte dos comentários dos leitores pode ser assim resumida: “Ah, mas ele não é nenhum inocente”. Ou: “Queria ver se fosse você que ele tivesse assaltado”. São afirmações estúpidas, mas elas ajudam a explicar por que esse tipo de abordagem tem audiência. Persiste ainda no Brasil uma ideia de condenação sem julgamento — e o linchamento público, via TV, é uma das formas mais apreciadas de exercer a violência. Até porque, dessa forma, ninguém precisa sujar as mãos de sangue.

É preciso, porém, lembrar o óbvio: até ser julgado, um suspeito é um suspeito. E só o ritual da Justiça poderá dizer se ele é culpado ou inocente. E, mesmo culpado, ele vai cumprir a pena determinada pela lei, mas continuará a ter direitos. E essa é uma conquista da civilização — contra a barbárie.

É também por causa da vontade de fazer “justiça” com as próprias mãos de parte da população que o mau jornalista se sente “autorizado” a se colocar no lugar de juiz e condenar um suspeito no tribunal midiático. Quem o legitima não são as leis tão duramente conquistadas no processo democrático, mas a audiência. Quem legitima o mau jornalismo é justamente esse tipo de comentário: “Ah, mas ele não é nenhum inocente” ou “Queria ver se fosse você que ele tivesse assaltado”.

Para esse tipo de raciocínio valer e o mau jornalismo continuar tendo espaço, é preciso que a sociedade decida que não existem leis no Brasil e que os suspeitos perdem todos os direitos e devem ser linchados sem julgamento, nas ruas ou na TV. E isso vale para todos — e também para aqueles que gostam de expressar sua sanha porque pensam estar a salvo da sanha alheia.

Por sorte, não chegamos a esse ponto. Mas, para que violências como a que assistimos não se repitam, não basta punir quem as comete, é preciso que cada um saiba que, ao dar audiência para o mau jornalismo, está escolhendo a barbárie. O telespectador também tem responsabilidade. Cada um de nós tem responsabilidade. É assim numa democracia: a responsabilidade é compartilhada. Quem escolhe se posiciona e se responsabiliza. E quem se omite também escolhe e se responsabiliza.

Esse episódio, que, repito, está longe de ser exceção, poderia ser usado para iluminar capítulos não contados, ou pouco contados, ou ainda mal contados da trajetória da imprensa brasileira. É importante compreender que, historicamente, parte do jornalismo dito policial tem uma relação promíscua com a polícia. Desde sempre. Parte porque há grandes e decentes repórteres na história da crônica policial brasileira. Mas, arrisco-me a dizer, não representam a maioria.

Na ditadura, parte dos jornalistas policiais foi conivente com a tortura dos presos políticos, da mesma maneira que já era conivente, antes, com a tortura dos presos comuns. E que, depois do fim da ditadura, continuou a ser conivente com a tortura largamente praticada até hoje nas cadeias e presídios do país. Há histórias escabrosas e ainda não bem contadas de repórteres que, inclusive, assistiam às sessões de tortura e até ajudavam a torturar. Estas só tomei conhecimento pela narrativa de colegas mais velhos — obviamente, nunca presenciei.

Na transição democrática, nos anos 80, eu cheguei a conviver com jornalistas da editoria de polícia que andavam armados e achavam não só natural, mas desejável, a tortura de presos. Outros se limitavam a não denunciá-las. Era comum o repórter chegar à delegacia e ouvir a seguinte frase: “Espera um pouquinho, que estamos maquiando o elemento”.

“Maquiar” o preso significava que estavam apagando as marcas de tortura, para que ele pudesse ser fotografado ou filmado. Algumas marcas, claro, restavam. E ninguém — nem repórter, nem fotógrafo, nem mesmo os leitores — achava estranho.

É por causa dessa mentalidade, ainda hoje largamente disseminada entre a população brasileira, que as

denúncias das torturas praticadas nas cadeias e prisões não causam revolta — para além das organizações de direitos humanos e alguns segmentos restritos da sociedade. Como se, ao ser condenado ou apenas suspeito de um crime, as pessoas perdessem todos os seus direitos, inclusive os fundamentais.

Se a tortura de presos políticos durante a ditadura tem grande repercussão na classe média, a tortura contumaz dos presos comuns, praticada antes, durante e depois do regime militar, é tolerada por parte da população — até hoje. Se no passado alguém estranhasse as marcas dos presos, bastava alegar “resistência à prisão” — “explicação” até hoje amplamente usada pelas polícias para justificar a morte de suspeitos. É assim que a pena de morte — punição inexistente na legislação brasileira — tem vigorado na prática no país. Suspeitos são executados pela polícia — e a justificativa é “morto ao resistir à prisão” ou “morto em confronto” ou “morto durante troca de tiros”.

Na prática, o preso era obrigado, mesmo contra a sua vontade, a dar entrevistas ou se deixar fotografar ou filmar nas delegacias. Estava implícito que, se tentasse protestar, seria agredido. Era comum os policiais levantarem a cabeça do preso para as câmeras. Tanto daqueles que não queriam ter seu rosto exposto quanto daqueles que tinham sido tão torturados que não conseguiam manter a cabeça ereta sobre o pescoço.

Essa era a cultura que imperava — e em geral as redações não estranhavam, ou quem estranhava preferia deixar por isso mesmo para não ter de se confrontar com a “naturalidade” reinante. Não me parece — pelo que assistimos nesse vídeo — que hoje a situação seja muito diferente.

No início dos anos 90, um colega de jornal, Solano Nascimento (hoje professor do curso de Jornalismo da UnB), que raramente cobria a área policial, presenciou um agente dar um tapa num preso. Vários jornalistas, de outros veículos, testemunharam a cena. Mas só ele estranhou e denunciou a violência na sua matéria. O fato — o de um jornalista ter denunciado algo que para muitos era corriqueiro — causou espanto nas redações. Ainda assim, a polícia foi obrigada a abrir uma sindicância.

Uma pesquisa realizada em 2009 por Marcos Rolim, Luiz Eduardo Soares e Silvia Ramos com profissionais de segurança pública mostrou que 20,5% dos quase 65 mil policiais que responderam ao questionário — um em cada cinco — afirmaram ter sofrido torturas em seu processo de formação. A cultura de violência também se fazia presente na formação dos repórteres de polícia, ainda que em proporções mais amenas. Uma espécie de “batismo de sangue” (no caso, sangue alheio) era motivo de orgulho e até de certa superioridade diante dos “frouxos” de outras editorias. Posso afirmar que isso persistiu até pelo menos a década de 90 — mas há razões para supor que ainda exista em algumas regiões do país.

Entre os jornalistas, a iniciação era feita de várias maneiras. Em seu primeiro dia de trabalho, uma repórter foi escoltada das 7h às 21h por um jornalista veterano, com um revólver calibre 38 na cintura (era a década de 80 e o “três-oitão” ainda vivia momentos de glória). Nessas 14 horas ininterruptas, eles acompanharam todas as mortes ocorridas na cidade — não só os assassinatos, mas também os suicídios. O veterano obrigou a “foca” a examinar os cadáveres, verificar o que havia nos bolsos, apalpar os “presuntos”, como ele chamava. Ao final do processo de violação dos corpos, ela tinha de relatar o número de buracos de bala e de perfurações de faca, sob os olhos cúmplices dos policiais responsáveis pela ocorrência.

Nos deslocamentos entre um morto e outro, o veterano contava sobre como gostava de torturar “vagabundos” e lamentava o fim da ditadura. Quando a noite chegou, ele a levou ao plantão de polícia do

pronto-socorro público. Lá ela viu uma mulher chegar gritando e chorando, com o corpo todo esfaqueado e o sangue saindo por todos os furos. Pela mão, a mulher levava um menino com cerca de cinco ou seis anos. Quando a jovem repórter viu os olhos do menino, deu alguns passos e desmaiou no corredor do hospital. Quando acordou, descobriu que tinha urinado na roupa durante o desmaio.

O veterano a levou para casa no carro do jornal e, ao descobrir que ela morava sozinha, impôs sua autoridade para deixá-lo entrar, com a justificativa de que era sua responsabilidade profissional ter certeza de que ela, uma subordinada, ficaria bem. Enquanto a jornalista tomava banho, ele revistou a sua casa. Nada pior aconteceu porque ela arranjou um jeito de dizer que o sogro era professor universitário e a família do namorado deveria estar preocupada com o seu atraso. Por muitos meses ela se sentiu violentada e não conseguia dormir sozinha em casa. Trocou as fechaduras da porta, lavou todas as suas roupas, porque o veterano repórter de polícia as tinha tocado, e botou fora tudo aquilo que não era documento, inclusive seus bichos de pelúcia. Assim giravam as redações há não tanto tempo. E acredito que essa cultura persista em alguns lugares do país.

A reportagem que gerou a polêmica não é um episódio isolado. Assim como a teia de responsáveis é ampla e não se restringe à repórter e ao apresentador. E, por fim, a realidade a que assistimos hoje é parte de um processo histórico da imprensa brasileira, com capítulos ainda obscuros. Basta lembrar que conhecemos os nomes dos torturadores e dos leigos que assinavam os laudos falsos da ditadura, mas desconhecemos o nome dos jornalistas que foram cúmplices do regime também nos porões da repressão.

Uma linha de investigação interessante para um livro ou uma pesquisa acadêmica seria entender como a cultura da violência e a relação de promiscuidade de parte dos jornalistas de polícia com os aparatos de repressão da ditadura manteve-se e encontrou novas expressões a partir da retomada da democracia. Uma dessas expressões são os programas considerados sensacionalistas, mas com grande audiência, com reportagens como a que agora discutimos.

Estabelece-se no país a tolerância à violação dos direitos dos presos e dos pobres, mesmo na democracia — bastando apenas fazer uma careta e dizer que os programas são “sensacionalistas”. Os “esclarecidos” dizem que não assistem “a esse lixo” — e isso seria suficiente. O “jornalismo sério” considera-se separado da ralé — e isso seria suficiente. Na prática, sabemos que, na guerra pela audiência, cada vez mais acirrada, a contaminação entre o jornalismo “sério” e o “sensacionalista” é crescente e estimulada. E, mesmo na imprensa considerada séria, parte dos jornalistas que cobrem a área, como se diz no jargão, continua “comendo na mão da polícia”. E não é uma parte tão pequena assim.

Qual é a novidade? A grande — e boa — novidade é a capacidade de mobilização e de pressão pelas redes sociais. Até pouco tempo atrás, duvido que a apuração da responsabilidade de jornalistas como os do vídeo fosse sequer cogitada. Alertado por Fabrício Ramos, pelo Facebook, o vídeo foi postado no blog de Renato Rovai. Em menos de 24 horas foi replicado em centenas de blogs e disseminado pelo Twitter, ganhando repercussão nacional.

Se estamos discutindo esse episódio aqui é porque as pessoas estão usando a internet para exercer sua cidadania e se responsabilizar pela democracia, desafios que vão muito além do voto. Usando os instrumentos da internet para exercer pressão legítima, forçando a quebra do corporativismo, o funcionamento das instituições e o cumprimento das leis. Não me parece que nos falem leis — o que nos falta é justiça. E, para a parte mais frágil da população, acesso à Justiça.

Desta vez, os responsáveis pela condenação e humilhação públicas de um suspeito negro, pobre e

analfabeto descobriram que os jornalistas não estão acima da lei. Enfim, uma boa notícia^{[29](#)}.

[29](#) A relação entre sociedade e violência é um tema frequente nas colunas de Eliane. Ela também escreveu “Tropa de Elite em 3D”, “Vida aos espasmos” e “Pela ampliação da maioria moral”, que podem ser lidas na internet.

A rainha má e o terror de envelhecer

*Branca de Neve e o Caçador*³⁰, em cartaz nos cinemas, deveria se chamar “Ravenna, a rainha má”. Interpretada pela maravilhosa Charlize Theron, a mãe-madrasta-bruxa da princesa é o mais interessante do filme, assim como as questões tão atuais que ela nos traz. E a bela Charlize faz uma rainha inesquecível. Para não envelhecer, essa vilã dos contos de fadas ultrapassa todos os limites e quebra todos os interditos. Uma mulher da era a.C.P. (antes da Cirurgia Plástica), Ravenna suga a alma, a juventude e a beleza das adolescentes e devora corações puros, que arranca com suas unhas, enquanto chafurda na amargura.

O filme, para quem não sabe e não viu, busca resgatar o conteúdo terrorífico das origens dos contos de fadas. Tudo o que hoje se conhece com esse nome foi um dia fábulas para adultos, nas quais canibalismo e incesto eram ingredientes garantidos. Mantidas vivas pela tradição oral dos camponeses medievais, as histórias eram contadas para entreter, mas não só. As narrativas nasceram e permaneceram como uma forma de lidar com os riscos da vida real, num tempo em que os lobos uivavam no lado de fora e também no lado de dentro, menos contidos pela cultura do que hoje.

Depois, a partir do final do século 17, com Charles Perrault, culminando no século 19, com os Irmãos Grimm, os contos foram compilados, escritos e depurados como histórias para crianças. Nós, que nascemos no século 20, fomos alimentados por versões muito mais suaves e palatáveis a uma época sensível, em que os pequenos são vistos como o receptáculo tanto da inocência quanto do futuro. E, portanto, precisam ser protegidos dos males do mundo e de seus semelhantes, assim como convencidos de que sua “natureza” é boa e pura. Ainda que conheçamos, por experiência própria, que o pior também nos habita desde muito, muito cedo. E seria melhor para todos — e também para a vida em sociedade — poder olhar para nossa face obscura de frente.

Branca de Neve registra algumas variações ao longo dos séculos, até chegar ao clássico da Disney, de 1937, que se tornou referência para a maioria. Mas nada tão radical quanto uma versão de sua colega Bela Adormecida, por exemplo, na qual a princesa é abusada pelo príncipe e abandonada grávida. Muito menos como Chapeuzinho Vermelho, que talvez seja o conto que revela com maior clareza a mudança de sensibilidade através dos tempos.

Em uma das versões mais antigas, o lobo oferece à menina a carne da avó fatiada numa bandeja, como iguaria — e o sangue da avó como vinho. Depois de banquetear-se, Chapeuzinho é convidada a tirar a roupa. A cada peça que a menina arranca em seu *striptease*, o Lobo grita, todo excitado: “Atire-a no fogo!”. Em seguida, a Chapeuzinho sem chapéu nem calcinha deita-se na cama com o Lobo peludo. E é “devorada”. Nem Lars Von Trier faria melhor. Os camponeses medievais terminavam a história ali. O

final feliz veio muito, muito depois.

No caso de *Branca de Neve e o Caçador*, os realizadores do filme usaram os mais avançados recursos da tecnologia para construir imagens belíssimas, na tentativa de recuperar algo da atmosfera sombria. Mas não se arriscaram a chegar sequer perto da violência de sentidos dos tataravôs dos contos modernos. O filme não perdeu, porém, a oportunidade de atualizar as questões que fizeram a história sobreviver por tantos séculos e alimentar o imaginário de tantos filhos de épocas diversas. E esta é a sua força.

Quais são estas questões que ainda hoje ecoam em nossos interiores?

A relação entre mãe e filha, com a violência simbólica transposta em atos concretos, já que a mãe-madrasta passa toda a história tentando matar a filha-enteada que vai suplantá-la em juventude e beleza. O olhar de desejo do pai-caçador, que a faz descobrir-se mulher na floresta “negra”, para onde foge da mãe. Os vários percalços diante de qualquer menina, seja Branca de Neve ou uma adolescente de hoje, para se tornar mulher.

Em *Branca de Neve e o Caçador*, os desafios enfrentados pela princesa para tornar-se mulher (e continuar viva) ganham soluções um pouco diferentes das versões anteriores — e bem provocativas. Mas, só dessa vez, vou deixar Branca de Neve do outro lado do espelho e me concentrar no reflexo da rainha má. Charlize Theron é uma mãe-bruxa obcecada pela juventude e pela beleza. Para ela, nenhum ato é horrendo demais se, ao final, ela ganhar uns anos a mais com pele de pêssego. Assinalada por várias vidas de horror — já que a bruxaria e o coração das mais jovens garantiu-lhe uma existência prolongada —, ela não admite ter nenhuma marca do vivido. Toda a violência sofrida e praticada, as mágoas, as decepções e as traições estão dentro dela. Mas no corpo, naquilo que se oferece ao olhar do outro, ela é uma mulher sem marcas.

No filme, a rainha má assim é por ter sofrido no passado o abuso de homens que, nas suas palavras, sugaram tudo dela e, quando ela começou a envelhecer e a perder a beleza, a trocaram por uma mais jovem. Roteiro prosaico de nossos dias, mas tanto na vida real como na ficção soa inconsistente. Uma desculpa meio esfarrapada para justificar tanta destruição — e autodestruição. Nestes momentos, em que evoca a suposta sina das mulheres e a suposta voracidade dos homens, a rainha nos constrange com sua superficialidade de almanaque. Mas não deixa de ser interessante observar que supostamente também seria para o desejo dos homens que as mulheres do nosso tempo se submetem ao inimaginável na tentativa de permanecerem jovens e belas. Será?

Um dos momentos mais interessantes do filme se dá no encontro de Branca de Neve com uma comunidade de mulheres que, para se manterem a salvo da sanha da rainha, fazem marcas no próprio rosto. Até as crianças têm a face assinalada por cicatrizes forjadas, sem história portanto. Numa concepção de beleza em que as marcas da vida estragam o rosto, essas mulheres só podiam sobreviver se arruinassem a beleza — e, com ela, o interesse da rainha. É, portanto, no olhar da rainha que está o desprezo pelo corpo assinalado pela passagem do tempo — e não (apenas) no olhar dos homens. É só ao incorporar a recusa em envelhecer que a rainha se torna de fato um objeto.

Alguma semelhança com nossa época? Me parece que toda. O terror só é terror se houver estranhamento. Estranha-se aquilo que, no fundo, é familiar. O terror é o conhecido que fingimos desconhecido, é nosso estranho íntimo. Se fosse totalmente estranho, não captaria nossa atenção. É preciso ser um estranho que ecoa no que estranhemos em nós. Ou um estranho que reconhecemos em nós, mesmo sem jamais admitirmos conscientemente. Para isso serviram desde sempre os contos de fadas, ao

nos dar a possibilidade de lidar com nossos monstros e medos através dos personagens, nossos outros arquetípicos. Nesse sentido, a rainha má é um conto de fadas para mulheres adultas.

É fácil escandalizar-se com a louca obcecada pela juventude que persegue as mais jovens, prontas a desbancá-la em beleza, como uma *serial killer* gótica. Mas é menos fácil escandalizar-se com o número cada vez maior de mulheres sem nenhum problema de saúde ou deformação que se submetem a uma cirurgia na tentativa, ao final sempre ilusória, de eliminar as marcas do tempo.

Para nós tornou-se corriqueiro, mas para alguém de outra cultura ou de outra época, soaria como um filme de terror ser apagada por uma anestesia e ser cortada por um bisturi. Sangue, gordura, fluidos. Tira um naco da bunda para botar na batata da perna, implanta um corpo estranho em formato de bola no peito, estica a pele do rosto com fio de ouro. Arrisca-se a morrer, apenas para submeter-se ao padrão estético do momento ou apagar rugas que voltarão mais cedo do que tarde. Conforme o lugar de onde se olha para essas cenas, hoje banalizadas, é um filme dos mais apavorantes.

A diferença, com a rainha má, é que ela deu um jeito de as outras pagarem o preço de sua incapacidade de suportar o envelhecer. Mas só até certo ponto. Porque nem mesmo a sua mágica é suficiente para eliminar as marcas dentro dela, não há feitiço capaz de apagar o vivido. Povoada por memórias que sangram sem a chance de virar cicatrizes, ela naufraga em desgosto, a tal ponto que se torna difícil compreender por que, afinal, ela quer tanto ser jovem e ser bela, se continua tão desgraçadamente infeliz com sua existência.

Como o belo corpo e o belo rosto da rainha má, parece-me que os corpos e os rostos flagelados de hoje são mais para serem olhados do que tocados. Cortados, manipulados e emendados pelo bisturi do cirurgião, em geral um homem, este corpo não é feito para se fundir com nenhum outro. É mais um objeto que se oferece como imagem, apenas. Porque o toque sempre deixará uma marca. O toque é sempre um risco. Como para a rainha má, para muitas mulheres é melhor não se arriscar a serem alcançadas por um outro que verá além do que é dado para ver, verá também as marcas que não podem ser apagadas. E fará outras marcas, que também não poderão ser eliminadas. Viver, afinal, é ser marcado e marcar.

O corpo e o rosto da rainha má não são para ninguém — nem para si mesma, como ela parece se iludir. O espelho mágico, aquele que olha e olha para além do que está na sua frente, é um dos grandes achados dessa versão. Ao ser invocado, ele se despreza da parede e materializa-se como uma entidade masculina. Em vez de refletir a imagem externa da rainha, porém, ou lhe mostrar o mundo além do castelo, o espelho dá voz à sua imagem interior, ao avesso da rainha, ao lado de dentro. Vocaliza seus medos mais profundos e, de certo modo, a autoriza a praticar seus crimes — mas é apenas um eco.

É um diálogo consigo mesma — e não com um outro o que acontece nesse momento. A rainha má, desesperada por beleza e juventude, movida por um desejo que ela diz ser mais do mundo masculino do que dela, não é refletida nem mesmo pelo espelho. Sem o olhar de um outro que nos reconheça, não há como se saber. É assim que ela se perde, porque não há quem a encontre.

É no medo de se perder no outro que a rainha se perde de fato. Ao tentar matar Branca de Neve, na cena clássica da maçã envenenada, a mãe-madrasta vai desferindo conselhos à filha-enteada. “Você sempre se perde quando se deixa levar pelo amor”. E então, totalmente perdida, grita como uma louca que não se escuta: “Você tem sorte de morrer antes de envelhecer”.

E fracassa. É claro que fracassa. Nós todos conhecemos o final.

[30](#) *Branca de Neve e o Caçador* é dirigido por Rupert Sanders (2012, EUA).

Por que a imagem da vagina provoca horror?

Muitos anos atrás, não sei precisar quantos, deparei-me com o quadro *A origem do mundo* (*L'origine du monde*, 1866) e me encantei. Nele, o francês Gustave Courbet pinta uma vagina. Cheguei a ela desavisada e fui tomada por uma sensação profunda de beleza. Forte o suficiente para sonhar, deste então, com a compra de uma reprodução, um plano sempre adiado. Quando passei a trabalhar em casa, há dois anos, desejei ainda mais ter o quadro na parede do meu escritório, onde reúno tudo aquilo que me apaixona num pequeno universo perfeito e só meu. No último aniversário, em maio, meu marido me deu a reprodução de presente. Só na semana passada, porém, o quadro chegou da vidraçaria onde fez escala para receber moldura. Então, algo inusitado aconteceu.

Ouvi um grito:

— É o fim do mundo!

Eu estava no quarto e saí correndo, alarmada, para ver o que tinha acontecido. Encontrei Emilia, a mulher que limpa nossa casa uma vez por semana, com o rosto tomado por um vermelho sanguíneo, diante de *A origem do mundo*, que, ainda sem lugar na parede, jazia encostado em um armário.

— É o fim do mundo! — gritava ela, descontrolada. — Nunca pensei ver algo assim na minha vida! Eliane, que coisa horrível!

Meio atordoada, eu repetia: “Não é o fim do mundo, é o começo!”. E depois, sem saber mais o que fazer para acalmá-la, me saí com essa estupidez: “É arte!”. Como se, por ser “arte”, ela tivesse de ter uma reação mais controlada, quando é exatamente o oposto que se espera. Beirando o desespero, diante do desespero dela que eu não conseguia aplacar, apelei: “Mas, Emilia, metade da humanidade tem vagina — e a humanidade inteira saiu de uma vagina (ou poderia ter saído)! Por que você acha feio?”.

O fato é que, para Emilia, era o fim do mundo — e não o começo. Tentei fazer piada, mas percebi que a perturbação não viraria graça. A questão para ela era séria — e ela só não pedia demissão porque trabalha há 12 anos lá em casa e temos um vínculo forte. Naquele dia, Emilia despediu-se, incomodada, e passei a temer que talvez ela não suporte olhar para o quadro a cada quinta-feira.

Por que Emilia, uma mulher adulta, que me conta histórias escabrosas da vida real, se horrorizou com a visão de uma vagina? Por que eu me encantei com a visão de uma vagina? Quando vivo uma experiência de transcendência, em geral eu não quero saber sobre a história da pintura que a produziu, porque temo perder aquilo que é só meu, a sensação única, pessoal e íntima que tive com aquela obra. É uma escolha possivelmente besta, mas faz sentido para mim. Por isso, eu quase nada sabia sobre *A origem do mundo*, para além do fato de que eu a adorava. Só há pouco, ao ler um pequeno livro sobre um dos grandes nomes da história da psicanálise, o francês Jacques Lacan, soube que ele foi o último dono da pintura. Nos anos 90, sua família doou o quadro para o Museu D’Orsay, em Paris, onde está desde então.

Graças ao estranhamento de Emilia, transtornada que foi pela experiência artística quando se preparava para passar o pano no chão, fui levada a um percurso inesperado. Descobri que *A origem do mundo* causa escândalo desde que foi pintada. E agora quem está horrorizada sou eu, mas pela ausência de horror em mim diante do quadro. Por quê? Por que eu não sinto horror? O que há de errado comigo que não sinto horror?, cheguei a me perguntar. De repente, nossas posições, a minha e a de Emilia diante do quadro, inverteram-se. Eu, que não compreendia o horror dela, passei a suspeitar do meu não horror.

Eis uma breve trajetória da obra. *A origem do mundo* foi encomendada a Courbet, um pintor do realismo, por um diplomata turco chamado Khalil-Bey. Colecionador de imagens eróticas, ele pediu um nu feminino retratado de forma crua. E Courbet lhe entregou um par de coxas abertas, de onde despontava uma vagina após o ato sexual. A obra teria sido instalada no luxuoso banheiro do milionário, atrás de uma cortina que só se abria para revelar o proibido para uns poucos escolhidos. Khalil-Bey teria perdido a pintura em uma dívida de jogo, momento em que a tela passa a viver uma série de peripécias.

O quadro teve vários donos e, ao que parece, todos o escondiam atrás de uma cortina ou de uma outra pintura. Na Segunda Guerra Mundial, algumas versões afirmam que chegou a ser confiscado pelos nazistas do aristocrata húngaro ao qual pertencia. Em seguida, passou uma temporada nas mãos do Exército Vermelho. Até que, após uma acidentada jornada, em 1954 foi comprado por Lacan e instalado na sua famosa casa de campo.

Até mesmo Lacan, um personagem pródigo em excentricidades e sempre disposto a chocar as suscetibilidades alheias, ocultava o quadro com uma outra pintura, encomendada ao pintor surrealista André Masson com esse objetivo. Como uma porta de correr, esse “véu” retratava uma vagina tão abstrata que só um olhar atento a adivinhava. Apenas visitantes especiais ganhavam o direito de desvelar e acessar a vagina “real”. Segundo Elisabeth Roudinesco, a biógrafa mais notória de Lacan, o psicanalista gostava de surpreender os amigos deslocando o painel. Anunciava então *A origem do mundo*, com a seguinte declaração: “O falo está dentro do quadro”. Boa parte dos intelectuais apresentados à tela ficava, como Emilia, bastante incomodada.

Por quê?

Que há algo perturbador no órgão sexual feminino não há dúvida. Até nomeá-lo é um problema. Vagina, como tenho usado aqui, parece excessivamente médico-científico. É como pegar a língua com luvas cirúrgicas. Buceta ou xoxota ou afins soa vulgar e, conforme o interlocutor, pejorativo. É a língua lambuzada pelo desejo sexual — e, por consequência, também pela repressão. Não há distanciamento, muito menos neutralidade possível nessa nomeação. É uma zona cinzenta, entregue a turbulências, e a palavra torna-se ainda mais insuficiente para nomear o que Courbet chamou de *A origem do mundo*. Para Lacan, “o sexo da mulher é impossível de representar, dizer e nomear” — uma das razões pelas quais teria comprado o quadro.

Em busca de respostas para o horror de Emilia, que, por oposição, revela o meu não horror, naveguei por algumas interpretações do quadro — e da perturbação gerada por ele. Jorge Coli, historiador, crítico de arte e autor de um [livro](#) sobre Courbet para a editora francesa Hazon, assim comentou sobre *A origem do mundo*, em um artigo publicado em 2007: “Parece-me a radicalização do processo de transformar a mulher em um objeto orgânico, pois ele esconde a cabeça (pensante) e os braços e pernas (elementos da ação). Vemos a ponta do seio e, sobretudo, o sexo”. Coli assinala que uma das questões do século 19 era a ameaça do desejo contida no feminino. Inerte, entregue à contemplação, a mulher não ameaçaria.

Em algumas manifestações escandalizadas, o fato de Courbet ter “reduzido” a mulher a um pedaço da anatomia foi considerado uma afronta. Uma mulher sem cabeça, sem braços, sem história. A pintura chegou a ser definida pelo escritor e fotógrafo francês Maxime Du Camp como um “lixo digno de ilustrar as obras do Marquês de Sade”. Análises mais psicanalíticas explicam o horror de quem olha pelo viés da castração. Diante do espectador, entre as coxas abertas da mulher se revelaria a ferida aberta, a falta, a impossibilidade de ser completo. As mulheres se horrorizariam pela constatação da castração, os homens pelo temor a ela.

Se alguns olhares produzem pistas, outros reforçam apenas o incômodo que a obra produzia. O efeito do quadro já foi tentado em fotografias de mulheres, em geral prostitutas, colocadas na mesma posição, mas o resultado revelou-se diverso. Ao transpor para a fotografia, não é mais a imagem de Courbet, mas outra. Até que, em 1989, uma artista francesa, Orlan, fez algo marcante — e com grande potencial para gerar polêmica — a partir da obra original. Ela reproduziu a pintura trocando a vagina por um pênis — ou a buceta por um caralho. E chamou-a de *A origem da guerra*.

Olhar para essa imagem causa um estranhamento, especialmente porque a posição, deitada de costas, é muito mais íntima da mulher do que do homem. O pênis, no caso, se oferece ereto ao olhar, mas a partir de um corpo na horizontal, entregue. É instigante, desde que a provocação não seja reduzida a um feminismo indigente, banalizado pela crença pueril do “a mulher gera a vida, o homem a morte”. A intenção de Orlan, segundo Roudinesco, era bem mais refinada. Ela “pretendia desmascarar o que a pintura dissimulava, realizando uma fusão da ‘coisa’ irrepresentável com seu fetiche negado”. Reivindicava então a “imprecisão do gênero e da identidade” que marca o nosso tempo, anunciando, por sua vez: “Sou um homem e uma mulher”.

O que se pode afirmar é que Courbet revelou o que está sempre coberto, oculto, escondido. No Carnaval brasileiro, como lembra a psicanalista Maria Cristina Poli em um [artigo](#) bem interessante sobre o feminino, tudo é exposto — e até superexposto — do corpo da mulher, menos a vagina. Mas a força do quadro não está só no “mostrar”. Há algo de incapturável e único na forma como Courbet mostrou o “imostrável”, já que a transposição da imagem para a fotografia não causa o mesmo efeito. E o que é? Não sei.

A vagina pintada por Courbet é peluda como não vemos mais nos dias de hoje. A depilação quase total do sexo feminino tornou-se um popular produto de exportação do Brasil. Tanto que virou um dos significados da palavra *Brazilian* no renomado Dicionário Oxford: “Estilo de depilação no qual quase todos os pelos pubianos da mulher são retirados, permanecendo apenas uma pequena faixa central”. Pelo visto, a partir dos trópicos supostamente liberados e sexualizados, a vagina depilada virou um clássico contemporâneo. Este é um ponto interessante. Ao primeiro olhar, a extração dos pelos serviria para revelar mais a vagina, mas me parece que esse é mais um daqueles casos, bem pródigos na nossa época, em que se mostra para ocultar — a superexposição que ofusca e cega. A vagina sem pelos é uma vagina flagelada — e arrancar os pelos com cera é mesmo um flagelo. É também uma vagina infantilizada pela força. E é ainda uma vagina esterilizada, já que vale a pena lembrar que no passado recente essa depilação agressiva só acontecia nos hospitais para, supostamente, facilitar o parto. “Se não depilo totalmente, me sinto suja”, disse-me uma amiga. Suja?

Em janeiro de 2000, a atriz Vera Fischer exibiu sua vagina peluda em um ensaio fotográfico da revista *Playboy*. Causou furor. Falou-se na “Mata Atlântica”, na “Amazônia”, na “selva” onde sempre é perigoso

penetrar. Havia algo de poderoso e incontrolável na vagina em estado “natural” de Vera Fischer, e a polêmica se fez. Era uma mulher não domesticada ali. Uma mulher adulta. Não me parece — e nunca saberemos se tenho razão — que, se Courbet tivesse pintado uma vagina careca, ela teria causado tanto o horror de Emilia quanto o êxtase em mim.

A vagina pintada por Courbet é uma vagina que revela. Mas o quê? Não sei. A maravilha da arte é que ela nos transtorna sem a menor intenção de nos dar respostas — muito menos caminhos claros a seguir. A arte é sempre labiríntica. Não há sentimentos “certos” ou “errados” diante da expressão artística, há sentimentos apenas. Movimentos. Que nos levam por aí, aqui. É em respeito a essa ideia que decidi não colocar nenhuma imagem do quadro nesse espaço, nem mesmo um link — ou um atalho — para a imagem na internet. A busca da origem do mundo é pessoal e intransferível. Assim como a decisão de buscá-la.

A obra de Courbet sempre foi oculta por uma outra pintura. Ou cortina. Exceto agora, que a exibição no museu deu a ela uma espécie de salvo-conduto, por ser ali “o lugar certo”. De algum modo, até então, a vagina mais famosa da História da Arte fora coberta por um véu — além do véu representado pela própria pintura. Decidi não cobrir minha reprodução de *A origem do mundo*^{[31](#)} com uma burca. Vamos ver o que acontece.

[31](#) A vagina, seja como palavra ou como imagem, e especialmente o quadro do Courbet, continua provocando polêmica. Em setembro de 2012, três meses após a publicação desta coluna, ocorreram dois episódios de censura: 1) na livraria virtual da Apple, o livro da escritora Naomi Wolf virou *V****a — Uma nova biografia*; 2) a Academia Brasileira de Letras interrompeu a transmissão pela internet de uma palestra do crítico de arte Jorge Coli, no instante em que ele mostrava *A origem do mundo* e pronunciava a palavra buceta. Em fevereiro de 2013, a revista francesa *Paris Match* apresentou a suposta descoberta do rosto correspondente à vagina do quadro de Courbet. Eliane escreveu sobre esse episódio na coluna “Acara da vagina”, que pode ser lida na internet.

Quem está com Lula e Maluf na foto (além de Haddad)?

A menina de sete anos vê desenhos animados na TV, no quarto dos pais, na zona sul de São Paulo. A mãe, tentando aparentar tranquilidade, aparece na porta e diz: “Filha, tem um titio que veio roubar nossas coisas. Mas fica quietinha, que ele não vai fazer nada. Só vai roubar as coisas e depois vai embora”. Pega a menina pela mão e a leva ao corredor. Quando vê o ladrão, um rapaz com uma arma na mão, a menina pergunta:

— Mãe, esse que é o Maluf?

Até o ladrão riu.

* * *

A história é verídica. Aconteceu em 1988, nos primeiros anos da redemocratização do Brasil, uma época ultrapassada em que “malufar” era sinônimo de “roubar”. A menina, uma amiga, é hoje uma mulher e tornou-se jornalista. Ao ver a foto de Lula apertando a mão de Maluf, olhei “pelo retrovisor” e lembrei desse episódio.

Depois do choque inicial diante da foto de Lula com Maluf (e sem perdê-lo jamais), o que começou a me perturbar era que Lula pode ter razão. Não razão em pisotear os princípios e engolir a biografia, óbvio. Mas razão para acreditar que a imagem é a única realidade que importa para alcançar os fins. Que com um minuto e meio a mais de TV é possível fazer o eleitor acreditar que Fernando Haddad é o “novo” — e que o “novo”, ainda que ungido por velhas e viciadas práticas, é o melhor para administrar São Paulo. O que dá razão a Lula é a reação da opinião pública — e principalmente a de Luiza Erundina.

À primeira vista, a desistência de Luiza Erundina (PSB) de ser a vice de Haddad, assim como a reação da sociedade e da própria militância petista, apontaria para um erro político estratégico. Em busca de um minuto e meio a mais na TV, Lula teria esquecido do que o levou a aceitar o inaceitável: o poder da imagem. Ou, em busca de ampliar o poder da imagem, Lula esqueceu-se do poder da imagem. Esqueceu-se daquilo que Maluf lembrou e por isso exigiu, em troca do apoio do PP à candidatura de Haddad: “A foto faz parte do pacote”.

A imagem, quando substitui a realidade ou se torna toda a realidade, pode nos cegar. Por isso, quero aqui apenas rememorar o que vemos nessa foto — e o que não vemos. O que vemos é Lula e Maluf — Haddad entre eles, mas sem importar muito (e isso é importante, já que Haddad não importa muito porque é o “novo” sem história).

O que vemos é Lula apertar a mão de quem no passado havia chamado de “o símbolo da pouca-

vergonha nacional”. E Maluf apertar a mão de quem no passado havia chamado de “ave de rapina”. O que vemos é Lula, que no passado representou a possibilidade de ética na política, apertar a mão de quem no passado — e também hoje, mas agora embaralhado com muitos outros — representou a corrupção na política. O que vemos é Lula, que até alguns anos atrás encarnava um novo jeito de fazer política, consolidando mais uma aliança com o velho jeito de fazer política.

De fato, porém, o que vemos não é novo. Mas a foto nos faz acreditar que é. Ora, há quanto tempo o que existe de mais retrógrado e fisiológico na política nacional se tornou parte do espectro de alianças do PT, em nome da “governabilidade” ou em nome dos fins? O PP de Maluf esteve no governo Lula e está no governo Dilma — como antes esteve no governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Lula apertou a mão de Maluf há muito tempo. Desde o primeiro mandato como presidente pelo menos.

A foto permitiu que parte da sociedade enxergasse essa aliança. É bom enxergar, antes tarde do que nunca? É, claro que é. Mas também não é. Porque, se acreditarmos que as imagens são toda a realidade, nos tornamos facilmente manipuláveis. Se só conseguimos enxergar o que vira imagem, nos colocamos em um lugar muito frágil. No lugar que explica Lula apertar a mão de Maluf para garantir um minuto e meio a mais de espetáculo, no qual faz o truque de transformar o desconhecido em conhecido, o velho em novo.

Nessa imagem histórica, é quem não estava na foto que nos revela o quanto nos deixamos cegar tanto pelo que vemos — quanto pelo que não vemos. É Luiza Erundina, que agora desponta como aquela que disse: “Não aceito”. Ou como a guardiã dos princípios na política, a mulher que deu uma lição ética a Lula e ao PT, aquela que resistiu ao pragmatismo da *realpolitik*. É muito provável que Luiza Erundina seja mesmo uma mulher de princípios, porque parte da sua história pública nos prova isso. Mas não nesse episódio.

No momento em que a imagem de Lula apertando a mão de Maluf foi imortalizada com um clique, Luiza Erundina estava lá naquela foto. Não estava, mas estava, porque havia aceitado a aliança com o PP de Maluf. Embora dizendo-se “desconfortável” com a aliança em declarações anteriores à fotografia, ela sabia da aliança e aceitou a possibilidade da aliança no momento em que aceitou ser a vice de Haddad.

Logo, Luiza Erundina não desistiu de ser vice por uma questão de princípios, mas por uma questão de imagem. Ou pelo fato de a foto desmascarar a falta de princípios que ela conhecia e aceitara. Ou ainda, porque a foto tornou mais real a realidade.

O problema, para Luiza Erundina, não era a aliança com Maluf, essa ela podia aceitar. Como não foi um problema para ela aceitar, em 2004, a aliança com Orestes Quéricia (PMDB) — que não chegava a ser um Maluf, mas estava longe de ter boa fama. O problema, para Erundina, era exhibir a aliança com Maluf numa foto estampada na capa dos jornais. E passar a correr o risco — altíssimo — de aparecer, também fisicamente, em uma próxima foto. Nesse sentido, ainda que apenas por erro de cálculo, Lula foi mais coerente do que Erundina. Fez a aliança e permitiu a representação da aliança — pagou o preço cobrado por Maluf, que, além de mais um cargo obtido no governo de Dilma para o PP, exigiu também uma imagem.

Antes da foto, mas já com as negociações bem adiantadas, Erundina tinha se declarado “desconfortável” com a presença quase certa de Maluf na campanha. Apenas “desconfortável”. Ela disse: “Para mim não será confortável estar no mesmo palanque com o Maluf. A campanha não sou eu nem Maluf individualmente. É um processo muito mais amplo e complexo, e isso se dilui, ao meu ver. (Mas)

Claro que é desconfortável”. Após a publicação da foto, mas ainda antes de tomar a decisão de desistir da candidatura, ela fez uma declaração especialmente reveladora: “A foto provocou repulsa, uma reação em cadeia. Fui bombardeada nas redes sociais”. Depois de deixar a chapa, porque a imagem não se “diluiu” como o esperado, Erundina afirmou: “Quando a gente faz uma coisa que corresponde ao anseio da sociedade, a gente fica feliz”.

É claro que as pessoas podem mudar de ideia. É também desejável que voltem atrás, ao perceber que fizeram uma escolha errada. É preciso enxergar, porém, que Erundina teve bastante tempo para pensar nos seus princípios antes da foto, mas já com a aliança com Maluf bem delineada no horizonte. Portanto, é legítimo duvidar de que seu recuo seja justificado pelos princípios. Ela assume isso em várias declarações, especialmente nesta, sem parecer enxergar a contradição: “O tempo de TV é importante, mas não a ponto de sacrificar a imagem”.

Foi para não sacrificar sua imagem (e não seus princípios, como a repercussão de sua decisão fez parecer) que ela desistiu de ser vice. Por estar fisicamente ausente da imagem fatídica, Luiza Erundina produziu uma outra imagem simbólica que lhe interessa muito mais. Seria melhor para Erundina, para nós e para a democracia se ela ficasse feliz não por corresponder aos anseios da sociedade, mas por corresponder aos princípios éticos que norteiam a sua vida, mesmo que estes a levassem, eventualmente, a contrariar a opinião pública.

Vale a pena enxergar também que a postura de Luiza Erundina nesse episódio mostrou, de novo, que Lula e o PT estão certos ao acreditarem que um minuto e meio a mais de exposição planejada, produzida e controlada na TV seja decisivo para a candidatura de Haddad. A decisão de Erundina, tomada só após a foto, prova que, para ela e para muitos, é a imagem que vale, não a realidade. Ou é a imagem que torna real a realidade. Se a aliança estivesse consolidada — mas sem uma imagem para representá-la —, será que Erundina desistiria de ser vice? Ela mesma já respondeu: “Eu até entenderia se fosse um ato firmado dentro de um espaço institucional, entre diretórios, mas não dessa forma personalista”.

Para completar a foto, há ainda o PSDB, o oponente sem oposição de fato no que diz respeito à imagem-bomba. A declaração de José Serra ao comentar a aliança entre Lula e Maluf foi a seguinte: “O PSDB tem um tempo suficiente de televisão. Não vale tudo para aumentar isso”. E a de Aécio Neves: “Isso não muda o resultado eleitoral, mas fragiliza o discurso de faxina do governo. No momento em que o governo federal se dispõe a fazer esse tipo de concessão, em troca de apoio político, essa discussão da faxina fica muito frágil”. Aécio ainda disse que a troca de apoio político por espaço na campanha de rádio e de TV não deveria virar regra no país.

Seria um discurso alentador, não tivéssemos acompanhado os enormes esforços empreendidos pelo PSDB para conquistar o apoio de Maluf. Seria um discurso estimulante, não fosse uma outra foto mostrar Serra apertando a mão do ex-ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento (PR), afastado por Dilma por suspeita de corrupção. Valdemar Costa Neto, um dos réus no processo do “mensalão”, não está na foto, mas foi um dos arquitetos da aliança do PSDB com o PR na disputa da prefeitura paulistana. Ou seja, Valdemar Costa Neto, outra figura que não fica bem na foto, estava sem estar. De novo, o jogo de esconde-esconde das imagens.

Ao buscar um minuto e meio a mais de imagem, Lula afobou-se e esqueceu-se, por um momento, da natureza perigosa do que foi buscar. Mas deve contar com a possibilidade de a imagem sinistra ser esquecida — ou substituída por outras, produzidas pelos marqueteiros ao longo da campanha. Se é

imagem o que vale, e não os princípios, agora há um minuto e meio a mais de TV para reverter o prejuízo e convertê-lo em lucro, ao transformar o espetáculo na única realidade que importa. Afinal, com o próprio Maluf há um precedente do PT em São Paulo: Marta Suplicy foi apoiada por ele no segundo turno da campanha de 2004 à prefeitura paulistana. Na época, Kombis decoradas com imagens de Maluf e Marta circulavam afoitas por São Paulo. Quem lembra? A própria Marta, a julgar por suas manifestações sobre a foto Lula-Maluf, parece ter esquecido.

Seria uma boa notícia se alguém estivesse sofrendo de fato por ter vomitado nos princípios. Mas nenhum dos envolvidos no episódio parece estar preocupado com princípios. Nem Lula e Haddad, que apertaram a mão de Maluf e posaram para a foto. Nem Erundina, que estava na foto sem estar, mas por causa da reação a ela desistiu de compactuar com o que já tinha compactuado. Muito menos José Serra, que adoraria estar no lugar de Lula e de Haddad, mas fingiu reprovar o vale tudo.

E nós? Nós precisamos enxergar além do que nos é dado para ver — e enxergar mesmo quando não há imagem. Ou tudo será permitido desde que ninguém veja, tudo continuará valendo a pena por um minuto e meio a mais de TV. O quanto realmente enxergamos o que estava — e o que não estava — na foto histórica, só saberemos mais adiante.

Em 1988, diante da euforia e dos sonhos trazidos pela redemocratização do Brasil, depois de duas décadas de ditadura militar, havia dois cenários possíveis para o futuro. Boa parte de nós só enxergava um, só acreditava em um, só admitia um. Nele, a menina perguntaria ao ver o ladrão roubando a sua casa: “Mãe, esse que é o Maluf?”. E a mãe responderia: “Não, esse ladrão não é o Maluf porque o Maluf está preso”.

Naquele tempo, nenhum de nós — e acredito que nem mesmo Lula — poderia imaginar que o único diálogo possível no futuro seria este:

— Mãe, esse que é o Maluf?

— Não, o Maluf está ocupado, na casa dele, apertando a mão do Lula.

* * *

Revoltemo-nos. Mas sem esquecer que também estamos naquela foto. Sem eleitores como nós, ela não seria possível.

25 de junho de 2012

Chester prefere pagar pelo sexo

Em junho de 1996, o canadense Chester Brown desenhava histórias em quadrinhos no apartamento que dividia com a namorada, em Toronto, quando ela anunciou: “Te amo como sempre amei e sei que sempre vou te amar, mas... acho que me apaixonei por outra pessoa”. Chester percebeu que não estava abalado — nem se abalou quando o novo namorado passou a dormir com a recentíssima ex no quarto ao lado. Uma passagem tão tranquila que os dois decidiram continuar dividindo o mesmo apartamento, o que fizeram por muito tempo. Um ano depois, aos 37 anos, Chester chegou a uma conclusão que mudaria seu rumo (e a sua arte): “Tenho dois desejos contraditórios: o de transar e o de não ter namorada”.

Chester acabou descobrindo que, pelo menos para ele, não havia contradição alguma. Depois de uma fase de celibato, ele deu início a uma vida sexual com prostitutas que, em geral, era bastante prazerosa. Quando as descrições dos anúncios não correspondiam aos fatos, ele podia inventar uma desculpa e cair fora — ou acabar constatando que, apesar de a mulher não ser tão gostosa quanto dizia que era, tinha outros talentos ou simplesmente era divertida.

Descobriu que, para ele, o “amor romântico” não fazia sentido algum. “Nossa cultura impõe a ideia de que o amor romântico é mais importante que as outras formas de amor”, diz ele um dia à ex-namorada. “Já não acredito nisso. O amor dos amigos e o da família podem ser tão satisfatórios quanto o amor romântico. A longo prazo, provavelmente são mais satisfatórios.”

Mais tarde, explica sua tese a uma prostituta, durante uma conversa na cama. “O amor é doação, partilha e carinho. O amor romântico é possessividade, mesquinhez e ciúme”, diz à moça. “A mãe que tem vários filhos ama todos eles. Quem tem vários amigos pode amar todos eles. Mas não se acha correto que se sinta amor romântico por mais de uma pessoa por vez. Acho que é a natureza excludente do amor romântico que o torna diferente de outros tipos de amor.”

As aventuras de Chester Brown e sua escolha pelo sexo pago são contadas por ele em uma deliciosa *graphic novel* (novela em quadrinhos), que acabou de chegar às livrarias do Brasil. *Pagando por sexo* (WMF Martins Fontes) é o relato confessional do quadrinista, escrito com rigor jornalístico. Inclusive trocando o nome das prostitutas, para não identificá-las, assim como jamais desenhando seu rosto ou suas marcas pessoais, para que não sejam reconhecidas — mas buscando ser fiel à forma de seus corpos.

Ao longo das 284 páginas, Chester vai narrando seus dilemas, seus encontros com prostitutas e suas discussões com amigos. Especialmente com os quadrinistas Joe Matt e Seth, com quem formava “os três mosqueteiros” no mundo das HQs. Essas conversas, geralmente em um bar ou café, são as partes mais interessantes do livro, já que os amigos têm dificuldade de aceitar a escolha de Chester — tanto pelo enorme preconceito existente ainda hoje com relação à prostituição quanto pelo que essa alternativa pouco convencional produz de incômodo com relação à vida amorosa-sexual de cada um deles.

Ao final do livro, temos vontade (eu, pelo menos) de ser amiga do Chester que vai se mostrando com abissal honestidade a cada página. Sem esquecer, é claro, que, como qualquer relato autobiográfico, as verdades sobre quem escreve sobre si mesmo são filtradas por um olhar amoroso e, às vezes, complacente. Mas Chester consegue rir de si mesmo — e duvidar de si mesmo — vezes o suficiente para a história nos envolver e convencer. A certa altura, por exemplo, uma das prostitutas explica a ele por que prefere trabalhar à tarde em vez de à noite. Ela diz: “Quando a gente trabalha à noite, muitos caras chegam bêbados. Os piores clientes são os bêbados e os que têm pênis grande”. E acrescenta: “Quem dera todos os meus clientes fossem como você”.

As aventuras de Chester, porém, não são apenas deliciosas. Seu maior mérito é nos confrontar com uma visão sobre o amor, o sexo e a prostituição que contraria o senso comum. Mesmo para pessoas consideradas de “mente aberta”, a prostituição ainda é um tabu. Ainda hoje, as prostitutas são reduzidas ou a “vagabundas” ou a “vítimas da sociedade, do machismo e do patriarcado” — visões pobres e autoritárias sobre uma identidade complexa. De certa forma, sobre a prostituição há quase uma unanimidade negativa unindo setores da sociedade que discordam em quase todo o resto.

Chester incomoda também por não caber no estereótipo do que se imagina como um cliente do sexo pago. Ele não é o sinhozinho do passado, que mantinha em casa a mulher “honesta” e “mãe dos filhos”, mas divertia-se mesmo era no puteiro da cidade. Tampouco é o explorador de mulheres violento, tarado e com “vícios” inconfessáveis das histórias que viram notícia. Muito menos é o *loser* infeliz, desajustado e solitário que busca o prazer nos becos escuros, esgueirando-se pelo submundo.

Chester usa seu nome verdadeiro, não esconde de ninguém que transa com prostitutas e trata sua escolha com tanta naturalidade como se estivesse falando de um casamento convencional. Ao colocar um tema historicamente relegado à sombra — e ao assombro — debaixo do sol, ele se torna algo novo. Especialmente porque tem a inteligência de não escorregar para o lado oposto — o do *glamour* —, o que seria desastroso.

Para Chester, transar com prostitutas é tão comezinho quanto namorar, morar junto ou casar. Como um homem da era digital, ele escolhe as mulheres pelos anúncios e avalia as “resenhas” deixadas por outros clientes em sites na internet. Paga o preço combinado e respeita os limites estipulados, porque é uma pessoa decente, e dá gorjetas até quando não gosta muito, porque talvez seja bom moço demais.

Por conta da reação persistente e quase ofendida que sua escolha causou, Chester acabou por tornar-se um defensor público da legalidade da prostituição — ainda proibida em vários países, mesmo ocidentais. Embora defenda a legalização da prostituição, porém, é contra a regulamentação da profissão, por considerar que o Estado deve ficar fora da cama dos cidadãos — qualquer que seja a relação estabelecida entre as partes. É contra também por acreditar que, a partir da regulamentação, se criaria uma nova distinção entre as prostitutas, que deixaria as não regulamentadas desprotegidas.

Mas Chester é, principalmente, um defensor da “normalidade” do sexo pago. Em nome dessa militância, ele faz um longo apêndice ao final do livro, dividido em 23 itens — o mesmo número de prostitutas com quem teve relações sexuais. Em cada um deles rebate os argumentos contrários à prostituição, que chama de “namoro pago”. Em geral, o que rebate são os argumentos usados por uma parcela do movimento feminista, que coloca a prostituição como uma exploração da mulher — e a prostituta como vítima.

A seguir, alguns dos itens elencados por Chester Brown:

1) Você é dono do seu corpo. Dizer “Quero transar com você porque você vai me dar dinheiro” é tão moral quanto dizer “Quero transar com você porque eu o amo”. E isso tanto para homens quanto para mulheres.

2) Os clientes não compram as prostitutas. Quando alguém compra um livro, leva-o para casa e faz o que quiser com ele, por quanto tempo quiser. Com uma prostituta, você paga para transar durante um tempo determinado, limitado por aquilo que é combinado, e depois se separa dela. Nenhum cliente faz o que quiser com uma prostituta — nem é dono dela.

3) A violência, minoritária, é tão presente no sexo pago como no sexo não pago. Existem clientes cretinos na mesma proporção que existem maridos e namorados cretinos, que ignoram os pedidos e os limites estabelecidos pelas mulheres. Assim como há aqueles que extrapolam e as espancam. Para reprimir esse comportamento, há leis. Mas, se concluirmos que devemos criminalizar ou condenar o sexo pago porque alguns homens são cretinos e outros são violentos, então é preciso criminalizar ou condenar também o casamento e o sexo não pago. Da mesma forma, com relação ao tipo de trabalho, qualquer um acharia descabido terminar com a profissão de taxista porque alguns são assaltados, feridos e até mortos por assaltantes travestidos de clientes.

4) Não são apenas as prostitutas que muitas vezes transam sem desejo. Muitas pessoas, em relacionamentos amorosos, também transam sem vontade. A frase “Não quero transar com esse cara, mas vou transar porque preciso de dinheiro” é tão moral quanto “Não quero transar agora, mas vou transar porque ele é meu namorado e eu o amo” ou “Não sinto mais desejo pelo meu marido, mas vou transar pelo bem do nosso casamento”.

5) A prostituição não destrói a dignidade das prostitutas. A vergonha que algumas prostitutas sentem por conta da profissão é provocada pela interiorização do preconceito enfrentado na sociedade — e não pela venda do sexo em si. Assim como no passado (e ainda hoje, em alguns casos) os homossexuais sentiam vergonha, depressão, culpa e repulsa por sua orientação sexual. Isso não significava que ser gay era errado — e sim que muitos homossexuais interiorizavam os valores da cultura em que viviam, assumindo o preconceito da sociedade como vergonha e como culpa.

6) A diferença com que a sociedade trata a prostituição masculina mostra que o preconceito, como sempre, é com relação à autonomia das mulheres. Em geral, os adversários da prostituição feminina ignoram a masculina. A razão é que os argumentos usados para condenar a prostituição feminina soariam ridículos se aplicados à masculina. Nossa cultura acredita que os homens controlam a própria sexualidade. E, se um homem se coloca em uma situação potencialmente arriscada, a sociedade compreende como um comportamento inerente à natureza masculina. Já, com relação às mulheres, não. Elas são sempre vítimas, e há sempre alguém — mesmo que outras mulheres — apto a determinar o que é melhor para elas.

7) A prostituição é uma escolha. Setores contrários à prostituição afirmam que não há escolha real se a mulher tem de eleger entre ganhar um salário baixo em um emprego pouco valorizado ou se prostituir, assim como não haveria escolha se a mulher se prostituísse supostamente porque foi abusada na infância, caso de parte das prostitutas (como de parte das mulheres). Mas uma escolha é uma escolha, ainda que seja uma escolha difícil. Dizer que adultos não teriam o direito de escolha porque tiveram uma infância difícil é um terreno perigoso. Essas mulheres, impedidas de escolher o sexo pago, não estariam, então, aptas a fazer qualquer escolha sexual, mesmo amorosa, por causa do seu passado. Da mesma forma que a realidade impõe escolhas difíceis para ganhar a vida o tempo todo, tanto para homens como para mulheres. E do mesmo modo como há quem goste do que faz e há quem não goste em qualquer profissão.

Todas as pessoas — e não só as prostitutas — são frutos de suas circunstâncias e do sentido que conseguiram dar ao vivido. Alguém tem o direito de determinar quais adultos estão aptos e quais não estão aptos a fazer escolhas sobre a própria vida, ainda que sejam escolhas que não agradem aos outros?

Estes são alguns dos argumentos que Chester Brown propõe ao leitor, construídos a partir de pesquisa e leituras, mas principalmente a partir da sua própria experiência no mundo do sexo pago. Na novela da vida real que ele conta em quadrinhos, cada prostituta entende sua escolha de forma diversa. Quando não contam para a família e para os amigos sobre sua profissão, em geral é por temer o preconceito — e não por desprezar o que fazem.

Por características de sua personalidade, um pouco obsessiva, Chester esmiuça o sexo pago e suas implicações com algo próximo do método científico. Meticuloso, ele escuta e duvida tanto dos outros quanto de si mesmo, o que o torna digno de ser escutado naquilo que diz. Ao terminar o livro, Chester parece ter achado o melhor para ele, pelo menos naquele momento: estava havia seis anos transando com uma única prostituta, que, por sua vez, só transava com ele, numa curiosa relação monogâmica sem compromisso. Chester acredita que ela não transaria com ele se não pagasse — e acha ótimo que seja assim.

No último apêndice do livro, seu amigo Seth comenta com ironia amorosa: “A verdade é que, se no passado o envolvimento de Chet com prostitutas me incomodava, hoje eu superei isso. A prostituição pode não funcionar para todos, mas funciona para ele. O gozado em Chester é que, de todos os homens que conheço, ele talvez seja o que daria o melhor marido ou namorado para qualquer mulher... e, no entanto, foi ele que escolheu a prostituição. O mundo é muito engraçado”.

Mas Chester escorrega em pelo menos um ponto, o que é uma pena. Ao escolher transar apenas com prostitutas, por achar que o amor romântico não serve para ele, Chester é atacado por muitos — e também pelos amigos mais queridos. Afinal, manter uma relação amorosa romântica com alguém parece ser a busca maior e a redenção de boa parte das pessoas em nosso tempo. Para Chester, o amor romântico é apenas um mito no qual as insatisfações mútuas são mascaradas para não comprometer a sua idealização, tão cara à cultura.

O problema é que Chester trata o amor romântico — e o casamento — com preconceito semelhante ao reservado à prostituição pelos seus opositores. Quando o melhor, me parece, seria não substituir um dogma pelo outro. Assim como pagar para transar pode ser a melhor solução para Chester e para muitos, o sexo não pago pode ser a melhor solução para outros. Há um zilhão de pactos diferentes que um homem e uma mulher — ou um homem e um homem, uma mulher e uma mulher — podem fazer entre si e que só diz respeito a eles. Seria melhor ter ficado por aí, mas Chester Brown, como muitos que defendem uma bandeira no contramão, acabou tornando-se dogmático pelo avesso.

Esse escorregão não tira o brilho de sua obra e da sua reflexão. É importante quando alguém nos arranca do senso comum e nos lança diante de novas perguntas — não para **concordar** com ele, mas para **pensar** com ele. E mais ainda numa época na qual o politicamente correto tem reprimido a liberdade das ideias. Chester não provoca polêmica pela polêmica, como muitos em busca de audiência e leitores. Estuda, pesquisa, experimenta e conta. E é sua honestidade moral e intelectual que torna *Pagando por sexo* tão instigante.

O livro me lembrou de um evento, ocorrido anos atrás em Porto Alegre, chamado “Um puta sarau”. Na ocasião, um folhetim escrito por um grupo de prostitutas e intitulado “Uma puta história” foi lido para o

público. A certa altura, uma feminista não se conteve e disse: “Espero que um dia as mulheres não precisem mais vender o seu corpo para sobreviver”. Janete, a prostituta que estava no palco, retrucou na hora:

— Mas eu não vendo o meu corpo, eu alugo. E só um pedacinho dele. A senhora não aluga o cérebro para o seu patrão?

Como se vê, há muito para refletir.

23 de julho de 2012

Não atirem no Coringa!

Quando eu tinha oito anos, minha mãe fez uma oferta inédita. Ela tinha ganhado um dinheiro extra em algum trabalho como professora, talvez corrigindo redações de vestibular, e me levou a uma loja dizendo: “Escolha o que você quiser”. Fiquei extasiada. Na minha infância, ao contrário de hoje, se você pertencia a uma classe média remediada, só ganhava presentes no Natal e no aniversário — e eram limitados. Assim, a oferta da minha mãe equivalia à abertura da caverna de Ali Babá de repente, sem aviso e num dia de semana. Olhei para um lado, olhei para o outro, e fui atraída por um objeto reluzente, a réplica exata de um revólver calibre 38, tão fiel que muitas vezes depois seria confundido com um de verdade. “Quero o revólver”, eu disse, para espanto geral da minha mãe, da vendedora da loja e, depois, do restante da família. Você não quer uma boneca? “Não, eu quero o revólver.”

Eu não era estranha às armas de mentira. Passara os últimos anos matando ou sendo morta pelo meu irmão do meio, assim como pelos amigos. Morria ora como *cowboy*, ora como índio. Por influência ideológica do nosso pai, lá em casa os índios tinham seus dias de glória ao vencer a cavalaria americana. Mas também fui assassinada pelo martelo do Thor, asfixiada pela teia do Homem Aranha e trespassada pela espada do Zorro. Morri dezenas, talvez centenas de vezes, antes de completar dez anos. E liderei massacres quando ainda era menor de idade. Alguns dos melhores momentos da minha infância foram vividos quando matava ou morria alegremente nas brincadeiras, ressuscitando a tempo de comer o bolinho de chuva da minha mãe.

Mas nunca matei um único passarinho real na minha infância, numa época na qual isso era comum. Aprendi a pegar os insetos que se arriscavam pela casa pelas asas ou pelas patas e devolvê-los ao lado de fora sem lhes causar danos, exceto baratas e pernilongos. No dia em que matei um filhote de barata, porém, fiquei tão culpada que tentei imortalizá-lo numa pobre novela escrita num daqueles cadernos de recordações com uma capa vermelho-brilhante. Jamais tive ou teria uma arma de verdade, inclusive porque jamais conseguiria usá-la. Votei pela proibição do comércio de armas de fogo e munição no plebiscito de 2005. E, como jornalista, dediquei uma parte significativa da minha vida a denunciar a violência contra os mais fracos e os invisíveis. O que não me impede de ainda hoje explodir cabeças no videogame sempre que possível.

Se fosse eu — e não o americano James Holmes — a entrar no cinema da cidade de Aurora, no Colorado, em 20 de julho de 2012, com um arsenal de armas de verdade, e assassinar 12 pessoas e ferir 58, algum jornalista apressado possivelmente investigaria a minha infância e encontraria mais indícios de um futuro violento do que foram encontrados na vida do matador. O massacre na estreia de *Batman — O cavaleiro das trevas ressurg*³², protagonizado por uma pessoa que teria se apresentado como o “Coringa”, um dos vilões mais perturbadores da ficção, poderia se esclarecer, por exemplo, a partir da compra do revólver de brinquedo aos oito anos de idade. Dá até para imaginar a chamada: “Em vez de

uma boneca, a assassina pediu um revólver”. Ou: “O hobby da matadora era explodir cabeças de zumbi no videogame”. Ou: “Desde pequena, ela vivia me assassinando”, diz o irmão. “Quando brincávamos de polícia e ladrão, ela sempre queria ser o ladrão”, revela uma colega de primário.

Logo, descobririam minha obsessão pelo Alien, um dos monstros mais violentos da história do cinema, uma fixação tão profunda que tenho um boneco na escrivaninha onde escrevo essa coluna. Sem contar meus estudos sobre vampirismo e um interesse já superado por psicopatas. Para piorar, não tive cabelo laranja — mas roxo, verde, azul e rosa. O que quero dizer é que, sabendo o que procurar, numa interpretação superficial dos fatos, é possível encontrar prenúncios de um futuro *serial killer* ou matador de cinema na vida pregressa de cada um de nós.

Digo isso porque, sempre que alguém entra num cinema matando gente, aparecem muitos alguéns para culpar a ficção. Dessa vez, não foi diferente. Em vez de Batman ressurgir das trevas, como o título do filme promete, o que ressurgiu foi a entevada tese de que o “excesso” de violência no cinema (e na TV, games etc etc) é o culpado pela tragédia. Essa tese recorrente, que faz ninho inclusive na cabeça de pessoas bem inteligentes, serve para muitas coisas, especialmente explicar o (quase) inexplicável (e assim dormir tranquilo) — e reivindicar interferência e controle sobre o conteúdo das obras de ficção. Quando não, sua proibição.

O efeito imediato desse tipo de tese é a redução de cada um de nós a alguns estágios anteriores da evolução. Seríamos adultos tão estúpidos e incapazes que, se alguém — um “tio” ou o Estado — não cuidar do que estamos assistindo, lendo ou jogando, não saberemos distinguir a realidade da fantasia. Impressionado com alguns textos que havia lido sobre a relação entre a violência da ficção no cinema e a violência do matador do cinema da vida real, um amigo que assistia comigo a um seriado policial na TV comentou: “Olha só, o cara matou cinco pessoas só ao arrombar a porta, e a gente não sentiu nada”.

O que isso prova? Nada, me parece. Respondi ao meu amigo: “Sim, mas isso faz com que você saia da minha casa e assassine cinco dos meus vizinhos com uma faca de pão ou pegue teu carro e atrole todos que estiverem na faixa de segurança? Se você visse alguém matando cinco pessoas na vida real, bem aqui na rua, agora, você não sentiria nada? Ou isso marcaria a tua vida para sempre?”. Poderia ter dito também que, se o diretor do filme tivesse contado a história de cada um dos mortos, ele estaria soluçando diante da TV.

A maioria dos adultos e também das crianças sabe distinguir muito bem o que é realidade, o que é fantasia. E, os que não sabem, não se tornarão mais violentos por conta da violência a que assistiram no cinema, que praticaram nos videogames e nas fantasias de infância, ou que leram nos livros e nas HQs. Quem não sabe não sabe. Nesses casos, a questão é de outra ordem.

O perigo maior é partir do princípio de que as pessoas, crianças ou adultos, são incapazes de diferenciar a fantasia da realidade. E, em nome disso, interferir na ficção, “purificando-a”. Como sabemos, dos contos de fadas a Harry Potter, a ficção cumpre a função importantíssima de nos ajudar a lidar tanto com aquilo que nos aterroriza quanto com as pulsões de morte que nos habitam. É no ambiente controlado das histórias, no qual podemos ter certeza do enredo, que vamos aprendendo a conviver com a realidade interna e externa, com nossas contradições e sentimentos mais obscuros. É pelo ódio à madrasta da Branca de Neve que uma criança pode lidar com a raiva que muitas vezes sente pela mãe na vida real. É também matando e morrendo em embates de brincadeira que escapamos de aniquilar e sermos aniquilados no mundo concreto. E isso até a vida adulta, de várias maneiras.

O problema começa quando não há espaço para lidar com aquilo que é do humano. Tenho grandes dúvidas se é realmente educativo, numa sociedade armada como a nossa na vida real, reprimir armas de brinquedo, por exemplo, eliminando a possibilidade de lidar, pela fabulação, com um elemento presente no cotidiano. Já cansei de ouvir pedagogas em matérias na imprensa afirmando coisas como esta: “Mesmo uma aparentemente inofensiva pistola de bolhas de sabão incentiva a violência e poderá alterar a personalidade na vida adulta”. Hoje, o pai ou mãe que aparecer em casa com uma metralhadora de brinquedo para presentear o filho será condenado sem julgamento pela opinião pública. Mas, sempre que o bom senso é esquecido, novas brechas são encontradas, porque é preciso lidar com a vida como ela é: ou o que é a varinha mágica do Harry Potter, a do livro e as vendidas nas lojas, além de uma arma com potencial letal? (Assim como sabres luminosos e armas estrambóticas de super-heróis...?)

E se J. K. Rowling tivesse botado uma metralhadora na mão de Harry, em vez de uma varinha, para que ele pudesse lidar com as constantes ameaças mortais que rondam seu destino, graças à ambição dos adultos? Possivelmente ela jamais teria trocado os cafés onde escreveu o primeiro volume da saga pela sua mansão de escritora *best-seller*. Mas a varinha de Harry Potter e de seus amigos paralisa, deforma, tortura, incinera e pulveriza os inimigos, mais potente do que qualquer metralhadora real. E Harry Potter só se tornou o sucesso que é porque o personagem é tratado com respeito pela autora: Harry é um menino sensível e bondoso, mas também inteligente, autônomo e capaz de defender-se das ameaças vindas do mundo dos adultos. E não um tolinho choraminguento agarrado à barra da saia da mãe, exigindo um videogame de última geração.

Há duas crenças perigosas em jogo quando se culpa a ficção pelas atrocidades reais. A primeira é a de que a fantasia poderia invadir a realidade de uma forma literal. É claro que a fantasia invade a realidade (e vice-versa), mas pelo simbólico. E é por sermos capazes de simbolizar que não cometemos atrocidades na vida real. A segunda crença é a de que aniquilar os “maus” sentimentos e os impulsos sombrios na ficção seria suficiente para eliminá-los na realidade. Como se negar o “mal” fosse o suficiente para fazê-lo desaparecer. Isso sim é confundir fantasia com realidade.

Arrisco-me a supor que tem mais chance de se tornar um adulto pacífico aquela criança que matou e morreu muitas vezes nas brincadeiras de infância do que aquela que foi obrigada a reprimir todos os seus “maus” instintos na fabulação cotidiana. Como não é possível eliminar nossas trevas íntimas por decreto, de algum modo esse caldeirão vai transbordar, mais cedo do que tarde.

De fato, as crianças acabam dando um jeito de sobreviver — também subjetivamente — às sandices dos adultos. Dias atrás, uma conversa no pátio do prédio de classe média de uma amiga nos chamou a atenção. “Agora, você é o traficante”, disse uma menina de mais ou menos dez anos para o companheiro da mesma idade. Ela, como explicou, seria a viciada em crack. Ficamos ali, na janela, ouvindo e imaginando o que aconteceria se os respectivos pais estivessem no nosso lugar.

O que as crianças faziam era tentar lidar, pela brincadeira e pela fantasia, com as notícias que vinham do mundo real pelo noticiário e pelas conversas, já que o crack é a droga mais falada do momento no mundo que elas também habitam. Ao fabularem sobre o que as impactava, estavam fazendo algo bastante saudável. Mas seria muito provável que parte dos pais e professores interpretasse a brincadeira como o prenúncio de um futuro de delinquência ou drogadição. Ao reprimir o que era natural como se fosse um problema, confundindo, agora sim, fantasia com realidade, poderiam causar um problema de verdade.

O que me parece arriscado não é quando a ficção espetaculariza a realidade. Essa é, com mais ou

menos talento, uma das funções da ficção. O problema é quando a realidade é tratada não como a realidade que é, mas como espetáculo. Isso, sim, banaliza a vida humana. Temos convivido com a espetacularização da realidade em programas sensacionalistas travestidos de jornalísticos, em coberturas de ocupação de favelas nas quais repórteres e comentaristas comemoram a morte de supostos traficantes, como se suspeitos fossem culpados e culpados não fossem pessoas.

A espetacularização da realidade acontece sempre que a imprensa, responsável por documentar a vida cotidiana de homens e mulheres reais, anula a história que faz cada um ser o que é — e transforma gente encarnada em números sem carne. Mas a crescente espetacularização da realidade só vinga porque rende muita audiência — o que significa receber o aplauso de boa parte dos ditos “cidadãos de bem”, de muitos de nós.

Nessas últimas semanas, na minha opinião, a notícia mais chocante não foi a do matador do cinema do Colorado. Eu sei que há poucos James Holmes por aí. E que a maioria de nós, aqui ou nos Estados Unidos, vai continuar entrando e saindo vivo do cinema. Para mim, é muito mais chocante constatar, mais uma vez, que homens, mulheres e crianças estão sendo assassinados em conflitos nos lugares mais pobres, sofridos e violentos do mundo, nesse momento e dia após dia, com armas fabricadas e vendidas pelo Brasil³³.

Em 2001, o Brasil vendeu US\$ 5,8 milhões em bombas de fragmentação e incendiárias para o ditador do Zimbábue, Roberto Mugabe. Cada uma delas pode espalhar, ao ser detonada, até 120 mil esferas de aço por uma área equivalente a sete campos de futebol, matando indiscriminadamente combatentes e civis. Na lista de compradores das empresas brasileiras de armamento já estiveram Muammar Khadafi e Saddam Hussein. Em 2011, cartuchos de bombas de gás lacrimogêneo fabricados no Brasil foram usados pela polícia turca em campos de refugiados sírios.

O aumento das exportações de material bélico é um dos objetivos do governo brasileiro, que criou para as empresas um programa de incentivos fiscais e condições especiais de financiamento. Na semana passada, fracassaram as negociações para um tratado internacional da ONU que obrigaria os países exportadores de armas a manter um registro das transações e avaliar se o material bélico vendido poderia ser usado para violar direitos humanos, cometer atentados ou alimentar o crime organizado. O Brasil foi um dos países que se manifestaram contra a “transparência absoluta”.

Contei recentemente nesta coluna a história brutal da congolesa Marie Nzoli³⁴, com grande mobilização de leitores perguntando o que é possível fazer para “ajudar as mulheres do Congo”, vítimas de uma guerra complexa, prolongada e com múltiplas causas que já matou cinco milhões de pessoas. Para começar, é possível ligar os pontos. Já sabemos que os assassinatos, as torturas e os estupros que massacram o povo congolês foram — e talvez ainda sejam — praticados também com armas fabricadas e vendidas pelo Brasil. Afinal, ao comprar as bombas de fragmentação brasileiras, em 2001, o ditador Mugabe tinha como passatempo manter tropas do Zimbábue atuando na República Democrática do Congo. Esta é uma das realidades que podemos mudar — e que merece toda a nossa atenção.

É importante pensar em assassinos como James Holmes. Não porque a ficção supostamente teria influenciado suas ações e portanto seria preciso controlar a ficção — mas porque ele diz da realidade do nosso mundo. O caminho mais fácil é acreditar que o maluco não tem nada a dizer — e, assim, podemos fingir que basta removê-lo para que o mundo fique bom de novo. Mas o louco é aquele que diz explicitamente do mundo em que vive. E, ao dizê-lo, sacrifica várias vidas, mas também a sua. A tragédia

do louco é que, ao denunciar a insanidade do mundo, colabora para manter tudo como está.

O mal cotidiano, permanente e insidioso, porém, é praticado por homens e mulheres que não cometem loucuras. Talvez os donos e executivos e funcionários das fábricas de armamentos do Brasil, que produzem as bombas que explodem crianças nos rincões esquecidos do planeta, proíbam seus próprios filhos de brincar com armas de brinquedo e assistir a filmes violentos na TV ou no cinema.

É com a realidade — e não com a ficção — que temos de nos preocupar.

30 de julho de 2012

^{[32](#)} *Batman — O cavaleiro das trevas ressurgue* é dirigido por Christopher Nolan (2012, EUA e Reino Unido).

^{[33](#)} Acoluna cita a reportagem do jornalista Rubens Valente, na *Folha de S.Paulo* de 22 de julho de 2012.

^{[34](#)} A história da congolesa Marie Nzoli foi contada na coluna “Todo dia é dia de estupro”, de 9 de julho de 2012, e pode ser lida na internet.

Você quer ser pessoa ou paciente?

É um avanço profundo a resolução do Conselho Federal de Medicina (CFM), que devolve ao paciente a decisão de escolher como quer viver o fim da sua vida. Para lembrar: quem estiver com uma doença crônica ou degenerativa pode escolher se quer ter sua vida prolongada, à custa do que tem sido chamado de “tratamentos fúteis”, ou quer que respeitem seu tempo de morrer, beneficiado pelos “cuidados paliativos”. Tratamentos fúteis são todos aqueles que apenas adiarão a morte, mas sem dar qualidade para a vida — aumentando e estendendo o sofrimento. Procedimentos como submeter alguém a uma cirurgia quando já não há como curar a doença nem melhorar o cotidiano, ressuscitar quem está em estado terminal e teve parada cardíaca, ligar alguém a aparelhos quando tudo o que se conseguirá é uma existência vegetativa. Cuidados paliativos são tanto físicos quanto psíquicos e envolvem não só médicos, mas uma equipe multidisciplinar. Os profissionais estão lá para amenizar a dor, mas sem espichar nem abreviar a vida. A ideia é respeitar o tempo de morrer e usar o conhecimento científico e também de outras áreas para que se possa viver da melhor maneira possível — até o fim. A qualquer momento, qualquer um de nós pode escrever e até registrar em cartório um documento, que pode ser chamado de “testamento vital” ou de “diretiva antecipada de vontade”, no qual determinamos o que permitimos — e o que não permitimos — no caso de sermos levados a um hospital ou precisarmos de cuidados médicos.

Passei a preparar meu testamento vital desde que acompanhei as duas grandes possibilidades do fim de uma vida, anos atrás, quando ela se dá no palco de um hospital. E percebi que, para mim, uma aficcionada do cinema e da literatura de terror, não haveria terror maior na vida real do que morrer numa UTI, amarrada a fios, entubada e sozinha. Não mais uma mulher, uma vida em curso, mas um objeto de intervenção médica. Quero morrer sem dor física, ou pelo menos com o mínimo de dor possível, de preferência na minha casa, rodeada por aqueles que eu amo. E espero conseguir viver da melhor forma possível até o fim — o que inclui viver a minha morte com dignidade.

Se a resolução do Conselho Federal de Medicina é uma boa notícia, vale a pena pensar também sobre o que ela nos diz para além do texto. Uma resolução do CFM não é uma lei, mas uma regulamentação da prática médica feita pelo órgão de classe, responsável por fiscalizar e normatizar o exercício da Medicina no país. É importante, sem dúvida que é, mas há muito ainda a lutar para que recuperemos nosso direito de escolha. E podemos começar com a seguinte questão: em que momento delegamos aos médicos a decisão sobre o nosso morrer? Que é, em última instância, uma decisão sobre o nosso viver?

Dando alguns passos para trás, para enxergarmos o quadro maior, poderíamos pensar no quanto é curioso ser preciso uma resolução do CFM para dizer que é aquele que vive e aquele que morre quem têm o direito de escolher sobre a sua vida e a sua morte. Como alguém, nós ou os médicos, fomos capazes de pensar que essa decisão pudesse pertencer a outra pessoa? A que ponto chegamos para que

seja preciso que os médicos nos devolvam algo que sempre foi nosso? Como foi que nos alienamos do processo da vida, tanto que aceitamos ser transformados em sujeitos passivos da intervenção e da decisão médica num momento tão crucial da nossa existência?

Desde o século 20, a morte tornou-se marginal na nossa sociedade, algo a ser escondido dentro dos hospitais, em ambiente asséptico. E o morrer tornou-se um ato quase obsceno, que nos lembra de nossos limites num momento histórico obcecado pela juventude e pela potência. Nossa crescente impossibilidade de lidar com a certeza da morte produziu pelo menos duas distorções: médicos que abusam de seu poder e extrapolam limites e pessoas infantilizadas no momento de tomar uma das decisões mais importantes da vida.

Reparem que escolho a palavra “pessoas” — e não “pacientes”, nosso nome genérico a partir do momento em que entramos num hospital, clínica ou consultório médico. Como pessoas, temos uma história, um percurso, uma teia de sentidos. Como pacientes, como a etimologia da palavra nos prova, tanto quanto a prática cotidiana, somos esvaziados de nossos sentidos e de nossa história para nos tornarmos um sujeito passivo. A palavra “paciente” vem do latim *patientia*: “virtude que consiste em suportar os sofrimentos sem queixa”.

Somos “pacientes” com relação a um outro, que tem poder sobre nós. E não é obra do acaso que, tanto na posição de doentes quanto na de velhos, médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem, assistentes sociais, fisioterapeutas, etc seguidamente nos tratam por diminutivos, como se fôssemos crianças pequenas. É difícil quem não tenha vivido ou testemunhado esse tratamento num hospital, clínica ou consultório. “Estenda o bracinho, meu querido...” ou “Como está o meu amorzinho hoje?”. Parece apenas trivial, alguns consideram até carinhoso, outros vagamente irritante, mas a escolha das palavras desvela nosso lugar — e também um processo histórico e um embate no campo da ética.

Na prática, a relação com a doença e com a morte é vivida por boa parte dos médicos, acredito que a maioria, como uma guerra. Perder um “paciente” é decodificado como derrota. Logo, o médico passa a acreditar que tudo é permitido para prolongar a vida e seguir no combate. Nessa lógica, pessoas além da possibilidade de cura têm sido submetidas a tratamentos invasivos e dolorosos que apenas encolhem a qualidade de seus dias. Muitas delas são impedidas de viver o fim da sua vida da melhor forma que lhes é possível, perto das pessoas que fazem parte da sua história e dos objetos que a contam. E gente demais tem morrido sozinha e aterrorizada numa UTI.

Se o médico vê a si mesmo como um comandante em armadura branca, é ele quem tomará as decisões. De um “paciente”, como de um soldado, espera-se apenas que colabore, cumpra ordens. O bom “paciente” é aquele que aceita de bom grado as determinações médicas, mantendo-se no seu lugar diante daquele que detém o poder e sabe o que é melhor para ele — e qual é a melhor estratégia para vencer cada combate. Recuar parece ser mais difícil para alguns médicos do que foi para muitos dos grandes generais da História.

Mas o médico é apenas um dos protagonistas desse enredo — não o único. Tornou-se o que é não apenas porque o poder é tremendamente sedutor, mas porque permitimos que exerça esse poder. Como todos nós, os profissionais da saúde fazem parte desta sociedade e deste momento histórico, no qual o corpo de uma pessoa doente é visto como um campo de batalha. Parte de nós espera de um médico que, diante da nossa fragilidade, diga: “Não se preocupe, vamos lutar com todas as armas da Medicina”. Em troca, ele só espera nossa completa obediência. Muitos não têm sequer paciência para explicar a

estratégia e os danos colaterais do tratamento — e há aqueles que se ofendem quando questionados. Do mesmo modo que não há enterro de pessoas que viveram uma doença prolongada, como câncer, em que familiares e amigos não comentem diante do caixão: “Foi um guerreiro. Lutou até o fim!”. A escolha das palavras é, mais uma vez, reveladora. Todos nós desempenhamos nosso papel nesse jogo de ilusões. Assim, todos somos responsáveis pelos abusos que aí estão.

Desde os anos 60 do século passado, vozes dissonantes começaram a ser ouvidas, questionando a mentalidade reinante. Afinal, muitas vezes a maior coragem é reconhecer os limites e parar de lutar. Ou, dito de outra maneira, aceitar o fim da vida e tentar viver da melhor maneira possível os dias que restam — o que certamente não inclui tratamentos dolorosos e invasivos, ampliados pelo avanço tecnológico. Se você tem pouco tempo de vida, vai querer gastá-lo em hospitais, amarrado a fios ou fazendo exames e cirurgias, com estranhos que o tocam com luvas? É possível que não.

Já citei essa frase aqui, mas vou repeti-la mais uma vez: “A morte não é o contrário da vida, a morte é o contrário do nascimento. A vida não tem contrários”. Ou seja: morrer é parte da vida, não o seu oposto. Precisamos aprender a viver também a nossa morte, por mais difícil que seja — e, com certeza, é muito. De certo modo, o morrer será a última grande novidade na vida de todos. Mesmo que desejemos — e desejamos — que esta novidade nunca chegue.

Como a morte por doença e por velhice, que é a morte da maioria, tem sido calada entre nós, temos perdido uma grande chance de pensar sobre a vida. Como tudo que é silenciado e reprimido, também a morte tornou-se apenas horror. Assim, nada mais prático do que delegar a tarefa de decidir sobre esse momento crucial a um outro, mas não um outro qualquer. O medo é tanto que preferimos abdicar da nossa autonomia e nos colocar na mão de alguém que espera ser chamado de “doutor” — outra palavra que no Brasil diz muito sobre as relações de classe e de poder, tanto nas leis quanto na Medicina. Diz tanto sobre o lugar do médico quanto sobre o nosso lugar diante dele. Se os médicos acreditam ter controle absoluto sobre as decisões da nossa vida e da nossa morte, a ponto de fazerem cirurgias em nosso corpo até mesmo contra a nossa vontade, é só porque podem contar com a nossa cumplicidade. E a tem porque nos é conveniente.

O que o Conselho Federal de Medicina está dizendo aos seus é o seguinte: “Vocês não têm mais o aval da instituição para abusar do seu poder”. Decisões tomadas à revelia do “paciente” não poderão mais ser ocultas atrás da obrigação de empreender todos os esforços para supostamente salvar uma vida. Nesses casos, sabe-se que não há como salvar uma vida, só há como espichá-la a um preço altíssimo: o sequestro da qualidade dos dias que restam. O CFM está lembrando também algo que parece ter sido esquecido: nem sempre um médico pode curar, mas sempre pode cuidar.

Quem decide sobre como viver e como morrer é quem vive e quem morre. E é triste que seja preciso o CFM nos dizer isso, quando cada um deveria ter dito a cada médico que tenha tentado tomar uma decisão em seu lugar. Ao médico cabe esclarecer todas as alternativas, da forma mais clara e didática possível. À família cabe compartilhar, trocar ideias e dar apoio à decisão tomada. Mas a escolha sobre como viver o fim da vida é pessoal e intransferível. Não é do médico e também não é da família, que muitas vezes toma para si o poder de decidir sobre a vida de quem morre, com a justificativa sempre bem-vista socialmente do amor extremado.

Se o CFM deu uma boa resposta ao debate travado na sociedade sobre o viver da morte, na prática essa realidade só vai mudar se mudarmos nós. Quem levou essa discussão adiante, desde a segunda

metade do século passado, foram os movimentos de vanguarda, liderados por profissionais da bioética e dos cuidados paliativos. Mas a vida muda de fato na prática cotidiana. Muda quando mudar nosso comportamento dentro de consultórios, clínicas e hospitais. Muda quando a morte voltar a ter seu lugar central na vida — abandonando a posição marginal na qual a relegamos.

Não se iluda. Fugindo ou não dela, é a morte que dá sentido à vida. É diante da possibilidade do fim que criamos uma existência que valha a pena. Sem ela, deixaríamos tudo para um amanhã que nunca chegaria, presos a um presente tão repetitivo quanto infinito. Calar a morte é uma burrice, já que inútil, mas é principalmente a perda de uma grande oportunidade para viver uma vida mais viva.

03 de setembro de 2012

Doutor Advogado e Doutor Médico: até quando?

Sei muito bem que a língua, como coisa viva que é, só muda quando mudam as pessoas, as relações entre elas e a forma como lidam com o mundo. Poucas expressões humanas são tão avessas a imposições por decreto como a língua. Tão indomável que até mesmo nós, mais vezes do que gostaríamos, acabamos deixando escapar palavras que faríamos de tudo para recolher no segundo seguinte. E talvez mais vezes ainda pretendêssemos usar determinado sujeito, verbo, substantivo ou adjetivo e usamos outro bem diferente, que revela muito mais de nossas intenções e sentimentos do que desejaríamos. Afinal, a psicanálise foi construída com os tijolos de nossos atos falhos. Exerço, porém, um pequeno ato quixotesco no meu uso pessoal da língua: esforço-me para jamais usar a palavra “doutor” antes do nome de um médico ou de um advogado.

Travo minha pequena batalha com a consciência de que a língua nada tem de inocente. Se usamos as palavras para embates profundos no campo das ideias, é também na própria escolha delas, no corpo das palavras em si, que se expressam relações de poder, de abuso e de submissão. Cada vocábulo de um idioma carrega uma teia de sentidos, que vai se alterando ao longo da História, alterando-se no próprio fazer-se do homem na História. E, no meu modo de ver o mundo, “doutor” é uma praga persistente que fala muito sobre o Brasil. Como toda palavra, algumas mais do que outras, “doutor” desvela muito do que somos — e é preciso estranhá-lo para conseguirmos escutar o que diz.

Minha recusa ao “doutor” é um ato político. Um ato de resistência cotidiana, exercido de forma solitária, na esperança de que um dia os bons dicionários digam algo assim, ao final das várias acepções do verbete “doutor”: “arcaísmo: no passado, era usado pelos mais pobres para tratar os mais ricos e também para marcar a superioridade de médicos e advogados, mas, com a queda da desigualdade socioeconômica e a ampliação dos direitos do cidadão, essa acepção caiu em desuso”.

Em minhas aspirações, o sentido da palavra perderia sua força não por proibição, o que seria nada além de um ato tão inútil como arbitrário, na qual às vezes resvalam alguns legisladores, mas porque o Brasil mudou. A língua, obviamente, só muda quando muda a complexa realidade que ela expressa. Só muda quando mudamos nós.

Historicamente, o “doutor” se entranhou na sociedade brasileira como uma forma de tratar os superiores na hierarquia socioeconômica — e também como expressão de racismo. Ou como a forma de os mais pobres tratarem os mais ricos, de os que não puderam estudar tratarem os que puderam, dos que nunca tiveram privilégios tratarem aqueles que sempre os tiveram. O “doutor” não se estabeleceu na língua portuguesa como uma palavra inocente, mas como um fosso, ao expressar no idioma uma diferença vivida na concretude do cotidiano, que deveria ter nos envergonhado desde sempre.

Lembro-me de, em 1999, entrevistar Adail José da Silva, um carregador de malas do Aeroporto

Salgado Filho, em Porto Alegre, para a coluna semanal de reportagem que eu mantinha aos sábados, no jornal *Zero Hora*, intitulada “A vida que ninguém vê”³⁵. Um trecho de nosso diálogo foi este:

— E como os fregueses o chamam?

— Os doutor me chamam assim, ó: “Ô, negão!”. Eu acho até que é carinhoso.

— O senhor chama eles de doutor?

— Pra mim todo mundo é doutor. Pisou no aeroporto é doutor. É ó, doutor, como vai, doutor, é pra já, doutor...

— É esse o segredo do serviço?

— Tem que ter humildade. Não adianta ser arrogante. Porque, se eu fosse um cara importante, não ia tá carregando a mala dos outros, né? Sou pé de chinelo. Então, tenho que me botar no meu lugar.

A forma como Adail via o mundo e o seu lugar no mundo — a partir da forma como os outros viam tanto ele quanto o seu lugar no mundo — conta-nos séculos de História do Brasil. Penso, porém, que temos avançado nas últimas décadas — e especialmente nessa última. O “doutor” usado pelo porteiro para tratar o condômino, pela empregada doméstica para tratar o patrão, pelo engraxate para tratar o cliente, pelo negro para tratar o branco não desapareceu — mas pelo menos está arrefecendo.

Se alguém, especialmente nas grandes cidades, chamar hoje o outro de “doutor”, é legítimo desconfiar de que o interlocutor está brincando ou ironizando, porque parte das pessoas já tem noção da camada de ridículo que a forma de tratamento adquiriu ao longo dos anos. Essa mudança, é importante sublinhar, reflete também a mudança de um país no qual o presidente mais popular da história recente deixou sua marca, assinou sua passagem, com um apelido — um que virou nome e também sobrenome. Essa contribuição — mais sutil, mais subjetiva, mais simbólica — que se dá explicitamente pelo nome, contida na eleição de Lula, ainda merece um olhar mais atento, independentemente das críticas que se possa fazer ao ex-presidente e seu legado.

Se o “doutor” genérico, usado para tratar os mais ricos, está perdendo seu prazo de validade, o “doutor” que anuncia médicos e advogados parece se manter tão vigoroso e atual quanto sempre. Por quê? Com tantas mudanças na sociedade brasileira, refletidas também no cinema e na literatura, não era de se esperar um declínio também deste doutor?

Ao pesquisar o uso do “doutor” para escrever esta coluna, deparei-me com artigos de advogados defendendo que, pelo menos com relação à sua própria categoria, o uso do “doutor” seguia legítimo e referendado na lei e na tradição. O principal argumento apresentado para defender essa tese estaria num alvará régio no qual D. Maria, de Portugal, mais conhecida como “a louca”, teria outorgado o título de “doutor” aos advogados. Mais tarde, em 1827, o título de “doutor” teria sido assegurado aos bacharéis de Direito por um decreto de Dom Pedro I, ao criar os primeiros cursos de Ciências Jurídicas e Sociais no Brasil. Como o decreto imperial jamais teria sido revogado, ser “doutor” seria parte do “direito” dos advogados. E o título teria sido “naturalmente” estendido para os médicos em décadas posteriores.

Há controvérsias. Em consulta à própria fonte, o artigo 9 do decreto de Dom Pedro I de fato diz o seguinte: “Os que frequentarem os cinco anos de qualquer dos Cursos, com aprovação, conseguirão o grau de Bacharéis formados. Haverá também o grau de Doutor, que será conferido àqueles que se habilitarem com os requisitos que se especificarem nos Estatutos, que devem formar-se, e só os que o obtiverem, poderão ser escolhidos para Lentes”. “Lente” seria o equivalente hoje a livre-docente.

Mesmo que Dom Pedro I tivesse concedido a bacharéis de Direito o título de “doutor”, o que me causa

espanto é o mesmo que, para alguns membros do Direito, garantiria a legitimidade do título: como é que um decreto do Império sobreviveria não só à própria queda do próprio, mas também a tudo o que veio depois?

O fato é que o título de “doutor”, com ou sem decreto imperial, permanece em vigor na vida do país. Existe não por decreto, mas enraizado na vida vivida, o que torna tudo mais grave. A resposta para a atualidade do “doutor” pode estar na evidência de que, se a sociedade brasileira mudou bastante, também mudou pouco. A resposta pode ser encontrada na enorme desigualdade que persiste até hoje. E na forma como essas relações desiguais moldam a vida cotidiana.

É no dia a dia das delegacias de polícia, dos corredores do Fórum, dos pequenos julgamentos que o “doutor” se impõe com todo o seu poder sobre o cidadão “comum”. Como repórter, assisti à humilhação e ao desamparo tanto das vítimas quanto dos suspeitos mais pobres à mercê desses doutores, no qual o título era uma expressão importante da desigualdade no acesso à Justiça. No início, ficava estareçada com o tratamento usado por delegados, advogados, promotores e juízes, falando de si e entre si como “doutor fulano” e “doutor beltrano”. Será que não percebem o quanto se tornam patéticos ao fazer isso?, pensava. Aos poucos, percebi a minha ingenuidade. O “doutor”, nesses espaços, tinha uma função estratégica: a de garantir o reconhecimento entre os pares e assegurar a submissão daqueles que precisavam da Justiça e rapidamente compreendiam que a Justiça ali era encarnada e, mais do que isso, era pessoal, no amplo sentido do termo.

No caso dos médicos, a atualidade e a persistência do título de “doutor” precisam ser compreendidas no contexto de uma sociedade patologizada, na qual as pessoas se definem — e são definidas — em grande parte por um diagnóstico. Hoje, são os médicos que dizem o que cada um de nós é: depressivo, hiperativo, bipolar, obeso, anoréxico, bulímico, cardíaco, etc. Do mesmo modo, numa época histórica em que juventude e potência se tornaram valores — e é o corpo que expressa ambas —, faz todo sentido que o poder médico se expanda para muito além dos consultórios e dos hospitais e passe a influenciar todas as esferas da sociedade.

É o médico, como manipulador das drogas legais e das intervenções cirúrgicas, que supostamente pode alterar comportamentos considerados “anormais” ou “disfuncionais” ou “antissociais”, assim como ampliar tanto potência quanto juventude. E, de novo supostamente, deter o controle sobre a definição de normalidade, assim como sobre a longevidade e a morte. A ponto de alguns profissionais terem começado a defender que a velhice é uma “doença” que poderá ser eliminada com o avanço tecnológico.

O “doutor” médico e o “doutor” advogado, juiz, promotor, delegado têm cada um suas causas e particularidades na história das mentalidades e dos costumes. Em comum, o doutor médico e o doutor advogado, juiz, promotor, delegado têm algo significativo: a autoridade sobre os corpos. Um pela lei, o outro pela medicina, eles normatizam a vida de todos os outros. Não apenas como representantes de um poder que pertence à instituição e não a eles, mas que a transcende para encarnar na própria pessoa que usa o título.

Se olharmos para o fenômeno a partir das relações de mercado e de consumo, a Medicina e o Direito são os únicos espaços em que o cliente, ao entrar pela porta do escritório ou do consultório, em geral já está automaticamente numa posição de submissão. Em ambos os casos, o cliente não tem razão, nem sabe o que é melhor para ele. Seja como vítima de uma violação da lei ou como autor de uma violação da lei,

o cliente é sujeito passivo diante do advogado, promotor, juiz, delegado. E, como “paciente” diante do médico, deixa de ser pessoa para tornar-se objeto de intervenção.

Num país no qual o acesso à Justiça e o acesso à Saúde são deficientes, como o Brasil, é previsível que tanto o título de “doutor” permaneça atual e vigoroso quanto o que ele representa também como viés de classe. Apesar dos avanços e da própria Constituição, tanto o acesso à Justiça quanto o acesso à Saúde permanecem, na prática, como privilégios dos mais ricos. As fragilidades do SUS, de um lado, e o número insuficiente de defensores públicos de outro são expressões dessa desigualdade. Quando o direito de acesso tanto a uma quanto a outra não é assegurado, a situação de desamparo se estabelece, assim como a subordinação do cidadão àquele que pode garantir — ou retirar — tanto uma quanto outra no cotidiano. Sem contar que a cidadania ainda é um conceito mais teórico do que concreto na vida brasileira.

Infelizmente, a maioria dos “doutores” médicos e dos “doutores” advogados, juízes, promotores, delegados, etc estimula e até exige o título no dia a dia. E talvez o exemplo público mais contundente seja o do juiz de Niterói (RJ), que, em 2004, entrou na Justiça para exigir que os empregados do condomínio onde vivia o chamassem de “doutor”. Como consta nos autos, diante da sua exigência, o zelador retrucava: “Fala sério...”. Não conheço em profundidade os fatos que motivaram as desavenças no condomínio — mas é muito significativo que, como solução, o juiz tenha buscado a Justiça para exigir um tratamento que começava a lhe faltar no território das ruas — e nos corredores do prédio.

É importante reconhecer que há uma pequena parcela de médicos e advogados, juízes, promotores, delegados, etc que tem se esforçado para eliminar essa distorção. Esses tratam de avisar logo que devem ser chamados pelo nome. Ou por senhor ou senhora, caso o interlocutor prefira a formalidade — ou o contexto a exija. Sabem que essa mudança tem grande força simbólica na luta por um país mais igualitário e pela ampliação da cidadania e dos direitos. A esses, meu respeito.

Resta ainda o “doutor” como título acadêmico, conquistado por aqueles que fizeram doutorado nas mais diversas áreas. No Brasil, em geral isso significa, entre o mestrado e o doutorado, cerca de seis anos de estudo além da graduação. Para se doutorar, é preciso pesquisar e escrever uma tese e defendê-la diante de uma banca. Neste caso, o título é — ou deveria ser — resultado da produção de conhecimento em sua área de atuação. É também requisito para uma carreira acadêmica bem-sucedida — e, em muitas universidades, uma exigência para se candidatar ao cargo de professor.

Em geral, o título só é citado no âmbito acadêmico — no currículo, nas comunicações por escrito, nos órgãos de financiamento de pesquisa e na publicação de artigos em revistas especializadas. Raramente alguns desses doutores são assim chamados na vida cotidiana, seja na sala de aula ou na padaria. E, pelo menos os que eu conheço, caso o fossem, oscilariam entre o completo constrangimento e um riso descontrolado. Não são esses, com certeza, os doutores que alimentam também na expressão simbólica a abissal desigualdade da sociedade brasileira.

Estou bem longe de esgotar o assunto aqui nesta coluna. Faço apenas uma provocação, para que, pelo menos, comecemos a estranhar o que parece soar tão natural, eterno e imutável — mas é resultado do processo histórico e de nossa atuação nele. Estranhar é o verbo que precede o gesto de mudança. Infelizmente, suspeito de que “doutor fulano” e “doutor beltrano” terão ainda uma longa vida entre nós. Quando partirem desta para o nunca mais, será demasiado tarde. Porque já é demasiado tarde — sempre foi.

[35](#) Adail José da Silva é o tema de duas reportagens do livro *A vida que ninguém vê* (Arquipélago Editorial): “Adail quer voar” e “O dia em que Adail voou”.

Um embrulho de papel brilhante

A espio chegando, com seus pés tortos por um milhão de desajustes ósseos, uma bolsa pesada na mão e uma mala de rodinhas. É minha mãe e acabou de descer do ônibus com meu pai. Vejo que ela me procura com olhos ansiosos na rodoviária de Porto Alegre, já pronta pra reclamar que estou atrasada. Eu poderia me apressar. Em vez disso, estaciono minhas botas atrás de uma das colunas. Tento fixar esse momento. Naquele instante eu sei que aquela cena é irrepetível, e de súbito essa revelação me engolfa. Faz alguns anos já que a percepção da passagem do tempo se faz nítida em mim. Sinto-me como se estivesse no fundo de uma piscina, ouvindo à distância o burburinho surdo dos outros. Respiro e estou de novo na superfície. Guardo a cena inteira numa dobra do meu corpo, desprego-me da coluna e surjo sorridente diante deles.

Estamos todos ali, na cidade em que já não vivo há muito, para uma consulta com o médico da capital. Naquele dia, eu apalpo essa nova geografia na qual ainda preciso descobrir se sou montanha, rio, um lago. Talvez apenas uma árvore não muito grande, não muito forte. Quando a hora de cuidar dos pais nos alcança, os filhos que se importam encontram-se não apenas em território desconhecido, mas acabam por encontrar um território desconhecido dentro de si.

Quero protegê-los, mas não sei como. Devo chamar um táxi ou esperar pelo meu pai, como sempre foi? Devo tomar a iniciativa e fazer eu as perguntas para o médico ou devo permanecer como coadjuvante? Devo andar no lado externo da calçada ou devo respeitar o lugar do meu pai, que como todo homem de sua geração sempre se manteve como um escudo entre a rua e as mulheres, na intrincada arte do *footing*? Ele esclarece: “Vá para o meio, para conversar com a tua mãe”. Não vá para o meio porque sou eu que protejo vocês. Eu compreendo a enormidade dessa cena banal. Mas nada digo. Apenas deslizo para dentro.

Mais tarde, depois da consulta, levo-os para jantar num shopping em frente ao centro médico. Vou de balcão em balcão da praça de alimentação em busca de algo que meu pai possa comer. “Você não pode só fazer um pão com queijo *mozzarella*?”, eu pergunto. Logo, estarei quase implorando. Mas parece que ninguém pode fazer pão com queijo. As franquias são todas formatadas, as atendentes me olham como se eu estivesse pedindo cérebro de macaco em pão de urtiga australiana. Será que eu não compreendo que não é possível sair do padrão? Comer no shopping ganha contornos de um sonho persecutório. Sinto-me incapaz de levar comida para o meu pai.

Naquele momento, não apenas confronto a fragilidade recém-descoberta deles, mas também a minha. Ao despedir-me de meus pais, temo que algo possa acontecer porque não estarei ali para protegê-los, mas internamente duvido que possa de fato protegê-los. Imagino catástrofes, há um torniquete ao redor do meu coração quando pego o avião de volta. Sei bem agora que posso no máximo cuidar deles, como eles

cuidaram de mim — e, de um modo muito particular, ainda cuidam. Ninguém pode proteger ninguém, essa é só mais uma ilusão. E, mesmo quando acreditamos compreender a vida, somos empurrados para um novo vazio e restamos às tontas.

Antes de eu pegar o avião, eles o ônibus, minha mãe me empurra um pacotinho em papel de presente brilhante. Eu sei o que é. Minha mãe sempre me dá um pijama. Não só para mim, para todos. É um carinho e um desejo, o de nos ver na cama, aquecidos, a salvo, como num tempo em que, todos sabemos, nunca existiu. O pijama já vem lavado, devidamente desinfetado de todos os germes da loja e das mãos que o cobijaram antes dela. O pijama vem lavado dos males do mundo, minha mãe confiante no poder redentor dos produtos modernos de limpeza. Não posso nem quero imaginar uma vida sem pacotes de papel brilhante com um pijama cheirando a amaciante dentro.

Na semana seguinte voltamos a nos encontrar, agora para a cirurgia do meu pai. Minha mãe de novo está com sua bolsa pesada, uma mala de rodinhas e seus pés claudicantes. É um mistério como ela consegue andar tão rápido e ir a todos os lugares com aqueles pés. Mas ela sempre está uma curva adiante de nós, em vários sentidos. Qualquer um levaria o básico ao preparar a mala para uma viagem de saúde. Pijama, roupas de baixo, talvez um roupão, escova de dentes... Minha mãe, eu tinha certeza, carregava também uma caixa de docinhos. Docinhos mesmo, estes de aniversário de criança. Glaceados, caramelizados, trufados, bombas de glicose concentrada.

Minha mãe jamais viaja sem uma caixa de docinhos. Já carregou caixas de docinhos no colo por mais de mil quilômetros. Se há alguma criança nos arredores, os docinhos surgem no formato de bichos, carros, gurias de tranças. “Por quê?”, pergunto com a boca cheia de leite condensado. “Os doces de Ijuí são diferentes”, ela diz, com o tom das verdades absolutas. Minha mãe sempre demonstrou afeto com comida. Desisti de levar o feijão dela congelado, de Ijuí para São Paulo, quando o líquido encorpado, impregnado de linguiça caseira, escorreu pelo compartimento das bagagens de mão do avião e pingou a milímetros da cabeça do passageiro ao meu lado. Foi uma decisão difícil de comunicar a ela.

A caixa de docinhos era ali uma garantia de que algo permanecia imutável numa vida cujo controle nos escapava. Algo doce. Era a segunda vez que nos preparávamos para a cirurgia. Na primeira, o plano de saúde avisara que não cobriria o “procedimento” na hora da internação, com o respeito habitual. Desta vez, a pressão de meu pai subia porque o esqueceram na emergência do hospital. De novo eu tentava protegê-lo. E de novo fracassava.

No dia seguinte, minha mãe me sussurraria na sala de espera. Meu pai estava desacordado em algum lugar do bloco cirúrgico. E eu tentava não imaginar o corpo aberto do meu pai. Ela sussurra, então: “Nós nos despedimos, sabe. Ele disse que a vida comigo foi muito mais do que ele sonhou e que ele foi muito feliz”. Eu queria dizer que ainda seriam felizes, mas não encontrei voz. Eu sabia que eles temiam essa cirurgia com um medo novo. E que mesmo depois dela o medo talvez não fosse embora. Quase 60 anos de casamento, e o amor dos meus pais é escandalosamente vivo. Vivo a ponto de sobreviver a despedidas desse tipo.

Algumas horas mais tarde, quando tudo havia acabado, estremecemos ao ouvir o celular: “Ele está pedindo os óculos na UTI. Diz que precisa enxergar”. Minha mãe guardava naquela bolsa pesada dela os olhos e os dentes do meu pai. Será que é por isso que está tão pesada?, pensei. À noite, eu teria pesadelos com os dentes do meu pai na bolsa da minha mãe. Meu pai sempre pareceu usar os dentes com parcimônia, mas era apenas aparência. É verdade que ele mastiga cada bocado de comida quase tantas

vezes e com tanta paciência quanto um macrobiótico, mas a vida, não. Na vida ele finca os dentes. E, desconfio eu, também em algumas partes da minha mãe, mas isso eu prefiro não investigar.

Minha mãe devolveu primeiro os olhos do meu pai, depois os dentes. No dia seguinte ele reclamaria que ela levou tempo demais para devolver os dentes dele. E ainda depois descobriríamos que a chave do cadeado da mala dele havia se perdido, junto com todas as chaves que abrem portas na vida deles. “Eu não sei quem perdeu as chaves, se fui eu ou ele”, balbuciou minha mãe, subitamente sem saber para onde levar seus pés. “Era um molho enorme de chaves.” Eu sabia que eram muitas e sabia que seriam encontradas. Em algum momento, nós sempre precisamos voltar a encontrar as chaves.

Dias mais tarde, meus pais estão deitados na cama do hotel. Devagar, meu pai começa a se recuperar. Ele está lendo uma biografia de Getúlio Vargas. Minha mãe lê *Cinquenta tons de cinza*. Ela reclama que é tão mal escrito quanto uma daquelas novelas românticas de banca de revista, mas não cogita abandonar a leitura. Quando ela se distrai por um instante, meu pai rouba o livro dela para dar uma assuntada. Não sei se encontra o que procura, porque logo depois volta para Vargas. Eu sinto que poderia passar a vida lendo os dois.

Sei que empreendi um caminho de volta para casa, mas essa viagem é apenas interna. Quando um filho parte, nunca há volta. Não deve mesmo haver volta. Há apenas esse tempo roubado, no qual eu posso abraçá-los e fingir que ainda sei o meu lugar. Ou que algum dia soube.

Antes da despedida, minha mãe se aproxima com seus pés impossíveis. Me alcança um pacote embrulhado em papel brilhante. Eu sei o que é. Sei também que, por enquanto, estamos todos bem.

1º de outubro de 2012

“Decretem nossa extinção e nos enterrem aqui”

— Pedimos ao Governo e à Justiça Federal para não decretar a ordem de despejo/expulsão, mas decretar nossa morte coletiva e enterrar nós todos aqui. Pedimos, de uma vez por todas, para decretar nossa extinção/dizimação total, além de enviar vários tratores para cavar um grande buraco para jogar e enterrar nossos corpos. Este é o nosso pedido aos juízes federais.

O trecho pertence à [carta](#) de um grupo de 170 indígenas que vivem à beira de um rio no município de Iguatemi, no Mato Grosso do Sul, cercados por pistoleiros. As palavras foram ditadas em 8 de outubro ao conselho Aty Guasu (assembleia dos Guarani Kaiowá³⁶), após receberem a notícia de que a Justiça Federal decretou sua expulsão da terra. São 50 homens, 50 mulheres e 70 crianças. Decidiram ficar. E morrer como ato de resistência — morrer com tudo o que são, na terra que lhes pertence.

Há cartas, como a de Pero Vaz de Caminha, de 1º de maio de 1500, que são documentos de fundação do Brasil: fundam uma nação, ainda sequer imaginada, a partir do olhar do conquistador sobre a terra e sobre os habitantes que nela vivem. E há cartas, como a dos Guarani Kaiowá, escritas mais de 500 anos depois, que são documentos de falência. Não apenas no sentido da incapacidade do Estado-nação constituído nos últimos séculos, de cumprir a lei estabelecida na Constituição hoje em vigor, mas também dos princípios mais elementares que forjaram nosso ideal de humanidade na formação do que se convencionou chamar de “o povo brasileiro”. A partir da carta dos Guarani Kaiowá, tornamo-nos cúmplices de genocídio. Sempre fomos, mas tornar-se é saber que se é.

Os Guarani Kaiowá avisam-nos por carta que, depois de tantas décadas, séculos, de luta para viver, descobriram que agora só lhes resta morrer. Avisam a todos nós que morrerão como viveram: coletivamente, conjugados no plural.

Nos trechos mais pungentes de sua carta de morte, os indígenas afirmam:

— Queremos deixar evidente ao Governo e à Justiça Federal que, por fim, já perdemos a esperança de sobreviver dignamente e sem violência em nosso território antigo. Não acreditamos mais na Justiça Brasileira. A quem vamos denunciar as violências praticadas contra nossas vidas? Para qual Justiça do Brasil? Se a própria Justiça Federal está gerando e alimentando violências contra nós. Nós já avaliamos a nossa situação atual e concluímos que vamos morrer todos, mesmo, em pouco tempo. Não temos e nem teremos perspectiva de vida digna e justa tanto aqui na margem do rio quanto longe daqui. Estamos aqui acampados a 50 metros do rio Hovy, onde já ocorreram quatro mortes, sendo que dois morreram por meio de suicídio, dois em decorrência de espancamento e tortura de pistoleiros das fazendas. Moramos na margem deste rio Hovy há mais de um ano. Estamos sem assistência nenhuma, isolados, cercados de pistoleiros e resistimos até hoje. Comemos comida uma vez por dia. Tudo isso passamos dia a dia para recuperar o nosso território antigo Pyleito Kue/Mbarakay. De fato, sabemos muito bem que no centro

desse nosso território antigo estão enterrados vários de nossos avôs e avós, bisavôs e bisavós, ali está o cemitérios de todos os nossos antepassados. Cientes desse fato histórico, nós já vamos e queremos ser mortos e enterrados junto aos nossos antepassados aqui mesmo onde estamos hoje. (...) Não temos outra opção, esta é a nossa última decisão unânime diante do despacho da Justiça Federal de Naviraí-MS.

Como podemos alcançar o desespero de uma decisão de morte coletiva? Não podemos. Não sabemos o que é isso. Mas podemos conhecer quem morreu, morre e vai morrer por nossa ação — ou inação. E, assim, pelo menos aproximar nossos mundos, que até hoje têm na violência sua principal intersecção.

Desde o início do século 20, com mais afinco a partir do Estado Novo (1937-45) de Getúlio Vargas, iniciou-se a ocupação pelos brancos da terra dos Guarani Kaiowá. Os indígenas, que sempre viveram lá, começaram a ser confinados em reservas pelo governo federal, para liberar suas terras para os colonos que chegavam, no que se chamou de “A Grande Marcha para o Oeste”. A visão era a mesma que até hoje persiste no senso comum: “terra desocupada”. Ou: “Não há ninguém lá, só índio”.

Era de gente que se tratava, mas o que se fez na época foi confiná-los como gado, num espaço de terra pequeno demais para que pudessem viver ao seu modo — ou, na palavra que é deles, *Teko Porã* (“o Bem Viver”). Com a chegada dos colonos, os indígenas passaram a ter três destinos: ou as reservas ou trabalhar nas fazendas como mão de obra semiescrava ou se aprofundar na mata. Quem se rebelou foi massacrado. Para os Guarani Kaiowá, a terra a qual pertencem é a terra onde estão sepultados seus antepassados. Para eles, a terra não é uma mercadoria — a terra é.

Na ditadura militar, nos anos 60 e 70, a colonização do Mato Grosso do Sul se intensificou. Um grande número de sulistas, gaúchos mais do que todos, migrou para o território para ocupar a terra dos índios. Outros despacharam peões e pistoleiros, administrando a matança de longe, bem acomodados em suas cidades de origem, onde viviam — e vivem até hoje — como “cidadãos de bem”, fingindo que não têm sangue nas mãos.

Com a redemocratização do país, a Constituição de 1988 marcou uma mudança de olhar e uma esperança de justiça. Os territórios indígenas deveriam ser demarcados pelo Estado no prazo de cinco anos. Como sabemos, não foi. O processo de identificação, declaração, demarcação e homologação das terras indígenas tem sido lento, sensível a pressões dos grandes proprietários de terras e da parcela retrógrada do agronegócio. E, mesmo naquelas terras que já estão homologadas, em muitas o governo federal não completou a desintrusão — a retirada daqueles que ocupam a terra, como posseiros e fazendeiros —, aprofundando os conflitos.

Nestas últimas décadas, testemunhamos o genocídio dos Guarani Kaiowá. Em geral, a situação dos indígenas brasileiros é vergonhosa. A dos 43 mil Guarani Kaiowá, o segundo grupo mais numeroso do país, é considerada a pior de todas. Confinados em reservas como a de Dourados, onde cerca de 14 mil, divididos em 43 grupos familiares, ocupam 3,5 mil hectares, eles se encontram numa situação de colapso. Sem poder viver segundo a sua cultura, totalmente encurralados, imersos numa natureza degradada, corroídos pelo alcoolismo dos adultos e pela subnutrição das crianças, os índices de homicídio da reserva são maiores do que em zonas em estado de guerra.

A situação em Dourados é tão aterradora que provocou a seguinte afirmação da vice-procuradora-geral da República, Deborah Duprat: “A reserva de Dourados é talvez a maior tragédia conhecida da questão indígena em todo o mundo”. Segundo um relatório do [Conselho Indigenista Missionário](#) (CIMI), que analisou os dados de 2003 a 2010, o índice de assassinatos na Reserva de Dourados é de 145 para cada

100 mil habitantes — no Iraque, o índice é de 93 assassinatos para cada 100 mil. Comparado à média brasileira, o índice de homicídios da Reserva de Dourados é 495% maior.

A cada seis dias, um jovem Guarani Kaiowá se suicida. Desde 1980, cerca de 1.500 tiraram a própria vida. A maioria deles enforcou-se num pé de árvore. Entre as várias causas elencadas pelos pesquisadores está o fato de que os jovens precisam formar sua família e as perspectivas de futuro são ou trabalhar na cana-de-açúcar ou virar mendigo. O futuro, portanto, é um não ser aquilo que se é. Algo que, talvez para muitos deles, seja pior do que a morte.

Um relatório do Ministério da Saúde mostrou o que chamou de “dados alarmantes, se destacando tanto no cenário nacional quanto internacional”. Desde 2000, foram 555 suicídios, 98% deles por enforcamento, 70% cometidos por homens, a maioria deles na faixa dos 15 aos 29 anos. No Brasil, o índice de suicídios em 2007 foi de 4,7 por 100 mil habitantes. Entre os indígenas, no mesmo ano, foi de 65,68 por 100 mil. Em 2008, o índice de suicídios entre os Guarani Kaiowá chegou a 87,97 por 100 mil, segundo dados oficiais. Os pesquisadores acreditam que os números devem ser ainda maiores, já que parte dos suicídios é escondida pelos grupos familiares por questões culturais.

As lideranças Guarani Kaiowá não permaneceram impassíveis diante desse presente sem futuro. Começaram a se organizar para denunciar o genocídio do seu povo e reivindicar o cumprimento da Constituição. Até hoje, mais de 20 lideranças morreram assassinadas por ferirem os interesses privados de fazendeiros da região, a começar por Marçal de Souza, em 1983, cujo assassinato ganhou repercussão internacional. Ao mesmo tempo, grupos de Guarani Kaiowá abandonaram o confinamento das reservas e passaram a buscar suas *tekohá*, terras originais, na luta pela retomada do território e do direito à vida. Alguns grupos ocuparam fundos de fazendas, outros montaram 30 acampamentos à beira da estrada, numa situação de absoluta indignidade. Tanto nas reservas quanto fora delas, a desnutrição infantil é avassaladora.

A trajetória dos Guarani Kaiowá que anunciaram sua morte coletiva ilustra bem o destino ao qual o Estado brasileiro os condenou. Homens, mulheres e crianças empreenderam um caminho em busca da terra tradicional, localizada às margens do Rio Hovy, no município de Iguatemi (MS). Acamparam em sua terra no dia 8 de agosto de 2011, nos fundos de fazendas. Em 23 de agosto foram atacados e cercados por pistoleiros, a mando dos fazendeiros. Em um ano, os pistoleiros já derrubaram dez vezes a ponte móvel feita por eles para atravessar um rio com 30 metros de largura e três de fundura. Em um ano, dois indígenas foram torturados e mortos pelos pistoleiros, outros dois se suicidaram.

Em tentativas anteriores de recuperação dessa mesma terra, os Guarani Kaiowá já tinham sido espancados e ameaçados com armas de fogo. Alguns deles tiveram seus olhos vendados e foram jogados na beira da estrada. Em outra ocasião, mulheres, velhos e crianças tiveram seus braços e pernas fraturados. O que a Justiça Federal fez? Deferiu uma ordem de despejo. Em nota, a FUNAI (Fundação Nacional do Índio) afirmou que “está trabalhando para reverter a decisão”.

Os Guarani Kaiowá estão sendo assassinados há muito tempo, de todas as formas disponíveis, as concretas e as simbólicas. “A impunidade é a maior agressão cometida contra eles”, afirma Flávio Machado, coordenador do CIMI no Mato Grosso do Sul. Nas últimas décadas, há pelo menos duas formas interligadas de violência no processo de recuperação da terra tradicional dos indígenas: uma privada, das milícias de pistoleiros organizadas pelos fazendeiros; outra do Estado, perpetrada pela Justiça Federal, na qual parte dos juízes, sem qualquer conhecimento da realidade vivida na região, toma

decisões que não só compactuam com a violência, como a acirram. “Quando os pistoleiros não conseguem consumir os despejos e massacres truculentos dos indígenas, os fazendeiros contratam advogados para conseguir a ordem de despejo na Justiça”, afirma Egon Heck, indigenista e cientista político. “No momento em que ocorre a ordem de despejo, os agentes policiais agem de modo similar ao dos pistoleiros, visto que utilizam armas pesadas, queimam as ocas, ameaçam e assustam as crianças, mulheres e idosos.”

Ao fundo, o quadro maior: os sucessivos governos que se alternaram no poder após a Constituição de 1988 foram incompetentes para cumpri-la. Ao final de seus dois mandatos, Lula reconheceu que deixava o governo com essa dívida junto ao povo Guarani Kaiowá. Legava a tarefa à sua sucessora, Dilma Rousseff. Os indígenas, então, escreveram uma carta: “Presidente Dilma, a questão das nossas terras já era para ter sido resolvida há décadas. Mas todos os governos lavaram as mãos e foram deixando a situação se agravar. Por último, o ex-presidente Lula prometeu, se comprometeu, mas não resolveu. Reconheceu que ficou com essa dívida para com nosso povo Guarani Kaiowá e passou a solução para suas mãos. E nós não podemos mais esperar. Não nos deixe sofrer e ficar chorando nossos mortos quase todos os dias. Não deixe que nossos filhos continuem enchendo as cadeias ou se suicidem por falta de esperança de futuro (...) Devolvam nossas condições de vida que são nossos *tekohá*, nossas terras tradicionais. Não estamos pedindo nada demais, apenas os nossos direitos que estão nas leis do Brasil e internacionais”.

A declaração de morte dos Guarani Kaiowá ecoou nas redes sociais. Gerou uma comoção. Não é a primeira vez que indígenas anunciam seu desespero e seu genocídio. Em geral, quase ninguém escuta, para além dos mesmos de sempre, e o que era morte anunciada vira morte consumada. Talvez a diferença dessa carta é o fato de ela ecoar algo que é repetido nas mais variadas esferas da sociedade brasileira, em ambientes os mais diversos, considerado até um comentário espirituoso em certos espaços intelectualizados: a ideia de que a sociedade brasileira estaria melhor sem os índios.

Desqualificar os índios, sua cultura e a situação de indignidade na qual vive boa parte das etnias é uma piada clássica em alguns meios, tão recorrente que se tornou quase um clichê. Para parte da elite escolarizada, apesar do esforço empreendido pelos antropólogos, entre eles Lévi-Strauss, as culturas indígenas ainda são vistas como “atrasadas”, numa cadeia evolutiva única e inescapável entre a pedra lascada e o Ipad — e não como uma escolha diversa e um caminho possível. Assim, essa parcela da elite descarta, em nome da ignorância, a imensa riqueza contida na linguagem, no conhecimento e nas visões de mundo das 230 etnias indígenas que ainda sobrevivem por aqui.

Toda a História do Brasil, a partir da “descoberta” e da colonização, é marcada pelo olhar de que o índio é um entrave no caminho do “progresso” ou do “desenvolvimento”. Entrave desde os primórdios — primeiro, porque teve a deselegância de estar aqui antes dos portugueses; em seguida, porque se rebelava ao ser escravizado pelos invasores europeus. A sociedade brasileira se constituiu com essa ideia e ainda que a própria sociedade tenha mudado em muitos aspectos, a concepção do índio como um entrave persiste. E persiste de forma impressionante, não só para uma parte significativa da população, mas para setores do Estado, tanto no governo atual quanto nas gestões passadas.

“Entraves” precisam ser removidos. E têm sido, de várias maneiras, como a História, a passada e a presente, nos mostra. Talvez essa seja uma das explicações possíveis para o impacto da carta de morte ter alcançado um universo maior de pessoas. Desta vez, são os índios que nos dizem algo que pode ser

compreendido da seguinte forma: “É isso o que vocês querem? Nos matar a todos? Então nós decidimos: vamos morrer”. Ao devolver o desejo a quem o deseja, o impacto é grande.

É importante lembrar que carta é palavra. A declaração de morte coletiva surge como palavra dita. Por isso precisamos compreender, pelo menos um pouco, o que é a palavra para os Guarani Kaiowá. Em um texto muito bonito, intitulado “*Ñe’ẽ — a palavra alma*”, a antropóloga Graciela Chamorro, da Universidade Federal da Grande Dourados, nos dá algumas pistas:

“A palavra é a unidade mais densa que explica como se trama a vida para os povos chamados guarani e como eles imaginam o transcendente. As experiências da vida são experiências de palavra. Deus é palavra. (...) O nascimento, como o momento em que a palavra se senta ou provê para si um lugar no corpo da criança. A palavra circula pelo esqueleto humano. Ela é justamente o que nos mantém em pé, que nos humaniza. (...) Na cerimônia de nomeação, o xamã revelará o nome da criança, marcando com isso a recepção oficial da nova palavra na comunidade. (...) As crises da vida — doenças, tristezas, inimizades, etc — são explicadas como um afastamento da pessoa de sua palavra divinizadora. Por isso, os rezadores e as rezadoras se esforçam para ‘trazer de volta’, ‘voltar a sentar’ a palavra na pessoa, devolvendo-lhe a saúde. (...) Quando a palavra não tem mais lugar ou assento, a pessoa morre e torna-se um devir, um não ser, uma palavra-que-não-é-mais. (...) *Ñe’ẽ* e *ayvu* podem ser traduzidos tanto como ‘palavra’ como por ‘alma’, com o mesmo significado de ‘minha palavra sou eu’ ou ‘minha alma sou eu’. (...) Assim, alma e palavra podem adjetivar-se mutuamente, podendo-se falar em palavra-alma ou alma-palavra, sendo a alma não uma parte, mas a vida como um todo.”

A fala, diz o antropólogo Spensy Pimentel, pesquisador do Centro de Estudos Ameríndios da Universidade de São Paulo, é a parte mais sublime do ser humano para os Guarani Kaiowá. “A palavra é o cerne da resistência. Tem uma ação no mundo — é uma palavra que age. Faz as coisas acontecerem, faz o futuro. O limite entre o discurso e a profecia é tênue.”

Se a carta de Pero Vaz de Caminha marca o nascimento do Brasil pela palavra escrita, é interessante pensar o que marca a carta dos Guarani Kaiowá mais de 500 anos depois. Naquela que é considerada a carta-fundadora — considerada, é importante sublinhar, por aqueles que fundam um mundo sobre o mundo do outro que já estava lá, aqui — é o conquistador/invasor/colonizador/estrangeiro quem estranha e olha para os índios, para sua cultura e para sua terra. Na carta dos Guarani Kaiowá, são os índios que olham para nós. Devolvem simbolicamente, mais de cinco séculos depois, o olhar. O que nos dizem aqueles que nos veem? (Ou o que veem aqueles que nos dizem?)

A declaração de morte dos Guarani Kaiowá é “palavra que age”³⁷. Antes que o espasmo de nossa comoção de sofá migre para outra tragédia, talvez valha a pena uma última pergunta: para nós, o que é a palavra?

22 de outubro de 2012

³⁶ Este texto respeita a forma como os indígenas grafam o seu nome, com “k” e “w” — e sem acrescentar o “s” ao usarem o plural.

³⁷ A carta dos Guarani Kaiowá foi divulgada pelo Twitter e pelo Facebook, gerando uma rede de solidariedade e de denúncia das violências enfrentadas por essa etnia indígena. Desta rede, participaram milhares de brasileiros urbanos. Para muitos deles, este foi o primeiro contato com o Genocídio Guarani Kaiowá, apesar de o processo de extermínio da etnia ter se iniciado muito tempo antes. De repente, pessoas de diferentes idades, profissões e regiões geográficas passaram a falar diretamente com as lideranças indígenas, no espaço das redes sociais, sem precisar de nenhum tipo de mediação. E de imediato passaram a ampliar suas vozes. A partir dessa rede de pressão, as instituições — Governo Federal, Congresso, etc — foram obrigadas a colocar a questão na pauta. Depois de dias, em alguns casos semanas, a imprensa repercutiu o que ecoava nas redes. Alguns dos grandes jornais enviaram repórteres para a região, colunistas escreveram artigos com diferentes pontos de vista. O movimento de adesão à

causa Guarani Kaiowá nas redes sociais — sua articulação, significados e consequências — tornou-se um fenômeno fascinante, ainda por ser mais bem estudado e compreendido. Eliane escreveu uma outra coluna, em 26 de novembro de 2012, intitulada “Sobrenome Guarani Kaiowá”, para refletir sobre a novidade. Esse texto pode ser lido na internet.

A dor dos filhos

No livro *Os enamoramentos*, de Javier Marías ((Companhia das Letras)), uma das personagens diz:

— Os filhos dão muita alegria e tudo o mais que se costuma dizer, mas também, e isso não se costuma dizer, dão muita pena, permanentemente, o que não creio que mude nem quando forem maiores. Você vê a perplexidade deles diante das coisas, e isso dá pena. Vê a boa vontade deles, quando estão a fim de ajudar e acrescentar algo próprio mas não podem, e isso também dá pena. Dá pena a seriedade deles e dão pena suas brincadeiras elementares e suas mentiras transparentes, dão pena suas decepções e também suas ilusões, suas expectativas e suas pequenas decepções, sua ingenuidade, sua incompreensão, suas perguntas tão lógicas e até a ocasional má intenção que possam ter. Dá pena pensar quanto lhes falta aprender e no longuíssimo percurso que têm pela frente e que ninguém pode fazer por eles, apesar de estarmos há séculos fazendo e não vejamos a necessidade de que todos os que nascem devam começar outra vez desde o início. Que sentido tem cada um passar pelos mesmos desgostos e descobertas, mais ou menos eternamente?

O fragmento é parte das quatro páginas mais belas deste livro traduzido para o português por Eduardo Brandão. Se você for ler *Os enamoramentos*, talvez encontre outros momentos de que goste mais. Para mim, o que acontece da página 68 a 71 é, neste livro, o topo da escritura tão singular de Javier Marías. Não se trata de uma obra sobre o sentimento dos pais diante dos filhos, embora este também seja um “enamoramento”, mas esse pequeno trecho me capturou porque trata de algo que fala aos pais e às mães. E que poucas vezes foi tão bem dito.

Lembro-me do momento exato em que olhei para a minha filha e senti essa dor, que era a dor que eu achava que pudesse ser a dela ou que tinha a certeza de que um dia seria a dela. Tive minha filha aos 15 anos, o que não me deu tempo de esquecer das dores da infância ou da perplexidade da infância, como pode acontecer com aqueles que se tornam pais em idades consideradas mais recomendáveis. Eu me lembrava tanto da dor quanto da perplexidade, e aos 15 anos ainda não tinha feito o luto de nenhuma das duas.

Minha filha tinha uns três ou quatro anos e estava sentada no chão tentando brincar. Eu via o seu esforço e via o seu fracasso. Ou talvez apenas estivesse projetando nela o que sabia que seria seu embate mais ou menos eterno. Mas creio que não, acredito que já era angústia o que havia no seu rostinho redondo, já era perplexidade diante da aridez de alguns dias. Lembro-me de que, naquele momento, as lágrimas pingaram dos meus olhos, como de uma torneira mal fechada. Eu soube ali que jamais poderia tapar aquele buraco, que teria de testemunhar para sempre aquela luta íntima na qual cada um de nós está só. Sempre só. Eu assistia a ela desde já, tão pequena, tão frágil, tão confiante no meu poder ilusório, debatendo-se com a vida. E para sempre diante dela eu pingaria como uma torneira mal fechada. Era um momento silencioso entre nós — e as cartas já estavam dadas muito antes de nós.

Penso que todos os pais que se tornaram pais na modernidade sentem isso — consciente ou

inconscientemente. E talvez tornar-se pai e tornar-se mãe se dê também na escolha do que fazer com esse sentimento. Tornar-se pai e mãe porque ser pai e mãe não é algo dado, algo que acontece a partir de um ato biológico, sempre mais explícito para as mulheres do que para os homens. Tampouco basta estar no lugar de pai e de mãe, para além dos laços biológicos. É preciso efetivamente ocupar esse lugar. Tornar-se pai e mãe é um processo que não está nem dado nem garantido, exige um contínuo movimento de vir a ser, raramente fácil ou simples.

É conhecida a dificuldade atual de exercer a função paterna e a função materna, porque é mesmo muito mais difícil ocupar um lugar em um mundo movediço, no qual a tradição já não determina o que devemos fazer acima de qualquer questionamento. E aqui não há nenhuma nostalgia das amarras da tradição, embora ela tenha o seu papel, apenas a constatação de que é previsível que nos percamos quando a pergunta sobre quem somos deixa de ter uma resposta óbvia. Embora tantos pais busquem nos infindáveis manuais as respostas que já não há tradição para dar, talvez esteja na literatura não as respostas, mas a complexidade das perguntas. Por paradoxal que pareça, me parece que tudo fica mais claro quando se complica.

É pelo consumo — e aí possivelmente nunca antes como agora — que se tenta tapar esse buraco aberto no peito dos nossos filhos. Um objeto seguido de outro objeto, a ilusão de que algo foi preenchido com duração cada vez mais curta, o desejo pelo produto seguinte cada vez mais imperativo, a frustração sempre abissal entre um e outro. Com alguma imaginação, é possível enxergar um filme de zumbis nas cenas de shopping, pequenos arrastando grandes por corredores iluminados, em busca não de cabeças humanas, mas de mercadorias para triturar com dentes que não estão na boca.

Mas não protegemos nossos filhos desse vazio, não há como protegê-los daquilo que é uma ausência que nos completa. Penso que este é o momento crucial da maternidade e da paternidade. Cada um de nós, que se sabe faltante, diante da falta que grita no filho. Quando me vi diante desse abismo, como a personagem de *Enamoramentos*, ela num momento muito diverso e muito mais limite do que o meu, lembro-me de me sentir envolta em melancolia. Eu soube naquele instante prosaico em que minha pequena filha procurava por algo que talvez não pudesse ser encontrado em nenhum lugar além dela mesma, que eu haveria de conviver com uma falência dali em diante. Minha melancolia não se devia às dificuldades de uma maternidade precoce — mas à certeza de que proteger minha filha era uma missão desde sempre fracassada. E eu sabia porque lembrava — e esta talvez seja uma duvidosa vantagem de ser mãe adolescente.

Em outro livro, *Noites azuis* (Nova Fronteira), esse autobiográfico, Joan Didion descreve lindamente essa condição que só se tornaria clara para ela depois da morte da filha. Ao folhear um diário de Quintana, Joan descobriu que o medo da menina era “cair no vazio”. Em vez de aceitar esse medo, conectar-se com ele, escutá-lo, a mãe escritora se pôs a corrigir a gramática. Impotente, mas sem aceitar a impotência, mesmo depois da tragédia, ela eliminou furiosamente as vírgulas em lugar errado no texto da adolescente. Quintana já tinha partido, mas ainda era tudo o que a mãe se sentia capaz de fazer diante do pavor da filha de “cair no vazio”.

Essa mesma menina, muito antes, aos cinco anos, havia ligado para a clínica psiquiátrica mais famosa da região onde a família vivia para fazer uma pergunta devastadora: “O que devo fazer se estiver enlouquecendo?”. Durante muitos anos Joan não conseguia compreender por que a filha temia que ela não pudesse protegê-la. Até entender que a pergunta estava errada. A pergunta correta era: “Como ela podia

sequer imaginar que algum dia eu poderia tomar conta dela?”.

Ao olhar para minha própria filha naquele momento em que a máquina do mundo se abria diante dela, para mostrar sua barriga vazia e obscena, lembro-me de que, por um momento, pensei em alcançar talvez um outro brinquedo ou lhe oferecer um chocolate. (Nos anos 80 ainda era possível ser considerada uma boa mãe mesmo dando doces a uma criança pequena, e não uma *serial killer* nutricional). Mas meu pensamento não virou gesto. Eu sabia que tudo o que podia fazer era me manter em silêncio. Que ser mãe, naquele momento, era ser capaz de vê-la debater-se com o vazio, testemunhar o início de seu longo embate vida adentro. E acho que ali, como deve acontecer com os pais e mães que percebem esse momento exato, uma fissura nova se abriu em mim. Essa que para sempre me faria pingar como uma torneira mal fechada.

“Que sentido tem cada um passar pelos mesmos desgostos e descobertas, mais ou menos eternamente?”, pergunta a personagem de *Enamoramentos*, diante da fragilidade dos filhos que, naquele momento, por uma circunstância trágica, lhe era insuportável. E a resposta talvez seja a de que não existe sentido. E exatamente por não existir, só podemos mostrar aos nossos filhos, porque isso é algo que se mostra, não que se diz, que a tarefa de uma vida humana, desde sempre e para sempre, é criar sentido onde não há nenhum. Inventar uma vida é a tarefa que faz de todos nós ficcionistas. E, em geral, uma vida que faz sentido é aquela em que os sentidos são construídos para serem perdidos mais adiante e recriados mais uma vez e sempre outra vez. É o vazio, afinal, que nos faz inventar uma vida humana — e não morrer antes da morte.

É o que fazemos como pais nesse momento em que um filho descobre o vazio, um momento mais importante do que a primeira palavra ou o primeiro passo ou o primeiro dente, que também nos torna pais. É preciso aguentar. Saber aguentar e escutar a dor de um filho, sem tentar calar com coisas o que não pode ser calado com coisa alguma, é um ato profundo de amor. Um momento sem palavras em que nosso silêncio diz apenas que a tarefa de criar uma vida que faça sentido é dele, pessoal e intransferível. E tudo o que poderemos fazer é estar mais ou menos por perto, ainda que nada possamos fazer. E um dia, talvez, receber uma carta/e-mail na qual está escrito: “Mãe: o que eu sempre vi em você era uma pessoa que não desistia do próprio desejo. E que nunca deixou a vida matar a vida”.

Afinal, o que legamos a um filho é o nosso movimento em busca de sentido. E este não pode ser um arrastar-se de zumbi.

5 de novembro de 2012

Memória é tanto lembrar quanto esquecer

Na primeira vez em que assisti a *E se vivêssemos todos juntos?*³⁸, pensei, ao sair do cinema com os olhos mareados e a alma apertada no corpo como uma calça jeans dois números menor: queria tanto escrever sobre esse filme, mas o melhor que posso escrever é só um verbo, conjugado no imperativo, seguido de um ponto de exclamação: “Assistam!”. E escrevi exatamente isso no Twitter. Em geral, é o melhor que podemos dizer sobre os filmes de que gostamos, assim como “leiam!” para os livros que nos tornaram outros depois da última página. Mas continuei desassossegada e fui uma segunda vez ao cinema. Percebi que precisava escrever um pouco mais.

E se vivêssemos todos juntos? é um filme sobre os últimos anos de quem, graças ao aumento da expectativa de vida, passou dos 70 e poucos. Como disse Jeanne, a personagem de Jane Fonda, ao seguir a ambulância que carregava seu marido para o hospital, depois de uma queda: “A gente planeja tudo, mas nunca pensa no que fazer nos últimos anos da vida”. É disso que se trata. O filme fala de algo que precisamos falar mais: sobre envelhecer nesse mundo, nessa época. Precisamos falar mais porque a maioria de nós vai viver esse momento. Não é fácil vivê-lo — é uma sorte vivê-lo.

Começamos a nos preparar, como invoca Jeanne, quando nos arriscamos a pensar sobre aquilo que nos inquieta ou inquietará — ou inquieta ou inquietará aqueles que amamos. O cinema já descobriu essa necessidade e, só neste ano, chegaram ao Brasil pelo menos dois filmes que falam explicitamente sobre envelhecer: *O exótico Hotel Marigold*³⁹, que poderia ser bem melhor do que é, e *E se vivêssemos todos juntos?*.

Neste, um grupo de velhos decide viver na mesma casa para enfrentar aquilo que os inquieta — e seguidamente os ameaça. A iniciativa é de um deles, Jean (Guy Bedos), um homem que passou a vida engajado em causas coletivas contra as injustiças sofridas pelos mais fracos. Impedido de seguir para a próxima missão em algum país pobre e distante, porque o seguro se recusa a cobrir gente da sua idade, ele aos poucos descobre que tem uma causa bem perto dele pela qual lutar, que é também uma causa de desamparo.

E se vivêssemos todos juntos? não é um filme para velhos — mas para todos que se interessam pela condição humana. No roteiro, aliás, aqueles que aparecem no lugar de “filhos”, ora perplexos, às vezes distantes, em outras arrogantes na sua certeza sobre o que é melhor para os pais — perdidos sempre — parecem precisar muito assistir a um filme como este.

O filme, que já é muito, muito bonito mesmo, fica ainda melhor com a interpretação impecável de grandes atores, todos eles velhos e, portanto, mais experientes do que nunca. Todos menos um: o único jovem protagonista é o ótimo Daniel Brühl, por quem nos apaixonamos em *Adeus, Lenin!*⁴⁰ e que tem no enredo um lugar muito particular. Ele é um estrangeiro não só por ser um alemão na França, mas por ser um jovem em território de velhos: estrangeiro porque só estranhando é possível enxergar.

Entre as tantas possibilidades de reflexão propostas por esse filme, há uma que me comove mais. Ela fala de memória — e de algo crucial: memória não é apenas lembrar, é também esquecer.

No filme, Albert (Pierre Richard) luta contra a perda da memória. Ele não sabe se já levou o cachorro para passear ou não. “Se eu não o tivesse levado, ele estaria reclamando, não?”, indaga-se. Para lembrar os acontecimentos recentes, que o cérebro já não registra, Albert usa a palavra escrita. Escreve um diário sentado na poltrona do apartamento que divide com a mulher, estrategicamente postado ao lado de uma janela que dá para os fundos de uma escola infantil. É com um olho no caderno e o outro na janela, pela qual espera ansioso as crianças saírem para brincar, que ele relata o sabor do vinho que tomou com os amigos, o cardápio do jantar e aquilo que precisa lembrar quando já tiver esquecido no dia seguinte. O diário, a narrativa da vida pela palavra escrita, é o fio que orienta Albert pelos labirintos de um cotidiano no qual o cérebro falha em lembrar do ontem e até mesmo de alguns minutos antes.

A velhice, para Albert, se manifesta primeiro por esses lapsos de memória. Mas logo ele terá de lidar com um dilema mais profundo: o que lembrar, o que esquecer. Sua mulher, Jeanne (Jane Fonda), de quem já falamos lá no início, teve câncer. No começo do filme, testemunhamos quando ela abre os exames na cozinha e descobre que a doença segue com ela e que não terá muito mais tempo de vida. Quanto tempo, nem ela nem ninguém pode saber.

Jeanne toma uma decisão ao rasgar os exames e enfiar os pedaços na lata de lixo. Escolhe, por amor, não contar a Albert da sua condição. Diz a ele que está curada. Quer viver seus últimos dias, semanas, meses sem que ele seja assombrado por sua morte. Sente-se assim menos assombrada por ela — e mais livre para planejar seu enterro, por exemplo, mais livre para escolher o pouco que pode escolher. Mas, num dia em que Albert está sozinho em casa, o médico bate na porta à procura de Jeanne, que tinha se recusado a fazer a cirurgia proposta e sumido do consultório.

Albert descobre naquele momento: 1) que a mulher vai morrer de câncer; 2) que ela decidiu não compartilhar essa informação com ele. É isso que ele registra em seu diário. E mais um pouco: “É um direito dela (viver sem lhe contar que em breve morrerá de câncer)”. No dia seguinte, enquanto espia ansioso pela janela se as crianças já estão vindo para o recreio, ele lê esse trecho no diário e tem um sobressalto.

Mais adiante, Albert e Jeanne estão vivendo em comunidade quando ele abre — por engano? — o baú que pertence ao seu amigo Claude (Claude Rich). Já não há uma janela por onde espiar crianças brincando, mas há outras paisagens humanas e sentimentais. Albert sente-se desterrado, agora não apenas de sua memória, mas também de sua geografia física, na nova casa. Mas o que relembra todos os dias ao ler o diário faz com que compreenda que é preciso encontrar outros parceiros para encerrar a vida. Não os desconhecidos de um asilo de velhos, mas amigos de uma vida inteira. Gente capaz de reconhecer a geografia que é ele.

Claude é um fotógrafo solteirão e sedutor, o número ímpar da pequena comunidade. E Albert lê cartas destinadas a Claude, nas quais descobre que tanto Annie (Geraldine Chaplin) quanto Jeanne tiveram tórridos casos extraconjugais com o melhor amigo, 40 anos atrás. Albert registra sua descoberta na carta ininterrupta que escreve para si mesmo. E, ao reler o diário a cada manhã, relembra a traição que pode colocar em risco o delicado equilíbrio daquela comunidade construída sobre afeto, solidariedade e a necessidade de unir forças contra um mundo hostil à velhice.

Albert depara-se com uma questão muito mais profunda do que os esquecimentos involuntários

causados pelo envelhecer. Ele precisa agora enfrentar a memória como escolha. A cada manhã, ele sobressalta-se primeiro com a notícia de que a mulher tem um câncer que a levará à morte próxima. Em seguida, com a descoberta de que ela o traiu com o melhor amigo 40 anos atrás. O que fazer agora que a velhice lhe deu a possibilidade de escolher o que lembrar e o que esquecer?

A escolha de Albert é um ato completo de amor. Ele decide sofrer a cada dia — e dia após dia — o impacto da notícia de que Jeanne tem um câncer e que vai morrer em breve. Apesar de ser talvez a notícia mais brutal de uma existência inteira, é a forma que ele encontra de estar com ela, de não a deixar sozinha nesse momento, de viver essa dor junto com a mulher que ama, mesmo que ela nunca saiba disso. Escolher lembrar quando podia simplesmente esquecer é a forma que Albert encontra de amar Jeanne mais e melhor — até o fim.

Se escolhe lembrar a doença e a morte de Jeanne, Albert escolhe esquecer a traição de Jeanne. Depois de dar muitas voltas na casa e em si mesmo, ele rasga a página do diário na qual relata a descoberta, a amassa e a guarda no bolso. Antes, porém, conta a Jean que ele também tinha sido traído pela própria mulher e pelo melhor amigo. Assim, Albert lega a Jean uma memória que o amigo pode superar, mas não esquecer. Albert pode ter feito isso tanto por sentimento de lealdade quanto pelo sentimento de vingança, na medida em que o temperamento explosivo de Jean é bem conhecido. Ou ainda por acreditar que Jean tem o direito de decidir por si mesmo como quer lidar com essa memória. Mas ele, Albert, escolhe esquecer. E este, ainda que de uma forma mais tortuosa, é um ato de amor tanto pela mulher quanto pelo amigo.

Viver, não apenas para os velhos, é uma constante escolha entre o que lembrar e o que esquecer. Ainda que para isso a maioria de nós tenha de travar um embate feroz com nossos fantasmas antes de conseguir arrancar uma página espinhosa. Alguns envenenam a própria vida ao fixar-se numa lembrança mais letal que cianureto, condenando-se a um eterno presente congelado, o que é um tipo de morte. E outros perdem essa mesma vida ao transformá-la na fuga incessante de algo que só poderão esquecer se primeiro tiverem lembrado e enfrentado como lembrança.

Ainda que nossas escolhas em torno da memória sejam não mais difíceis do que a de Albert, mas seguramente mais demoradas, nossa existência é determinada por elas. Tanto na esfera pessoal quanto na pública. É uma escolha na esfera pública a decisão de o que fazer com a memória que está em jogo na Comissão Nacional da Verdade, por exemplo, ao apurar os crimes da ditadura. E nesta, em minha opinião, é preciso lembrar — com todas as consequências implicadas nesse gesto — para que o país possa seguir adiante.

Assim como é uma escolha na esfera pessoal o lugar e o tamanho que cada um dá a uma determinada experiência nos muitos mal entendidos entre pais e filhos. É por preferir seguir lembrando uma ausência, uma humilhação ou um equívoco, dia após dia como se fosse o primeiro, em vez de lidar, transformar em marca e então esquecer — ou pelo menos dar à experiência um lugar e um tamanho mais compatíveis com o movimento da vida — que muitos chegam ao amanhã apenas no calendário, mas morrem com as unhas cravadas no ontem.

Como nos mostra Albert, escolher o que lembrar e o que esquecer é também um ato de amor. E nunca é um ato fácil, como não é fácil o amor.

É também um ato de amor a magistral cena final desse filme. E esta eu não vou contar *mesmo* para quem já viu. Nela, Albert faz, mais uma vez, uma escolha profunda em torno da memória. E são os

amigos que provam saber amar ao não apenas acolherem, mas embarcarem na sua escolha. Fazem isso porque compreendem que a vida contém proporções talvez equivalentes de realidade e de delírio, mesmo quando a gente finge não saber disso. E que amar é, às vezes, lembrar de esquecer.^{[41](#)}

12 de novembro de 2012

^{[38](#)} *E se vivêssemos todos juntos?* é dirigido por Stéphane Robelin (2011, França/Alemanha).

^{[39](#)} *O exótico Hotel Marigold* é dirigido por John Madden (2011, Reino Unido). No filme, um grupo de velhos que não se conhecem, cada um deles por razões diferentes, muda-se da Inglaterra para a Índia para viver num hotel. Mas nada é como foi prometido.

^{[40](#)} *Adeus, Lenin!* é dirigido por Wolfgang Becker (2002, Alemanha). O filme torna o jovem ator Daniel Brühl uma estrela, ao interpretar o filho que precisa esconder da mãe doente (e comunista ferrenha) que o muro de Berlim caiu.

^{[41](#)} O envelhecer é um tema frequente nas colunas de Eliane. Sobre essa questão, há ainda o texto “Esses filhos perplexos diante da velhice dos pais”, que pode ser lido na internet.

Perdão, Aaron Swartz

— Eu sinto fortemente que não é suficiente simplesmente viver no mundo como ele é e fazer o que os adultos disseram que você deve fazer, ou o que a sociedade diz que você deve fazer. Eu acredito que você deve sempre estar se questionando. Eu levo muito a sério essa atitude científica de que tudo o que você aprende é provisório, tudo é aberto ao questionamento e à refutação. O mesmo se aplica à sociedade. Eu cresci e através de um lento processo percebi que o discurso de que nada pode ser mudado e que as coisas são naturalmente como são é falso. Elas não são naturais. As coisas podem ser mudadas. E mais importante: há coisas que são erradas e devem ser mudadas. Depois que percebi isso, não havia como voltar atrás. Eu não poderia me enganar e dizer: “OK, agora vou trabalhar para uma empresa”. Depois de perceber que havia problemas fundamentais que eu poderia enfrentar, eu não podia mais esquecer disso.

Aaron Swartz tinha 22 anos quando explicou por que fazia o que fazia, era quem era. Aos 26, ele está morto. Foi encontrado enforcado em seu apartamento de Nova York na sexta-feira, 11 de janeiro de 2013. Provável suicídio. Talvez a maioria não o conheça, mas Aaron está presente na nossa vida cotidiana há bastante tempo. Desde os 14 anos, ele trabalha criando ferramentas, programas e organizações na internet. E, de algum modo, em algum momento, quem usa a rede foi beneficiado por algo que ele fez.

Aos 26 anos, Aaron já tinha trabalhado praticamente metade da sua vida. E, nessa metade, ele participou da criação do *RSS* (que nos permite receber atualizações do conteúdo de sites e blogs de que gostamos), do *Reddit* (plataforma aberta em que se pode votar em histórias e discussões importantes) e do *Creative Commons* (licença que libera conteúdos sem a cobrança de alguns direitos por parte dos autores). Mas não só. A grande luta de Aaron, como fica explícito no depoimento que abre esta coluna, era uma luta política: ele queria mudar o mundo e acreditava que era possível.

E queria mudar o mundo como alguém da sua geração vislumbra mudar o mundo: dando acesso livre ao conhecimento acumulado da humanidade pela internet. E também usando a rede para fiscalizar o poder e conquistar avanços nas políticas públicas. Movido por esse desejo, Aaron ajudou a criar o *Watchdog*, website que permite a criação de petições públicas; a *Open Library*, espécie de biblioteca universal, com o objetivo de ter uma página na web para cada livro já publicado no mundo; e o *Demand Progress*, plataforma para obter conquistas em políticas públicas para pessoas comuns, através de campanhas online, contato com congressistas e advocacia em causas coletivas. Em 2008, lançou um manifesto no qual dizia: “A informação é poder. Mas tal como acontece com todo o poder, há aqueles que querem guardá-lo para si”.

Indignado com a passividade dos acadêmicos diante do controle da informação, por grandes corporações, ele conclamava a todos para lutar juntos contra o que chamava de “privatização do conhecimento”. Baixou milhões de arquivos do judiciário americano, cujo acesso era cobrado, apesar de

os documentos serem públicos. Chegou a ser investigado pelo FBI, mas sem consequências jurídicas. Em 2011, porém, Aaron foi alcançado.

Em alguns dias, ele baixou 4,8 milhões de artigos acadêmicos de um banco de dados chamado *JSTOR*, cujo acesso é pago pelas universidades e instituições. Aaron usou a rede do conceituado MIT (*Massachusetts Institute of Technology*) para acessar o banco de dados, fazendo download de muitos documentos ao mesmo tempo, o que era — é importante ressaltar — permitido pelo sistema. Não se sabe o que ele faria com os documentos, possivelmente dar-lhes livre acesso. Mas, se era esta a intenção, Aaron não chegou a concretizá-la. Ao ser flagrado, ele assegurou que não pretendia lucrar com o ato e devolveu os arquivos copiados para o *JSTOR*, que extinguiu a ação judicial no plano civil.

Havia, porém, um processo penal: Aaron foi enquadrado nos crimes de fraude eletrônica e obtenção ilegal de informações, entre outros delitos. “Roubo é roubo, não interessa se você usa um computador ou um pé de cabra, e se você rouba documentos, dados ou dólares”, afirmou a procuradora dos Estados Unidos em Massachusetts, Carmen Ortiz (*United States Attorney*). Aaron seria julgado em abril. E, se fosse acatado o pedido da acusação, esta seria a sua punição: 35 anos de prisão e uma multa de um milhão de dólares.

Aaron Swartz morreu antes, aos 26 anos. E, como disse Kevin Poulsen, na revista americana [Wired](#): “O mundo é roubado em meio século de todas as coisas que nós nem podemos imaginar que Aaron realizaria com o resto da sua vida”. Na [The Economist](#), ele assim foi descrito: “Chamar Aaron Swartz de talentoso seria pouco. No que se refere à internet, ele era o talento”. Susan Crawford, que foi conselheira de tecnologia do governo de Barack Obama, afirmou, no [The New York Times](#): “Aaron construiu coisas novas e surpreendentes, que mudaram o fluxo da informação ao redor do mundo”. E, acrescentou: “Ele era um prodígio complicado”.

Li em vários artigos que Aaron seria depressivo. Em alguns textos, a suposta depressão foi citada como causa de sua decisão, como se a doença pudesse estar isolada — e não associada aos possíveis abusos cometidos contra ele no curso do processo judicial. É evidente que qualquer pessoa, e especialmente se ela for saudável, sofreria com a perspectiva de passar as próximas três décadas na cadeia — mais ainda se isso significasse um tempo superior à toda a sua vida até então.

Esta é uma possibilidade capaz de abater até o mais autoconfiante e otimista entre nós, o que não equivale a dizer que todos lidariam com esse pesadelo da mesma forma. Se é perigoso encontrar um culpado para uma escolha tão complexa quanto o suicídio, também é perigoso quando a depressão é vista como algo apartado da vida vivida — e a patologia é colocada a serviço da simplificação. Se as doenças falam do indivíduo, falam também do seu mundo e de seu momento histórico.

Se Aaron Swartz encerrou a própria vida, esta foi a sua decisão. Tornar-se adulto é também bancar as suas escolhas — e, neste sentido, estar só. Digo isso para que a nossa dor não esvazie de protagonismo o último ato de Aaron, o que equivaleria a desrespeitá-lo. Aaron é responsável por sua escolha, por mais que ela possa ser lamentada. E só ele poderia afirmar por que a fez.

Isso não significa, porém, que vários atores do caso judicial que envenenou a vida de Aaron nos últimos dois anos, com aparentes excessos, não precisem também assumir responsabilidades e responder por suas respectivas escolhas. Um dos mentores de Aaron, Larry Lessig (escritor, professor de Direito da Universidade de Harvard, cofundador do *Creative Commons*) afirmou que ele tinha errado, mas considerou a acusação e a possível punição uma resposta desproporcional ao ato. Logo após a morte de

Aaron, escreveu: “(Ele) partiu hoje, levado ao limite pelo que uma sociedade decente só poderia chamar de *bullying*”.

Colunistas como Glenn Greenwald, do jornal britânico [Guardian](#), acreditam que o processo penal era um ataque do governo dos Estados Unidos contra seu ativismo libertário: “Swartz foi destruído por um sistema de ‘justiça’ que dá proteção integral aos criminosos mais ilustres — desde que sejam membros dos grupos mais poderosos do país, ou úteis para estes —, mas que pune sem piedade e com dureza incomparável quem não tem poder e, acima de tudo, aqueles que desafiam o poder”. Em [declaração pública](#), a família afirmou: “A morte de Aaron não é apenas uma tragédia pessoal. É produto de um sistema de justiça criminal repleto de intimidações”. A família também responsabilizou o MIT pelo desfecho.

Em [comunicado](#), o presidente do MIT, L. Rafael Reif, anunciou a abertura de um inquérito interno para apurar a responsabilidade da instituição nos acontecimentos que levaram à morte de Aaron. Reif escreveu: “Eu e todos do MIT estamos extremamente tristes pela morte desse jovem promissor, que tocou a vida de tantos. Me dói pensar que o MIT tenha tido algum papel na série de eventos que terminaram em tragédia. (...) Agora é o momento de todos os envolvidos refletirem sobre suas ações, e isso inclui todos nós do MIT”.

É tarde para o MIT, é tarde para nós. Mas, ainda assim, necessário. É importante pensar sobre o significado da tragédia de Aaron Swartz. E, para começar, só o fato de ela poder significar algo para todos, sendo ele um jovem americano encontrado morto num apartamento em Nova York, é bastante revelador desse mundo novo que Aaron ajudava a construir. Esse mundo que nos une em rede, simultaneamente, que faz o longe ficar perto. Nesse contexto, a tragédia de Aaron Swartz não é apenas um episódio, mas o marco de um momento histórico específico. Nele, diferentes forças econômicas, políticas e culturais se digladiam para impor ou derrubar barreiras no acesso ao conhecimento na internet. Este é, junto com o tema socioambiental, o maior debate atual. E é ele que está moldando nosso futuro.

Como disse Tatiana de Mello Dias, em seu blog no [Estadão](#), “poucas pessoas traduziram tão bem a época em que nós estamos vivemos quanto Aaron Swartz”. Isso faz com que possamos pensar que sua morte é também, simbolicamente, um fracasso da geração a qual pertencemos. Essa geração que testemunhou o nascimento da internet, que está decidindo — na maioria dos casos por omissão — como o conhecimento vai circular dentro dela e que, por ter crescido num mundo sem ela, nem chega a compreender totalmente o que está em jogo. E por isso deixa a geração de Aaron tão só.

Obviamente sou capaz de perceber os poderosos interesses envolvidos nas decisões relacionadas à internet, boa parte deles conduzidos também por gente da geração a qual pertencemos. Mas me refiro aqui à passividade de muitos, no exercício da cidadania, diante de um dos debates cruciais do nosso tempo. Aqui vale uma observação: quando se diz que a juventude atual é alienada, que não trava lutas políticas como seus pais e avós, não é também deixar de enxergar o que se passa na internet, a “rua/prça” de uma série de movimentos políticos levados adiante pelos mais jovens? Já não é um tanto estúpido pensar em mundo real/mundo virtual como oposições? Criticar o “ativismo de sofá” dos mais jovens, menosprezando as ações na rede, não seria má fé ou ignorância? Talvez, como pais e adultos desse tempo, parte de nós tenha apenas medo e vergonha daquilo que não compreende. E, em vez de tentar compreender, num comportamento humano tão triste quanto clássico, desqualifica e rechaça. Afinal, literalmente, a internet tirou o chão que acreditávamos existir debaixo dos nossos trêmulos pés. Ou, pelo

menos, nos provou que não havia nenhum.

Aaron não era apenas um gênio da internet, ainda que essa palavra “gênio” já tenha sido tão abusada. Talvez o maior ato político de Aaron tenha sido o que fez com seu talento. Ele o usou para lutar pelo acesso livre ao conhecimento, via internet. Isso, em si, já o tornaria perigoso para muitos. Mas há algo que pode ter soado ainda mais imperdoável: Aaron não queria ganhar dinheiro com o seu talento. Ele não era aquilo que as crianças são ensinadas a admirar: um jovem gênio milionário da internet, como Mark Zuckerberg, o criador do Facebook. Aaron Swartz era um jovem gênio que não queria ser milionário. E, convenhamos, nada pode ser mais subversivo do que isso.

Ao saber da morte de Aaron Swartz, lembrei-me de dois versos. Apesar da importância dos argumentos e do debate, só a poesia dá conta da tragédia. Um é do eternamente jovem Rimbaud (1854-1891): “Por delicadeza, perdi minha vida”. E o outro foi escrito por um Carlos Drummond de Andrade (1902-1987) já velho: “Alguns, achando bárbaro o espetáculo, prefeririam (os delicados) morrer”.

Quando lemos o que Aaron Swartz escreveu, escutamos o que disse, ele que acreditava tanto em mudar o mundo, é difícil não pensar: por que ele desistiu de nós, ele que acreditava tanto? Que mundo é esse que criamos, onde alguém como Aaron Swartz acredita não caber?

Então, é isso. Ele nos deixou sozinhos no mundo que legamos à sua geração. Entre os tantos feitos admiráveis deixados por Aaron em sua curta trajetória, ao morrer ele deixou também um outro legado: a denúncia do nosso fracasso.

Perdão, Aaron Swartz.

21 de janeiro de 2013

A menina quebrada⁴²

Era uma festa. Comemorávamos a vinda de um bebê que ainda morava na barriga da mãe. Eu havia acabado de segurá-la para que ela passasse a pequena mão na água da fonte do jardim. Ela tentava colocar o dedo gorducho no buraco para que a água se espalhasse, como tinha visto uma criança mais velha fazer. Parecia encantada com a possibilidade de controlar a água. Tem um ano e oito meses, cabelos cacheados que lhe dão uma aparência de anjo barroco e uns olhos arregalados. Com olheiras, Catarina é um bebê com olheiras, embora durma bem e muito. De repente, ela enrijeceu o corpo e deu um grito: “A menina... A menina... Quebrou”.

Era um grito de horror. O primeiro que eu ouvia dela. Animação, manha, dor física, tudo isso eu já tinha ouvido de sua boca bonita. Aquele era um grito diferente. Não parecia um tom que se pudesse esperar de alguém que ainda precisava se esforçar para falar frases completas. Catarina estava aterrorizada. “A menina... A menina...” Ela continuava repetindo. Olhei para os lados e demorei um pouco a enxergar o que ela tinha visto em meio a tanta gente. Uma garota, de uns dez, 12 anos, talvez, com uma perna engessada. “Quebrou...” Catarina repetia. “A menina... quebrou.”

Ela não olhava para mim, como costuma fazer quando espera que eu esclareça alguma novidade do mundo. Era mais uma denúncia. Pelo resto da festa, ela gritou a mesma frase, no mesmo tom aterrorizado, sempre que a menina quebrada passava por perto. Nos aproximamos da garota, para que Catarina pudesse se assegurar de que ela estava bem, e que os amigos se divertiam escrevendo e desenhando coisas no gesso, mas nada parecia diminuir o seu horror. Os adultos próximos tentaram explicar a ela que era algo passageiro. Mas ela não acreditava. Naquele sábado de janeiro Catarina descobriu que as pessoas quebravam.

Eu a peguei, olhei bem para ela, olho no olho, e tentei usar minha suposta credibilidade de madrinha: “A menina caiu, a perna quebrou, agora a perna está colando, e depois ela vai voltar a ser como antes”. Catarina me olhou com os olhos escancarados, e eu tive a certeza de que ela não acreditava. Ficamos nos encarando, em silêncio, e ela deve ter visto um pouco de vergonha no assoalho dos meus olhos. Era a primeira vez que eu mentia pra ela. E dali em diante, ela talvez intuísse, as mentiras não cessariam. Naquela noite, depois da festa, fui dormir envergonhada.

O que eu poderia dizer a você, Catarina? A verdade? A verdade você já sabia, você tinha acabado de descobrir. As pessoas quebram. Até as meninas quebram. E, se as meninas quebram, você também pode quebrar. E vai, Catarina. Vai quebrar. Talvez não a perna, mas outras partes de você. Membros invisíveis podem fraturar em tantos pedaços quanto uma perna ou um braço. E doer muito mais. E doem mais quando são outros que quebram você, às vezes pelas suas costas, em outras fazendo um afago, em geral contando mentiras ou inventando verdades. Gente cheia de medo, Catarina, que tem tanto pavor de quebrar, que quebram outros para manter a ilusão de que são indestrutíveis e podem controlar o curso da vida. E dão nomes mais palatáveis para a inveja e para o ódio que os queima. Mas à noite, Catarina, à

noite, eles sabem.

E, Catarina, você tem toda razão de duvidar. Depois de quebrar, nunca mais voltamos a ser como antes. Haverá sempre uma marca que será tão você quanto o tanto de você que ainda não quebrou. Viver, Catarina, é rearranjar nossos cacos e dar sentido aos nossos pedaços, os novos e os velhos, já que não existe a possibilidade de colar o que foi quebrado e continuar como era antes. E isso é mais difícil do que aprender a andar e a falar. Isso é mais difícil do que qualquer uma das grandes aventuras contadas em livros e filmes. Isso é mais difícil do que qualquer outra coisa que você fará.

Existe gente, Catarina, que não consegue dar sentido, ou acha que os farelos de sentido que consegue escavar das pedras são insuficientes para justificar uma vida humana, e quebra. Quebra por inteiro. Estes você precisa respeitar, porque sofrem de delicadeza. E existe gente, Catarina, que só é capaz de dar um sentido bem pequenino, um sentido de papel, que pode ser derrubado mesmo com uma brisa. E essa brisa, Catarina, não pode ser soprada pela sua boca. Ser forte, Catarina, não é quebrar os outros, mas saber-se quebrado. É ser capaz de cuidar dos seus barcos de papel — e também dos barcos de outros — não como uma criança que os imagina poderosos, de aço. Mas sabendo que são de papel e que podem afundar de repente.

Não, acho que eu não poderia ter dito isso a você, Catarina. Não naquela noite, não agora. Ao lhe assegurar, cheia de autoridade de adulto, que tudo estava bem com a menina quebrada, com qualquer e com todas as meninas quebradas, o que eu dei a você foi um vislumbre da minha abissal fragilidade. Esta, Catarina, é uma verdade entre as tantas mentiras que lhe contei, ao tentar fazer com que acreditasse que eu seria capaz de proteger você. Vai chegar um momento, se é que já não houve, em que você vai olhar para todos nós, seus pais, seus “dindos”, seus avós e tios, e vai perceber que nós todos vivemos em cacos. E eu espero que você possa nos amar mais por isso.

Essa conversa, Catarina, está apenas adiada. Talvez, daqui a alguns anos, você precise me perguntar como se faz para viver quebrada. Ou por que vale a pena viver, mesmo se sabendo quebrada. E eu vou lhe contar uma história. Ela aconteceu alguns dias depois daquela festa em que você descobriu que até as meninas quebram. Nós estávamos na fila do caixa do supermercado perto de casa, com uma cesta cheia de compras, e havia um homem atrás de nós. Era um homem vestido com roupas velhas e sujas, parte delas quase farrapos. E ele cheirava mal. Poderia ser alguém que dorme na rua, ou alguém que se perdeu na rua por uns tempos. Ficamos com medo de que o segurança do supermercado tentasse tirá-lo dali, ou que a caixa o tratasse com rispidez, ou que as outras pessoas na fila comessem a demonstrar seu desconforto, como sabemos que acontece e que jamais poderia acontecer. Enquanto pensávamos nisso, ele nos abordou. E pediu, com toda educação, mas com os olhos dolorosamente baixos: “Por favor, será que eu poderia passar na frente, porque tenho pouca coisa?”.

Quando lhe demos passagem, vimos que o homem não tinha pouca coisa. Ele só tinha uma. Sabe o que era, Catarina?

Um sabonete. Era o que havia entre as mãos de unhas compridas e sujas, junto com algumas moedas e notas amassadas, como em geral são as notas que valem pouco. Aquele homem, que parecia ter perdido quase tudo, aquele homem talvez ainda mais quebrado que a maioria, porque tinha perdido também a possibilidade de esconder suas fraturas, o que ele fez? Quando conseguiu juntar uns trocados, o que ele escolheu comprar? Um sabonete.

Catarina, talvez um dia, daqui a alguns anos, você volte a me olhar nos olhos e a dizer: “A menina...

quebrou”. Ou: “Eu... quebrei”. E talvez você me pergunte como continuar ou por que continuar, mesmo quebrada. E eu vou poder lhe dizer, Catarina, pelo menos uma verdade: “Por causa do sabonete”.

28 de janeiro de 2013

[42](#) À minha afilhada Catarina Zandonadi Caetano, que, com seus olhos de buscadora de mundos, me ajuda a enxergar. E à “menina quebrada”, Gabriela Giffoni Longo.

Agradecimentos

Ao João Luiz Guimarães, meu marido, e à Maíra Brum Rieck, minha filha, os primeiros leitores das minhas colunas, a quem atormento todo final de semana, com meus dilemas e dúvidas, e que me ajudam a escrever melhor a partir de sua leitura inteligente e observações precisas.

À minha mãe, Vanyr Burtet Brum, que divulga minha coluna com empenho a cada segunda-feira, para boa parte da “Grande Ijuí” e além — em expansão constante do seu raio de atuação.

À Emilia Rodrigues, que, desde minha chegada em São Paulo, limpa a minha casa e me enche de delicadezas a cada quinta-feira — permanente fonte de inspiração, com seu olhar sempre aberto para o espanto diante do mundo (e de *A origem do mundo*).

À equipe do site da revista Época, que me acolhe todo início de semana, com gentileza e cuidado — e especialmente a Liuca Yonaha, André Sollitto e Isabela Kiesel, meus mais frequentes interlocutores.